Lílian A. Arão

A PALAVRA QUESTIONADA EM ENTREVISTAS DO PROGRAMA RODA VIVA:
o ato de fala pergunta como instaurador de identidades

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Lingüísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Área de concentração: Lingüística

Linha de pesquisa: Análise do Discurso

Orientador: Prof. Dr. Hugo Mari – PUC Minas

Belo Horizonte
2008

Universidade Federal de Minas Gerais
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Estudos Lingüísticos

Tese intitulada "*A palavra questionada em entrevistas do programa Roda Viva: o ato de fala pergunta como instaurador de identidades*", de autoria da doutoranda Lilian Aparecida Arão, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

_____

Prof. Dr. Hugo Mari – PUC Minas
Professor colaborador do POSLIN – UFMG
Orientador

_____

Profa. Dra. Míria Gomes de Oliveira – FAE/UFMG

_____

Prof. Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes – PUC Minas

_____

Prof. Dr. Willian Augusto Menezes - UFOP

_____

Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção - UFJR

_____

Prof. Dr. Luiz Francisco Dias
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
em Estudos Lingüísticos - FALE/UFMG

Belo Horizonte, ... de ..... de 2008

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Hugo Mari por efetivar uma concepção de academia mais democrática e por ser nosso maior exemplo de mestre.

Aos professores do POSLIN por ensinar-nos com tanta dedicação e sabedoria e por se mostrarem sempre disponíveis a reflexões teóricas.

À Profa. Ida Lúcia Machado pelo incentivo e pelo exemplo de 'leveza' no trato de questões teóricas, por vezes, tão complexas e árduas.

À amiga-irmã Wiliane pelo companheirismo, pelo incentivo e pelas horas de estudo nos momentos mais inusitados.

Para meus pais, Alberto e Darcy, para minha sobrinha, Clara, e para meu companheiro, José Henrique (pelo incentivo e pela paciência, que tantas vezes me faltou).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo empreender uma análise do ato de fala pergunta numa perspectiva discursiva interacional. A partir da integração entre a Teoria dos Atos de Fala, a Semiolingüística e o Interacionismo proposto por Marcel Burger, tivemos como objetivos específicos identificar a natureza desse ato, o tipo particular de ação que ele realiza, as restrições impostas às respostas, suas propriedades enunciativas bem como sua dimensão discursiva interacional. Outro propósito foi analisar a correlação pergunta/resposta, visando identificar o efeito do descompasso das intencionalidades entre elas. Como fonte de observação, o corpus selecionado para nossa análise se constituiu de transcrições de entrevistas de três personalidades do cenário político envolvidos num esquema de corrupção (Roberto Jefferson, José Dirceu e José Genoíno), veiculadas pelo programa Roda Viva, exibido pela Rede Cultura de televisão. Constituinte do gênero de informação midiática, a entrevista política se consubstancia como uma prática discursiva-social que visa atender aos apelos da vida cidadã, daí nosso interesse por ela. Além disso, cabe ressaltar que, por se tratar de discursos autênticos processados em tempo real, já que o programa é transmitido ao vivo, essa situação particular de interação teve a virtude de nos fornecer grandes unidades pragmáticas que nos permitiram evitar generalizações superficiais do fenômeno discursivo bem como nos fornecer dados mais precisos para a descrição da pergunta. Da observação dos parâmetros definidores da força diretiva da pergunta, constatamos que a direção de ajustamento mundo-palavra que ela implica refere-se à entrada do interlocutor na interação discursiva, ou seja, trata-se de um ato que incide sobre o interlocutor, fazendo-o agir em forma de linguagem, consubstanciando-se, assim, como o ato constitutivo da interação. Da relação entre a direcionalidade apontada pela pergunta e o fato de o interlocutor assumi-la ou não, revelado na resposta, constatamos quatro padrões diferentes de interação gerados a partir daí. A classificação desses padrões se deu pelo reconhecimento de que ato de fala pergunta se realiza como ato ilocucional, nos casos prototípicos, e que, quando a ele se adicionam outras intenções, ele serve de suporte para atos perlocucionais. Tendo em vista o gênero analisado, percebemos que a materialidade da interação aqui em tela impôs fortes restrições para a disposição psicossocial dos sujeitos envolvidos nessa prática de linguagem. Já que se tratava de uma interação transmitida ao vivo, tinha-se a presença virtual desse telespectador que representa a opinião pública tão cara aos políticos e às instâncias midiáticas. Assim, as instâncias de produção, aqui desdobradas em entrevistadores e entrevistados, e a instância de recepção, caracterizada pela audiência do programa, se achavam engajadas num processo de transação, no qual a primeira desempenhou o duplo papel de interpelador e testemunha do mundo, e a segunda, hipoteticamente, um papel reativo diante das trocas instauradas na e pela entrevista. Daí que tanto entrevistadores quanto entrevistados se mostraram fortemente engajados nos seus projetos de fala para suscitar interesse desse público, com fins de fazer saber, fazer pensar ou fazer sentir. Enfim, pudemos constatar que o ato de fala pergunta na situação discursiva aqui em análise, antes de ser um questionamento sobre um estado de coisas, configurou-se como uma implicatura para o sujeito, uma vez que a pergunta põe em questão o próprio sujeito, que busca, então, estabelecer uma coerência que assegurará a identidade por ele pretendida. Por outro lado, a pergunta é formulada tendo em vista o sujeito que é posto em questão, e, por meio dele, tudo o que lhe diz respeito, tudo o que o envolve. Dito de outra forma, a pergunta instaura identidades e ao interlocutor cabe reafirmá-las ou não. E ao público, cabe a função de decodificar esse simulacro da realidade exibido pelas mídias.

ABSTRACT

This paper aims to undertake an analysis of the speech act of question in a discursive-interactional perspective. From the integration between the Theory of the Speech Acts, the Semiolinguistics and the Interactionism proposed by Marcel Burger, our specific objectives were to identify the nature of this act, the particular type of action it performs, the restrictions imposed on the answers, its enunciative properties as well as its interactional-discursive dimension. Another purpose was to analyze the correlation question / answer in order to identify the effect of the imbalance of the intentionalities between them. As source of observation, the data selected for our analysis consisted of transcripts of interviews of three personalities of the political scenario involved in a corruption scheme (Roberto Jefferson, Jose Dirceu and Jose Genoíno), shown by Roda Viva program, transmitted by the Rede Cultura de Televisão. Constituent of the media information genre, the political interview consolidates itself as a social-discursive practice which intends to meet the demands of citizen life, hence our interest in it. Furthermore, it is noteworthy that as they are authentic speeches processed in real time, once the program is broadcasted live, this particular situation of interaction has provided relevant pragmatic units, which enabled us to avoid superficial generalizations of the discursive phenomenon; moreover, it furnished us with more accurate data to the description of the question. From the observation of the parameters that define the directive force of the question, we verified that the world-word direction of adjustment, which it implies, refers to the entry of the speaker in the discursive interaction, that is to say, it is an act that falls upon the speaker leading him to act in the language form, consolidating therefore, the constitutive act of interaction. From the connection between the directionality pointed by the question and its acceptance or not shown in the speaker's response, we testified four different patterns of interaction generated from there. The classification of these patterns occurred by the recognition that the speech act of question is performed as an illocutional act in prototypic cases and also that when other intentions are added to it, it serves as support for perlocutional acts. On the strength of the analyzed genre, we realized that the materiality of the interaction, here on screen, has imposed heavy restrictions on the psychosocial disposition of the subjects involved in this practice of language. Since it was an interaction broadcasted live, there was the virtual presence of the televiewer that represents the public opinion, so dear to politicians and to the media. Thus, the parties of production, here represented by interviewers and interviewees, and the party of reception, characterized by the audience of the program, were engaged in a process of transaction, in which the former performed the dual role of interpellator and witness of the world and the latter, hypothetically, a reactive role in face of the exchanges placed in and through the interview. Therefore, both interviewers and interviewees were strongly engaged in their speech projects, to arouse interest from the public for purposes of making knowing, making thinking or making feeling. Finally, we could certify that the speech act of question, in the discursive situation here analyzed, rather than being a questioning on a state of affairs, is an implicature to the subject, due to the fact that the enquiry calls into question the subject himself, who tries, then, to establish a coherency that will ensure the identity he has sought. On the other hand, the question is formulated in view of the subject that is questioned, through him, all that concerns him and everything that surrounds him. In other words, the question establishes identities and it is up to the speaker to reaffirm them or not. The public's role is to decode this simulacrum of reality shown by the media.

SUMÁRIO

Lista de Figuras e Quadros 8

INTRODUÇÃO 9

CAPÍTULO I – A PERGUNTA: DO OBJETO AO *CORPUS* 13
1.1. A pergunta como fundadora do pensamento 13
1.2. Mídia: "máquina de fabricar sentido social" 19
1.2.1. O discurso midiático 19
1.2.1.1. O gênero entrevista 24

CAPÍTULO II - A DIMENSÃO INTERACIONAL: DESCRIÇÃO DA COMPLEXIDADE DA ORGANIZAÇÃO DA ENTREVISTA TELEVISIVA-INTERATIVA 30
2.1. Os parâmetros definidores da dimensão interacional 30
2.1.1. A materialidade da entrevista televisa-interativa 31
2.2. A dupla dimensão da entrevista televisiva-interativa 33
2.2.1. A encenação discursiva no gênero entrevista televisiva-interativa 43

CAPÍTULO III - A SEMIOLINGÜÍSTICA: O QUADRO ENUNCIATIVO MEDIADO PELA PERGUNTA NO GÊNERO ENTREVISTA 51
3.1. O direito à palavra 52
3.2. O contrato comunicacional da entrevista televisiva-interativa 56
3.3. O contrato comunicacional do debate 62

CAPÍTULO IV - A TEORIA DOS ATOS DE FALA: O QUE DEFINE A PERGUNTA COMO AÇÃO? 67
4.1. Quadro teórico 67
4.1.1. Austin e os performativos 68
4.1.2. Searle e Vanderveken: a lógica de uma força ilocucional 71
4.2. Parâmetros definidores da pergunta 73
4.2.1. A lógica da pergunta 73
4.2.2. Tipos de perguntas 81

CAPÍTULO V - PERGUNTAS E RESPOSTAS NUM ENCADEAMENTO DISCURSIVO 96
5.1. A direcionalidade intencional das perguntas e das respostas 105
5.11. Padrões de interação:diferentes níveis de adequação entre perguntas e respostas 108

CONSIDERAÇÕES FINAIS 127

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 132

ANEXOS
Tipos de perguntas 135
Entrevista 1 - José Dirceu 155
Entrevista 2 - Roberto Jefferson 173
Entrevista 3 - José Genoíno 201

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

FIGURA 1 - Quadro enunciativo de Charaudeau 57

FIGURA 2 - Quadro enunciativo de Mendes 100

FIGURA 3 – Ato de linguagem: acusação 104

QUADRO 1 - Materialidade da entrevista televisiva-interativa 32

QUADRO 2 - Blocos temáticos da entrevista 34

QUADRO 3 - Estrutura geral do Programa Roda Viva 42

QUADRO 4 - Polifonia na entrevista televisiva-interativa 44

QUADRO 5 - Parâmetros definidores do ato de fala da pergunta 77

QUADRO 6 - Ocorrência dos tipos de perguntas em cada entrevista 95

QUADRO 7 - Padrões de interação 124

INTRODUÇÃO

> A razão fundamental do papel do questionamento reside no fato de que temos sempre uma questão na cabeça quando falamos ou escrevemos.
>
> MEYER, 2001, p.4

Durante muito tempo, a língua foi considerada um objeto abstrato que demandava uma descrição de seus sistemas internos. Esta concepção, de certa forma, foi responsável por criar a falsa idéia de que o valor ilocucional de um enunciado está estritamente ligado somente a propriedades sintático-semânticas.

Com o desenvolvimento da Teoria da Enunciação, temos um deslocamento do enunciado para a enunciação que vai colocar no centro da discussão dos estudos de linguagem o sujeito. Ao colocar a subjetividade como ordenadora da linguagem, Benveniste (1995, p. 284) faz surgir preocupações com os sujeitos da linguagem: sua identidade, seus estatutos, papéis e intencionalidades.

Nesse sentido, segundo Benveniste (1989, p. 139) as modalidades frasais assertivas, interrogativas e imperativas, caracterizadas por traços específicos de sintaxe e de gramática, representam atitudes do locutor que age pelo discurso sobre o seu interlocutor quer transmitindo-lhe uma informação, quer dando-lhe uma ordem ou fazendo-lhe um pedido. Assim, segundo Benveniste (1989, p. 286) *a subjetividade é a capacidade do locutor de se colocar como sujeito.* Pensar a linguagem como uma forma de agir no mundo pressupõe, então, uma orientação teórica que ultrapasse a estrutura lógico-formal dos enunciados e alcance a dimensão enunciativa em que o acontecimento discursivo é produzido. Desse modo, conclui-se que marcas lingüísticas, somente, não são suficientes para determinar a força ilocucional de um ato de fala.

Diagnosticar, assim, nossas ações linguageiras, diante de sua complexidade e amplitude, requer uma análise das condições que regem atos específicos como também das restrições circunstanciais do seu proferimento. Como salienta Mari (1998, p. 176),

> ... o território de estudos de linguagem, dominado pelo termo genérico 'processos enunciativos', acolhe inúmeras abordagens que especificam métodos e padrões de análise da atividade discursiva em torno de três objetos específicos: (a) o estatuto dos usuários na atividade discursiva; (b) as formas de inserção desses usuários na atividade descrita e (c) os efeitos práticos decorrentes de sua inserção no processo discursivo.

A integração desses objetos específicos, assinalados pelo autor, configura-se, no seu dizer "como uma condição mínima" para a análise da enunciação.

Desse modo, tendo como objetivo desta tese o estudo do ato de fala pergunta numa perspectiva discursiva interacional, uma vez que temos como fonte de exemplos para análise três entrevistas do programa Roda Viva[1], optamos por conjugar três teorias que, a nosso ver, se completam e elucidam mais precisamente nosso objeto. Para recobrir o universo de "a) estatuto dos usuários na atividade discursiva", optamos pela Semiolingüística, uma vez que essa teoria considera, mais detidamente, a questão dos sujeitos da linguagem e de seus papéis linguageiros, e como condições psicossociais regulam a atividade do sujeito na realização do ato discursivo. No centro de suas discussões está o conceito de ato de linguagem que traz em si os componentes de toda a sua sistematização, que veremos mais adiante no capítulo dois.

Pela singularidade do ato de fala pergunta de se configurar como uma ação interpessoal, uma vez que prediz uma ação, preferencialmente, lingüística a ser desempenhada pelo alocutário e de ser também ele o ato principal que faz acontecer a interação discursiva aqui em análise, ou seja, a entrevista, parece-nos que a hipótese metodológica do Modelo de Análise Modular, mais especificamente a dimensão interacional, desenvolvida por Burger, nos auxilia na explicitação sobre " b)as formas de inserção desses usuários na atividade descrita".

Dentro de um quadro mais geral, a abordagem modular parte de uma decomposição das partes constitutivas do discurso para depois descrever a lógica que preside a sua recomposição. Para isso, parte da hipótese de que o discurso é resultante da articulação de três componentes ou domínios: o lingüístico, levando-se em consideração os fenômenos lexicais e sintáticos; o textual, tendo em vista a seqüencialização e a hierarquização dos atos de discurso; e o situacional por sua ancoragem no contexto psicossocial.

Gostaríamos, entretanto, de sublinhar que não assumimos o compromisso de realizar uma análise exaustiva das diferentes dimensões, nem tampouco uma operação muito sofisticada de inter-relação entre essas dimensões. Nosso desejo de evidenciar os níveis de

---

[1] Nosso *corpus* (em anexo, no formato de CD-room, devido a sua extensão) constitui-se da transcrição das entrevistas de José Dirceu, Roberto Jefferson e José Genoíno exibidas no Programa Roda Viva.

interação que vão sendo gerados no imbricamento pergunta/resposta é que reforça nossa idéia de que esse referencial de análise é capaz de nos fornecer um instrumento adequado a ser conjugado com a Semiolingüística. Desse modo, vamos nos ater à dimensão interacional desenvolvida por Marcel Burger que nos parece fornecer à noção de contrato de Charaudeau um detalhamento interessante.

Por fim, uma vez que no centro de nossas preocupações está o ato de fala pergunta, evidentemente, recorremos à Teoria dos Atos de Fala (TAF). Entendida como uma teoria e como um instrumento de explicação da relação entre linguagem e ação, seus pressupostos nos permitem identificar os efeitos práticos decorrentes da participação dos interlocutores na atividade discursiva, apontado no item C da citação de Mari como um dos objetos a serem considerados na análise dos processos enunciativos. Avaliar estes efeitos, seguramente, pressupõe que devemos trabalhar não somente com aspectos sintático-semânticos que os viabilizam, mas também com o formato estrutural da enunciação. Assim, ao considerarmos o proferimento interrogativo devemos reconhecer, como veremos mais detalhadamente nas seções seguintes, que este ato impõe certas restrições ao alocutário, que deve assumir para si, se desejar não romper o compromisso da interlocução, o dever de responder.

Como nos assegura Roulet (2001, p. 2-3), "*L'analyse du discours ne s'oppose pas à la linguistique de la langue, mais l'entegre comme une de ses composantes, à cote des composantes textuelle et situationnelle*".[2] Assim é nessa perspectiva de integração que pretendemos realizar nossa pesquisa sobre o ato de fala de pergunta.

Considerando Meyer, citado em epígrafe, se toda nossa existência é permeada por questionamentos, se a própria ciência se alimenta de perguntas, se à filosofia interessa mais uma pergunta do que uma resposta propriamente dita, analisar este ato de fala nos parece ser uma contribuição para o entendimento de práticas discursivas que permeiam nosso dia a dia. Nesse sentido nos propomos investigar esse ato com vistas a identificar sua natureza, o tipo particular de ação que esse ato realiza, as restrições impostas às respostas, suas propriedades enunciativas bem como sua dimensão discursiva interacional. Outra preocupação é analisar, evidentemente, a correlação pergunta/resposta, visando identificar o efeito do descompasso das intencionalidades entre elas.

---

[2] "A análise do discurso não se opõe à lingüística da língua, mas integra-a como um de seus componentes, ao lado dos componentes textual e situacional."

No nosso trabalho adotamos uma divisão em cinco capítulos, que sintetizam o percurso de nossa investigação. Neste primeiro, buscamos elucidar o objeto e o corpus em análise, bem como anunciar o arcabouço teórico que norteou nossa pesquisa. No segundo, com o instrumental de análise fornecido pela Modular, mais precisamente no diz que respeito à dimensão interacional, procuramos explicitar o papel discursivo do par pergunta/resposta, e como os interactantes, no e pelo discurso, negociam suas imagens identitárias. No terceiro capítulo, abordamos os fundamentos da Teoria da Semiolingüística, cujo modelo nos permite avaliar as condições situacionais que determinam a constituição do gênero discursivo em questão. Já, no quarto capítulo, nos dedicamos a uma abordagem fundamentada na TAF, a partir de cujas categorias procuramos definir o ato de fala como ação. Nesse sentido os conceitos de ato ilocucional bem como o conjunto dos seis componentes que o formam serão os pontos norteadores de nossas análises para a definição das condições enunciativas. No quinto capítulo, busca-se elucidar o ato de fala de pergunta, com vistas a desenvolver uma discussão sobre padrões de interação entre o par pergunta/resposta e seu papel na instanciação de identidades, nesse sentido as informações depreendidas dos capítulos anteriores nos servirão para recobrir a situação interativa promovida por esse ato. Por último, apresentaremos nossas considerações finais.

CAPÍTULO I

A pergunta: do objeto ao *corpus*

1.1. A pergunta como fundadora do pensamento

Meyer (1991) ao questionar o esvaziamento da filosofia, no sentido de que esta se tornou apenas história da filosofia face ao prodigioso desenvolvimento das ciências com seu pensamento analítico, que é forçosamente não filosófico, propõe a problematologia como resposta e resgate da essência do discurso filosófico.

Para esse autor, o questionamento é o princípio ativo da filosofia. Nas suas palavras "filosofar consiste em interrogar, problematizar" (p. 14). Entretanto, o sentido do questionamento, tão caro aos gregos, foi se perdendo na medida em que não foi tematizado pela própria filosofia, isto é, ao não tomar o questionamento como seu tema principal, a filosofia, para ele, se perdeu na autonomização das proposições.

Para explicar essa autonomização proposicional, Meyer traça a trajetória dos grandes filósofos para evidenciar "este abandono da interrogatividade do espírito como um poder constituinte" (p. 68). A começar por Sócrates, que, para ele, foi quem erigiu a interrogatividade como fundadora do pensamento, Meyer aponta que, com o seu método maiêutico, esse filósofo pretendia extrair de seus interlocutores o conhecimento. Para expor as idéias de Sócrates, Platão, como seu discípulo e tradutor, adotou o diálogo aporético[3], que deixava em aberto a questão colocada, como gênero dos seus primeiros diálogos. A interrogação aqui tem uma função crítica, uma vez que, pela reciprocidade do jogo questões e respostas, o questionamento coloca os interlocutores no mesmo plano, já que seus papéis se alternam. Assim, o questionamento deixa de ser o atributo daquele que pode obter uma resposta. Aqui a pergunta, não leva a um saber objetivo, mas sim mantém a problematicidade do que é posto em questão. Para Meyer essa é a diferença entre a questão filosófica e as

[3] Segundo Abbagnano (1962, p.70), aporia (grego ἀπορία) "é usado no sentido da dúvida racional, isto é, de dificuldade inerente a um raciocínio e não de estado subjetivo de incerteza. É, portanto, a dúvida objetiva, a efetiva dificuldade de um raciocínio ou da conclusão a que leva a um raciocínio".

demais, como ele mesmo assegura "fora da filosofia, o objetivo da resposta não é estipular a questão, mas sim suprimi-la, ultrapassá-la..." (p. 47).

A partir dos diálogos da maturidade, quando seu pensamento vai se afastando do pensamento socrático e se constituindo como pensamento próprio, como podemos atestar em Paul Foulquié (1949, p. 19), "podemos distinguir em Platão, como faz Paul Janet,[4] duas espécies de dialética: um método de discurso que herdou de Sócrates e um método metafísico que lhe é próprio".

Platão passa, então, a conceber a idéia de conhecimento por dois ângulos: o sensível, particular, mutável e relativo; e o intelectual, universal, imutável e absoluto. Sócrates também fazia essa distinção, mas a diferença entre ele e Platão é que para este primeiro havia a possibilidade de construir indutivamente o conceito a partir da sensação, da opinião. Já para o segundo, não, pois para ele os conceitos existem *a priori*, inatos no espírito humano, passíveis de serem oportunamente explicitados. Assim, para Platão, deste mundo material e contingente não há ciência, devido a sua natureza inferior, mas é possível falar de um conhecimento sensível e verdadeiro, isto é, da opinião verdadeira. O mundo racional, no dizer de Platão, transcende o mundo empírico: se a ciência é objetiva, deve haver um mundo de realidades objetivas, a que Platão chamou de mundo das Idéias. A existência desse mundo ideal seria provada pela necessidade de estabelecer uma base ontológica, um objeto adequado ao conhecimento conceitual.

Como método Platão adotou a dialética. De método de provocação do diálogo como era em Sócrates, ou seja, de desmascaramento das verdades prontas, a dialética passa a método para se alcançar a verdade preexistente no mundo das idéias. Concepção esta que parte do pressuposto de que para ser verdadeiro, o juízo deve espelhar a realidade.

> Nos diálogos ditos de maturidade, a dialética fundadora do saber já não tem nada a ver com a interrogação. A concepção do *logos* que vai então prevalecer já não se baseará no par questão-resposta, mas centrar-se-á no valor objetivo da asserção. [...] O logos já não é concebido a partir da relação questionador/ respondente; o interlocutor torna-se o receptáculo do discurso assertado (p. 76).

Para Meyer esse processo de autonomização das proposições tem início aqui com Platão que fez da dialética um método de validação do *logos* (um *logos* assertivo). Se na dialética socrática, como fundadora do diálogo, perguntas e respostas podiam ser consideradas problemas, uma vez que o papel de questionador e respondente, como vimos, se alternava e aí

---

[4] JANET. *Essay sur la dialetique de Platon*, p.106.

a resposta de um podia configurar problema (ou questão, nas palavras de Meyer) para o outro, provocando, assim, o conhecimento, já que a resposta de um faz o outro pensar; em Platão, em substituição à concepção da dialética como provocadora do diálogo, vê-se o desenvolvimento de uma concepção centrada na asserção, visto que o interlocutor torna-se apenas um emissor de respostas assertivas. Com Meyer, podemos afirmar, pois, que Platão deixa de ser problematológico e passa a ser "assertológico". Como podemos verificar quando nosso autor afirma que

> Esse ter em conta as opiniões dos homens é essencial na concepção da dialética como diálogo e inessencial numa concepção centrada na asserção. [...]O enunciado não é estudado como resposta, mas sim como asserção, sendo eliminada da análise do saber, do *logos*, toda a remissão para a problematicidade. O juízo é estudado como tal no seu valor objetivo de juízo verdadeiro que se refere àquilo que existe na realidade. (p. 76)

Já em Aristóteles, Meyer nos aponta que a pergunta se torna um artifício retórico. O cientificismo que começa com Aristóteles coloca de um lado a ciência e seu método, e do outro, o campo do inter-humano, a dialética. Desse modo a dialética que em Platão era um método, em Aristóteles deixa de ser científica e fragmenta-se em retórica, tópica e poética. Aristóteles considera a pergunta como meramente refutativa, já que ele a inscreve no processo argumentativo, ou seja, a coloca no nível das opiniões.

Se em Sócrates a pergunta era motor do conhecimento, em Aristóteles se transforma num artifício retórico (p. 67). Para Aristóteles (apud Meyer, p. 105) "não se pode interrogar, pois não se pode provar uma mesma conclusão por meio de dados opostos". Para ele, à ciência cabe o estabelecimento da verdade de uma proposição por meio da demonstração. O conhecimento demonstrativo, segundo Meyer, sob domínio do silogismo, próprio de Aristóteles, é resultado de sua concepção de inferência, em que nada de problematológico aparece, uma vez que na conclusão inferida não há nada além do conteúdo já contido nas premissas.

Vê-se assim que a dialética de método de discussão, ou seja, a "interrogatividade em ação" (p. 89) foi substituída pela ciência, enquanto conhecimento calcado na assertividade. E para Meyer, esse deslocamento da interrogação para a "cientificação do pensável" (p. 92) foi a grande virada da filosofia ocidental. A esse deslocamento Meyer denominou de "recalcamento do questionamento" (p. 149), assim ele afirma que "a problematicidade, característica da filosofia, vai ser naturalmente substituída pela pretensão de verdade, uma verdade puramente assertiva, se não mesmo autônoma e científica" (p. 149).

Nessa perspectiva, a partir de Descartes, a razão ocidental na modernidade vai se afirmar, nas palavras de Meyer, como uma estrutura assertiva, relegando à irracionalidade tudo o que revele sua crise interna. Apesar de o pensamento cartesiano iniciar-se com a dúvida metódica que valoriza o questionamento, segundo Meyer, ele transpõe essa dúvida resolvendo-a com a assertividade do *Cogito*. Ao colocar o pensamento como condição última da existência, "penso, logo existo", institui-se a evidência das idéias claras e distintas- inatas- como garantia da racionalidade humana. Meyer propõe, com sua problematologia, a passagem da racionalidade proposicional à racionalidade interrogativa face à crise cartesiana e à herança contemporânea: "A crise da razão é assim antes de qualquer coisa uma crise da consciência como o lugar da reflexividade absoluta, principial, que ganhou finalmente a totalidade do *logos*" (p.127).

O racionalismo que não percebe a totalidade do discurso promove a "autonomização das proposições", relegando o estudo da língua apenas ao nível do enunciado. Embora a partir de Heidegger a linguagem passe a ser o elemento central de toda discussão filosófica do século XX, com a sua afirmação de que o homem é um ser de linguagem, e, portanto, fazendo com que a linguagem passe a se auto-referenciar, isto é, a linguagem passe a ser objeto privilegiado de estudo nas questões humanas, Meyer afirma que isso não alcançou o desprendimento do proposicionalismo. A idéia de pano de fundo é a de que a asserção é a atividade fundamental da linguagem. Estuda-se, pois, a linguagem sob a ótica da racionalidade assertiva, porque a asserção é o fundamento da autoridade, da ideologia, uma vez que a partir de afirmações categóricas é muito mais fácil manter o *status quo* do que se se considerar o homem como ser de pergunta. A postura de Meyer é pensar uma racionalidade que não seja baseada na asserção e sim na pergunta.

Dessa forma, ao propor a problematologia como estudo do questionamento como atitude básica, fundante do ser humano, ou seja, ao pensar o questionamento, a atitude questionadora, a ação de questionar, como central nas atividades humanas, Meyer alcança a interrogatividade radical, considerando o questionamento que revolve as raízes do tema questionado para perceber os princípios que organizam o pensamento. O questionamento é incontornável, porque o homem é um ser de pergunta. Para ele "toda asserção responde a uma questão na qual se origina. O espírito só progride colocando questões e não racionalizando dedutivamente resultados que já não são resultados de nada por força de resultarem de si próprios" (p. 126).

Ao falar de uma interrogatividade do espírito, ele desloca o problema da pergunta do âmbito da linguagem para o âmbito do espírito humano como se o homem fosse

constituído por uma postura interrogativa diante do mundo. Assim a pergunta, nessa perspectiva, é mais que um ato de fala, constituindo-se como uma necessidade de espírito: "O ser é um operador problematológico na medida em que abre a questão à multiplicidade do responder e à identificação da resposta" (p. 130).

Desse modo, para a problematalogia de Meyer, a questão ou a pergunta é importante na medida em que traduz um problema: "quando digo 'questão' devia talvez ser mais preciso e dizer problema" (p. 74) . Para ele não é a forma interrogativa que determina o fato da interrogação/questionamento, mas sim o caráter problemático. Toda asserção, na sua forma, pode facilmente tornar-se uma questão, no sentido de um problema posto em questão. Mas o que é colocar em questão? O que é ser um problema? Segundo Meyer, é uma intervenção que promove o desenvolvimento de um raciocínio, que na dialética como diálogo é promovido pelo *logos* empregado por cada um dos interlocutores. *Logos* este que, para ele, é unidade de uma diferença que pressupõe uma convertibilidade inscrita nele mesmo: de um lado apocrítico, uma vez que é o lugar da resposta; e de outro, problematológico, no sentido de que diz o que faz questão. Cada interlocutor, ao longo da discussão, diferencia as questões e as respostas como tais. Assim a asserção de um pode tornar-se problemática e ser objeto de questão para o outro. Desse modo, "o que conta como resposta depende do interlocutor que o afirma e, se essa resposta se revelar um problema, só o é para o outro interlocutor" (p. 75). Daí a idéia desse autor de que uma questão pode ou não aparecer sob a forma interrogativa, uma vez que ela advém de uma problematologia.

Uma relação problematológica se caracteriza, pois, pelo fato de que uma questão implica uma resposta, isto é, "de um dado problema se passa diretamente ou não para a resposta" (p. 134), porque, ainda que se dê muitas voltas, todo problema implica uma resposta – o que não significa dizer que exista uma resposta que vá completar aquela pergunta, mas sim que todo problema ou toda pergunta abre um leque de possibilidades de respostas que obriga o sujeito respondente a fazer uma escolha.

Meyer ao concluir sobre a problematologia sublinha a interrogatividade como condição inerente ao homem, afirmando que "longe de fundar o questionamento, o homem é definido por ele" (p. 272), e propõe o regresso ao sentido original do questionamento socrático. Frente ao niilismo, para o qual "tudo é vão", segundo Niestzche (apud Abbagnano, p. 682), e o racionalismo radical que, segundo Meyer, implica um fundamento ontológico e uma necessidade do absoluto, o autor aponta o enraizamento interrogativo como saída para essa crise intelectual, isso porque, nas suas palavras,

> As questões, quer apareçam na ciência ou nos textos literários, no fundo pouco importa, fazem pensar devido ao que pedem e não dão: devido a, no mais fundo de si próprias, elas implicarem que sejamos postos em questão, somos obrigados a defendermo-nos, a explicarmo-nos, a estabelecer uma coerência que assegurará a identidade existencial daquilo que somos e queremos acima de tudo ser (p. 273).

Vê-se aqui que o autor coloca o questionamento como fundamento do conhecimento, visto que, para ele, somente as questões são originárias, porque abrem para uma pluralidade de respostas, diante da qual o respondente terá que fazer sua escolha e assim o faz porque, em primeiro lugar, ele coloca questões a si próprias. Colocando-as a si próprio, ele se obriga a fazer escolhas e, ao escolher caminhos, ele define sua identidade. Somos, pois, levados a levantar a hipótese de que o ato de fala pergunta é instaurador de identidades e cabe ao interlocutor reafirmá-las ou não.

Nesse sentido o ato de fala de pergunta apresenta-se como um ato ilocucional importante a ser estudado, pois, se por meio dele o sujeito envolvido na ação linguageira é "posto em questão" e obrigado a se revelar como tal ou como deseja ser, a partir desse ato podemos, até certo ponto, falar da identidade e intencionalidade desse sujeito engendrado no jogo pergunta/resposta. Nesse sentido, ao recorrermos a Meyer, intentamos, com ele, dar relevo ao nosso objeto de pesquisa. Se, como dito acima, a pergunta põe o espírito em movimento pela solicitação implicada nela, e daí os sujeitos têm que se posicionar, e ao fazer isso se mostram, se revelam; analisar um *corpus* como o nosso, que se configura numa entrevista televisiva-interativa de cunho político, como especificaremos na seção seguinte, é de suma importância para a vida cidadã, uma vez que estamos a falar de sujeitos que fizeram parte da política do país, que se mostram via uma emissora que presta um serviço público de informação.

Nosso trabalho se inscreve na área dos estudos lingüísticos pelo viés da Análise do Discurso, sendo assim, analisaremos pontualmente um *corpus* determinado, dentro de uma perspectiva empírico-dedutiva, na qual partimos da observação de fatos de linguagem para tentar compreender o funcionamento da linguagem como um todo.

Acreditamos também que nossa escolha de coadunar as três teorias, a TAF, a Semiolingüística e o interacionismo de Burger, como dito anteriormente, encontra respaldo no afastamento do pressuposto teórico do proposicionalismo, apontado por Meyer, uma vez que ao adotar diferentes perspectivas teóricas que se complementam, estamos promovendo uma problematização sobre a pergunta e analisando-a dentro de uma situação de discurso específica que implica, evidentemente, os sujeitos, suas identidades e intencionalidades. Nossa análise afasta-se, pois, da visão dos fatos lingüísticos como realidade autônoma, tão

censurada por Meyer, por configurar-se como uma postura que nega o contexto que para ele é "um operador problematológico essencial" (p. 211).

Meyer aponta para um fato lingüístico na medida em que a ação de questionar subentende, necessariamente, a continuidade da elaboração do discurso, uma vez que o ato de fala pergunta pressupõe a ação da resposta ou atitude responsiva como complementar à pergunta, ou seja, a toda pergunta segue uma resposta.

1.2. Mídia: "máquina de fabricar sentido social"

Segundo Charaudeau (2006, p. 16), "se queremos estudar os discursos que se manifestam e circulam nos lugares sociais, precisamos de uma categorização deles". Nesse sentido os conceitos de discurso midiático e gênero nos parecem ser categorias a serem consideradas aqui por darem conta de especificar melhor nosso *corpus*. O conceito de discurso midiático nos interessa na medida em que nosso *corpus* se inscreve nesse universo, e o conceito de gênero, por se tratar de um constructo conceitual que engloba dimensões amplas que recobrem uma vasta extensão dos fatos de linguagem.

1.2.1. O discurso midiático

A mídia, ao longo de sua história, tem exercido um papel importante na forma como as pessoas absorvem o mundo. Pelo senso comum, o discurso da mídia é apreendido como o discurso da autoridade, com um aspecto de fazer saber muito acentuado que lhe confere, até certo ponto, um elevado grau de credibilidade. Há uma concepção bastante difundida e generalizada de que a mídia reflete a realidade. De maneira geral, as pessoas tendem a acreditar naquilo que recebem dos meios de comunicação de massa como verdades absolutas e muitas agências de informação, por seu turno, se esforçam em fazê-las crer que não há outro modo de interpretar a realidade a não ser da forma como eles a codificam. Nessa perspectiva, o conhecimento advindo da mídia não é, pois, oferecido como um dos possíveis, mas como o único possível. Assim as representações difundidas pela mídia adquirem um peso ao serem consideradas objeto de conhecimento comum. No caso específico da temática preponderante nas entrevistas por nós analisadas, isto é, o suposto esquema de corrupção dentro do governo, a mídia ocupou lugar central como podemos atestar, abaixo, pelas palavras do deputado Roberto Jefferson que atribui à imprensa investigativa o mérito de desvelar os meandros do esquema:

> **1**(2 – 157-160) **RJ**[5]/[6]- Vocês estão desmontando. Vocês, eu tenho lido o Estadão, tenho lido a Isto é, tenho lido a Folha, tenho lido o Jornal do Brasil, tenho lido o Globo, vocês estão desmontando, vocês estão provando, a imprensa está provando a existência do mensalão e a imprensa, a meu ver, já ouvia fortes rumores do mensalão ano passado.

A cognominação de quarto poder atribuída à mídia surge da idéia de que cabe a ela o poder de fiscalizar os três poderes constitucionais. Entendido assim como um contrapeso dos outros poderes, o quarto poder surge como instância de debates dos setores articulados da cidadania de expressão de opinião. Vê-se aqui o sentido político que lhe é atribuído.

Entretanto para Charaudeau (2006, p. 18) a designação de quarto poder se origina da idéia de manipulação decorrente do fato de que a mídia impõe a realidade social construída por ela. Segundo o autor, a informação é essencialmente uma questão de linguagem, sendo assim, na contingência de criar um produto que atinja um público em esfera cada vez maior, a mídia acaba por criar uma imagem fragmentada da realidade que atenda a seus objetivos. "Se são espelho, as mídias não são mais que um espelho deformante" (p. 20).

Se essa etiqueta, quarto poder, traduz a idéia de uma mídia como fiscalizadora e formadora de opinião, uma característica fundamental é ser credível. Entretanto, com a formação de grandes oligopólios da imprensa brasileira, percebe-se que essa credibilidade vai sendo colocada em dúvida. A ambigüidade central presente hoje nas mídias, de um lado desempenhar uma função pública e de outro atender a interesses de uma empresa privada, tem gerado uma desconfiança em relação a sua qualidade e ação.[7] A essa realidade Charaudeau (p. 21) denominou de dupla lógica a que as mídias estão submetidas: a lógica econômica,

---

[5] Nos exemplos, usaremos o número cardinal em negrito para indicar a seqüência de exemplos utilizados ao longo do trabalho. Entre parênteses a numeração à esquerda refere-se ao anexo de onde foi extraído o exemplo e o numeral seguinte, após o travessão, à linha do texto em que se encontra tal excerto.

[6] Os exemplos que serão analisados no decorrer deste trabalho constituem-se, em alguns casos, a depender do tipo de análise que se pretenda fazer, de passagens mais extensas, que configuram uma troca, por assim dizer, completa, delimitada pelo tema abordado na interação.

[7] Prova disso é o surgimento do quinto poder, alternativo e fiscalizador do quarto poder, resultante de iniciativas de organizações não-governamentais e de grupos sociais variados, como, por exemplo, o Observatório da Imprensa, organizado no Estado de São Paulo pelo Labjor (Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo), da Unicamp, que se desenvolveu sob a égide do Comitê Gestor Internet no Brasil na versão online, iniciada em abril de 1996, é um projeto do Projor – Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo, organização social sem fins lucrativos constituída em abril de 2001. Já o Observatório Internacional da Mídia começou a tomar forma durante o 2º Fórum Social Mundial, realizado em fevereiro de 2002 na cidade de Porto Alegre. Segundo Ignácio Ramonet (Publicado na edição brasileira do *Le Monde Diplomatique*, n. 45, outubro de 2003, <www.diplo.com.br>; tradução de Jô Amado; intertítulos da redação do *OI*) ele "constitui um contrapeso indispensável ao excesso de poder dos grandes grupos de comunicação que impõem, em matéria de informação, uma única lógica – a do mercado – e uma única ideologia – a do pensamento neoliberal. Esta entidade internacional pretende exercer uma responsabilidade coletiva, em nome do interesse superior da sociedade e do direito dos cidadãos a serem bem informados".

relativa aos interesses de mercado, uma vez que se tratam de empresas de informação; e a lógica simbólica, já que à mídia é conferida esse papel de espaço de construção do imaginário social. Especificamente, para Charaudeau, o cidadão necessita da informação midiática para se orientar em seu posicionamento. Dessa forma, a mídia é construtora do espaço da cidadania na medida em que instaura a ordem do público. Portanto, aqui podemos verificar a importância da mídia para o exercício da democracia, uma vez que a informação é fundamental nesse processo, ou seja, "é o contrato de comunicação midiático que gera um espaço público de informação e é em seu próprio quadro que se constrói a opinião pública" (Charaudeau, p. 115).

Outro exemplo que podemos extrair do *corpus* que ilustra bem esse papel importante que a mídia tem nas sociedades modernas, mas também dúbio, são as palavras de outro entrevistado, o Ministro da Casa Civil, na época, José Dirceu (**JD**), que questiona esse papel exagerado atribuído à imprensa de ser a detentora da verdade. Ao ser indagado pelo entrevistador Fausto Macedo (**FM**) se aceitaria uma acareação pública entre João Francisco, irmão de Celso Daniel, prefeito de Santo André assassinado, Gilberto Carvalho, na época, Chefe de Gabinete da Presidência da República e ele, **JD** responde com veemência:

> **2**(1 – 351-353) **JD**- Não, nós estamos em uma democracia. Não, a imprensa não pode substituir a justiça. Eu não posso aceitar isso. Isso viola a democracia.

No caso específico do nosso *corpus*, a emissora de televisão, a TV Cultura, que veicula o programa de entrevistas de onde extraímos nossos exemplos para análise, é mantida pela Fundação Padre Anchieta, instituída pelo Governo de São Paulo em 1967. Caracteriza-se como uma emissora pública cuja orientação filosófica[8] é a qualidade na programação que visa um universo amplo de audiência, ou seja, um trabalho voltado para os diferentes segmentos da sociedade sem maiores vínculos ideológicos, buscando uma isenção, uma neutralidade. A adjetivação pública para esse serviço de radiodifusão confere a essa emissora um forte valor simbólico para a formação das representações sociais, pois isso a afasta, até certo ponto, do interesse mais comercial. Os pilares que estruturam a programação dessa emissora são a educação, a cultura, o entretenimento e a informação. Este último, no qual se encaixa nosso *corpus*, é definido como uma programação jornalística "independente, pluralista, informativa e, também, pedagógica".

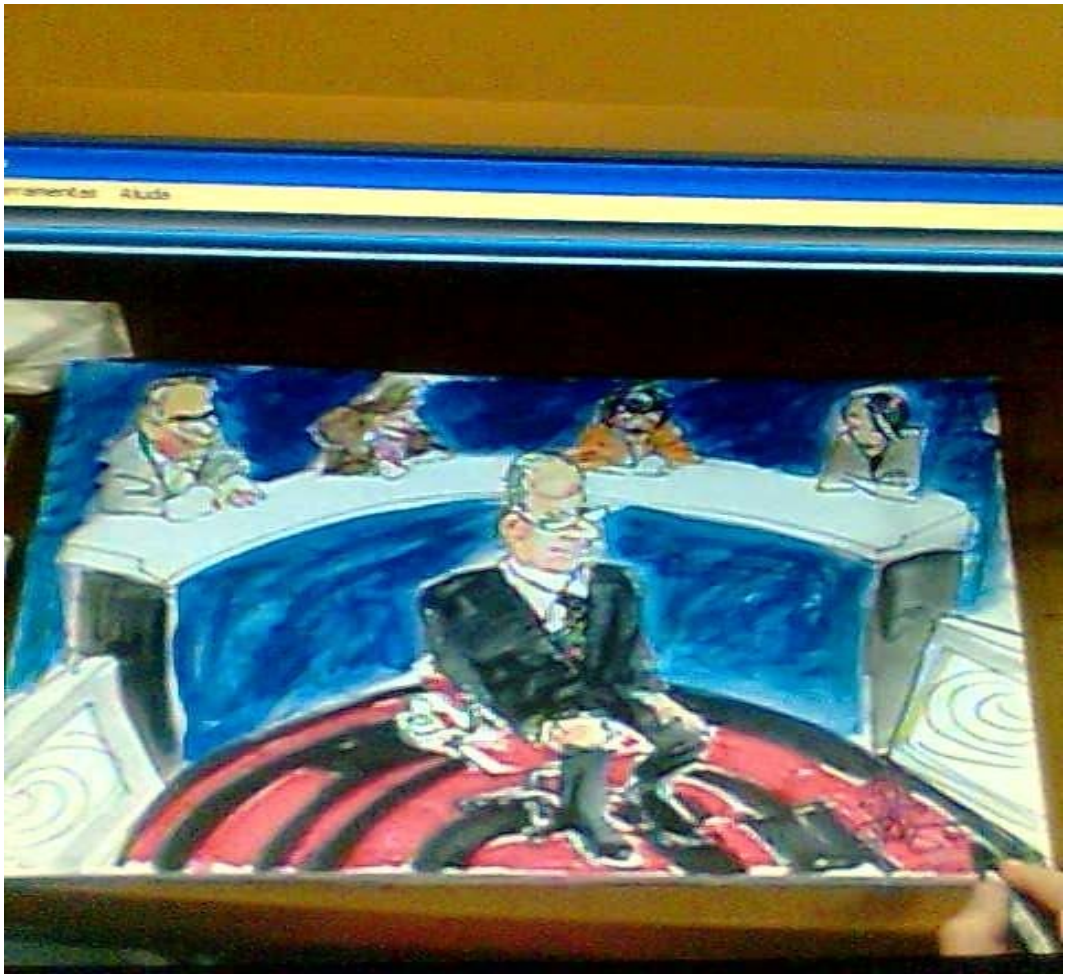
[8] Conforme site oficial www.redecultura.gov.

Mesmo se tratando de uma emissora pública, que se auto define como independente de interesses e "não se submete à pauta imposta pelos meios de comunicação de massa, pelos interesses do mercado ou pelos interesses conjunturais do poder político ou econômico", não podemos nos esquecer dos interesses de cada um dos envolvidos na cena discursiva da entrevista. Como salienta Burger (2002, p. 203) "a mídia produz um discurso institucional na medida em que intervém em contextos nos quais pelo menos um participante representa ou pertence a uma organização formalizada". No caso aqui em pauta, vemos que os convidados, ao desempenharem o papel de entrevistadores, são representantes de diferentes empresas de comunicação midiática, e por sua vez, porta-vozes, até certo ponto, dessas organizações, evidenciando, de certa forma, o caráter pluralista de fazer jornalismo da emissora e esse vínculo institucional, sublinhados acima. Além disso, não podemos nos esquecer da audiência que toda emissora tem como meta. Isto impõe, até certo ponto, à emissora a preocupação de oferecer programas que consigam atingir os telespectadores e ampliar esse número. Daí que muitas vezes surge a necessidade de produzir o espetáculo para o consumidor.

Nesse sentido nos parece que o nome do programa, Roda Viva[9], de certa forma, acaba por acentuar ao programa um tom polêmico, dinâmico que poderia suscitar no público o desejo de conferir. Acertadamente esse nome ilustra o formato do programa: os entrevistadores se posicionam em círculo, num plano acima ao do local ocupado pelo entrevistado, o que lembra uma arena. A charge[10] abaixo retrata o formato de arena que o programa apresenta:

[9] Segundo Houaiss (p. 2467), esse substantivo significa: **1** "movimento incessante, atividade, azáfama, inquietação; **2** grande atrapalhação, barafunda, confusão".

[10] Aproveitamos, aqui, a charge que o cartunista do programa, Paulo Caruso, fez no início da entrevista de José Dirceu, para explicitar o formato do programa que remete à imagem de uma arena.



Nos antigos circos romanos, a arena era o local onde combatiam os gladiadores e as feras. Esses espaços já foram interpretados por historiadores como parte de uma política para alimentar e divertir a população ociosa e também como local onde povo e o Imperador se confrontavam. Dessas duas concepções, a idéia que se destaca e que é peculiar às duas é a do conflito em espaço público. Esse aspecto é bastante sugestivo para o *corpus* em análise. No centro do palco, estão personalidades fisicamente presentes diante dos seus interlocutores com o direito a alternância nos turnos de fala, numa situação de enfrentamento. A cada semana, a primeira imagem do programa é a tomada aérea do estúdio, em espiral, que vai se fechando sobre o entrevistado, dá um giro rápido pelos entrevistadores até parar no jornalista mediador que inicia o programa. Trata-se, pois, de uma estratégia metalingüística, no sentido de evidenciar o intuito do programa bem como o seu nome.

Ao elegermos um produto midiático como *corpus* de análise, objetivamos contribuir para a compreensão e explicação do funcionamento dessa "máquina de fabricar sentido social", nos termos de Charaudeau (2006, p. 29), uma vez que faz circular conteúdos simbólicos de todas as ordens e que tem o poder transformador de reestruturação dos espaços

de interação, proporcionando novas configurações aos esforços de produção de sentido, o que representa para o analista uma fonte de informações instigante. Embora nossa empreitada recubra um recorte específico nesse universo que hoje é a produção midiática, acreditamos que nesse movimento de análise de fenômenos específicos com categorias de análises próprias a cada tipo de investigação que se pretenda fazer, é que o analista do discurso dá sua contribuição para o entendimento dessa realidade tão mais complexa que é a linguagem.

1.2.1.1. O gênero entrevista

A noção de gênero, advinda da retórica antiga e clássica, é retomada pela análise do discurso no reconhecimento das práticas discursivas. Para Charaudeau (2004, p. 251) um gênero é determinado pelo entrecruzamento de níveis: o situacional, o discursivo e o textual. O primeiro diz respeito às características que restringem a troca linguageira, como a identidade dos sujeitos envolvidos e os lugares ocupados por eles, a finalidade e o propósito com os quais eles se colocam nessa troca, bem como as circunstâncias materiais nas quais a troca se realiza. O segundo nível refere-se às restrições discursivas, ou seja, aos modos de tratamento do discurso, mais ou menos codificados em acontecimento comentado, relatado ou provocado. E, por fim, o terceiro nível, relativo a recorrências linguageiras-formais, mais ou menos regulares.

Embora esse mesmo autor confesse a instabilidade do termo ao dizer

> não saberia bem dizer o que poderíamos chamar por gênero: as constantes do contrato situacional? Mas onde está a indicação formal? As constantes da organização discursiva? Mas o que dizer de sua variação? As constantes formais? Mas o que dizer de sua circulação nos gêneros diferentes? (Charaudeau, 2004, p. 38),

ele reafirma a importância desse conceito por ser uma terminologia clara que dá conta de recobrir, na articulação e correlação daqueles três níveis,o contrato global que rege diferentes trocas linguageiras.

Mari (2004, p. 60) também sublinha a relevância da noção de gênero para o estudo de fatos do discurso ao afirmar que "nenhuma categoria parece, no momento, reunir tantas propostas conceituais, tantos caminhos a trilhar na busca de uma compreensão da diversidade das práticas discursivas (...)".

Ao categorizar a entrevista dentro do gênero informação midiática, Charaudeau (2006, p. 214) a caracteriza como uma situação dialógica na qual os parceiros estão fisicamente diante um do outro, e a seqüência temática e alternância de turnos de fala são

controladas pela instância entrevistadora, legitimada pelo seu papel de questionador. Esse contrato midiático supõe um dispositivo triangular formado por um entrevistador e um entrevistado, como vimos, e um terceiro, o público. O primeiro tem sua legitimação conferida pelo seu papel de *fazer falar*; o segundo, pelo *fazer saber*; e o terceiro, *querer saber*.

Como variante desse gênero, entre outras, o autor aponta a entrevista política. O atributivo "política" se define pelo propósito da entrevista concernir à vida cidadã, devido ao seu tema e à identidade do entrevistado. Nesse tipo de gênero, o entrevistado, por participar da vida política, sabe que terá que medir suas palavras para não ser interpretado de maneira que não convenha a ele ou ao grupo que representa. Desse modo, compete ao entrevistador o papel de extrair do convidado o máximo de informações possíveis e fazer vir à tona, por meio de provocações, insinuações e ironias, as intenções ocultas do entrevistado. Nas palavras do autor (idem, p. 215) "esse gênero se baseia num é-preciso-dizer-a-qualquer-preço".

Como fonte de observação das questões que envolvem a prática discursiva, o *corpus* selecionado para nossa análise é constituído de transcrições[11] de três entrevistas do Programa Roda Viva, da Rede Cultura de São Paulo, como dito anteriormente. Essa emissão televisa em rede nacional, com transmissão ao vivo, configura-se como um programa de entrevistas em que há um jornalista, Paulo Markum (**PM**), que, até certo ponto, é o mediador das intervenções de sete a oito jornalistas, representantes de jornais e revistas de referência, bem como o responsável por explicitar a intervenção do telespectador, que participa por meio de ligação telefônica, envio de fax ou mensagem pelo correio eletrônico. Mediar uma situação de interação como essa não é nada fácil como o próprio jornalista, em uma das entrevistas, confessou:

> **3**(1 – 891-905) **PM** - Ministro! Antes de a gente falar do intervalo, eu queria registrar: o professor Emilson Nunes da costa de Volta Redonda – Rio de Janeiro pergunta: Se daria para prestigiar mais o telespectador que gasta impulso e demora para conseguir ser atendido (é verdade) e eu faço apenas duas entradas com perguntas de telespectador. Eu queria registrar que Gabriela Antunes perguntou/ e Francisco Lemos /perguntaram/ sobre o caso Celso Daniel e a questão já foi respondida. Antonio Daniel de Araraquara perguntou sobre Lei dos bingos, foi respondida, não foi citado o nome dele porque outros participantes aqui da bancada fizeram. Rogério Lagos fala da articulação política, a questão foi abordada.

[11] Ao transcrevê-las, não nos ocupamos de critérios que nos permitissem revelar certas peculiaridades da língua oral, uma vez que nossos objetivos não se pautam nesta questão. Nosso trabalho consistiu em transcrever as intervenções de cada participante da cena enunciativa dentro das normas da língua escrita. Os turnos de fala são marcados pelas iniciais de cada nome e sobrenome dos locutores, conforme detalhamento na página sobre siglas e abreviações. O duplo colchete ([ ]), indicam sobreposições de vozes; a barra (/), reformulações; as reticências indicam que o enunciado não foi completado por interrupção de outro falante; e os números à margem esquerda, referem-se simplesmente às linhas do texto resultante da retranscrição. Devido à extensão do universo de dados, buscamos selecionar exemplos que fossem mais elucidativos para as análises.

> Também Rui Brasil de Bicheira, bancário, sobre a questão de Valdomiro Diniz, foi citado. Edson Antônio de São Paulo capital, aposentado, sobre o caso Valdomiro Diniz. Os 10 milhões de empregos - Adão José Cardoso de Paulínia, administrador de empresas, foi falado. Ronaldo Cardoso de São João Climaco, comerciário, se o ministro aceitaria a retornar pra coordenação política, foi dito. Talvez não tenha sido respondido da maneira que o telespectador quer, mas, a gente perguntou! Gastão de Souza Filho... (...)[12]
> (1-928-922) Pascoal de Souza de Vila Mariana, a questão da vergonha, do orgulho do PT. Jair Silveira que há cinco anos participa, acompanha o Roda-Viva e nunca teve o nome citado, tá citado, qual a razão do governo contratar tantos cargos de confiança. Enfim, só pra justificar que enfim o mediador aqui tem suas dificuldades também como disse o ministro José Dirceu: a vida é dura!

Além de atestar a dificuldade de mediação, este exemplo nos serve também para evidenciar a pertinência e atualidade das perguntas, não é por acaso que as questões demandadas pelos telespectadores já teriam sido respondidas, ou pelo menos indagadas, pois são da ordem do dia. Essa característica marca bem o propósito do programa. Para Charaudeau (2006, p. 150) o acontecimento midiático é construído segundo três critérios: o de atualidade, o de expectativa e o de sociabilidade. O primeiro critério refere-se ao fato de que a informação midiática deve recobrir uma temporalidade co-extensiva a do sujeito informador-informado, daí a atualidade dos fatos. O segundo, diz respeito à captação do interesse do sujeito alvo, logo a informação deve jogar com o previsível e o imprevisível, para chamar e prender a atenção do público. Já o terceiro critério refere-se ao que circula no espaço público que deve ser compartilhado e divulgado, ou seja, o que está na ordem do dia é de interesse público. Nesse sentido, podemos constatar que a temática das entrevistas, o formato do programa e as estratégias usadas recobrem esses três critérios apontados pelo autor.

O quadro enunciativo do programa também é bastante peculiar e complexo, já que se caracteriza por um quadro de entrevista em que se sobressaem ocorrências de interação face a face (mediador-entrevistado, mediador-convidados e convidados-entrevistado) e por um quadro midiático, nos termos de Burger (2004, p. 179), em que vemos a interação indireta (mediador-telespectadores, telespectadores-entrevistado, entrevistado-telespectadores, convidados-telespectadores). Trata-se, pois, de um gênero particular de discurso midiático: o de entrevista televisiva-interativa.

O fato de ser uma transmissão ao vivo, além de favorecer a participação do público, como dito anteriormente, faz do telespectador uma testemunha ocular das reações de cada um dos sujeitos envolvidos nesse jogo interativo. Para o cidadão-telespectador, é uma

[12] Aqui há a sinalização de que a fala do mediador foi cortada por outras falas e retomada mais adiante. Usamos desse artifício nesse exemplo porque o que nos interessava aqui era mostrar a fala do mediador como um todo, daí a desconsideração das intervenções dos demais, que podem ser observadas na íntegra no *corpus* em anexo.

oportunidade de ver e ouvir esses atores da história de seu país se colocarem e, a partir daí, ele próprio ir tecendo suas análises e conclusões. Trata-se, assim, de um espaço de debate de diferentes pontos de vistas, uma prática democrática de fazer jornalismo e de ajudar na construção da opinião pública e da cidadania. Esses aspectos favorecem a realização de um discurso autêntico, uma vez que se trata de um evento processado em tempo real, o que dá margens a imprevistos. A ritualização do programa, conferida por um cenário típico indiferente das situações interativas que ali acontecem, pelo horário semanal de exibição e por ter como mediador sempre o mesmo jornalista, contribui, segundo Burger (1999, p. 39) para pregnância do formato do programa na subjetividade do telespectador, que antevê, até certo ponto, o que será exibido. Por outro lado, o quadro midiático, entendido, segundo esse mesmo autor, como a caracterização técnica (os dispositivos tecnológicos próprios da televisão, como câmera, cabos, luzes, micros) que lembra a materialidade que envolve a entrevista, é realçado por tomadas aéreas do cenário ao longo das entrevistas. Além disso, o mediador, de tempos em tempos, se dirige à câmera como também lê as perguntas enviadas, o que é uma maneira de evidenciar o contato com os telespectadores. Entretanto, em interações conflituosas como as nossas em análise, o que se observa em algumas passagens é o aspecto de entrevista se perder e sobressair o debate. Característica que será detalhada posteriormente.

As edições por nós selecionadas correspondem às entrevistas de três personalidades envolvidas num esquema de denúncias de corrupção: o mensalão. Esse neologismo, derivado da variante mensalidade, denomina o esquema de arrecadação de recursos financeiros para pagamento a parlamentares para votarem a favor de projetos do Poder Executivo. O termo popularizou-se após a publicação da entrevista do Deputado e, naquela época, presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson, no dia seis de junho de 2005, pelo jornal Folha de São Paulo. Nessa entrevista, Roberto Jefferson, embora fizesse parte da base aliada do governo e também estivesse comprometido, denuncia esse esquema de corrupção. Após o estopim da crise, que se caracterizou pela exibição de um vídeo, que foi ao ar pelas principais emissoras de televisão, que mostra o diretor, naquela época, do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, recebendo a quantia de três mil reais, referente a um suposto adiantamento para garantir uma fraude de licitação, Roberto Jefferson sente-se acuado e abandonado por alguns de seu partido, uma vez que esse esquema seria supostamente gerido por ele e pelo, até então, diretor da Administração dos Correios, Antônio Osório Batista. Assim, ele se coloca na posição de denunciante desse esquema.

Essas três personalidades envolvidas no escândalo e escolhidas por nós foram: o, até então, Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu; o, ainda, até aquela ocasião, Deputado Federal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Roberto Jefferson e o, até aquela data, Presidente do Partido dos Trabalhadores (PT), José Genoíno, na ordem em que foram ao ar. Estas entrevistas, comercializadas em DVD pela Rede Cultura, totalizam cerca de cinco horas de gravação, e suas transcrições foram realizadas por nós no período de dezembro de 2005 a fevereiro de 2006.

Na primeira entrevista, exibida em 16 de maio de 2005, José Dirceu (**JD**) é apresentado como "o nervo político do Governo", "o homem forte do Governo, para alguns o mais forte". Essas adjetivações justificam a importância da entrevista e o interesse que ela suscitou no público. O tema mais geral que perpassou as intervenções foi sobre suas atribuições na Casa Civil e seu suposto envolvimento na série de denúncias sobre corrupção. O grupo de jornalistas que o entrevistaram foram Fausto Macedo (**FM**), repórter de política do jornal Folha de São Paulo; Tereza Gruvinel (**TG**), colunista política do jornal o Globo; Thaís Oyama (**TO**), editora de Brasil da Revista Veja; Valdo Cruz (**VC**), diretor da Sucursal de Brasília da Folha de São Paulo; Denise Rothemburg (**DR**), colunista do Jornal Correio Brasiliense; Luís Nacif (**LN**), comentarista de economia da TV Cultura; e Mac Magolis (**MM**), correspondente da News Week.

A segunda entrevista, em 20 de junho do mesmo ano, teve como convidado o Deputado Federal, Roberto Jefferson (**RJ**), predicado como "o homem que paralisou o Congresso e o Governo". Responsável pela queda de José Dirceu, o, até então, parlamentar, nessa entrevista, falou sobre seu papel como autor das denúncias e sobre o esquema de corrupção. Para entrevistá-lo, foram convidados os jornalistas Expedito Filho (**EF**), repórter do jornal Folha de São Paulo; Alexandre Machado (**AM**), editor de política da TV Cultura; Thales Faria (**TF**), chefe da sucursal de Brasília da revista Isto é; Renata Loprete (**RL**), editora da coluna Painel da Folha de São Paulo; Sérgio Prado (**SP**), chefe da sucursal de Brasília da Gazeta Mercantil e do Jornal do Brasil; e Ilimar Franco (**IF**), repórter de política do Jornal o Globo.

Por fim, a última entrevista trouxe para o centro do Roda Viva, em 4 de julho, um dia antes da reunião da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores que definiria o afastamento de seu presidente, José Genoíno (**JG**), apontado como avalista do esquema de empréstimo ao partido. Para entrevistá-lo foram convidados os jornalistas Mauro Chaves (**MC**), editorialista do jornal Estado de São Paulo; Sérgio Lírio (**SL**), editor da revista Carta Capital; Merval Pereira (**MP**), colunista do Jornal O Globo; Florência Costa (**FC**), sub-editora

da editoria Brasil da revista Isto é; Eliane Catanhede (**EC**), colunista da Folha de São Paulo; Alexandre Machado (**AM**), editor de política da TV Cultura; e Felipe Patoli (**FP**), repórter da revista Veja.

A escolha dessas entrevistas se justifica pelo fato de seus protagonistas estarem envolvidos na mesma cena política que mobilizou o país e que entrou para a nossa história. Além dessa motivação, digamos de ordem política e ideológica, o mais importante é que elas constituem-se discursos autênticos que nos dão a oportunidade de fazer uma descrição mais precisa do ato de fala pergunta numa perspectiva discursiva e interativa, que consubstancia o nosso propósito. Essa situação particular de interação tem, pois, a virtude de nos fornecer grandes unidades pragmáticas que nos permitem evitar generalizações superficiais do fenômeno discursivo.

CAPÍTULO II

A dimensão interacional: descrição da complexidade da organização da entrevista televisiva-interativa

A dimensão interacional, dentro da proposta da Teoria Modular, tem como objeto as informações relativas à materialidade nas interações, em diferentes níveis encaixados. A legitimidade dessa dimensão é defendida por Burger (2001, p. 139) dentro do componente situacional dos discursos. Ele considera que, além dos parâmetros lexicais, sintáticos, textuais e referenciais, torna-se necessário levar em conta a evidência da materialidade da interação. Tudo isso para uma melhor compreensão da disposição psicossocial dos interactantes.

2.1. Os parâmetros definidores da dimensão interacional

Essa dimensão é definida por três parâmetros: o canal, o modo e o elo. Entende-se por canal de interação o suporte físico utilizado pelos interactantes (oral, escrito, visual). O autor vê a necessidade de se determinar um destes canais como dominante, uma vez que existem interações mono-canal ou pluri-canal. O modo de interação diz respeito ao grau de co-presença espacial e temporal dos interactantes. A co-presença espacial refere-se ao compartilhamento do mesmo ambiente físico e a temporal significa a simultaneidade no tempo. Daí a possibilidade de interações pluri-modais, como no caso da conversa telefônica em que ocorre uma distância espacial, porém uma co-presença temporal. Já o elo refere-se à reciprocidade ou não entre os interactantes. Essa reciprocidade está associada ao modo, uma vez que compartilhar o mesmo ambiente temporal assegura o elo de reciprocidade, propiciando a retroação imediata. A distância espacial determina a unidirecionalidade do elo, já que a ausência física não permite a retroação imediata (salvo no caso do telefone e do *Chat*).

Estes parâmetros se combinam de diversas maneiras. E ainda que, a primeira vista, possam parecer co-determinantes como, por exemplo, presença física corresponder à retroação imediata, isso não se dá obrigatoriamente.

Burger chama-nos atenção, ainda, para diferenciação entre posição e nível de interação, uma vez que um mesmo nível é composto por duas posições que podem ser idênticas ou variáveis. As posições de interação dependem do ângulo que cada interactante ocupa nas condições materiais de sua participação na interação e no discurso. Há interações que envolvem mais de um nível, em que um nível engloba o outro, ocorrendo os desdobramentos das posições de interação. Essa pluralidade dos níveis de interação vai determinar os estatutos de participação dos interactantes. Neste ponto o autor faz referência à obra de Charaudeau (2001) que trabalha com a duplicidade de objetivos de informação e de captação nos discursos de informação midiáticos.

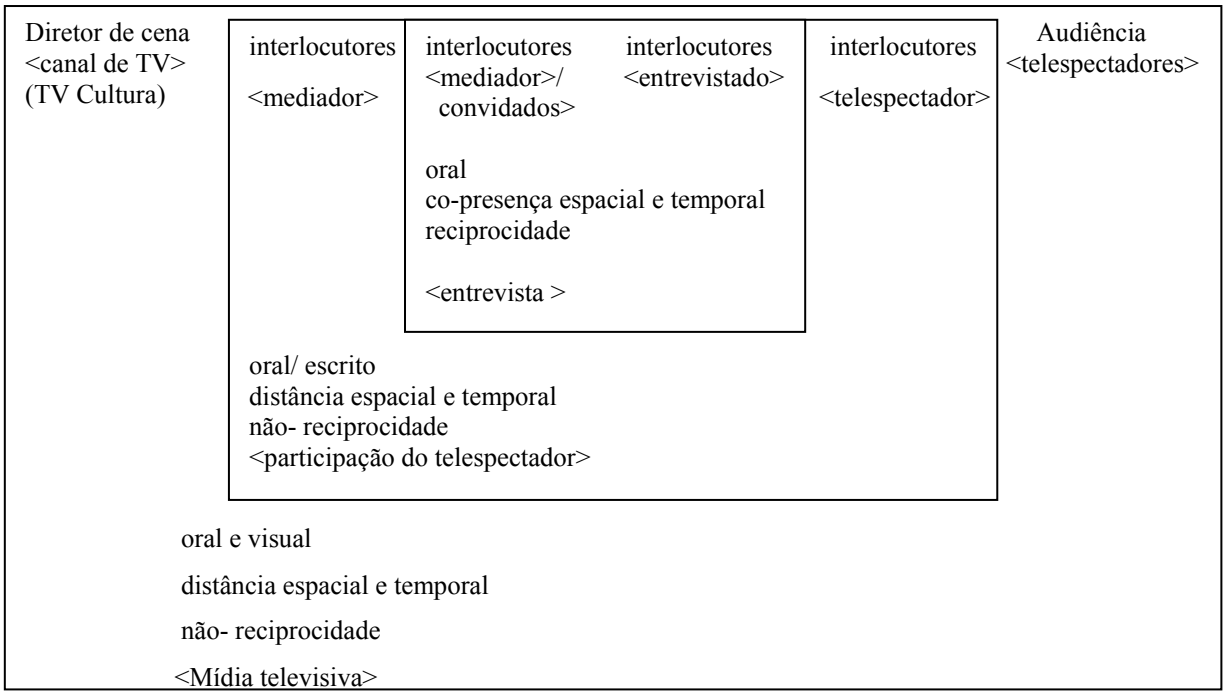
Assim, a complexidade de um quadro interacional depende do número de níveis encaixados como também das interações que fundam um determinado nível: representada ou realizada. Logicamente o nível mais englobante remete sempre a uma interação efetivamente representada, enquanto que o nível mais englobado concerne sempre uma interação realizada. Em regra geral, os interactantes devem claramente significar pelo seu discurso em que nível de interação se situam a fim de permitir a identificação das diversas instâncias. Considerando o número de interactantes, cada nível de interação é constituído necessariamente, de duas posições de interação. Independentemente do número de interactantes em questão, eles ocuparão necessariamente uma ou outra das posições no quadro interacional. Portanto, os interactantes serão sempre reagrupados conforme a posição ocupada nesse quadro. Mesmo em casos em que parece haver um terceiro interactante, como no caso do público presente no estúdio durante um debate televisivo, por exemplo, a sua intervenção faz com que ele ocupe uma das posições de interação naquele determinado nível.

2.1.1. A materialidade da entrevista televisiva-interativa

As informações interacionais podem ser representadas por um quadro interacional no qual são especificados os parâmetros anteriormente descritos. Tomando o tipo de entrevista por nós analisado temos:

QUADRO 1

Materialidade da entrevista televisiva-interativa



O quadro representativo acima evidencia a complexidade da interação em análise, em que temos três níveis de interação delineados. Num nível mais englobante, temos a interação midiática televisiva que apresenta como materialidade característica desse gênero o canal áudio-visual, a distância espacial e uma distância temporal relativa, uma vez que a transmissão do programa é ao vivo, mas sem a possibilidade de interação simultânea do telespectador. Desse modo, temos também a unidirecionalidade, pois não é possível ao telespectador uma retroação imediata. No segundo nível, temos representada a interação do telespectador com o programa por meio de ligação telefônica, e-mail ou fax. Para simplificarmos a representação dessa materialidade, consideramos como interactantes neste nível o mediador e o telespectador, sem levar em conta que o contato deste segundo se dá com o primeiro por intermédio de atendentes que cumprem o papel de receber as mensagens ou atender às chamadas e repassá-las ao mediador. Além disso, cabe ressaltar que essa participação do telespectador é filtrada, tendo em vista que o volume de participações excede, em muito, o número de perguntas que realmente são repassadas para o entrevistado. Chamar o público a participar funciona como estratégia de evidenciar o caráter cidadão do programa, pois o telespectador, de mero ouvinte passivo, passa a ser, mesmo que hipoteticamente, um interactante ativo. O fato de ter o canal aberto à participação do público, por si só, não garante o acesso efetivo e representativo da sociedade, mas a divulgação dessa possibilidade cria a

expectativa e mesmo a crença de poder participar do programa, como também se cria uma imagem positiva da emissora. Por fim, no nível mais englobado, temos a interação efetivamente realizada entre convidados, mediador e entrevistado. Trata-se de uma interação face-a face, em que os interactantes dividem a mesma cena enunciativa e a reciprocidade se dá por meio de perguntas e respostas.

Em síntese, em si mesmo, as informações interacionais poderiam suscitar, à primeira vista, pouco interesse. No entanto, elas se constituem um dado importante na elucidação de componentes dos processos enunciativos, das identidades interacionais, pois, ao determinar as possibilidades de fala, explicam, em parte, a regulação dos turnos de fala, permitindo uma melhor compreensão da organização discursiva do gênero em análise.

2.2. A dupla dimensão da entrevista televisiva-interativa

Como vimos anteriormente, segundo Burger (2002, p. 202), "a mídia como meio de comunicação de massa tem suas atividades voltadas para a construção da opinião pública e da cidadania". Nesse sentido, lhe é atribuída uma dimensão cívica na medida em que se constitui como um meio legítimo de participação e de formação de opinião. Por outro lado, como muitas vezes está ligada a empresas privadas, a mídia submete-se às leis de mercado. Assim captar audiência é uma das preocupações que perpassa a seleção e organização de suas atividades.

Na esteira de Charaudeau *et al* (2001, p. 8-13), o autor supracitado define a mídia como uma prática social que produz um discurso institucional, ligado ao mundo político de um modo geral, e um discurso profissional, relativo à esfera privada da empresa, voltado, pois, para o mundo dos negócios. Para esse autor, como atividade midiática de informação, a entrevista implica satisfazer três exigências: a atualidade das informações, a credibilidade do relato e a captação do público a ser informado.

Segundo Burger (2002, p. 209), o *ethos* do programa constitui uma forte restrição para a organização do discurso. Desse modo, com vinte anos de exibição, o programa Roda Viva possui um formato que já é de domínio público e que lhe assegura certa tradição, como dito anteriormente. Dividido em quatro ou cinco blocos temáticos, em que são exibidos clipes com fatos da vida do entrevistado, o programa trabalha dentro de uma linha pedagógica de fazer jornalismo. Esse recurso funciona como estratégia didática para captação da audiência, pois ele traz informações sobre a vida do entrevistado que dão conta de situar até aquele telespectador menos informado sobre o entrevistado. A emissora recorre a esse recurso a cada

retomada após o intervalo e ele serve também para dividir o programa em blocos temáticos. O quadro abaixo nos dá um panorama sobre os temas abordados em cada uma das entrevistas:

QUADRO 2

Blocos temáticos das entrevistas

Entrevista / Blocos temáticos	**Entrevista 1**	**Entrevista 2**	**Entrevista 3**
Bloco 1	JD como intermediário entre Governo e Congresso	RJ como denunciante do mensalão	JG como avalista de suposto empréstimo do PT
Bloco 2	JD e os escândalos (caso Valdomiro Diniz) e derrotas do Governo (eleição de Severino Cavalcanti)	RJ no Conselho de ética (RJ versus JD)	JG sobre o mensalão e caso Furnas
Bloco 3	JD e o PT	RJ e a CPI dos correios	JG, PT e CPI's
Bloco 4	JD e a Casa Civil (suas atribuições e seu desempenho)	RJ e sua trajetória política	JG e seu futuro político
Bloco 5	_____	RJ e o PTB	_____

Devido à espontaneidade que interações como essa proporcionam, como sublinhado anteriormente, essas divisões temáticas não acontecem de forma regular como uma camisa de forças para o desenrolar das entrevistas. Elas apenas orientam os tópicos a serem tratados, pois esses são os assuntos da ordem do dia e, conseqüentemente, interessam ao público.

Burger (2000) afirma que gerenciar uma entrevista midiática é uma tarefa difícil que demanda uma aptidão mútua de ajustamento entre os participantes. Nesse sentido, para ele, a fase preliminar de uma entrevista, gerenciada prioritariamente pela instância jornalística, é fundamental. Nos exemplos a seguir, temos os prefácios midiáticos, nas palavras de Burger, de cada uma das entrevistas por nós analisadas.

4-PM- Boa noite, ele é o nervo político do governo. Onde é preciso fazer uma articulação, onde existe uma turbulência ele entra em ação, às vezes só nos bastidores, às vezes publicamente. Homem forte do Governo, para muitos o mais forte, ele está no centro da turbulência política que cada vez mais envolve o Governo e seus adversários e está no centro do Roda Viva esta noite, Ministro José Dirceu, chefe da Casa Civil da Presidência da República.
(Exibição de um clipe com um pouco da biografia do entrevistado)
Para entrevistar o ministro José Dirceu nós convidamos Thais Oyama, editora de Brasil da Revista Veja; Fausto Macedo, repórter de política do jornal Folha de São Paulo; Tereza Gruvinel, colunista política do jornal O Globo; Valdo Cruz, diretor da sucursal de Brasília da folha de São Paulo; Denise Rothemburg, colunista do jornal correio Brasiliense; Luis Nacif, comentarista de economia da TV Cultura; e Mac Magolis, correspondente da News Week. Ainda temos a participação de Paulo Caruso, cartunista, com pincel e tinta para registrar os principais momentos do programa. O Roda Viva é transmitido em rede nacional para todos os estados brasileiros, para Brasília também. Para participar você pode usar o telefone que é zero, operadora onze, três, dois, cinco, dois, meia, cinco, vinte e cinco ou fax, três, oito,sete, quatro,três, quatro, cinco, quatro. Pode também usar o endereço na internet que é rodaviva@tvcultura.com.br.

5- PM - Boa noite, depois de ser acusado de envolvimento num suposto esquema de corrupção, ele se anunciou como homem bomba. De acusado, virou acusador e acendeu o pavio da maior crise política do Governo Luis Inácio Lula da Silva. O Roda Viva entrevista esta noite o Deputado Federal Roberto Jefferson, do PTB do Rio de Janeiro, o parlamentar que paralisou o Governo e o Congresso com a denúncia do mensalão.
(Exibição de clipe com um pouco da biografia do entrevistado)
Para entrevistá-lo nós convidamos Expedito Filho (**EF**), repórter do jornal Folha de São Paulo; Alexandre Machado (**AM**), editor de política da TV Cultura; Thales Faria (**TF**), chefe da sucursal de Brasília da revista Isto é; Renata Loprete (**RL**), editora da coluna Painel da Folha de São Paulo; Sérgio Prado (**SP**), chefe da sucursal de Brasília da Gazeta Mercantil e do Jornal do Brasil; e Ilimar Franco (**IF**), repórter de política do Jornal o Globo e temos também a participação de Paulo Caruso, registrando em seus desenhos os momentos e os flagrantes do programa. O Roda Viva, como você sabe, é transmitido em rede nacional, (...), para participar você pode usar (...). Nosso endereço na internete é...

6- PM - Boa noite, a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores decide amanhã em São Paulo o futuro da atual cúpula do PT. O partido que virou vidraça ao virar governo está sob o fogo cerrado de denúncias de corrupção que deram origem e agravaram a atual crise política vivida pelo país. No centro do Roda Viva, esta noite, José Genoíno, Presidente Nacional do PT.
(Exibição de clipe com um pouco da biografia do entrevistado)
Para entrevistá-lo nós convidamos Mauro Chaves (**MC**), editorialista do jornal Estado de São Paulo; Sérgio Lírio (**SL**), editor da revista Carta Capital; Merval Pereira (**MP**), colunista do Jornal O Globo; Florência Costa (**FC**), sub-editora da editoria Brasil da revista Isto é; Eliane Catanhede (**EC**), colunista da Folha de São Paulo; Alexandre Machado (**AM**), editor de política da TV Cultura; e Felipe Patoli (**FP**), repórter da revista Veja. Temos também a participação do cartunista (...). o Roda Viva é transmitido (...). Para participar você pode utilizar (...).

Vemos nos exemplos acima que a forma de iniciar o programa segue um script regular: o jornalista, dirigindo-se à câmera, cumprimenta os telespectadores com a saudação *boa noite* e, com o suporte de fichas que são lidas, apresenta o entrevistado daquela edição do programa. As fichas aqui sustentam a idéia de um discurso, em parte, pré-construído e pouco interativo que tem como função informar, situar o telespectador. Em seguida, é exibido um clipe sobre a biografia dos entrevistados, como salientamos nos parágrafos anteriores.

Após isso, o jornalista apresenta os entrevistadores daquela noite e divulga os meios pelos quais os telespectadores podem participar do programa. O estatuto social de *experts* dos jornalistas convidados é fundamental para a construção de uma imagem de credibilidade para o programa, como também uma sinalização para o entrevistado de que ele precisa estar preparado para as intervenções. Por outro lado, o que legitima a participação do entrevistado é o fato de ele ser uma personalidade pública revestida de capital simbólico e, portanto, capaz de despertar o interesse do público. Nesse sentido, esse reconhecimento público traduz a dimensão cívica e comercial do programa. Cívica porque se trata de personalidades que têm muito a dizer, no sentido de trazer à tona questões que dizem respeito a toda noção. Comercial, porque é uma atração que gera índices de audiência para a emissora.

Como dito anteriormente, essas estratégias configuram-se como uma ritualização que marca na audiência a força da forma do programa. Por meio desse prefácio, o jornalista indexicaliza a proposta do programa e anuncia a finalidade do discurso a ser realizado *para entrevistá-lo*, a materialidade do suporte *é transmitido em rede nacional* e a ancoragem específica dentro da realidade, que aqui se refere à dimensão política sublinhada, respectivamente nos três exemplos acima, nas expressões *turbulência política*, *maior crise política* e *atual crise política* que acentuam, pois, a dimensão cívica dessa interação.

Como a entrevista midiática, como prática social, tem a finalidade de tornar público opiniões que suscitem interesse dos telespectadores, uma forte restrição que podemos assinalar é a ancoragem do discurso em episódios reais e relevantes para a sociedade. No caso aqui em tela, as entrevistas foram realizadas em momentos cruciais da cena política em que os entrevistados estavam envolvidos, momentos esses que são sublinhados na fase preliminar da entrevista como nos atestam nossos exemplos acima. A entrevista de José Dirceu foi realizada na semana em que seu principal acusador, o deputado Roberto Jefferson, prestaria depoimento a CPI. Já entrevista de Roberto Jefferson aconteceu na semana em que a bancada de seu partido, o PTB, decidiria o seu futuro. E a de José Genoíno, um dia antes da reunião da cúpula que decidiria sobre sua saída, ou não, do Partido dos Trabalhadores. O momento histórico das

entrevistas funciona, pois, como forte restrição para o enquadramento do discurso dos interactantes.

Além disso, nessa fase preliminar da entrevista, que diz respeito aos nossos excertos correspondentes aos exemplos **4**, **5** e **6** acima, a forma como o jornalista apresenta os entrevistados cria estatutos específicos para cada um deles. No exemplo **4**, o predicativo *o nervo político*, a adjetivação *homem forte*, o superlativo *o mais forte* e a titulação *ministro* realçam o poder de palavra do entrevistado, no sentido de que essas qualificações lhe dão o status de alguém que tem muito que dizer. Além disso, o campo lexical desenhado pelos substantivos *articulação*, *bastidores*, *turbulência* e *adversários* sugerem uma imagem de suspeito atribuída ao entrevistado. Somam-se a isso as expressões modais *às vezes só nos bastidores* e *às vezes publicamente* que sugerem a força de articulação e poder do entrevistado em relação ao governo.

Assim também ocorre no exemplo **5**, em que o jornalista lembra a autodenominação atribuída pelo deputado de *homem bomba*, que sugere, no mínimo, coragem ou pretensão, o que, de uma forma ou de outra, suscita interesse no público, que se coloca no papel de "ver para crer". A relativa *que parou o Congresso* e a coordenada *e acendeu o pavio da maior crise do governo* dão relevo à pertinência dessa entrevista como também reveste o entrevistado com uma aura de poder imobilizar o Legislativo e atingir o Executivo. A mudança de papel, no cenário da crise, marcada pelos predicativos *acusado* e *acusador* acentuam o perfil estrategista de que se reveste o entrevistado. Tudo isso faz com que o telespectador fique instigado e se coloque na posição de querer saber.

Já no exemplo **6**, notamos que, ao contrário dos outros dois exemplos, o entrevistado só é realçado pelo aposto *Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores*. Fala-se mais sobre a situação do seu partido do que sobre ele mesmo. Ao realçar a situação delicada em se encontrava o PT com a relativa *que virou vidraça*, vê-se que o entrevistado é tomado como metonímia do seu partido e assim se tem a impressão de que é o partido e não somente ele que é colocado na berlinda.

A apresentação de cada entrevistador e sua respectiva credencial sublinha a credibilidade exigida de um discurso midiático de informação. Por se tratar de profissionais reconhecidos nas áreas do jornalismo político e econômico, os telespectadores criam uma expectativa positiva, no sentido de que, o que for perguntado por eles, tem fundamento e é de interesse público.

O fato de o programa contar com a presença de um cartunista, *registrando em seus desenhos os momentos e os flagrantes do programa*, realça a preocupação com o lado mais comercial dessa emissão, pois esta estratégia funciona como uma atração a mais para o público, como também uma forte restrição para a imaginação do telespectador. Uma vez que a charge codifica a realidade, poupa-se o esforço da imaginação do público que é confrontado com representações já construídas que constrangem substantivamente seu alcance de representação. Em *A Retórica da Imagem*, Barthes (1984, p. 34) afirma que "toda imagem é polissêmica e pressupõe, subjacente a seus significantes, uma cadeia flutuante de significados, podendo o leitor escolher alguns e ignorar outros". Diante dessa possibilidade, a sociedade tem criado estratégias para fixar essa cadeia flutuante. O autor define, então, dois modos de relação entre a imagem e a língua: o modo de fixação, em que o verbal reduz a polissemia da imagem, decodificando-a, como, por exemplo, as legendas que acompanham as fotos jornalísticas; e modo de *relais*, em que a palavra e a imagem têm uma relação de complementaridade, como, por exemplo, nas histórias em quadrinhos e nas charges, em que "as palavras são, então, fragmentos de um sintagma mais geral, assim como as imagens, e a unidade da mensagem é feita em um nível superior" (p. 34). Entretanto, mesmo que combinados, o verbal e o icônico, as imagens guardam a força de uma comunicação mais intuitiva que, por vezes, pode se revelar mais eficaz para atingir um público maior. Para o autor, o desenho é uma mensagem codificada, uma vez que ele "não reproduz tudo, freqüentemente reproduz pouca coisa, sem, porém, deixar de ser uma mensagem forte" (p. 35). Nesse sentido, podemos notar que as charges produzidas pelo cartunista funcionam como uma outra voz decodificadora da situação interativa ali instaurada. Pelo desenho caricatural, ele dá realce aos aspectos mais marcantes das trocas ali encenadas. A título de ilustração dessas considerações, selecionamos uma charge de cada entrevista. Vejamos a primeira:

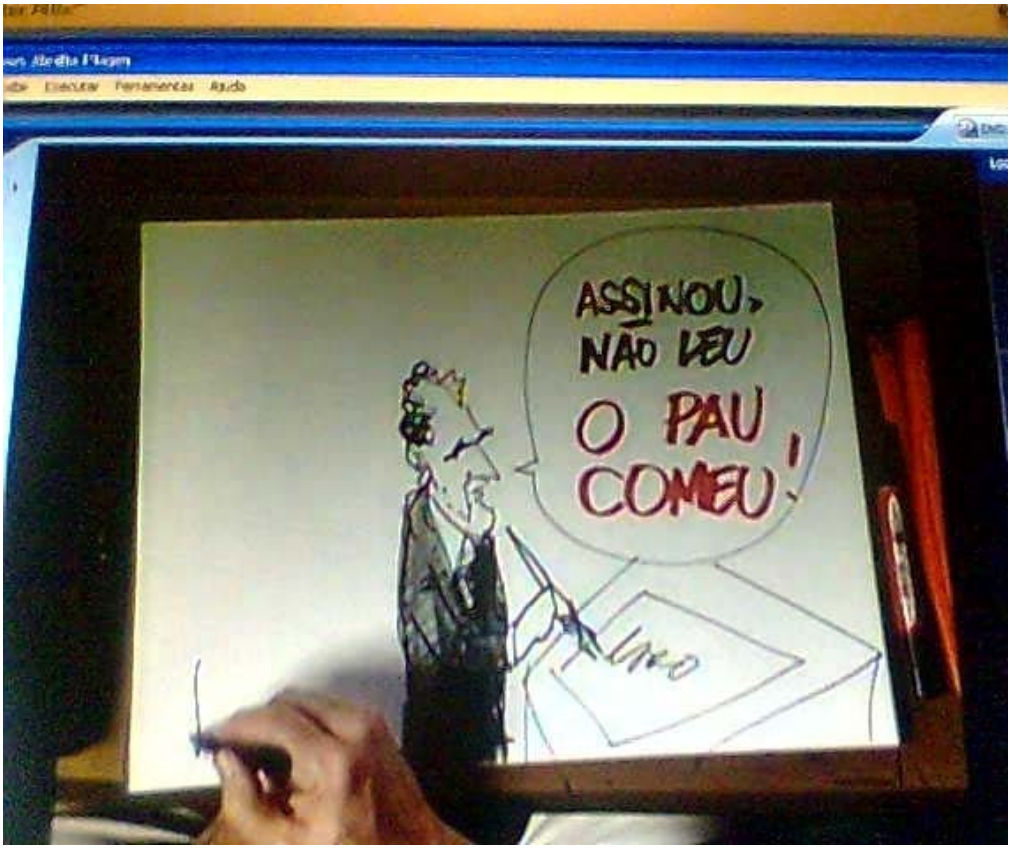


A charge acima retrata a reação de satisfação do Ministro José Dirceu em relação à pergunta sobre a dificuldade de se fechar casas de bingos no país. Em sua resposta ele classificou essa pergunta como *boa*, porque ela lhe serviu como uma oportunidade para criticar o Governo de São Paulo. Ao explicar que o Governo Federal elaborou uma Medida Provisória sobre essa questão e que o Congresso a rejeitou, ele joga essa responsabilidade para os governadores, e faz críticas a São Paulo, dando como exemplo o que ele viu de casas de jogos de azar no trajeto que percorreu para chegar aos estúdios da TV. A expressão bingo, durante o jogo que recebe esse nome, indica que aquele jogador ganhou e foi o que aconteceu: o entrevistado se aproveita de uma pergunta que poderia comprometê-lo, para somar pontos para imagem que ele quer passar. Vemos que a charge, no programa, tem, pois, a função de complementaridade das questões que estão sendo postas, além, evidentemente, de ser um atrativo a mais para a audiência. Vejamos uma outra da segunda entrevista:



Nessa segunda charge, percebe-se que a identidade de denunciante que Roberto Jefferson quer passar para todos é realçada pelo recurso hiperbólico da imagem do dedo indicador em riste, como se fosse uma espada que lança o desafio *touché* contra vários partidos. Esse perfil é realçado por ele o tempo todo na entrevista, nas palavras dele *não tinha alguém destampado a panela pra, com firmeza, tornar público, isso fui eu quem fiz*.

Na última charge abaixo, vemos que a crítica levantada pelo cartunista se ancora no descrédito em relação à imagem de ingênuo e inocente que o entrevistado tenta construir diante das acusações, segundo as quais ele tinha conhecimento sobre o documento que estava assinando, no caso o empréstimo avalizado pelo empresário Marcos Valério. Entretanto, como isso o compromete e pode ser interpretado como uma confissão pública, é recorrente sua negação, alegando que assinou o documento em confiança ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares.



Como afirma Barthes, desenhar é uma operação de codificação que trabalha com uma seleção entre o "significante e o insignificante". Daí que essas codificações têm um peso para a pregnância dos sentidos que se desejam fixar para as cenas enunciativas em questão. Essa imagem, além de divertir, é uma leitura/ interpretação a que o telespectador tem acesso e, dependendo do grau de entendimento, ele a absorve, simplesmente, ou lhe acrescenta outros significados.

Enfim, o quadro abaixo sintetiza a estrutura padrão do programa tratada nos parágrafos anteriores.

QUADRO 3

Estrutura geral do programa Roda Viva

Quadro midiático	Prefácio midiático Exibição de clipe com biografia do entrevistado Apresentação dos convidados entrevistadores e do cartunista
Quadro de entrevista	Abertura Entrevista Fechamento

Aqui a divisão entre quadro midiático e quadro de entrevista se justifica em termos de especificarmos os recursos que dizem respeito à formatação do produto midiático e à situação de interação mais específica, no caso a entrevista. Como dito anteriormente, no prefácio midiático, o entrevistado da noite é apresentado e, ao descrevê-lo, o mediador prepara o telespectador para assistir ao clipe com a biografia desse entrevistado da noite. Além de imagens de arquivo, nesse momento são exibidas páginas de revistas ou jornais com as manchetes que remetem a situações conflituosas que envolvem cada entrevistado naquele momento, sendo esta uma estratégia interessante que funciona como argumento para as perguntas e uma contextualização para o telespectador. Como afirma Charaudeau (2006, p. 147), as mídias, evidentemente, não podem inventar notícias. Daí a necessidade de recorrer a fontes de informação. Ao identificá-las, a instância de produção midiática cria um efeito de verdade e de seriedade profissional. Esse recurso aparece nas imagens exibidas nesses clipes, como também, em vários momentos em que, para fundamentarem suas perguntas, os entrevistadores citam a fonte das reportagens.

Após isso os entrevistadores de cada edição são apresentados bem como o cartunista. São divulgados os modos como o telespectador pode participar do programa. A partir daí a entrevista, propriamente dita, começa. A abertura se dá por meio do cumprimento do mediador. E o fechamento com o agradecimento e o anúncio do nome do entrevistado da próxima semana, o que lembra aqui novamente o aspecto econômico, mencionado por Burger acima, já que essa estratégia de divulgação do programa busca assegurar público para a próxima exibição.

Segundo Charaudeau (2006, p. 93),

> Na tensão entre os pólos de credibilidade e de captação, quanto mais as mídias tendem para o primeiro, cujas exigências são as da austeridade racionalizante, menos tocam o grande público; quanto mais tendem para a captação, cujas

> exigências são da imaginação dramatizante, menos credíveis serão. As mídias não ignoram isso, e seu jogo consiste em navegar entre esses dois pólos ao sabor da sua ideologia e da natureza dos acontecimentos.

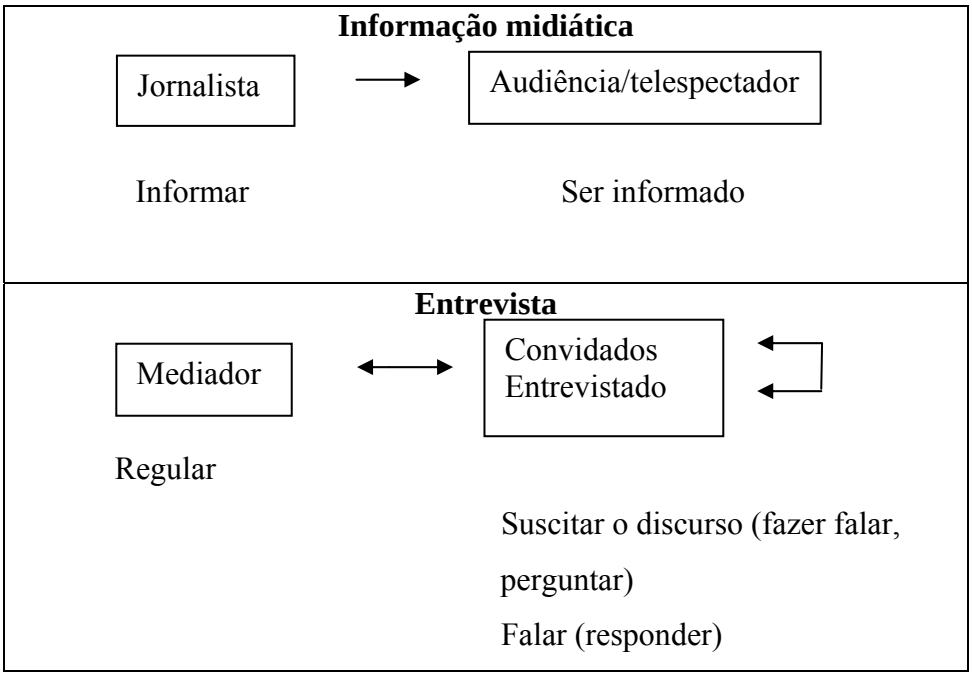
Nesse sentido, o programa Roda Viva tenta jogar nesses dois pólos. A credibilidade tenta ser garantida com profissionais de diferentes agências midiáticas, com o fornecimento das fontes (as imagens de matérias publicadas, a citação das fontes, a exibição de imagens de arquivos) e com a dinâmica do programa. A captação, por meio do canal aberto com o público, com o toque de humor garantido pelas charges e a divulgação do próximo programa ao final de cada emissão.

2.2.1. A encenação discursiva no gênero entrevista televisiva-interativa

A entrevista televisiva-interativa configura-se como uma prática social complexa por acionar, ao mesmo tempo, duas relações de comunicação entre os diferentes participantes que têm objetivos distintos. Vemos que nesse quadro complexo de interação o jornalista representante da emissora cumpre o duplo papel de gerenciar as trocas, dentro do quadro de entrevista e de gerar um produto que atenda às expectativas do telespectador. Esse duplo papel do EU (jornalista e mediador) remete a duas identidades comunicacionais distintas, situação essa a que Burger (2000) chamou de polifonia na entrevista midiática. Segundo esse autor, a entrevista midiática coloca em jogo apostas de comunicação que se opõem: a livre expressão do entrevistado e a informação midiática, que, para se tornar mais compreensível e interessante para o público, se constitui normalmente como uma limitação para a expressão do entrevistado. O quadro abaixo, adaptado de Burger (2002, p. 204), nos ajuda a representar essa complexidade:

QUADRO 4

Polifonia na entrevista televisiva-interativa



Vemos acima, no quadro de informação midiática, a relação de comunicação unilateral que acontece entre o jornalista, representante da emissora, e o público ser representada por uma flecha simples. Nessa relação, esses parceiros estão engajados em uma atividade na qual o primeiro informa o segundo, convida-o a participar por meio de perguntas, orienta-o quanto à dinâmica do programa e ainda divulga o programa. Esses comportamentos do jornalista constituem-se como traços de ativação do quadro midiático.

Retomando os exemplos **4**, **5** e **6**, vemos que a saudação feita pelo jornalista, que se dirige para a câmera, e a forma pronominal [você] em *Para você participar*, presente nos três exemplos, e em *como você sabe*, no exemplo **5**, evidenciam a interlocução unilateral entre o jornalista e o telespectador, simbolizada pela fecha simples no nosso quadro **4** acima, como também aproxima a instância midiática da sua audiência. O pronome de primeira pessoa do plural em *nós convidamos*, bem como as desinências verbais também de primeira do plural em *convidamos* e em *temos também a participação*, presente nos três exemplos, patenteiam a identidade comunicacional do jornalista como porta-voz da instância midiática aqui em questão, revelando que ele fala não em seu nome, mas como profissional o que significa dizer que as informações e as opiniões ali presentes não são de sua responsabilidade pessoal. O uso de prosopopéia em *o Roda Viva convida*, no exemplo **5**, marca também essa característica do quadro midiático. A apresentação do entrevistado feita pelo jornalista é direcionada ao público, constituindo-se, assim, como uma marca implícita desse público, uma vez que tais

informações são redundantes tanto para os entrevistadores como também para o entrevistado, evidentemente.

Já a relação de comunicação recíproca que ocorre entre mediador- convidados, mediador- entrevistado e convidados - entrevistado é representada por fechas duplas. Num sentido mais geral, a finalidade de um sujeito ao buscar entrevistar o outro é fazer-saber, é suscitar o discurso do outro. Entretanto, como veremos nas seções seguintes, esse quadro de entrevista pode se arrefecer e aí as finalidades podem se transformar em acusar, criticar, insinuar.

Como se trata de um gênero fortemente marcado pela subjetividade e interatividade, a argumentação, tanto dos entrevistadores quanto do entrevistado, configura-se também como uma restrição discursiva importante. É a partir desse jogo retórico entre o que é perguntado e o que é respondido que o público vai construindo o seu ponto de vista.

No quadro interacional de uma entrevista como prática social os interactantes agem segundo papéis que lhes são imputados. Segundo Goffman (1973, p. 23), papel é concebido como um modelo de ação pré-estabelecido que se desenvolve durante uma representação. Desse modo, falar de uma entrevista televisiva-interacional, por exemplo, é tratar das formas dessa atividade, o que supõe uma dimensão mais ou menos genérica de comportamentos, o que significa dizer que os interactantes em uma entrevista televisiva agem de forma mais ou menos convencional. Conforme afirma Burger (1999, p. 36) *une activité préforme de ce fait la valeur des actes e la responsabilité des sujets comunicants*.[13] Nesse sentido, cabe ao jornalista-mediador, por exemplo, o papel de ativar o quadro midiático, como vimos em parágrafos antecedentes. Além disso, como salientamos anteriormente, cabe a ele também ativar o quadro de entrevista, pois é ele quem saúda o entrevistado e lhe faz a primeira pergunta. Como podemos ver nos exemplos abaixo:

> **7**(1- 1-4) **PM** – Boa noite, Ministro!
> **JD** – Boa noite, Paulo Markum. Boa noite, Brasil.
> **PM** – Se o senhor fosse ainda o líder do PT, o deputado federal combativo que o senhor foi e o senhor pegasse a revista Veja desta semana, ia ser uma festa, não ia?.

> **8**(2- 1-5) **PM** – Boa noite, Deputado!
> **RJ** – Boa noite, Paulo!
> **PM** – Queria começar com o seguinte aonde que o senhor pretende chegar com as afirmações que o senhor tem feito, com a sua participação no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, enfim, com as suas últimas atuações na política Brasileira?

[13] Uma atividade preforma o valor dos atos e a responsabilidade dos sujeitos comunicantes (tradução livre)

> **9**(3- 1-9) **PM** – Boa noite, Genoíno!
> **JG** – Boa noite, Paulo Markum!
> **PM** – É, eu conheço um pouco da trajetória do senhor e fiz um perfil para Revista Playboy, acho que em 1996, e acompanhei o senhor mais de uma semana em que estivemos juntos no guichê do Banco do Brasil na Câmara dos Deputados em que o senhor acompanhava cuidadosamente o seu extrato bancário, preocupado com a possibilidade de que alguém depositasse algum dinheiro na sua conta e que isso de alguma forma comprometesse o senhor. Eu pergunto: Como é que o senhor assina um documento desses aparentemente sem saber o que estava assinando?

É o mediador quem suscita o discurso do entrevistado e coloca-o em cena ao lançar a primeira pergunta do quadro de entrevista. Essa primeira pergunta também inaugura o bloco temático daquela seqüência. Isso ocorre também a cada retomada do programa após o intervalo.

Aos convidados, nesse momento, compete o papel de escutar, perguntar e relançar outros questionamentos. Cabe a eles insistir numa pergunta não respondida e para isso dispõem de atos de discursos variados como a reformulação de uma questão, a retomada literal de um elemento do discurso do entrevistado, ou a abertura de uma troca meta-comunicacional de pedido de complementação de informação. E ao entrevistado, por seu turno, resta o papel de responder o que for solicitado, como também expor seu ponto de vista. Podemos verificar, assim, que o gênero entrevista televisiva se constrói sobre a base de assunção de papéis. Tomemos, então, um exemplo, para ilustrarmos essas questões:

> **10a** (1- 1-46) **PM** – Boa noite, Ministro!
> **JD** – Boa noite, Paulo Markum. Boa noite, Brasil.
> **PM** – Se o senhor fosse ainda o líder do PT, o deputado federal combativo que o senhor foi e o senhor pegasse a revista Veja desta semana, ia ser uma festa, não ia?
> **JD**– Acho que o Governo tomou as medidas necessárias. Tanto a Controladoria Geral da União que vai não só investigar os fatos revelados, mas os contratos em geral da empresa de Correios e Telégrafos e a, Polícia Federal vai/ já abriu inquérito e todos foram afastados. O próprio Procurador Geral da República, Cláudio Fonteles, já disse que o Ministério Público vai acompanhar o inquérito da Polícia Federal. Acredito que o Governo fez o que tinha que fazer.
> **PM –** Como é que o senhor viu a notícia?
> **Dirceu** – Eu disse e quero repetir: esse é o Governo que não rouba, não deixa roubar e combate a corrupção. E se nós observarmos as operações/ações da Polícia Federal nesses últimos 30 meses em todos os setores, as prisões de servidores públicos, de policiais federais, prisões de políticos, prisões de empresários e a ação da Polícia Federal em todas as frentes e da Controladoria Geral da União, os municípios e também na Administração Pública e a ação do Ministério Público e da Justiça, nós vamos ver que se combate a corrupção no Brasil.

No trecho transcrito acima, o mediador saúda o entrevistado e este, por seu turno, o cumprimenta e se dirige também ao telespectador: *Boa noite, Paulo Markum. Boa noite, Brasil*. Como vimos anteriormente, a entrevista televisiva-interativa se configura como uma

comunicação de massa e realiza uma atividade midiática. Aqui, ao cumprimentar o mediador e o público, o entrevistado nos lembra da complexidade do quadro interacional aqui em análise, a sua duplicidade dos quadros de interação: a midiática e a entrevista.

O marcador referencial *Ministro*, a referência nominal *Paulo Markum* e o pronome de tratamento *senhor Ministro* que aparece na seqüência, indicam a relação hierárquica que há entre os interlocutores.

Após os cumprimentos, o mediador ativa o quadro de entrevista ao formular a primeira pergunta, que na seqüência será o tema a orientar as intervenções dos convidados. A pergunta do mediador se estrutura no esquema ***se p, q****?*. Ducrot (1992, p. 183), ao estabelecer uma definição ilocucional para o SE, verifica que esse componente lingüístico, nas frases interrogativas, pode assumir duas interpretações: a de implicação, quando "p" é considerado como uma condição favorável a "q"; e a de ambigüidade, se admitir-se que "p" contraria "q". No caso aqui analisado, temos a interpretação desse SE como de implicação, pois o interlocutor somente pode considerar "p" como uma condição favorável a "q", ou seja, a condição de ter sido *líder combativo* favorece a situação de [fomentar polêmicas] diante de uma revelação. Ou melhor, diante de um escândalo como o que foi denunciado pela revista Veja, revelando o esquema de indicação de empresas fornecedoras de material para os Correios mediante pagamento de propina e a divulgação de fotos de Maurício Marinho, chefe, na época, do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios e apadrinhado do Deputado Federal, e da base aliada do Governo, Roberto Jefferson, recebendo "bolos" de dinheiro, um líder de governo da estirpe de como foi José Dirceu, diante de uma denúncia dessa referente ao Governo opositor, faria o maior estrondo. O mediador ao lançar mão de uma pergunta confirmativa em tom irônico *ia ser uma festa, não ia?*, dá mostras do rumo que a entrevista vai tomar e esse tom provocativo, até certo ponto, gera um produto que agrada o telespectador. O uso metafórico do item lexical *festa* torna a linguagem acessível para o telespectador e cria um clima de confrontação que serve bem para gerar produto-espetáculo, modalidade apreciada pelo público em geral.

O entrevistado não entra nesse jogo provocativo e, ao que foi perguntado, responde de modo objetivo e sério, algo que pode ser assim parafraseado [diante das denúncias, o governo mandou investigar]. Diante dessa reação, o mediador, na seqüência, com um tom menos incitante, reformula sua pergunta e a transforma num pedido de informação *Como é que o senhor recebeu a notícia?*. Em sua resposta, o entrevistado deixa claro o papel que pretende assumir na entrevista, ou seja, o de membro do governo e, assim, cabe-lhe a função de porta-voz e defensor desse governo. Desse modo, ele não faz mérito da

matéria da revista, como foi solicitado, e, com isso, não se mostra como pessoa física, mas sim como pessoa instituída, ou seja, ele se posiciona conforme o cargo que ocupa, assim não interessa a referência a um outro tempo em que ele ocupava outro cargo e tinha outra forma de agir.

A partir daí os convidados entram em cena e assumem o papel de entrevistadores. Vejamos na seqüência dessa troca, como isso se deu:

> **10b(** 1- 19-46 **)FM –** Mas com a lei do foro privilegiado que o governo acabou defendendo, Ministro?
> **JD –** Veja bem**,** o foro privilegiado não significa impunidade em alguns casos, pelo contrário, vou dar um exemplo concreto. Muitas vezes você tem processos que estão há 8**/7** anos na justiça em 1ª e 2ª estância. Quando alguém é eleito e passa a ter um foro privilegiado, e esse processo vai para Supremo Tribunal Federal, ele rapidamente é julgado. Acredito que a sociedade/ a população precisa ter essa informação. Foro privilegiado só significa que o parlamentar, ou chefe de executivo ou a chefe terá que ser julgado numa instância que diga respeito a sua função pública, isso não significa impunidade.
> **VC –** Mas, senhor Ministro, o Markum no início disse que se o senhor fosse ainda líder do PT, num momento desse, eu acho que o senhor estaria fazendo coro com o que a oposição está dizendo agora, pedindo CPI para investigar esse caso de corrupção que chegou ao nosso conhecimento. Então retomando a pergunta do Markum, o senhor pediria a CPI hoje?
> **JD** – Eu não sou líder do PT. Eu sou Chefe da Casa Civil. Eu sou Ministro.
> **VC** – Não, mas como disse o Markum, se o senhor fosse líder do PT.
> **JD –** Se não vale em política.
> **VC** – Hein?
> **Dirceu –** Se não vale em política.
> **VC –** Bom, então, o senhor concorda com a tese da oposição de que é necessário CPI para investigar esse novo caso.
> **JD** – Não, não concordo.
> **VC –** Por que Ministro?
> **JD** – Porque todas as providências foram tomadas.
> **TG** – E com a tese do PTB de que o assunto foi uma armação para tentar afastar o PTB da aliança com o presidente Lula?
> **JD –** Isso as investigações podem trazer fatos e indícios que provem. Fora disso, é uma conjectura**.**

O primeiro deles, **FM**, ao usar o marcador de oposição *mas* replica o que foi dito pelo entrevistado. Este por sua vez recupera o conteúdo proposicional da pergunta *foro privilegiado* e passa a dar a definição do que seja isso.

Na seqüência, outro convidado, **VC**, recupera o questionamento do mediador, dando mostras de que o que foi perguntado não foi satisfatoriamente respondido *então retomando a pergunta do Markum*. Em sua resposta, mais uma vez, o entrevistado deixa claro que o papel assumido por ele é de ministro e é sob essa perspectiva que se propõe a participar do quadro de entrevista *Eu não sou líder do PT. Eu sou Chefe da Casa Civil. Eu sou Ministro.*

O convidado ainda insiste com a réplica *Não, mas se o senhor fosse líder do PT* ao que o entrevistado responde com a máxima *Se não vale em política*. Essa resposta do entrevistado nos faz, mais uma vez, recorrer a Ducrot que vai dizer que "perguntar *q, se p?* é solicitar ao ouvinte que admita a hipótese 'p'" e, neste caso, seria o mesmo que entregar-se ao julgamento que o locutor fez do entrevistado.Nessa passagem vemos o contrato que vai sendo instituído entre os interlocutores, ou seja, o entrevistado deixa claras as sanções às quais ele propõe submeter-se e os convidados, por sua vez, tentam negociar esse propósito.

O entrevistador, no ensejo de cumprir o seu papel de obter do seu interlocutor a informação desejada, reformula o conteúdo proposicional de sua pergunta, chamando o entrevistado para o confronto com o marcador argumentativo *Bom, então* e lança mão de uma pergunta confirmativa *o senhor concorda com a tese da oposição de que é necessário CPI para investigar esse novo caso?*. O entrevistado reage com a negativa *Não, não concordo* e, solicitado a dar suas razões, responde com a asserção *Porque todas as providências foram tomadas*. Na seqüência uma terceira convidada, **TG**, entra em cena com uma pergunta confirmativa, algo como [concorda ou não com a tese do PTB] ao que o entrevistado responde mais uma vez de forma impessoal *Isso as investigações podem trazer fatos e indícios que provem. Fora disso, é uma conjectura*.

Nesse exemplo vimos que a gestão da entrevista funciona de forma determinante para a definição dos papéis a serem assumidos pelos interlocutores. À medida que a concorrência entre as diferentes apostas de interação vai se instaurando, vão se revelando esquemas subjacentes à entrevista. Ao iniciar com uma provocação, o mediador deixa evidente o caráter de debate que a entrevista, em certos momentos, assume, como também deixa clara a imagem de acusado, ou de pessoa supostamente comprometida com escândalos denunciados pela mídia que querem imputar ao entrevistado. E para isso, os convidados aderem ao discurso do mediador e passam a ser fiadores dessa proposição. No entanto, ao recusar esse emblema, o entrevistado se firma como pessoa pública, que tem um cargo importante e que não está muito preocupado com esses fatos, pois acredita na investigação que vai esclarecê-los.

Desse modo, podemos afirmar que é no e pelo discurso que os interactantes negociam suas imagens identitárias. Nesse ponto, a dimensão cívica da mídia, abordada anteriormente, se satisfaz à medida que uma questão atual e de interesse público é debatida por meio de opiniões, contrárias e legítimas, de pessoas que se mostram e se comprometem, pelo menos aparentemente, de modo sincero. Por outro lado, essa confrontação de opostos e

esse exercício de instigar o outro, no caso uma personalidade, funciona como uma estratégia de captar audiência, revelando, assim, a dimensão, digamos assim, mais comercial da mídia.

Essas duas dimensões, a cívica e a comercial, evidentemente, também interessam ao entrevistado e também regulam o seu discurso. A dimensão cívica dentro da qual a mídia se insere é a garantia para o entrevistado de que lhe está sendo oferecida uma oportunidade de expor seu ponto de vista. E a dimensão comercial, aqui especificamente, de caráter metafórico, significa a chance de vender uma imagem que lhe interessa.

Por fim, vimos que, sob a perspectiva interacional proposta por Burger, a entrevista resulta de uma co-construção negociada em que os papéis interacionais e os atos de discurso são essenciais. Desse modo os aspectos situacionais, discursivos bem como a dimensão psicossocial que envolvem são fundamentais para compreensão do nosso *corpus*, como para qualquer outro discurso. Nesse sentido o escopo da Semiolingüística é um referencial importante para o estudo que pretendemos realizar.

CAPÍTULO III

A Semiolingüística: o quadro enunciativo mediado pela pergunta no gênero entrevista

Com a instância da enunciação, o deslocamento que se efetua coloca o sujeito no centro dos estudos lingüísticos, logo, a intencionalidade no discurso, e este passa a ser reconhecido como ato, como ação. Esse deslocamento trouxe para o campo dos estudos lingüísticos uma nova perspectiva de análise que, segundo Charaudeau (1999), pode ser percebida pela diferenciação do que ele denominou de "lingüística da língua" e "lingüística do discurso".

Dentro da primeira perspectiva, a língua é tomada como um conjunto de signos lingüísticos com valores absolutos, plenos e autônomos. Assim cabe aos sujeitos envolvidos na troca linguageira preencher o sentido desses signos para que a comunicação se efetue. Nota-se aqui uma relação simétrica entre emissor e receptor.

Já na perspectiva da lingüística do discurso o sentido do signo lingüístico não é algo pré-estabelecido, ele é construído na situação onde se desenvolve a interação, ou seja, ele só adquire sentido na enunciação. Os sujeitos ali envolvidos encontram-se numa relação de intersubjetividade em relação ao outro e de subjetividade em relação a si mesmo. Daí podemos falar de intencionalidades. Assim, nas palavras de Charaudeau (1999, p. 32)

> Uma lingüística do discurso integra na sua análise as condições de produção do ato de linguagem e, ao fazê-lo, ela se constrói um objeto multidimensional que opera numa relação triangular entre o *mundo* como real construído, a *linguagem* como forma-sentido em difração, e um *sujeito* (je/tu) intersubjetivo em situação de interação social.

Segundo Charaudeau (1996) essa nova perspectiva de análise para os estudos de linguagem se constitui em torno das oposições proposicional X relacional; explícito X implícito; e interno X externo. A primeira oposição concebe a língua não apenas no seu aspecto de referencialidade, mas também no seu processo de significação relacional, no qual estão envolvidos os parceiros do ato de linguagem. A segunda oposição leva-nos a considerar que o sentido é resultante da inter-relação entre o explícito e o implícito, entre o dito e o não dito. Já a terceira oposição refere-se à idéia de que o fora da linguagem, o extralingüístico, é

constitutivo de significação, na medida em que se combinam o sentido relacional e a dimensão implícita.

Dentro dessa perspectiva várias teorias em AD se desenvolveram, cada uma com suas hipóteses e metodologias. Nesta tese será contemplado o modelo teórico desenvolvido por Charaudeau, a Teoria da Semiolingüística, por nos permitir explicitar melhor o processo enunciativo de uma entrevista e os lugares enunciativos de onde emergem as perguntas e as respostas envolvidas nesse jogo. A especificação do quadro enunciativo, levando-se em conta as instâncias enunciativas envolvidas bem como a definição do conceito de contrato, é que nos interessa em particular para a nossa análise.

Para Charaudeau a significação discursiva é resultante de dois componentes: o lingüístico (a língua) e o situacional (o psicossocial). É na relação de interdependência desses dois componentes que temos a significação discursiva. Para ele a significação é construída por meio de duas inter-relações que se articulam simultaneamente uma sobre a outra:

a) a inter-relação entre dois espaços de produção de sentido, externo e interno;

b) a inter-relação entre dois espaços enunciativos, de produção (EU) e de interpretação (TU) com a interposição de uma avaliação.

Para dar conta de recobrir esta totalidade que envolve o ato discursivo, Charaudeau (1996, p. 21) nos lembra que Austin (1980)[14] já antevia a necessidade de uma teoria mais integradora:

> O que necessita, parece-me é uma teoria nova, ao mesmo tempo completa e geral, do que se faz ao dizer algo, em todos os sentidos dessa frase ambígua, e do que eu denomino ato de discurso, não somente sob este ou aquele aspecto, abstração feita de todo o resto, mas tomada em sua totalidade.

Assim, para trabalhar esta totalidade, Charaudeau propõe a Semiolingüística que tem o mérito de dar conta de uma teoria do situacional em relação ao lingüístico, e de uma teoria do lingüístico em relação com o situacional.

3.1. O direito à palavra

Sob a ótica da Semiolingüística, o discurso é entendido como um jogo entre interlocutores que, envolvidos num contrato, se reconhecem mutuamente como parceiros de comunicação que são movidos por intenções. Vê-se aqui que a noção de contrato é

[14] Revista *Communications*, 32. Paris, Seul, 1980.

fundamental para o modelo proposto por Charaudeau. Para esse autor, contrato é entendido como a condição básica para qualquer prática de linguagem, uma vez que, para que ela aconteça, é necessário que os parceiros se reconheçam mutuamente como interlocutores, que têm direito à palavra, e mais, a um projeto de fala ao qual é possível atribuir uma pertinência intencional.

Para que o parceiro envolvido no ato de linguagem seja reconhecido no seu estatuto de ser comunicante, é necessário que lhe seja reconhecido o direito à palavra. É necessário que se reconheça uma pertinência intencional no seu projeto de fala. Assim, Charaudeau aponta três condições que fundamentam o direito à palavra:

a) Reconhecimento do Saber: refere-se ao lugar onde circulam os discursos de verdades e crenças em termos de discurso sobre o mundo, que acaba por construir significados consensuais, que ocupam um lugar de verdade pelo seu grau, mais ou menos forte, de verossimilhança.

b) Reconhecimento do Poder: refere-se à identidade socioinstitucional dos atores sociais, que envolvidos em intercâmbios linguageiros se definem numa inter-relação, de uma identidade psicossociológica (espaço externo), de um lado, e de um papel linguageiro (espaço interno), de outro. Assim a legitimidade que é atribuída ao sujeito não vem somente do espaço externo, mas do grau de adequação que se estabelece entre esses dois lados.

c) Reconhecimento do Saber fazer: as duas condições anteriores, capazes de conferir legitimidade de Saber e de Poder ao sujeito, não são suficientes para garantir-lhe o direito à palavra. É necessária uma terceira que lhe confira o reconhecimento de sua capacidade de realizar o que ele comunica. Aqui o conceito de projeto de fala dá conta de explicar esse reconhecimento de Saber fazer. O projeto de fala, nas palavras de Charaudeau (1996), "é o resultado de um 'ato conjunto', que se faz num movimento de vai-e-vem constante entre o espaço externo e interno da cena comunicativa". Essa habilidade de jogar com os dois espaços e seus componentes é que leva o Saber fazer do sujeito a ser julgado e que, por conseguinte, o leva a ter reconhecido o seu direito de fala. Isso lhe dará, então, credibilidade, sem a qual não seria possível realizar seu projeto de fala, mesmo que possua legitimidade pelo Saber ou pelo Poder.

Em síntese, a noção de contrato, cunhada pela Semiolingüística, nos remete à idéia de legitimidade e credibilidade, pressupostos inerentes a uma relação contratual. Dentro deste quadro teórico, a enunciação constrói o sujeito em relação com o outro, tendo em vista

suas determinações históricas e lingüísticas. É na interação com o outro que o sujeito se constitui e se realiza. A legitimação do sujeito se dá em função da posição que ele ocupa nas diferentes situações de interação, através da sua identidade social, cristalizada historicamente. Já a sua credibilidade é constituída pela própria enunciação, ou seja, pela capacidade que o sujeito possui de se instaurar como autoridade através do discurso. Assim, toda situação de comunicação depende de um contrato constituído por componentes que arquitetam o circuito situacional; e por estratégias discursivas, constitutivas do circuito lingüístico, que representam a margem de manobra que o sujeito comunicante dispõe para executar seu projeto de fala, isso é, as escolhas discursivas do sujeito comunicante que produzirão efeitos específicos no destinatário.

Esse projeto de fala do sujeito falante, mencionado acima, se constrói em torno de um certo número de objetivos que vão engendrar o mesmo número de objetivos comunicativos, ou *visées* comunicativas. Segundo Charaudeau (1999) as *visées* correspondem a uma intencionalidade psicossocio-discursiva que determina a expectativa do ato de linguagem do sujeito falante e, portanto, da própria troca linguageira. Elas devem ser consideradas do ponto de vista da instância de produção, tendo em vista um destinatário ideal, mas, ao mesmo tempo, devem ser reconhecidas pela instância receptora, para que haja uma inter-compreensão entre locutor e interlocutor. Nas palavras de Charaudeau (1999, p. 10) *Elles correspondent donc à des attitudes énonciatives de base que l'on retrouverait dans um corpus large d'actes communicatifs regoupés au nom de leur orientation pragmatique, mais au-delà de leur ancrage situationnelle*.[15] As *visées* são definidas por um duplo critério: pela intenção pragmática do eu em relação a sua posição como enunciador na relação de interlocução com o tu, e pela posição que tu deve ocupar se quiser participar do ato comunicativo. Em seu texto de 1996, "Para uma nova análise do discurso", Charaudeau sintetizava essas *visées* em quatro tipos: factivo, informativo, persuasivo e o sedutor. Já em "Visées discursives, genres situationnels et construction textuelle" (1999), ele apresenta seis tipos principais: de prescrição, de solicitação, de incitação, de informação, de instrução e de demonstração. Sem nos determos a cada uma delas, pois isso extrapola os objetivos desse trabalho, nos deteremos nas *visées* de informação, solicitação e incitação.

Como sublinhou Charaudeau (1999), numa situação de comunicação podemos falar de predominância de uma dessas *visées*, como o fez Jakobson ao tratar das funções da

---

[15] Elas correspondem, portanto, a atitudes enunciativas de base que encontraríamos num corpus amplo de atos comunicativos agrupados pelo nome de sua orientação pragmática, mas para além de sua implantação situacional.

linguagem. No caso específico do nosso *corpus*, como dito anteriormente, ele se inscreve no tipo de situação midiática informativa. Nesse sentido o objetivo comunicativo ou a *visée* comunicativa que nele predomina é a de informação, pois é ela que traduz a perspectiva mais geral desse contrato de comunicação, ou seja, ele busca responder a exigência democrática que quer que a opinião pública seja esclarecida sobre os acontecimentos que se produzem no espaço público. Tendo em vista essa *visée* o que vamos encontrar é um *Eu* legitimado na sua posição de ***fazer saber,*** já que se trata de profissionais, ou seja, jornalistas. Assim *Tu*, que são expoentes da cena política em questão, se encontram na posição de ***dever saber*** alguma coisa sobre a existência dos fatos, ou sobre o porquê ou o como do seu surgimento.

Por outro lado, como se trata de um programa televisivo, temos a *visée* de incitação para responder a exigência de concorrência comercial que quer que esses discursos se dirijam ao maior número de audiência e, portanto, busca captá-la. A *visée* de incitação busca ***fazer fazer***, mas como esse *Eu*, no caso aqui a emissora de TV, não está em posição de autoridade, ele só pode incitar a fazer. Ele deve então ***fazer crer*** por persuasão ou sedução ao *Tu* que ele será o beneficiário do seu próprio ato; *Tu* está, pois, em posição de ***dever crer*** que se ele age é para o seu bem. Assim *Eu*, representante aqui da emissora, deverá fazer com *Tu*, o telespectador, creia que ele será beneficiado com o seu ato de assistir ao programa. Além do reforço ao caráter cidadão, uma vez que o tema da entrevista trata de assuntos referentes à esfera pública, que por si só já funciona como uma estratégia persuasiva, criam-se também recursos para seduzi-lo, *Tu* é convocado a participar por meio de perguntas, daí o caráter interativo da entrevista, e *Tu* também é levado a sentir prazer por meio das charges.

Como se trata de uma entrevista, temos também a *visée* de solicitação, uma vez que o *Eu,* mediador e entrevistadores*,* está em posição de inferioridade em relação ao *Tu* quanto ao saber, mas legitimado em seu pedido de ***querer saber;*** *Tu*, por sua vez, está em posição de ***dever responder*** a solicitação. Ao aceitarem o convite de participar da entrevista, os entrevistados, de certa forma, assumem o compromisso de atender essa solicitação. É importante para eles se valerem desse espaço público para se mostrar, se promover, se defender, acusar, enfim, jogar com as possibilidades que lhe sejam favoráveis.

Retomando o **Quadro 1** sobre a materialidade da entrevista televisiva- interativa, apresentado na página 32 desta tese, podemos notar que no nível mais englobante, em que temos a interação midiática interativa, vemos que a *viseé* de incitação predomina, uma vez que a emissora tenta criar um produto que atenda aos interesses da audiência. Já no segundo nível, em que se dá a interação entre mediador e telespectador, a *viseé* preponderante é a de informação, pois o representante da emissora interage com o telespectador, informando-lhe

sobre a dinâmica do programa, sobre os meios pelos quais ele pode participar e sobre as personalidades que serão entrevistadas. Por último, no nível mais englobado, o da entrevista propriamente dita, vemos que a *viseé* de solicitação é que predomina, pois mediador e entrevistadores é que farão emergir as informações dos entrevistados.

Vale lembrar que a *visée* não corresponde ao todo da situação de comunicação, mas ela é um dos elementos essenciais que se combina com as características dos demais componentes como, por exemplo, as identidades dos participantes, a instância informante de um lado a instância cidadã do outro, o propósito e sua situação temática, os eventos nos espaços públicos e a materialidade da comunicação. A situação de comunicação é, pois, o que determina, através das características dos seus componentes, as condições de produção e de reconhecimento dos atos de comunicação, condições de enunciação sob seu aspecto externo. Nesse sentido cada situação de comunicação em particular inscreve, ao mesmo tempo, no nível de seus componentes, dados gerais que desenham o domínio / âmbito / a área dessa prática linguageira e traz especificações que lhe são próprias.

3.2. O contrato comunicacional da entrevista televisiva-interativa

Como vimos, no centro de sua teoria, Charaudeau coloca o ato de linguagem[16]. Para que haja a validação do ato de linguagem é necessário que os parceiros se reconheçam obrigatoriamente o direito à palavra e que possuam em comum um mínimo de saberes colocados em jogo na troca linguageira. Entretanto, esses parceiros têm uma margem de manobra, devido aos princípios de influência e regulação, que lhes permite lançar mão de estratégias. Charaudeau dirá, pois, que a estruturação de um ato de linguagem comporta dois espaços: o lugar da instância situacional (circuito externo) e o lugar da instância discursiva (circuito interno). O circuito externo, também chamado como espaço das limitações, uma vez que determina certas condições a serem satisfeitas para que o ato de linguagem se efetive, é o lugar do fazer psicossocial dos parceiros envolvidos na comunicação. Nesta perspectiva, o nível situacional é definido pela identidade dos interlocutores (quem se dirige a quem?), pela

[16] Percebe-se que, dentro das três vertentes por nós assumidas, há uma ou outra diferença quanto à denominação de ato. Quando Charaudeau (2001, p. 28), em pé de página, afirma que seu conceito de ato é mais extenso do que "o sentido que lhe dá a pragmática, uma vez que designa o conjunto da realidade linguageira", ele não está negando a perspectiva que a TAF dá ao ato, mas está somente ampliando-o ao introduzi-lo no circuito situacional em que os sujeitos da linguagem devem ser considerados para fins de análise. Em contrapartida ele define o ato de fala como categoria exclusiva da encenação do dizer. Já para a Modular, em sua versão atual, a categoria de ato não se confunde mais com a noção de ato de linguagem, como se considerava no início da teoria, e passa a ser definida como unidade textual mínima, demarcada pela passagem pela memória discursiva.

finalidade (qual o objetivo a ser alcançado?), pelo propósito temático (falar sobre o quê?) e pelo suporte (falar em que quadro físico de interação?). Já o circuito interno, ou, o lugar das estratégias, é o lugar da organização do dizer, pois corresponde às possíveis escolhas que os sujeitos podem fazer na encenação do ato de linguagem. O circuito do dizer corresponde ao conjunto de estratégias possíveis a serem atualizadas em função das restrições/condições da instância situacional. Neste sentido, o ato de linguagem, para a Semiolingüística, constitui a *mise em scène* da significação da qual participam os parceiros da interação verbal. Esses parceiros envolvidos nessa prática linguageira subordinam-se a certo número de contratos e convenções, resultantes de práticas psicossociais compartilhadas entre membros de uma mesma sociedade. Cada um desses parceiros tem um projeto de fala que determina o '*enjeu de cette mise em scène*'.[17] Em outros termos, o ato de linguagem é o produto da ação de sujeitos psicossociais, considerado como o fenômeno que compreende estes dois circuitos indissociáveis, um interno e outro externo, que comporta, por sua vez, uma duplicidade de lugares enunciativos que pode ser assim esquematizado:

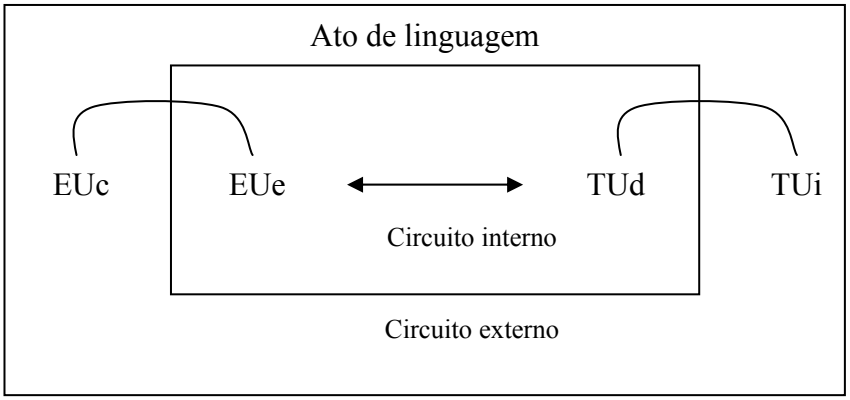


FIGURA 1 - Quadro enunciativo de Charaudeau

Este duplo circuito, que constitui a estrutura de um ato de linguagem, compreende, então, numa dimensão mais externa um sujeito comunicante (EUc) e um sujeito interpretante (TUi), seres psicossociais, dotados de intencionalidades e responsáveis pelo processo de produção e interpretação, implicados numa relação contratual específica. Já numa dimensão mais interna, temos o sujeito enunciador (EUe) e o sujeito destinatário (TUd), que são seres de linguagem, desprovidos, pois, de intencionalidades e construídos a partir da enunciação, protagonistas da interação. Sendo estes últimos projeções dos primeiros, cabe

[17] a aposta desta encenação.

ressaltar que não há simetria entre eles, pois estes se constituem imagens daqueles, às quais podem se equivaler ou, ao contrário, se distinguirem. Assim o sujeito comunicante, aquele que encena o dizer, projeta um sujeito enunciador e idealiza um sujeito destinatário. Desse modo, na estruturação de um ato de linguagem, o enunciador e o destinatário são desdobramentos do comunicante. Já o sujeito interpretante elabora uma imagem do comunicante tendo em vista o enunciador instaurado. Do ponto de vista da interpretação, como salienta Mari (1998, p. 219) *mesmo quando houver uma identidade entre Tui e Tud, este pode não corresponder ao conjunto das intenções de JE* (EU), *quando o projetou.*

Nesta perspectiva os sujeitos de uma interação entram no jogo enunciativo por uma relação contratual baseada nos estatutos sociais que eles adquirem na e pela linguagem. Dessa forma, a existência destes parceiros está condicionada pelo reconhecimento mútuo das competências que lhes são atribuídas no momento da troca.

Esta relação contratual se define, então, por componentes da ordem do situacional, do comunicacional e do discursivo. O primeiro componente como dito anteriormente, refere-se ao quadro das circunstâncias materiais nas quais o ato se realiza, e corresponde aos dados que delimitam a especificidade e a estrutura do contrato. O segundo diz respeito a um espaço de interseção entre as limitações do contrato e as estratégias discursivas efetivadas, trata-se, pois, do lugar onde são determinadas as maneiras de falar tendo em vista os dados da situação, os papéis enunciativos, portanto linguageiros a serem desempenhados pelo sujeito comunicante. E, por fim, o terceiro refere-se ao espaço da intervenção do sujeito comunicante, tornado sujeito enunciador, que deve realizar seu projeto de fala, tendo em vista as restrições do situacional e as possibilidades do comunicacional.

Em síntese, o ato de linguagem se estrutura a partir de um tipo de contrato específico e se organiza em função de um circuito externo, em que se têm definidas as identidades dos interlocutores, a finalidade da situação concreta de comunicação, o propósito temático e o suporte no qual a interação se realiza, e de um circuito interno, onde encontramos o modo de funcionamento desse contrato, ou seja, a efetivação das estratégias discursivas empenhadas por cada interlocutor. Na interdependência destes dois circuitos, o ato revela a sua intencionalidade e a sua significância. Assim a proposta da Semiolingüística, de Charaudeau, de desdobramento das instâncias enunciativas coloca em evidência a necessidade da análise das condições de produção para a caracterização dos atos de fala. Como ele mesmo sublinha (2001, p. 33)

> a condição que determina que o sujeito falante tenha o poder de executar o ato que ele descreve em sua enunciação, depende, para nós, da relação contratual que existe no circuito externo, entre os dois parceiros EUc e TUi. (...) Dito de outra forma, para que haja performatividade, é necessário que os dois parceiros mantenham uma relação contratual na qual eles reconheçam, mutuamente, a existência desse poder fazer.

No caso específico do nosso *corpus*, a princípio, podemos, então, descrever a estrutura deste contrato comunicacional a partir dos elementos básicos, tematizados no parágrafo anterior, que definem um conjunto de condições psicossociais para a realização deste contrato. Assim, quanto à finalidade deste contrato podemos dizer que o entrevistador tem o papel de *fazer-saber*, ou seja, espera-se que ele faça perguntas ao entrevistado sobre questões que são importantes para o domínio público. No caso aqui em tela, o que se espera de cada entrevistado é o esclarecimento a respeito de denúncias que apontam a participação de cada um num suposto esquema de corrupção.

Quanto à identidade dos parceiros, vemos que os responsáveis pelas perguntas são jornalistas renomados e especialistas, principalmente, na área de política. Constituem-se, pois, autoridades no assunto. Os entrevistados, de outra parte, são expoentes da cena política em questão. Assim, entrevistadores cumprem o papel de porta-vozes da sociedade, uma vez que têm a responsabilidade de formular perguntas que são de interesse público, e os entrevistados, por sua vez, demarcam seus respectivos lugares político-sociais como também se revestem da imagem de inocente, caluniado ou incriminado que busca se defender, no caso de José Dirceu e José Genoíno, e de caluniador ou denunciante, no caso de Roberto Jefferson, que figura como o paladino da justiça. E, assim, buscam levar a cabo seus projetos de fala.

Em termos do propósito ou do domínio do saber, ou seja, sobre o tema da interação, vemos que os entrevistadores devem buscar fixar condições para que os entrevistados dêem esclarecimentos sobre a sua participação no esquema de corrupção que foi amplamente divulgado pela mídia. E dos entrevistados, espera-se o esclarecimento de pontos obscuros sobre o envolvimento neste esquema.

No tocante ao suporte material, ou seja, o quadro de veiculação em que esta interação se dá, constatamos que uma entrevista televisiva como esta se configura como um enquadramento complexo de trocas, como detalhado no capítulo anterior sobre o quadro interacional. Assim, em síntese, no nível mais englobado, temos uma interação face-a-face que se dá entre o jornalista da casa, ou seja, o representante da emissora que veicula o programa e o entrevistado, como também os convidados e o entrevistado. Num segundo nível,

verificamos a interação entre o telespectador, que aparece pelas suas perguntas repassadas pelo mediador, e o entrevistado. Como podemos verificar no seguinte exemplo:[18]

> **11** (1- 254-255) Pergunta de Ronaldo Alves de Belo Horizonte: Porque que o PT não aceitou a CPI do caso Valdomiro Diniz e não aceita ser investigado?

E ainda podemos identificar um terceiro nível, um nível mais macro, que corresponde à interação entre mediador,entrevistadores, e entrevistado e o público geral, como podemos verificar no seguinte excerto[19]

> **12**-(1- 187-191) Ministro, eu sei que o senhor nasceu na política e foi criado na política, a maioria dos jornalistas aqui presentes também é da área, mas eu queria mesmo que o senhor, talvez, tentasse explicar para as pessoas que não são tão familiarizados com a política, com seus meandros, sua dinâmica por que os partidos brigam tanto por cargos, senhor ministro?

Cabe ressaltar aqui que este tipo específico de interação verbal oral/falada permite uma margem mais ampla de subversão e manobra em relação às convenções que regulam uma dada interlocução, pois, como se sabe, o discurso oral está mais sujeito a digressões, reformulações e sobreposições de falas. Neste sentido, o aspecto oral deste tipo de interlocução parece favorecer àquele que domina a arte da retórica, pois ao se estender, por exemplo, em digressões, o entrevistado pode fugir do conteúdo proposicional da pergunta, abordando o tema que lhe interessa e o público em geral pode até não se dar conta desta estratégia. Daí o papel fundamental do entrevistador e mediador na asseguração das condições de sucesso do ato.

Nestes termos, o quadro de restrições apontado pelo nível situacional nos permite delinear o papel do ato de fala pergunta bem como identificar se suas condições de realização, mais especificamente, no diz respeito às condições de sinceridade, foram satisfeitas.

Voltando-nos para o circuito interno, passemos a considerar, então, o conjunto de condições comunicacionais que permitem o funcionamento da entrevista. Para que esta relação contratual se estabeleça é necessário haver um reconhecimento mútuo entre parceiros, que depende de um estatuto de competências atribuído no momento da interação. Assim este contrato se dá por meio da relação de complementaridade dialética entre parceiros da

---

[18] Nesse exemplo, o mediador faz ao Ministro José Dirceu a pergunta do telespectador.

[19] Neste exemplo, a convidada credita seu questionamento ao público e pede ao Ministro José Dirceu para esclarecê-lo. Nesse momento a solicitação é para que o entrevistado se dirija ao telespectador, pois como a própria entrevistadora salientou, esse questionamento interessa ao público, uma vez que os entrevistadores, como são *experts* da área, têm o conhecimento do que é perguntado.

comunicação e protagonistas, ou seja, entre a identidade situacional dos sujeitos e os seus respectivos papéis. Neste sentido, a identidade se constitui como uma condição para a existência dos papéis, e ao mesmo tempo, aquela só se efetiva por meio destes. Se os sujeitos se furtarem dos papéis que lhes são atribuídos, estarão se negando enquanto parceiros da interação e, por conseguinte, rompendo o contrato. Em contrapartida, ao se reconhecerem como seres implicados numa relação contratual os sujeitos se dispõem de diversas maneiras para levar a termo os seus papéis enunciativos.

No caso de uma entrevista, podemos detectar diferenças entre as identidades situacionais dos parceiros. De um lado temos o entrevistador e de outro o entrevistado. Assim, no nível comunicacional, encontramos os respectivos papéis enunciativos: o primeiro constitui-se como o enunciador de perguntas e o segundo, como o enunciador de respostas. Tomemos o exemplo[20] abaixo:

> **13** (2-13-23) **PM** – Quem era o gerente?
> **RJ** – Silvio Pereira. Eu não tenho dúvida que o coordenador disso é o Silvio Pereira. Com o conhecimento do ex-gerente.
> **PM** – Só pra esclarecer o secretário do PT?
> **RJ** – O secretário Geral do PT. Com o absoluto conhecimento do Deputado José Dirceu.
> **TF** – Quando o senhor disse que abasteceu a base aliada, o senhor tá dizendo que abasteceu o [PL o PP...
> **RJ** – E nas eleições o PTB.]
> **TF** – E o PTB?
> **RJ** – Sim. Nas eleições nós recebemos...

No exemplo acima, vemos uma fixação dos papéis, uma vez que o mediador e o convidado são os enunciadores das perguntas e o entrevistado, das respostas. Aqui o entrevistado assume o papel de informante que está disposto a esclarecer tudo, a ponto de antecipar a indagação do jornalista, sobrepondo sua voz a do entrevistador e completando-o com a revelação *e nas eleições o PTB*, o que causa espanto ao jornalista que reforça com a pergunta confirmativa [e o PTB?], a qual o entrevistado sem titubear confirma a informação com a asserção *sim, nas eleições nós recebemos...*, comprometendo o partido do qual é presidente com a afirmação de que eles também são corruptos, uma vez que também receberam o dinheiro do mensalão.

Entretanto, devido a certa margem de manobra como também ao fato de ser uma interação falada, os sujeitos podem inverter os papéis, seja, por exemplo, por uma relação

---

[20] Neste exemplo, o mediador Paulo Markum pergunta ao deputado Roberto Jefferson quem era o gerente do esquema de corrupção em estatais mencionado na resposta anterior do deputado.

polêmica em que o entrevistador provoca o entrevistado e este, no exercício de sua resposta, responde a essa suposta pergunta com outra pergunta, interpelando-o. Ao que, o entrevistador, por seu turno, pode reagir com uma réplica, configurando-se aqui uma estrutura mais próxima do debate. Vejamos então como se dá o contrato comunicativo em uma situação de debate.

3.3. O contrato comunicacional do debate

No caso específico de análise em questão, qual seja, entrevista televisiva-interativa, há uma complexidade das relações que se estabelecem entre os elementos constitutivos do nível situacional devido ao teor da entrevista. Nesse sentido, constata-se um entrecruzamento de dois contratos: o de entrevista, explorado na seção anterior, e o de debate. Debater significa confrontar opiniões, o que, às vezes, pode se transformar num verdadeiro pugilato verbal, que em si mesmo já é um grande atrativo para o telespectador, daí cabe ao mediador regular o limite da dimensão cívica, referente ao aspecto cidadão da informação pública, e da dimensão econômica constitutiva da informação midiática, nos termos de Burger, com salientado no capítulo dois dessa tese.

Podemos dizer que no caso do nosso *corpus* o contrato de entrevista configura-se como um quadro mais geral de interação devido à linha editorial do programa que busca, então, gerar um produto que se enquadre na rubrica jornalismo de informação. Entretanto o inevitável acirramento das questões em situações comunicativas como essa vai fazer com que o contrato debate também se instaure.

O debate, grosso modo, consiste na desconstrução da identidade do outro, no sentido de que para os debatedores o que está em jogo é a confrontação de opiniões representativas de tendências que organizam o espaço público. Busquemos, pois, descrever o contrato de debate segundo os quatro elementos do nível situacional:

a) finalidade (para que dizer?): os entrevistadores devem buscar fazer saber, a qualquer preço, sobre as controvérsias a respeito do suposto envolvimento dos entrevistados nos escândalos de corrupção, de modo a esclarecer a população sobre os pontos obscuros desses enredos. O entrevistado por seu turno, deve fazer crer que o que ele diz é verdade, e aí ele pode querer questionar a autoridade do entrevistador, pode querer ridicularizá-lo para colocar em dúvida sua credencial de interpelador.

b) a identidade dos parceiros (quem se dirige a quem?): ao contrário da entrevista, no debate há uma identidade situacional dos sujeitos comunicantes, uma vez que, na instauração de uma relação polêmica, o entrevistado inverte seu papel e interpela o

entrevistador com uma réplica, este segundo, se quiser restabelecer seu papel, formulará uma tréplica. Assim, o ato de fala pergunta não é mais responsabilidade de uma única instância enunciativa, pois há, no debate, uma equação de papéis, a hierarquia se dilui, pois.

c) o propósito/ domínio de saber (falar sobre o quê?): aos entrevistadores cabe falar sobre as acusações, as suspeitas; ao entrevistado sobre defesa, calúnia, justificativa.

d) dispositivo (falar em que quadro de veiculação); por se tratar de uma interação face a face com transmissão ao vivo, ambos, entrevistado e entrevistadores, não devem negligenciar o telespectador que assiste a tudo e a tudo avalia.

A título de exemplificação do que apresentamos aqui, tomemos o seguinte excerto:

> **14a-** (1- 320-341) **FM** – Ministro, o senhor falou de honestidade eu queria lembrar o caso Santo André, não estou colocando em dúvida a honestidade do senhor, mas é um fato. O irmão do prefeito Celso Daniel, João Francisco Daniel depôs ao ministério público de Santo André em maio de 2005, cinco meses depois da morte. E disse que por intermédio/ soube por intermédio da ex-mulher do Celso Daniel, Miriam Belchior, fato depois confirmado por Gilberto Carvalho, segundo ele, que as empresas que eles citavam e eram contratadas pela prefeitura de Santo André, acabavam por desviar recursos dos cofres municipais para o Partido dos Trabalhadores. Gilberto Carvalho, depois da morte do prefeito, chegou a confidenciar ao declarante, João Francisco, que por diversas vezes levava dinheiro pessoalmente de Santo André para as mãos do Deputado Federal e presidente do Partido, José Dirceu. Numa dessas idas, 1 milhão e 20 mil reais. O senhor pode falar sobre isso?
> **JD** – Posso, vou ler pra você o que o Supremo Tribunal Federal disse. O procedimento do Ministério Público não autoriza por si só o deferimento do pedido, (que era para mim investigar). Mesmo que se assim não fosse, não há que se instaurar inquérito com base de ouvir dizer, há que se exigir consistência nos indícios, o que não significou nesse caso. Quer por motivos processuais, quer por motivos de mérito, é gritante a insuficiência de provas ou indiciamento de qualquer cidadão impõe pedido de com o mínimo de verossimilhança e probabilidade. A decisão do ministro aponta ainda outro fato, o Ministério Público substituiu a Polícia Federal, essa substituição é repelida pelos...

Ao iniciar sua pergunta, no preâmbulo que faz, o entrevistador explicita o aspecto polêmico de sua pergunta *Ministro, o senhor falou de honestidade*, ou seja, deixa subentendido que a honestidade do entrevistado será colocada em xeque. Com o objetivo de atenuar sua intenção, ele se exime com o enunciado *não estou colocando em dúvida sua honestidade* e joga com a idéia de que os fatos é que parecem gerar esse estado de coisas *mas é fato*. A partir daí ele explicita os fatos que envolvem o entrevistado em um caso de corrupção e homicídio. Após esta contextualização, ele pede esclarecimentos ou uma

explicação *o senhor pode falar sobre isso?*, mas carregada de seqüelas intencionais que mais parece um desafio. O entrevistador reage com a confirmação *Posso* e passa a ler o parecer do Supremo Tribunal Federal que recusou a abertura de inquérito por falta de provas, por isso o seu arquivamento.

Na seqüência desse exemplo, vemos a inversão de papéis ocorrer num momento de acirramento dos posicionamentos.

> **14 b** (1- 343-367) **JD** – Foi arquivado.
> **FM** – Foi arquivado, mas o senhor aceitaria passar por uma acareação pública com Gilberto Carvalho e João Francisco?
> **JD** – Existe uma justiça, ô Fausto Macedo! Primeiro, existe justiça no Brasil. Você não está querendo substituir a justiça brasileira?
> **FM** – De forma alguma!
> **JD** – Então não existe acareação pública no Brasil. Existe justiça.
> **FM** – Uma entrevista então, os três?
> **JD** – Não, nós estamos em uma democracia. Não, a imprensa não pode substituir a justiça. Eu já fui inocentado pela justiça. Eu não posso aceitar isso. Isso viola a democracia.
> **FM** – Mas não foi investigado este caso.
> **JD** – Só na ditadura pode. Na democracia não pode.
> **FM** – Mas não foi investigado este caso.
> **JD –** Foi investigado. A Policia Civil de São Paulo, Ministério Público de São Paulo, acompanhado pela Policia Federal e o Governo anterior, tanto do estado de São Paulo fez uma investigação, processou. Estão presos oito réus pela morte de Celso Daniel e esse caso da prefeitura existe na justiça um processo, existe inquérito, processo, tudo, e a justiça tem que apurar vê quem fez corrupção. Eu não estou no processo, eu não estou no inquérito, não tenho, não sou citado, nunca fui citado.
> **FM** – Essa história é mentirosa então, do João Francisco?
> **JD** – Não, eu não vou.../ Eu li a decisão do Supremo Tribunal Federal. Se você não se satisfaz como cidadão com uma decisão do Supremo Tribunal Federal... É a Corte Suprema do Brasil. É a lei da democracia. A justiça deu o veredicto e eu sou inocente.

O entrevistador lança a provocação *mas o senhor aceitaria passar por uma acareação pública?*, colocando, mais uma vez, a honestidade do entrevistado em dúvida. Nesse momento os papéis se invertem e o entrevistado dirige ao entrevistador uma pergunta retórica *você não tá querendo substituir a justiça brasileira?*. A partir daí, vê-se o quadro de entrevista transformar-se em debate com o surgimento de réplicas e tréplicas. Levando-se em conta a situação que gerou esse ato de linguagem, podemos dizer que se trata de um ato de linguagem provocação. Essa provocação pode se originar também por parte do entrevistado, como podemos comprovar pelo exemplo a seguir:

> **15** (2- 548-566) **RJ** - É a CPI que vai fazer isso. Ô, Paulo, a CPI vai esclarecer onde estão os problemas do Correio. Nós vamos enfrentar isso. Mas queria falar com Tales sobre isso, nós estamos perdendo uma oportunidade aqui de discutir

> essas nomeações pra estatais e financiamento de campanha. Eu disse lá na CPI, olhando para os deputados e dizendo ao povo "vocês esperam que estes homens aqui reajam com coragem, porque não tem deputado corajoso aqui, todos se acocoram diante da imprensa, primeiro medo da imprensa e se borram todos". Mas eu vim aqui achando que a imprensa iria enfrentar corajosamente esse assunto que todo mundo aqui já ouviu falar em caixa 2 de campanha e, de repente, eu começo a falar aqui e a impressão que tem que é a primeira vez que vocês ouvem falar nisso...
> **SP** – Não, ah/ mas nós estamos perguntando...
> **RJ** – Eu gostaria de abrir esse assunto até pra que a sociedade brasileira, Tales, entendesse como é há séculos no Brasil o financiamento de campanha. Vocês já denunciaram isso várias vezes... E eu estou aqui de peito aberto aqui, porque eu tenho certeza, eu tenho certeza/ e quem escreve são vocês/ já denunciaram/ porque de repente eu me sinto num convento...
> **SP** – Não deputado, por favor, foi exatamente por isso...
> **RJ** – "Não, mas nós não sabemos", mas que conversa é essa, estou estranhando vocês.
> **TF** - Agora o senhor é notícia.

Nesse exemplo **15**, vemos que o entrevistado investe na sua imagem de denunciante intrépido com a expressão adverbial *de peito aberto* que se contrapõe à avaliação pejorativa que ele faz da atuação dos entrevistadores, atestada pela crítica em tom irônico, realçada pela metáfora usada na asserção *eu me sinto num convento*. Ele incita os entrevistadores com a afirmação *estou estranhando vocês*, mas para não romper de vez o contrato estabelecido, tece elogios à imprensa realçando o poder que a mídia exerce em relação à opinião pública, uma vez que *todos se acocoram diante da imprensa*, que quem denuncia é ela.

Outro caso em que podemos verificar a inversão de papéis advém de uma relação menos tensa entre os protagonistas, que resulta numa transformação do quadro enunciativo de entrevista em um quadro de conversa informal, por exemplo. Vejamos o exemplo abaixo:

> **16-** (2- 643- 656) **RJ** – Então eu vou fazer uma pergunta que o senhor é quem decide, Ministro. O senhor já falou várias vezes, para mim inclusive, que sua maior ambição é servir o Brasil com o presidente Lula. O senhor viveu essa situação agora, mas fatalmente se encerra, no mais tardar, em 2010. Então, a partir daí, o senhor pensa em ser candidato Presidente da República, ministro?
> **JD** – Você já reelegeu o Lula, já?
> **TO** – Não eu disse no mais tardar!
> **JD** – Eu estou pensando hoje, no Brasil de hoje. Resolver os problemas do Brasil de hoje.
> **TO** – Não, Ministro, eu tô falando...
> **JD** – Mas quem sou eu pra pensar em ser candidato da República?
> **TG** – Ué, chefe da Casa Civil é o ministro mais importante do Governo, não é?!
> **TO** – É...
> **VC** – Quem manda no PT.

> **(**...)[21]
> (682- 684)**VC** – Ministro você não quis se comprometer com a pergunta da Thaís sobre 2010. Então vamos ver algo agora: se o presidente Lula amanhã pedir que o senhor reassuma as articulações políticas o senhor reassume?
> **JD** – Ah...Você não acha que eu vou responder essa pergunta?!

No exemplo **16**, vemos que o quadro enunciativo de entrevista vai se arrefecendo e configurando-se um quadro mais próximo da conversa informal. O entrevistador, ao brincar com a entrevistadora com a pergunta *Você já reelegeu o Lula, já?*, desvia o foco do conteúdo proposicional da pergunta e inverte os papéis. A partir daí o que se vê são conjeturas sobre o futuro político do Ministro, com as quais ele não quer se comprometer. Outros entrevistadores, em resposta à pergunta expressiva do Ministro *Mas quem sou eu pra pensar em ser candidato da República?*, entram em cena, trocam comentários entre eles *Ué, chefe da Casa Civil, é o Ministro mais importante do Governo, não é?* , *É...* , *Quem manda no PT* . Diante da manobra do entrevistado de não se envolver com a questão proposta primeiramente, outro entrevistador reconhece essa estratégia, com a asserção *Ministro você não quis se comprometer com pergunta da Thaís sobre 2010* e aqui o índice de alocutividade *você*, menos formal, por certo, dá mostras do arrefecimento que apontamos no início desse parágrafo. Vemos que, em seguida, frente à pergunta *Se o presidente Lula amanhã pedir que o senhor reassuma as articulações políticas, o senhor reassume?*, o entrevistado rompe literalmente o contrato de entrevista com a pergunta retórica *você não acha que eu vou responder essa pergunta?*, deixando claro que o contrato comunicacional de entrevista, há muito, nesse quadro interativo, já não funcionava mais: o interlocutor não é capaz de responder um questionamento como aquele, uma vez que respondê-lo significa admitir, mesmo hipoteticamente, a possibilidade de se afastar do cargo que exerce até aquele momento.

Como vimos nos exemplos acima, o quadro interacional de entrevista pode se transformar num quadro de debate. Tendo em vista o caráter político e polêmico do tema das entrevistas, o envolvimento em escândalos de corrupção, é natural que isso ocorra. Um ponto em comum entre a entrevista e o debate e de interesse para nosso estudo é fato de ambos os contratos serem acionados pela pergunta, nosso objeto de análise. Nesse sentido, é chegado o momento de nos determos a ele, a começar pela explicitação da TAF.

---

[21] Suprimimos, aqui, um trecho da entrevista, correspondendo a réplicas e tréplicas pouco elucidativas para a nossa análise aqui em tela, e retomamos o remate dessa troca, porque, aí sim, nos pareceu importante.

CAPÍTULO IV

A Teoria dos Atos de Fala:
o que define a pergunta como ação?

4.1. Quadro Teórico

A idéia de que se pode agir por meio da linguagem ganhou um relevo teórico mais efetivo na metade do século XX, com a TAF. Ao estabelecer a relação entre linguagem e ação, Austin supera a concepção clássica que atribuía à linguagem um valor representacionista. Ao longo do seu desenvolvimento, o estabelecimento das condições que funcionam como asseguração da conversão de palavras em ações bem como o aprimoramento de uma metalinguagem que seja capaz de recobrir toda a extensão e complexidade dessa relação tem sido a tônica dos pesquisadores que têm se dedicado a essa teoria.

Em linhas gerais, historicamente as raízes da TAF são remetidas aos jogos de linguagem de Wittgenstein (1989). Este teórico já identificava, de certa forma, a relação entre as práticas linguageiras como constitutivas do conjunto das ações humanas. Para ele, a cada domínio de práticas, ou seja, de formas de vida, corresponde uma multiplicidade de cenários de comunicação, de jogos de linguagem, que ele define como "o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada" (p. 12). Para este autor a validação dos enunciados se dá à medida que engendram comportamentos, ações em determinados contextos. Assim é o valor pragmático que os interlocutores dão aos seus enunciados que justifica a importância da linguagem numa interlocução.

Outros teóricos, mais recentemente, associam as origens da TAF ao paradoxo de Moore, mais especificamente no tocante às condições de sinceridade, como salienta Vanderveken (1991, p. 107)

> Other examples of analytically unsuccessful sentences which are not illocutionary inconsistent are instances of Moore's paradox, such as "John, please come, I do not want you to come". Utterances of such sentences are analytically unsuccessful because a speaker who performs an illocutionary act express *eo ipso* the mental states corresponding to the sincerity conditions. He cannot deny in the context of

> his utterance that he has the mental states that he expresses in that very context without contradicting himself.[22]

Este autor sublinha a violação das condições de sinceridade como a aproximação de Moore aos pressupostos da TAF, ou seja, o paradoxo seria dizer algo e ao mesmo tempo negar as condições de sinceridade pressupostas, e, evidentemente a relação que se percebe aí da linguagem enquanto ação.

Mari (2001, p. 107) afirma que "de um modo mais genérico, podemos detectar, na formulação peirciana do pragmatismo, alguns elementos que servem como suporte direto para compreensão de muitos aspectos da teoria".

Este trabalho, entretanto, não assume o compromisso com o detalhamento do traçado histórico da teoria. Interessa-nos, mais de perto, alguns aspectos desse percurso histórico-conceitual, mais especificamente o estágio atual em que a teoria se encontra. Dessa forma optamos por, a partir de Austin (1990), abordar a performatividade e os níveis de processamento de um ato; com Searle (1984) e Vanderveken (1985, 1991), identificarmos os parâmetros de descrição de um ato, os componentes de uma força ilocucional e as condições preparatórias como sustentação de um ato.

Comecemos, portanto, nosso itinerário com vistas a alcançar informações de caráter mais geral sobre a teoria e mais adiante nos determos nos aspectos fundamentais capazes de delinear com mais precisão o ato de fala a pergunta.

4.1.1. Austin e os performativos

A teoria austiniana, ao estabelecer a diferença entre os constatativos e os performativos, avança numa primeira hipótese: a de que as línguas naturais se organizam em torno de uma distinção funcional entre dois tipos de enunciados. No primeiro caso, os que descrevem um estado de coisas. No segundo, os que permitem realizar certo tipo de ação. Nesse sentido, os enunciados constatativos são considerados verdadeiros ou falsos na medida em que dão, ou não, conta de um estado de coisas objetivo e empiricamente verificável. E os performativos, por sua vez, não são verdadeiros nem falsos, mas susceptíveis a condições de

---

[22] Outros exemplos de insucesso de sentenças que não são inconsistentes no tocante à ilocução são as exemplares do paradoxo de Moore, como "João, por favor entre, não quero que você entre". Proferimentos como esses são sentenças analiticamente mal sucedidas, porque o falante de tais sentenças realiza um ato expresso ilocutoriamente *eo ipso* a estados mentais que correspondem às condições sinceridade. Ele não pode negar, no contexto da sua manifestação, o que ele tem como estados mentais, sem contradizer-se.

felicidade, uma vez que a sinceridade presumida do locutor, por exemplo, não é empiricamente observável.

Austin preconiza, então, que dizer não é somente veicular informações sobre o objeto de que se fala, mas é também uma forma de agir sobre o interlocutor e o mundo circundante. Para este filósofo as palavras além de comportar uma realidade de significação têm a propriedade de realizar ações. Todo ato é arquitetado tão somente pelas palavras em si. Como resultado de uma série de palavras ditas por uma pessoa apropriada, num tempo adequado, em circunstâncias convenientes, alguém será impelido a fazer alguma coisa diante de um pedido, por exemplo. A realização de uma ação é levada a cabo puramente pelas palavras e todo enunciado incorpora atos de fala regidos por regras partilhadas, ou conhecidas, por todos os membros de uma mesma sociedade. Assim, o êxito dos atos de fala supõe o respeito a um certo número de condições, a um conjunto de restrições a que o teórico denominou de condições de felicidade.

A descoberta dos performativos, que têm a propriedade peculiar de instaurar uma nova realidade apenas com sua enunciação, foi uma das grandes contribuições de Austin. Embora, por algum tempo, a hipótese da performatividade tenha sido a tônica da TAF, o próprio Austin reconhecia que "uma ação pode ser realizada sem a utilização do proferimento performativo, mas as circunstâncias, incluindo outras ações, sempre têm que ser apropriadas" (p. 27). É patente nas atestações formuladas por Austin a fundação da teoria da performatividade na noção de contrato de fala, pois ela supõe uma provável relação jurídica de um certo número de transações verbais, como o próprio autor afirma, "nossa palavra é nosso penhor" (1990, p. 27). Aproximando essa afirmação de Austin aos pressupostos da Semiolingüística, temos palavra, aqui, entendida como projeto de fala e penhor, como sanções às quais os interlocutores se submetem numa relação intersubjetiva.

Ao referir-se às circunstâncias apropriadas, o próprio autor traça um conjunto de condições necessárias à realização do ato de fala, tais como: a convenção de certos atos, a adequação dos falantes a essa convencionalidade dos proferimentos, e o compromisso de todos os locutores de modo sincero e pleno na sua realização.[23] Assim, por exemplo, o enunciado *A sessão está aberta* proferida pelo Presidente do Congresso Nacional, de fato, realiza a ação de abrir a sessão, o que não aconteceria se pronunciado por outra pessoa que

[23] A transgressão a esse fator psicológico (a condição de sinceridade), tão sutil de ser constatado, não compromete fundamentalmente, nos dizeres de Austin, o sucesso do ato.

não estivesse revestida desta autoridade. Essa conexão entre aquilo que se diz e aquilo que faz, nas palavras de Mari (2001, p. 102)

> é alcançada pela interface assegurada entre a dimensão da proposição (sua verdade, a partir de relações sintáticos- semânticas, de propriedades lexicais, de condições de referenciação – o plano locucional do autor) e uma dimensão dos interlocutores, destacando a sua identidade e a relação entre eles (as condições de sinceridade, as condições preparatórias), assim como visa a colocar em circulação um valor pragmático.

Assim, a interpretação do enunciado só se efetiva, o ato de linguagem só é bem-sucedido, quando o interlocutor reconhece a intenção associada à convencionalidade da enunciação.

A constatação de que a qualidade performativa não é uma qualidade lexical intrínseca, mas uma propriedade potencial dependente das condições de discurso, fez com que Austin sistematizasse suas discussões, não no sentido de abandonar a primeira perspectiva, mas de integrá-la numa teoria mais geral do ato de fala. Vemos então, num segundo estágio da teoria, ser construída a hipótese ilocucional. Se dizer é fazer, cabe à teoria a descrição precisa do que consiste o ato de dizer e a necessidade de esclarecer em que sentido dizer uma coisa é fazê-la.

A partir dessas considerações, Austin distingue três níveis de processamento de um ato: o locucional, o ilocucional e o perlocucional. O primeiro se refere ao fato de que "dizer algo" é fazer algo numa dimensão orgânica, física, na medida em que se articulam e se combinam sons, que evocam e se ligam sintaticamente às noções representadas pelas palavras. O ato locucional é literalmente o que é dito. O segundo, o ilocucional, corresponde a uma dimensão intencional – convencional, na medida em que ao "dizer algo", tem-se, em si mesmo, um certo ato, uma certa transformação das relações intersubjetivas. Neste caso, é possível, por exemplo, que ao dizer *Aqui está quente* o ato que o locutor estava tentando realizar fosse uma asserção sobre a temperatura do ambiente ou uma crítica a respeito das discussões calorosas que aconteciam naquele momento, ou, quem sabe, fosse um pedido para ligar o ar ou abrir a porta. Desse modo, ao falar indiretamente, o falante pretendia que suas palavras fossem dotadas de uma força ilocucional específica, que pudesse ser reconhecida pelos outros em razão das circunstâncias imediatas e do modo como a proposição foi expressa. E o terceiro, o perlocucional, se refere ao intencional e não-convencional, na medida em que, "por dizer algo", a enunciação serve a fins mais remotos, e o interlocutor pode ou não compreendê-la do modo esperado. Assim, os interlocutores podem considerar que o comentário do locutor, *Aqui está quente*, significa algo completamente diferente, como, por

exemplo, uma reclamação sobre a estrutura do local ou uma tentativa de mudança de assunto. As reações subseqüentes levam em conta o que os interlocutores pensaram a respeito do que o locutor estava fazendo, e não necessariamente aquilo que ele pensou que estava fazendo ou até o que ele literalmente disse. O modo como as pessoas recebem os atos e determinam as conseqüências deste ato para futuras interações é o chamado efeito perlocucional. Ainda pode ocorrer que os interlocutores não se mostrem satisfeitos ou cooperativos com aquilo que entenderam que o locutor estava fazendo e desconsidere o ato que ele realizou nos seus próximos enunciados e atos.

Ao distinguir esse conjunto de coisas que se faz ao dizer algo, sintetizadas as atividades ou dimensões apontadas acima, Austin assinala a dificuldade de distinguir um ato intencional de um ato não intencional. Nesse sentido ele aponta a convencionalidade como traço distintivo para o ilocucional e sublinha a idéia de que "os efeitos conseqüentes das perlocuções são realmente resultados, que não incluem efeitos convencionais" (p. 90).

Nessa perspectiva, vemos aparecer a problemática dos atos indiretos, ou seja, atos que se realizam através de outros, demandando do interlocutor uma interpretação indireta. Podemos ver alguns exemplos mais alusivos na prática cotidiana como *Você fuma?*, em que, sob a forma direta de uma pergunta, tem-se, dependendo do contexto, um pedido, ou uma sugestão, ou uma repreensão que deve ser decifrada pelo interlocutor. Há formas, porém, sutis que exigem um investimento interpretativo maior do interlocutor.

Austin, com o objetivo de estabelecer uma classificação dos valores ilocucionais, constrói uma tipologia que comporta cinco rubricas muito ligadas ao repertório verbal e insuficiente, como o próprio autor reconhece ao confessar-se não estar "totalmente satisfeito com elas" (p. 123). Todavia ele sublinha que o grande passo dessa taxionomia de valores foi a abertura para um "campo mais rico" que não se limita às dicotomias verdadeiro/falso e fato/valor. Todas essas noções são retomadas por Searle e, num exercício de refinamento da Teoria, vê-se uma metalinguagem mais rigorosa sendo tecida.

4.1.2. Searle e Vanderveken: a lógica de uma força ilocucional

A partir dos fundamentos da concepção de um ato apontados por Austin, Searle (1984) estabelece um conjunto de parâmetros que fazem parte da sua constituição. Este autor, sem desconsiderar os performativos, passa a circunscrever o ato na dupla dimensão do proposicional/ ilocucional. Entender, pois, a relação linguagem/ ação para além dos performativos e das convencionalidades, segundo Searle, é entender que toda forma de

linguagem está relacionada a um tipo de ação. Ao reexaminar a taxionomia dos valores ilocucionais, esse autor os reconstruiu segundo quatro critérios principais a que ele chamou de "condições necessárias e suficientes" para que um ato seja bem sucedido e perfeitamente executado na enunciação de uma dada frase. São as seguintes: a condição essencial[24], a condição de conteúdo proposicional, a condição preparatória e a condição de sinceridade. Tomemos, então, o caso de uma ordem, por exemplo. As condições preparatórias estabelecem que o locutor esteja numa posição hierárquica em relação ao seu interlocutor; a condição de sinceridade consiste em o locutor querer que se realize o ato ordenado, a condição essencial tem a ver com o fato de o locutor pretender que a enunciação configure-se como uma tentativa de conseguir que o interlocutor realize o ato; e, por fim, as condições de conteúdo proposicional prevêem uma ação a ser realizada no futuro.

Esta tipologia de forças ilocucionais permitiu aos pesquisadores da linguagem fazer uma análise das formas lógicas dos atos ilocucionais. A partir daí, Searle e Vanderveken (1983), na tentativa de ordenamento do diverso das práticas de linguagem, formalizaram os fundamentos da TAF.

Nesse intento Vanderveken, define seis componentes constituintes de uma força ilocucional que devem ser satisfeitos quando da realização de um ato. São eles: o ponto ilocucional, o modo de realização desse ponto, as condições de conteúdo proposicional, condições preparatórias, condições de sinceridade e um grau de potência/ intensidade.

O ponto ilocucional é um dos parâmetros definidores de uma força ilocucional, pois ele se refere àquilo que um falante pretende realizar com o seu proferimento. Representado por um conjunto π que se aplica ao conjunto de todas as proposições associadas ao contexto (I) possíveis para sua realização.

Para Searle e Vanderveken a orientação entre linguagem e ação pode ser compreendida por dimensões de ajustamento em que a linguagem orienta a construção de estado de coisas, ou que um estado de coisas orienta a construção da linguagem. Assim, há circunstâncias em que a linguagem cria realidade e outras em que a ação determina formas de construção de linguagem. Deste modo, nos pontos ilocucionários apontados em parágrafo antecedente, se reconhece direções de ajustamento que determinam, em cada ato, como adequar e/ ou ajustar o conteúdo proposicional ao mundo. Uma força ilocucional que se realiza, por exemplo, no ponto assertivo tem como direção de ajustamento PALAVRA-A

[24] Como observa Mendes (1999, p.18), no desenvolvimento da teoria, com Searle e Vanderveken, a chamada condição essencial deixa de ser mencionada, pois ela passa a corresponder ao ponto e ao modo, que veremos mais adiante. As demais condições são coincidentes.

MUNDO, pois há uma correspondência entre o conteúdo proposicional e um estado de coisas. Já atos que se realizam nos pontos diretivo e comissivo apresentam a direção MUNDO-PALAVRA, uma vez que uma alteração da realidade se dá mediante a enunciação do conteúdo proposicional. Atos que se realizam no ponto declarativo possuem DUPLA-DIREÇÃO, já que instituem um estado de coisas ao mesmo tempo em que o descrevem. Por fim atos expressivos têm DIREÇÃO-NULA, pois expressam atitudes proposicionais do locutor diante um estado de coisas. O modo de realização de um ponto, formalmente definido por μ, se traduz pela maneira como uma força ilocucional nesse ponto deve ser realizada para ser bem sucedida. As condições de conteúdo proposicional (Θ) dizem respeito às restrições de ordem sintático-semânticas impostas ao conteúdo proposicional; já as condições preparatórias (Σ) de uma força ilocucional referem-se a convenções pressupostas que um ato com tal força demanda para que seja bem sucedido; as condições de sinceridade, por sua vez, (ψ) determinam as intencionalidades expressas pelos interlocutores de uma interação; e, por fim, o grau de potência/ intensidade refere-se ao fato de que os estados psicológicos expressos na execução de uma força ilocucional podem ser menos ou mais intensos. Em síntese, podemos, assim, representar a força ilocucional: $(\psi, (\Sigma, (\mu, \pi, (i, P,)))$. Assim, sob a base desses critérios que regem a força ilocucional, os autores propõem uma classificação elementar de cinco tipos de usos de linguagem: assertivo, comissivo, declarativo, diretivo e o expressivo.

A partir dessas considerações, estes dois autores formularam certas leis que regem o sucesso e a satisfação de um ato de fala. As condições de sucesso de um ato dizem respeito àquelas que devem ser preenchidas no contexto da enunciação de um ato e que são determinadas pelos componentes de sua força e pelo seu conteúdo proposicional. Já as condições de satisfação são determinadas pelas condições de verdade de seu conteúdo proposicional e pela direção de ajustamento de sua força. Voltemos nosso olhar, então, para o ato de fala pergunta.

4.2. Parâmetros definidores da pergunta

4.2.1. A lógica da pergunta

Segundo Vanderveken (1985), toda teoria da conversação, a princípio, deve reconhecer que os atos ilocucionais são constitutivos da conversação e, assim, deve buscar incorporar uma teoria lógica desses atos. Para ele, *complete illocutionary acts (and not only*

proposition or truth conditions) are the primary units of literal meaning in the use and the comprehension of material languages.[25] (1990, p. 11).

Do ponto de vista da lógica, os atos ilocucionais executados numa conversação podem ser configurados como F(p), onde F é uma força ilocucional e P é uma proposição. Assim, por exemplo, dois enunciados interrogativos como *Você está se sentindo bem?* E *Você aceita um café?* têm a mesma força ilocucional de pergunta, mas, evidentemente, com conteúdo proposicional diferente. Por outro lado, enunciados como os que se seguem *Você virá amanhã*, *Por favor venha amanhã* e *Que bom que você virá amanhã* têm o mesmo conteúdo proposicional, mas força ilocucional diferente , ou como diria Searle (1984, p. 34), "a referência e a predicação são as mesmas, embora em cada caso, a mesma referência e a mesma predicação ocorram como partes de um acto de fala completo". Assim na primeira enunciação temos uma asserção, na segunda um pedido e na terceira um desejo.

Como vimos, Vanderveken (1985, 1991), define a força ilocucional como um conjunto de seis parâmetros: um ponto de realização, um modo, condições sobre o conteúdo proposicional, condições preparatórias, condições de sinceridade e os graus de sinceridade[26]. Desse modo, para que um ato ilocucional se realize com sucesso, é necessário que, no contexto da conversação, o locutor realize o ponto ilocucional da Força (F) sobre a proposição P e essa proposição satisfaça as condições de conteúdo proposicional. Outra condição consiste na pressuposição do locutor sobre as proposições determinadas pelas condições preparatórias de F relativamente a P nesse contexto. E por fim, é necessário que ele exprima igualmente com grau de intensidade de F os estados mentais determinados pelas condições de sinceridade de F a propósito do estado de coisas representado pelo conteúdo proposicional P. Assim, a efetivação de uma força ilocucional depende dessa série de fatos reunidos no processo enunciativo.

Nessa perspectiva, o ato de fala com força ilocucional realizada no ponto diretivo cujo modo de realização se traduz na pergunta pressupõe que o locutor de uma pergunta efetive sua enunciação com o objetivo de fazer com que o interlocutor realize uma ação futura, aqui especificamente, sob a forma de um ou vários outros atos de fala que

---

[25] Atos ilocutórios completos (e não só a proposição ou condições verdade) são as principais unidades de sentido literal, no uso e na compreensão da materialidade das línguas.

[26] Mari (2001, p.126) chama-nos atenção para este sexto componente que integra uma força ilocucional, ou seja, os graus de sinceridade, dizendo que "existem dificuldades na consideração desse componente, em razão do fato de que uma variação de grau converge sempre para uma variação do modo". Assim, ao abordarmos os parâmetros da pergunta, como é nosso interesse, não trataremos desse componente em separado. Quando for conveniente, o destacaremos em função do exemplo analisado.

constituiriam a resposta, efetivando, assim, a troca interativa. Desse modo o locutor estabelece para si o direito de obter uma resposta do interlocutor e, para esse, por conseguinte, o dever de responder a pergunta. Vemos, assim, que o ponto ilocucional diretivo tem uma direção de ajustamento mundo-palavra, pois implica a realização de uma ação representada no seu conteúdo proposicional a ser desencadeada num tempo futuro da enunciação.

Parece-nos, portanto, que não há como escapar de uma definição circular em que a pergunta é entendida como uma ação que engendra uma resposta e a resposta, por sua vez, como uma ação engendrada pela pergunta.

Quanto às condições de conteúdo proposicional, que dizem respeito a uma dimensão lingüística que impõe à estrutura proposicional restrições sintático–semânticas, como salientamos anteriormente, os atos realizados no ponto diretivo no modo pergunta são caracterizados por induzirem uma ação futura do alocutário a ser realizada num tempo futuro ao de sua enunciação. Uma restrição de ordem sintática bem marcada, pelo menos para as perguntas diretas, é a entonação interrogativa ou a presença, em alguns casos, de pronome interrogativo. Os temas e tópicos que podem figurar no conteúdo proposicional de uma pergunta, embora pareça não haver um limite restritivo, são determinados por cada situação específica. Evidentemente que as restrições advindas da convencionalidade e intencionalidade de diferentes tipos de contratos de comunicação é que vão determinar certas condições relativas aos temas e tópicos expressos no seu conteúdo proposicional. No caso dos exemplos trabalhados nesta tese, tais restrições correspondem ao momento político que envolve cada entrevistado bem como o seu papel como ator social dos episódios em questão.

Como condição preparatória para esse ato pode-se apontar a expectativa do locutor na manutenção do tópico proposto pela pergunta, pois, a princípio, quem faz uma pergunta espera uma resposta, ou uma manifestação, do interlocutor a respeito do que foi introduzido. O desconhecimento do conteúdo proposicional da resposta por parte do locutor e, ainda, a imprevisibilidade da ocorrência do objeto da pergunta no curso normal das enunciações do interlocutor pode deflagrar a necessidade de fazer emergir, no decorrer da enunciação, determinado tópico. E, ainda, ao fazer uma pergunta o locutor pressupõe que o interlocutor tem a capacidade/ competência de respondê-la.

A troca de turno é uma característica peculiar desse ato, pois, como nos assegura Benveniste (1989, p. 86) a interrogação "é uma enunciação construída para incitar uma 'resposta'", desse modo, o locutor, ao interpelar o interlocutor, instancia-o no discurso a fim de estabelecer com ele um jogo comunicativo.

Outra convenção pressuposta que rege a interação entre locutor e alocutário diz respeito aos compromissos a serem assumidos e aos papéis a serem desempenhados. Desse modo o entrevistador está autorizado a fazer perguntas e é legítimo que assim o faça, e o entrevistado, por sua vez, assume a responsabilidade de respondê-lo, o que não significa que, de fato, vá fazê-lo.

Mendes (1999) chama-nos atenção para o paralelo que há entre a Teoria de Searle e Vanderveken, no tocante a elementos constitutivos de uma força ilocucional, com a semântica argumentativa de Ducrot (1987). O caráter jurídico, apresentado por Ducrot como característica de todo ato ilocucional, cria para os interlocutores direitos e deveres na interlocução. Assim, segundo Mendes, o ato ilocucional pergunta cria para o interlocutor a alternativa de responder o que foi solicitado, consolidando, então, a interação verbal e legitimando a situação de comunicação, ou não, rompendo com esse compromisso. No seu entender, essa noção jurídica amplia, de certa forma, a noção de atos de fala, no sentido que nos remete à idéia de normas éticas que regulam as relações sociais. Sendo assim, a pergunta não se caracteriza apenas como uma tentativa de fazer com que o alocutário realize uma ação futura na forma específica de um ato de fala com valor de resposta, mas inaugura uma relação de direito por parte do locutor e de dever para o alocutário. Com efeito, em programas de entrevistas com caráter de promover a interação com o telespectador e assegurar ao entrevistador e ao entrevistado a responsabilidade de debater e esclarecer questões caras à sociedade, vemos que tais discursos tendem a ser regulados por restrições de ordem ética e jurídica. No caso específico do nosso trabalho, vemos que a pergunta orienta e regula a estrutura do discurso, ela define os papéis enunciativos a serem desempenhados e estabelece o conteúdo proposicional, ou seja, os temas a serem abordados.

Um último parâmetro básico definidor do ato pergunta corresponde às condições de sinceridade, difíceis de serem identificadas por não serem, normalmente, representadas por um marcador lingüístico. Descritas como atitudes proposicionais que expressam estados mentais, intenções, podemos dizer que o locutor de uma pergunta manifesta o desejo de indagar o seu alocutário com vistas a alcançar uma resposta. Espera-se que, de fato, o falante deseja, com sinceridade, indagar sobre algo desconhecido e que o interlocutor seja capaz de respondê-lo de forma sincera. Evidentemente não podemos nos esquecer da dimensão ético-moral, abordada acima, que condiciona qualquer interação e dos limites dessa dinâmica, pois nenhum sujeito se conforma estritamente a regras e princípios. É natural do processo interativo o acaso, as manobras pessoais para atingir diferentes objetivos. No entanto, espera-

se que o locutor não pergunte algo que possa constranger ou ofender diretamente o interlocutor a ponto de inviabilizar a troca.

Segundo Mari (1997) "formas diretivas como pergunta comumente preenchem a sua totalidade com seqüências compatíveis de intenção". Vê-se, pois, que a realização plena do ato de fala pergunta se dá em forma da resposta do alocutário. Cabe salientar aqui que o propósito perlocucional não interfere, ou seja, independente das suas intenções extralingüísticas, ao proferir uma pergunta o locutor busca levar o alocutário a proferir uma resposta.

Sintetizando, pois, os parâmetros definidores do ato de fala pergunta tomemos o seguinte quadro:

QUADRO 5

Parâmetros definidores do ato de fala pergunta

Ponto π	diretivo (direção mundo-palavra)/ ação futura
Modo μ	tentativa do locutor obter a informação do interlocutor, criando, assim, um direito para o primeiro, e um dever para o segundo
Condições de Conteúdo Proposicional Θ	qualquer conteúdo proposicional, mais ou menos, relativo à convencionalidades e intencionalidades do tipo de contrato em questão
Condições Preparatórias Σ	o locutor não sabe a resposta e supõe que o interlocutor é capaz de respondê-la.
Condições de Sinceridade ψ	o locutor deseja obter uma resposta de seu interlocutor e assume a responsabilidade desse desejo ou intenção

Conclui-se, desse modo, que a força ilocucional de uma pergunta é um ato iniciativo que engendra um ato reativo. Essa relação dual entre pergunta e resposta leva-nos a indagar sobre uma possível tipologia de perguntas que poderiam ser depreendidas daí. Para tanto nos parece interessante, num primeiro momento, definir uma e outra.

Além da diferenciação de ato iniciativo para pergunta e reativo para a resposta, uma outra característica diferenciadora diz respeito ao fato de que uma pergunta impõe restrições discursivas e ilocucionais à resposta, dando-nos indicações do que pode ser uma resposta adequada ou não, assim, a resposta nos indica que certas condições foram satisfeitas ou não.

A título de exemplificação dos parâmetros definidores do ato de ato de fala pergunta, apresentados nos parágrafos precedentes, tomemos, pois, o seguinte exemplo:

> **17**(2- 84-108)**PM**- Eu começo com o seguinte: aonde o senhor pretende chegar com as afirmações que o senhor tem feito, com sua participação no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, enfim, com suas últimas atuações na política brasileira?
> **RJ**- Penso que já cheguei ao objetivo quando coloquei de público essa história do mensalão que paralisava a Casa, gerava tensão entre minha bancada do PTB e entre as bancadas do PL e PP. A comissão de ética está instalada, a CPI está instaurada e nós vamos agora à apuração disso. Há, você não tenha dúvida, Paulo, um grande esquema de corrupção em estatais e esse esquema de corrupção tinha um gerente. E esse esquema abasteceu a base aliada do Governo e agora nós vamos ter tudo isso decantado, claramente esclarecido, a partir da CPI.

O objeto do nosso exemplo **17** pode ser entendido como um diretivo sob a forma de uma pergunta, resultante do conteúdo proposicional composto por itens lexicais significativos, como, por exemplo, o pronome interrogativo *Aonde* que orienta o tema da resposta, que, para se ajustar à pergunta, deve preencher esta variável. Outra característica que podemos assinalar aqui, que distingue o ato pergunta de outros atos, é a alocutividade, ou seja, o interlocutor é interpelado diretamente, inaugurando uma troca discursiva. A marca lingüística de alocutividade se traduz na estrutura dessa pergunta pelo pronome de tratamento *senhor*. Vemos também a entonação ascendente no final do enunciado, característica dos proferimentos interrogativos, marcada pelo sinal de pontuação (?), que por si só, evidentemente, não é suficiente para realizar o ato. Outra característica diz respeito à idéia de uma ação futura a ser desempenhada pelo interlocutor, que, no caso específico deste ato, demanda uma ação linguageira. Somam-se a isto as convenções de uso que regulam a interação entrevistador/ entrevistado, conferindo ao primeiro o valor hierárquico de fazer com o segundo realize esta ação linguageira, ou seja, a resposta. Vemos, assim, que a pergunta impõe restrições de ordem ilocucional e discursiva à resposta. Estas restrições nos fornecem indícios sobre o que é uma possível resposta apropriada e o que não seria. Por sua vez a resposta nos dá mostras de que certas condições foram satisfeitas em relação à pergunta. No nosso exemplo, vemos a alternância do pronome pessoal de 2ª pessoa *senhor*, na pergunta, para a 1ª pessoa, na resposta, demarcando o instanciamento do interlocutor na enunciação. A pergunta do entrevistador delimita o tema que deverá aparecer na resposta que, no caso aqui em tela, pode ser parafraseado como *a que objetivo se pretende alcançar* e, por sua vez, a resposta, em forma de asserção, satisfaz a pergunta, uma vez que o interlocutor a responde, ajustando o mundo às palavras e dando efetivamente a informação solicitada, como algo

assim [já cheguei ao meu objetivo que era tornar público o caso de corrupção]. Vemos, então, neste caso, que a orientação ilocucional da pergunta foi realizada pela resposta. Entretanto, como veremos mais adiante, intenções podem ser acrescentadas às convenções que regem a relação locutor/ alocutário, resultando assim numa associação entre o ilocucional e o perlocucional. Vejamos outro exemplo:

> **17-** (1-84- 108)**TO** – Ministro, tem um trecho de uma matéria que diz respeito ao senhor diretamente. Eu queria só perguntar ao senhor/ o trecho é quando o Ministro das Comunicações disse que recebeu da Casa Civil, portanto do senhor, uma determinação de trocar o diretor de tecnologia dos Correios, que é um funcionário de carreira, por um outro que seria um filiado político do Senador também do PTB. Então o Governo tira um funcionário de carreira, ou seja, um técnico para colocar no seu lugar alguém que talvez nem saiba onde fica a sede dos correios, mas que tem como mérito ser um apadrinhado político de um Senador.
> **JD –** Não...
> **TO** – Só terminando. Então, minha pergunta é: esse tipo de prática fisiológica o senhor não acha que acaba escancarando as portas pra corrupção ou não tem outro jeito de fazer política no Brasil?
> **JD –** Primeiro, não é uma pratica fisiológica.
> **TO –** Ministro!
> **JD** – A indicação dele, primeiro, não foi completada, ele não foi nomeado, porque não tinha, na averiguação que se faz de toda indicação, ele não tinha condições técnicas para ser indicado para esse cargo e não foi.
> **TO** – Casa Civil vetou o nome dele?
> **JD** – Não, não vetou, a Casa Civil não veta. Quem decide é o Presidente da República. A Casa Civil não nomeia. Quem nomeia é o Presidente, ou o Ministro ou o Presidente da empresa.
> **TG** – No caso, a Casa Civil recomendou que não fosse nomeado?
> **JD –** A Casa Civil recomendou que ele não fosse nomeado.
> **TO** – Por falta de qualificação técnica?
> **JD** – Exatamente.

Mendes (1999, p. 117) afirma que "a força ilocucionária de pergunta geralmente se apóia sobre outro tipo de ato ilocucionário para sua construção". Nesse sentido, nesse exemplo, vemos que o locutor formula um preâmbulo para sua pergunta com referência à matéria de revista sobre a indicação do diretor de tecnologia dos Correios e o envolvimento do entrevistado nesse episódio *Ministro, tem um trecho de uma matéria que diz respeito ao senhor diretamente*. Esse preâmbulo se constitui de uma asserção crítica *Então o Governo tira um funcionário de carreira, ou seja, um técnico para colocar no seu lugar alguém que talvez nem saiba onde fica a sede dos correios, mas que tem como mérito ser um apadrinhado político de um Senador* que serve de argumento para a pergunta. Entretanto, antes mesmo de formulada a pergunta, o interlocutor sente-se incitado e tenta assaltar o turno de fala com um *Não*. Mas, com o propósito de levar a termo sua intervenção, o locutor recupera seu turno com a admoestação ao interlocutor *Só terminando* e, para que não haja dúvidas sobre o *poder fazer*

que lhe cabe nessa relação contratual estabelecida, o locutor, como estratégia discursiva, lança mão de uma fórmula explícita para sua ação enunciativa *Então minha pergunta é a seguinte* e faz a pergunta *esse tipo de prática fisiológica o senhor não acha que acaba escancarando as portas pra corrupção ou não tem outro jeito de fazer política no Brasil?*.

A partir daí, vemos o diretivo no modo pergunta se configurar com a ocorrência da alocutividade *senhor*, da entonação ascendente e da idéia de ação futura a ser desempenhada pelo interlocutor.

O interlocutor, por seu turno, recupera tópicos da pergunta, mas não o tema indagado. Ele se contrapõe à asserção do locutor *esse tipo de prática fisiológica* com a negativa *Primeiro, não é uma prática fisiológica*, ao que o locutor reage com o vocativo *Ministro!*. Vemos aqui o quadro interativo de entrevista, propriamente dito, ser quase abandonado e transformar-se num debate.

Entretanto o interlocutor não abre mão do seu projeto de fala e continua apresentando argumentos para a negação de prática fisiológica. Tais argumentos vão ao encontro das considerações do locutor cujas correspondências, {funcionário de carreira = competência} X {apadrinhamento político = incompetência}, são apontadas pelo interlocutor como empecilho para a nomeação do diretor indicado: *ele não foi nomeado, porque não tinha/, na averiguação que se faz de toda indicação, / ele não tinha condições técnicas para ser indicado para esse cargo e não foi*.

O locutor, por sua vez, insiste no envolvimento do interlocutor nesse episódio, atribuindo-lhe a responsabilidade de veto à indicação. Na seqüência, o interlocutor esclarece que essa função não lhe compete. Temos, nesse momento a intervenção de um outro locutor que coloca em perspectiva a situação com outra pergunta que tenta esclarecer qual seria, então, o papel do interlocutor no caso *No caso, a Casa Civil recomendou que não fosse nomeado?*.

O interlocutor, na sua fala, recupera o enunciado interrogativo em forma de asserção *A Casa Civil recomendou que não fosse nomeado*. E aí, mais uma vez o primeiro locutor retoma o turno com uma pergunta confirmativa *Por falta de qualificação técnica?* ao que o interlocutor, novamente, em sua resposta, recupera a fala do interlocutor por meio de um advérbio *Exatamente*. A retomada da pergunta, ou parte dela, na resposta do interlocutor demonstra, ou mascara, uma estratégia de adesão ao discurso do outro, uma negociação, uma aproximação de um de outro.

Nesse exemplo, vemos o abandono do tema abordado na pergunta, que aponta para uma situação recorrente no cenário da política nacional, ou seja, a prática fisiológica das

indicações políticas como responsável por corrupções, em detrimento do esclarecimento de um exemplo localizado, pontual. Ao ver a questão ser abordada pelo viés de um episódio que o envolvia diretamente, o interlocutor toma este diretivo no modo pergunta, na dimensão de um efeito perlocucional de provocação. E a partir daí ele se compromete com sua defesa. Vemos, então, que o interlocutor responde à pergunta, ajustando o mundo às palavras, mas não satisfaz o ato ilocucional do locutor, uma vez que não lhe fornece a informação desejada. A condição preparatória mais geral de um diretivo ficou relegada a um segundo plano, pois não é possível ao interlocutor responder de modo sincero a esse questionamento que, da forma como foi estruturado, o compromete. Assim, sob a forma de um diretivo no modo pergunta vemos configurar-se um ato ilocucional de crítica, ou acusação.

Uma outra diferença que podemos sublinhar refere-se ao fato de que a pergunta é ao mesmo tempo uma força ilocucional e um papel enunciativo, ao passo que a resposta é apenas um papel enunciativo. A pergunta como um ato iniciativo só se satisfaz por meio do ato reativo, a resposta, pois é ela que realiza o conteúdo proposicional da pergunta. Assim, sozinha a pergunta não pode ser considerada uma seqüência discursiva ao passo que a resposta, sim. Diante dessas diferenças apontadas entre o par pergunta e resposta, podemos pensar numa tipificação de proferimentos interrogativos. Cuidemos, pois, de investigá-los sob uma orientação determinada pelo simples proferimento de um ato de fala, sem considerar a situação discursiva.

4.2.2. Tipos de perguntas

Searle (1981, p. 89) faz a distinção entre dois tipos de perguntas: reais e de exame. As perguntas reais dizem respeito ao fato do locutor querer saber (descobrir) a resposta e as de exame, o locutor quer saber (averiguar) se o locutor sabe.

Mendes (1999, p. 117) também faz distinção entre tipos de perguntas. Um primeiro tipo ele denominou de neutra, e um segundo tipo seriam as perguntas que se apóiam sobre outros tipos de atos ilocucionários para sua construção, que aparecem de modo explícito ou implícito, sob a forma de pressuposto.

Parece-nos, então, que a busca de tipificação de perguntas pode ser um empreendimento proveitoso para definirmos situações específicas de comunicação, pois tanto Searle quanto Mendes apontam as situações de interação como fator determinante para a ocorrência desse ou daquele tipo de pergunta. Mendes, por exemplo, denomina a pergunta

neutra como típica de entrevistas. Assim, a fim de clarear nosso objeto, comecemos por classificar diferentes tipos de perguntas que aprecem no nosso *corpus*.

a) Tipo 1: Pergunta Parcial

Se um ato diretivo no modo de realização pergunta tem como condição preparatória o desconhecimento sobre o assunto que será dado em forma de resposta, um primeiro tipo de pergunta que poderíamos enumerar seria pedido de informação, ou a pergunta parcial. A esse respeito Searle (1981, p. 92) considera que "certos atos ilocucionais são, na verdade, casos especiais de outros tipos", nesse sentido ele aponta a pergunta como um ato especial de pedido, "a saber, pedir informação (pergunta real) ou pedir que o ouvinte mostre conhecimento (pergunta de exame)". Urbano-Fávero et alii (1993, p. 75) denominaram esse tipo de pergunta como pergunta aberta, por que, segundo eles a informação vem na resposta como uma informação nova. Preferimos denominá-la de pergunta parcial, pois é sobre uma parcela de informação que se constrói esse tipo de pergunta. Observem-se, pois os exemplos abaixo:[27]

i) José Dirceu

> **19-** (1-205)Qual é o preço disso, Ministro?
>
> **20-** (1- 286-287)DR – Que lição o senhor carrega até hoje desse episódio, uma coisa que o senhor vai levar para o resto da vida, que na sua vida vai mudar depois do caso Valdomiro?
>
> **21-** LN (1- 294)– Qual é a dificuldade do país fechar o bingo?
>
> **22-** (1-558-559)DR – Mas como é que monta essa maioria? Eu quero saber como é que o senhor vai fazer?

No exemplo **19**, vemos o entrevistador FM interpelar diretamente seu interlocutor pela forma alocutiva *Ministro* a respeito da disputa entre partidos coligados por cargos no governo e em estatais. Trata-se de uma pergunta parcial, pois parte da informação o locutor tem, ou seja, ele pressupõe que isso traz conseqüências [há um preço] e ele quer saber ou fazer com que o entrevistado revele esse preço. O item lexical *qual* indica a informação desejada por parte do locutor e supõe que uma resposta adequada seja aquela que preencha essa variável. Os outros exemplos têm uma configuração muito parecida com esse anterior em

[27] Serão analisados aqui 4 exemplos de cada entrevista, mas no anexo, apresentamos as perguntas de cada entrevistada, respectivamente classificadas nas tipologias identificadas.

que o entrevistador parte de um pressuposto e busca do interpelado, através de pronomes interrogativos, a informação que lhe falta. Assim, no exemplo **20**, a entrevistadora DR pressupõe que o caso Valdomiro marcou a vida do Ministro, como podemos verificar pelo item lexical *lição* e pelas relativas *que o senhor vai levar pro resto da vida* e *que na sua vida vai mudar* e a informação que ela busca saber do entrevistado é *que lição* é essa. Já no exemplo **21**, o entrevistador parte do pressuposto de que não é fácil fechar os bingos, assim ele quer saber *qual* é essa dificuldade. E por último, no exemplo **22**, a entrevistadora DR introduz sua pergunta com o marcador adversativo *mas* que reforça o pressuposto de que o Governo do qual o Ministro faz parte não tem maioria na Câmara e que isso é algo com que o Ministro deve se preocupar. Assim ela deixa explícita a condição preparatória desse diretivo na oração principal *eu quero saber* que terá como complemento a pergunta que pode ser parafraseada [como o entrevistado pensa em alterar esse estado de coisas?].

ii) Roberto Jefferson

> **23-**(2-621-622) Quem o senhor acha que vai para guilhotina? Além, do senhor, naturalmente, que já declarou que sublimou o seu mandato.
>
> **24-**(2-533-536) Deputado Roberto Jefferson, eu queria saber a que o senhor atribui o fato do chefe do Departamento de Compras dos Correios, Maurício Marinho, ter mencionado especificamente o nome do senhor como suposto beneficiário, se foi idéia dele, alguém sugeriu para ele?
>
> **25-** (2-13) Quem era o gerente?
>
> **26-** (2- 262-263) Se é pra isso que servem os cargos, quais são as jóias da coroa, digamos assim, da administração federal?

No exemplo **23**, vemos que a parcela da informação conhecida pelo locutor é explicitada pelo advérbio *além* e reforçada pelo outro *naturalmente*, expressos na asserção que se constitui do discurso reportado do próprio entrevistado que já dava como certo sua queda do poder. O locutor não tem dúvidas de que outros envolvidos no escândalo de corrupção podem perder seus cargos/ mandatos, ele quer extrair do entrevistado a informação a respeito de outros nomes, marcada pelo pronome interrogativo *quem*. Já no exemplo **24**, a formulação do pedido de informação aparece bem marcada. Com essa pergunta, o mediador **PM** inicia o terceiro bloco do programa que diz respeito à CPI dos Correios que foi instaurada depois de denúncias que teve como estopim a divulgação de uma gravação em que o diretor do Departamento de Contratação e Administração de Material dos Correios, Maurício Marinho, parece explicar a dois empresários como funcionava o esquema de pagamentos para

fraudar licitações, que seria supostamente gerido pelo entrevistado e pelo diretor de Administração dos Correios, Antônio Osório Batista. O verbo no futuro do pretérito *queria* indica um desejo, um pedido em tom mais polido, e aqui esse recurso funciona estrategicamente, já que a informação solicitada compromete diretamente o entrevistado [suposto beneficiário], e a expressão *a que* indica a informação ser completada. Já no exemplo **25**, vemos que a forma alocutiva é suprimida e a pergunta sobre o nome de gerenciava o esquema do mensalão é direta, sem rodeios. E, por fim, no exemplo **26**, a condicional introduzida pela conjunção *se*, recupera a idéia que vinha sendo discutida, ou seja, os partidos brigam por cargos, e a entrevistadora supõe que haja cargos mais cobiçados, metaforicamente denominados *jóias da coroa*, e ela quer saber, então, *quais* são.

iii) José Genoíno

27- (3-571) E quem embolsou os 20 milhões?

28- (3-817) E o número de ministérios? Foi de quanto pra quanto?

29- (3- 283) Que interesse que tinha em defender?

30- (3-724) Como é que foi sua conversa com ele anteontem?

Nesses exemplos, vemos que a alocutividade não aparece marcada com nenhum item lexical. Os entrevistadores são diretos na demanda da informação desejada. Isso se explica pelo fato do clima da entrevista se tornar a cada instante mais tenso, frente à redundância das respostas do entrevistado. Em **27**, pergunta-se sobre a soma de dinheiro que supostamente o PT daria para o PTB, segundo Roberto Jefferson. A utilização do verbo [embolsar] deixa subentendido a idéia de um ato ilícito, às escondidas e entrevistador deseja saber *quem* é essa pessoa. Na **28**, indaga-se sobre o número dos ministérios com base na idéia que vinha sendo discutida sobre o inchaço de cargos no governo. Já na **29**, o entrevistador MC quer saber qual o interesse do PT em discutir sobre a quebra, ou não, do sigilo bancário de Delúbio Soares, o tesoureiro do partido. O pronome interrogativo *que* indica a informação a ser dada. E por último em **30**, EC quer saber *como* tinha sido a conversa entre JG e o Presidente da República, já que nas intervenções anteriores falou-se de estremecimento na relação dos dois. Nota-se que as perguntas acima dirigidas a JG se diferem das outras no sentido de que se orientam objetivamente para a demanda da informação solicitada, sem formas polidas e pedidos.

b) Tipo 2 - Pergunta confirmativa

Temos casos em que a informação encontra-se na pergunta e o que o locutor espera do seu alocutário é uma confirmação. O verbo confirmar significa, afirmar de modo absoluto a exatidão, a veracidade de algo, ou sustentar, manter, firmar, comprovar. Daí pode-se pensar nesse segundo tipo de pergunta: pedido de confirmação, ou, pergunta confirmativa. Vejamos os exemplos a seguir:

i) José Dirceu

31- (1-605)Ultimamente o Governo só perde, né Ministro?

32- (1-279) E a amizade, senhor Ministro, acabou?

33- (1-363) Essa história então é mentirosa, a do João Francisco?

34- (1- 794) E o senhor acha que vai chegar nos 10 milhões?

No exemplo **31**, um dos convidados busca a confirmação do Ministro **JD** a respeito das derrotas sofridas pelo Governo como a eleição do Presidente da Câmara, a rejeição da Medida Provisória do Bingo e a 232. No **32**, **JD** é interpelado sobre a amizade dele com Valdomiro Diniz, se após os escândalos, eles ainda são amigos. Em **33**, o entrevistador tenta comprometer o entrevistado fazendo referência ao depoimento de João Francisco, irmão de Celso Daniel, prefeito de Santo André assassinado. A negativa a essa pergunta o comprometeria, pois ele estaria, então, confessando que os recursos desviados de cofres municipais iam para o PT e que ele já teria recebido por uma vez o dinheiro das mãos de Gilberto Carvalho. A afirmação de que era mentirosa a história o levaria a fazer juízo de valor de João Francisco. Assim vemos na pergunta o efeito perlocucional de acusação por parte do entrevistador. E em **34**, o mediador PM interpela o entrevistado a respeito de sua crença de que o número de empregos vai alcançar o índice prometido na campanha eleitoral, ou seja, 10 milhões. Nos quatro exemplos vemos uma asserção em forma de pergunta que busca a sua confirmação ou negação. No exemplo **31**, a expressão negativo-interrogativa aglutinada *né*, característica da oralidade, reforça a pergunta que pretende obter do entrevistado a confirmação ou sua negação. Os exemplos a seguir apresentam estrutura semelhante. Observemos, então, o exemplo abaixo:

ii) Roberto Jefferson

35- (2- 60-61) E ali o senhor teve certeza da afirmativa que o senhor está fazendo de que era o José Dirceu o mentor?

36- (2- 125-126) Deputado, o senhor ficou sabendo dessa/desse mensalão no final de 2003, não é isso?

37- (2- 182) O senhor não acha que ali era o caso dele ter afastado José Dirceu?

38- (2- 327) O senhor disse que guardou os 4 milhões no cofre, né?

No exemplo **35**, o entrevistador usa a forma alocutiva *senhor* e pede a confirmação de que a partir do momento em que **RJ** constatou o cordão de isolamento em torno do Presidente *ele teve certeza* de que o mentor do mensalão era o Ministro da Casa Civil José Dirceu. Percebe-se nesse exemplo que o entrevistado busca a exatidão sobre algo que **RJ** já havia dito. No exemplo **36**, a alocutividade vem configurada pelo vocativo *deputado*, e o entrevistador pede a confirmação da informação *o senhor ficou sabendo dessa/desse mensalão no final de 2003* e ainda a reforça com a expressão negativa interrogativa *não é isso*. Cabe comentar aqui que no desenvolvimento da entrevista essa informação que é confirmada pelo interpelado servirá de argumento para outra pergunta, como veremos mais adiante. Já no exemplo **37**, o entrevistador **TF** pede ao entrevistado que faça julgamento da atitude do Presidente da República, uma vez que solicita a confirmação de que após ter sido informado por ele próprio, **RJ**, a respeito do mensalão, se não era o caso do Presidente tomar uma atitude. Por último, no exemplo **38**, o entrevistador pede ao deputado **RJ** a confirmação a respeito do dinheiro guardado no cofre que o entrevistado afirma ter recebido de José Genoíno via o publicitário Marcos Valério.

iii) José Genoíno

39- (3- 99) Mas nem hesitou em saber quem era?

40- (3-102) O senhor perdeu a confiança nele?

41- (3- 204) Ele inventou isso, deputado? Ele inventou?

42- (3-644) Esse apoio pro PTB, tem dinheiro nisso, custa dinheiro isso, né?

Bem semelhante aos exemplos analisados, em **39**, o entrevistador pede a confirmação de **JG** se ele não teve curiosidade, dúvida a respeito do avalista, no caso Marcos Valério, que ele afirma não conhecer. A conjunção adversativa *mas* reforçada pela outra *nem*, leva-nos a identificar a idéia subentendida de que o entrevistador avalie essa situação um absurdo: assinar um contrato sem saber que é o avalista. No exemplo **40**, o entrevistador

indaga diretamente o entrevistado se ele perdeu a confiança no seu tesoureiro, Delúbio Soares. Em **41**, a duplicação da perguntou *ele inventou isso /[ele inventou?* demonstra o desejo do entrevistador de extrair do entrevistado a confirmação a respeito do fato de que Delcídio Amaral, Senador Federal, que presidia a CPI dos correios e investigava escândalos do mensalão, ter dito que **JG** ligou para ele para saber das declarações que estavam surgindo na CPI. E no exemplo **42**, **MP** pede a confirmação de **JG** a respeito da ajuda que o entrevistado diz ter dado ao partido PTB se envolve somas de dinheiro.

Nos exemplos analisados, vimos que uma asserção é posta em forma de pergunta que espera como resposta a sua confirmação ou negação. As expressões negativo-interrogativa [não é?], [não é isso?] e a aglutinada [né], característica da oralidade, reforçam a pergunta que pretende obter do entrevistado a confirmação ou sua negação, e ao emitir sua confirmação, muitas vezes, o entrevistado se compromete.

c) Tipo 3 - Perguntas complexas

Outra característica a ser realçada aqui, como bem observou Mendes (1999, p. 117), diz respeito ao fato de que a força ilocucional de pergunta, não aparece pura, mas sim associada, muitas vezes, a um conjunto complexo de forças. Assim, podemos verificar que a força ilocucional de pergunta, muitas vezes, se apóia sobre outro tipo de ato ilocucional, explícito ou sob a forma de pressuposto, para sua construção. Podemos encontrar perguntas que pressupõem ou que explicitam asserções críticas, outras que se apóiam em asserções de elogio, acusação, denúncia, ou simplesmente que se apóiam em asserções descritivas neutras. Tomemos, pois, os exemplos abaixo:

i) José Dirceu

> **43- (**1-144-150) Ministro, não incomoda o senhor nesse momento, acho que desde que estou em Brasília nunca se falou tão abertamente sobre troca-troca de cargos com o governo. É algo que antes era muito dito nos bastidores, hoje ganhou os corredores do Congresso. Você ouve isso sendo falado abertamente. Nós temos hoje o presidente da câmara, Severino Cavalcante, que defende isso abertamente. Isso não incomoda o senhor, não? Não incomoda o PT, essa prática fisiológica? Se o governo do PT não está se nivelando muito por baixo nesta questão fisiológica?

Pode-se observar que no exemplo **43** a pergunta dirigida a **JD,** que é interpelado através da forma alocutiva com função de vocativo *Ministro*, se apóia numa asserção crítica explícita expressa pela oração substantiva objetiva direta *nunca se falou tão abertamente sobre troca-troca de cargos com o governo*, reforçada por um encadeamento de asserções

críticas que têm como objetivo realçar a banalização da prática fisiológica mencionada anteriormente, que aparece evidenciada pelo jogo de opostos [antes]/ [nos bastidores] e [hoje]/ [corredores do Congresso]. E ainda o modal *abertamente* e a asserção que pode ser parafraseada como algo assim [até o presidente da Câmara defende o fisiologismo]. Por fim, o enunciador da pergunta explicita sua crítica ao PT, partido do Ministro, com a construção gerundial *nivelando por baixo*. Nesse exemplo, a orientação argumentativa da pergunta, ou seja, a crítica que a fundamenta adquire mais relevo do que a própria questão de se saber sobre a opinião do entrevistado *Isso não incomoda o senhor, não?*.

Em certos aspectos, o exemplo **44** se assemelha ao enunciado anterior. Consideremo-lo, pois:

> **44-** (1-497-500) Ministro, essa lentidão, tem muita crítica em relação ao governo, principalmente à Casa Civil de que o senhor concentra muitos poderes e acaba tudo ficando travado na pasta do senhor. Dois anos e quatro meses esse projeto não chegou ao Congresso ainda, não é muita lentidão?

Nesse exemplo, **JD** é interpelado por **VC** sobre o projeto de saneamento para o país. A crítica que é feita é que há uma demora muito grande para a sua aprovação e que o Ministro, por concentrar muitos poderes emperra o processo. Aqui o entrevistado é interpelado também com a forma alocutiva *Ministro* e se vê, em seguida, no sintagma *essa lentidão* a topicalização do tema da pergunta. Logo após, temos uma seqüência de asserções que se constituem de discursos reportados a um sujeito não identificado, representado pela impessoalidade do verbo na oração *tem muita crítica*, que servem de apoio para a pergunta *não é muita lentidão?*. A precisão da expressão numérica *Dois anos e quatro meses* dá realce ao estado de coisas que é questionado.

Já no exemplo **45**, temos uma asserção descritiva que se constitui de um discurso reportado do próprio entrevistado *o senhor disse* que serve de apoio para a pergunta *que pingos nos is eram esses que o senhor quis dizer?*. Vejamos, pois,:

> **45-** (1- 271-273) Logo no auge da crise do caso Valdomiro, o senhor, numa entrevista, se não me engano, o senhor disse que colocaria os pingos nos is do caso, mas acabou a gente ficando sem saber. Que pingos nos is eram esses que o senhor quis dizer?

E no exemplo **46**, o formato enunciativo da pergunta se caracteriza por apresentar também o discurso reportado do próprio entrevistado *o senhor disse* como apoio para pergunta que traz na sua estrutura sintático-semântica a crítica. A oração principal *mas cadê maioria pra aprovar* tem como subordinada a condicional *se o governo não consegue mais*

nem nomear gente para o Tribunal de contas da União, pra.../ José Dirceu? que faz a crítica em relação à fragilidade a que está exposto o governo nesse momento. Essa fragilidade parece contaminar o estatuto do entrevistado que ao final da intervenção do entrevistador é tratado apenas pelo seu nome próprio *José Dirceu*.

> **47**- (1-549-551) Mas o senhor disse que está mandando o projeto para a semana que vem, mas cadê a maioria pra aprovar, se o governo não consegue mais nem nomear gente para o Tribunal de contas da União, pra.../ José Dirceu?]

ii) Roberto Jefferson

> **48-** (2- 99-107) Deputado, o senhor disse na entrevista/ na sua primeira entrevista a Folha de São Paulo que o mensalão existe desde 2003. Diante disso eu queria que o senhor me explicasse o ano de 2004. O que aconteceu em 2004 na Câmara dos Deputados? Durante meses a fio houve uma obstrução as votações com a participação da base, a lei de falência só foi votada em acordo com a oposição, a lei de biosegurança só foi votada este ano, a reforma tributária atravessou todo o ano passado sem ser votada na Câmara, a comissão de orçamento passou meses sem funcionar, o PT perdeu a votação da emenda da reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado. Eu lhe pergunto o PT pagava o mensalão pra atrapalhar o governo, é isso?

No exemplo **48**, temos a forma alocutiva expressa pelo vocativo *Deputado* e, em seguida, a asserção que serve de argumento para a pergunta constitui uma forma de discurso reportado cujo enunciador é o próprio entrevistado, como se pode verificar pela oração principal *o senhor disse* e a oração que a complementa *que o mensalão existe desde 2003*, que retoma o conteúdo proposicional da pergunta do exemplo **36**, analisado anteriormente. Na seqüência, temos um pedido explícito por parte do entrevistador, marcado pelo verbo no futuro do pretérito *eu queria que o senhor me explicasse o ano de 2004*. Entretanto, o que se vê depois é uma pergunta retórica *O que aconteceu em 2004 na Câmara dos Deputados?,* cuja função é conduzir o interpelado em direção à argumentação do locutor. Assim essa pergunta não é dirigida ao entrevistado, pois o entrevistador é que se incumbe de respondê-la. A partir vemos um encadeamento de asserções que tratam da dificuldade do governo de aprovar qualquer projeto na Câmara. Essas asserções descritivas servem de suporte para a pergunta. Assim, o entrevistado usa a forma auto-reflexiva *eu lhe pergunto*, explicitando a performatividade do ato, e faz a pergunta que se trata de uma asserção crítica *o PT pagava o mensalão pra atrapalhar o governo* que pede a confirmação, ou não, por parte do entrevistado *é isso?*. Vejamos outro exemplo:

> **49-** (2-882-887) Deputado o senhor disse que o esquema do PT é maior até que o esquema do governo Collor. O senhor disse que as negociações de cargos eram

> feitas no 4° andar, o senhor fala que o mentor de toda essa operação é o ex-chefe do gabinete civil, ministro, portanto número 2 do governo Lula. Minha pergunta é: porque que diante de todas essas circunstâncias o senhor está certo de que o presidente nem por inércia é responsável por tudo o que está acontecendo?

No exemplo **49**, o entrevistado é interpelado pela forma alocutiva *deputado* e em seguida vemos uma enumeração de asserções em forma de discurso reportado do próprio entrevistado como se pode ver pelas expressões *o senhor disse* e *o senhor fala*. Essas asserções servem de argumento para a pergunta que vem explícita na fórmula *minha pergunta é*. Na seqüência, vemos que a expressão adverbial *diante dessas circunstâncias* sintetiza o que foi apresentado nas asserções e serve de base para a tese do entrevistador que se constrói sob uma relação de causa/ conseqüência subentendida a partir da referência ao envolvimento do PT e do Ministro da Casa Civil algo como [SE o PT e o número dois do governo Lula estão envolvidos, LOGO o Presidente está envolvido]. Assim o que o entrevistador busca saber é o porquê da atitude de RJ de tentar poupá-lo.

Quanto ao exemplo **50** abaixo, temos um encadeamento de asserções descritivas, novamente a partir do uso do discurso reportado, de modo que evidenciam a falta de coerência do entrevistado que ora afirma, ora nega ter recebido uma quantia vultosa do PT.

> **50-**(2-931-936) Deputado, no dia 24 de setembro de 2004, o senhor escreveu um artigo na Folha em que o senhor negou completamente a doação de 4 milhões do PT para o PTB. No dia 17 de maio deste ano, quando o senhor fez o discurso na câmara o senhor disse que havia o acordo, mas que ele não se concretizou. No entanto, quando o senhor deu a primeira entrevista pra Folha, no12 de junho, o senhor disse que recebeu 4 milhões. Quando é que o senhor estava falando a verdade nessas três ocasiões?

Essas asserções constituem o argumento para a questão colocada *Quando é que o senhor estava falando a verdade nessas três ocasiões?*. Pode-se dizer que, nesta pergunta, o entrevistador orienta a sua argumentação no sentido de desqualificar o entrevistado, pois em alguma das três ocasiões ele teria mentido. Por último no exemplo **51:**

> **51- (**2-1129-1131**)** Deputado, eu sei que o senhor vai protestar, mas a sua bancada o PTB muito embora/ é um partido conservador. Os deputados do seu partido são conservadores. E uma *dèbâcle* de um Governo de esquerda beneficia os conservadores em geral, não?

Nesse exemplo, o formato enunciativo da pergunta se caracteriza por apresentar a forma alocutiva representada pelo vocativo [deputado], seguida da asserção que tematiza o aspecto do ato perlocucional resultante da provocação do entrevistador, qual seja, o protesto. A adversativa, introduzida pela conjunção *mas*, orienta a argumentação do locutor, conforme

aparece nas proposições *é um partido conservador* e *os deputados do seu partido são conservadores*. A crítica aparece explícita na asserção *e uma débâcle de um governo de esquerda beneficia os conservadores*, que busca a confirmação, indicada pela expressão negativo-interrogativa *não*.

iii) José Genoíno

> **52-** (3-3-9)**PM** – Eh, eu conheço um pouco da trajetória do senhor e fiz um perfil para Revista Playboy, acho que 1996, e acompanhei o senhor mais de uma vez naquela semana em que estivemos juntos no guichê do Banco do Brasil, na Câmara dos Deputados, em que o senhor acompanhava cuidadosamente o seu extrato bancário, preocupado com a possibilidade de que alguém depositasse algum dinheiro na sua conta e que isso de alguma forma comprometesse o senhor. Eu pergunto: Como é que o senhor assina um documento desses, aparentemente, sem saber o quê estava assinando?

Aqui no exemplo **52**, vê-se uma série de asserções que têm a função de mostrar que o entrevistador conhece o entrevistado e estranha a atitude dele de assinar um documento sem ler. Essas asserções são como provas para esse estranhamento, ou melhor, desconfiança do locutor, tanto que ele usa o advérbio *aparentemente* que pressupõe a falsidade da afirmação de JG sobre o desconhecimento do teor do documento assinado, que se tratava de um empréstimo cujo avalista era Marcos Valério e que é denominado pelo entrevistador pela expressão *um documento desse*s que pressupõe a idéia de "um documento tão importante". Por meio de uma estratégia metadiscursiva, o locutor explicita a performatividade do ato marcada lingüisticamente pela primeira pessoa do singular [eu pergunto] e faz a pergunta que se apóia nas asserções anteriores. O exemplo **53** a seguir**,** de certa forma, se assemelha a esse anterior. Tomemos, então, esse outro exemplo:

> **53-** (3- 85-92)**AM** – Tá bom, a gente se conhece há muitos anos. Mas então você, ao contar/ao prestar declarações à sociedade disse que não se sentia traído pelo Delúbio. E essa é uma questão que eu não consigo entender, porque ou bem o Delúbio tinha explicado claramente o quê se tratava aquele negócio que era a sua obrigação a um superior hierárquico e a um amigo e companheiro de partido, não é, ou então ele teve uma atitude que não foi correta com você. Não fica uma coisa estranha de ao mesmo tempo você ter confiado nele e ele não ter tido a relação de confiança necessária?

Nesse exemplo **53**, a expressão confirmativa *tá bom* seguida da asserção *a gente se conhece há muitos anos* cria, a princípio, um clima de amenidades entre entrevistador e entrevistado que é refletida também pelo índice de alocutividade menos formal expresso pelo pronome *você*. Como assinala Mendes (1999, p. 117) "a alocutividade é um índice da

construção do destinatário da pergunta", que aqui foi determinado por essa relação de proximidade entre locutor e interlocutor. Entretanto o entrevistador quebra esse clima com o uso da expressão de oposição *mas* e recorre ao discurso reportado do próprio entrevistado (você) *disse que não se sentia traído pelo Delúbio* para dar início a sua argumentação. Imediatamente encadeada aparece a asserção *e essa é uma questão que eu não consigo entender* em que o dêitico *essa* recupera o discurso reportado do entrevistado. Ao dar as razões do seu estranhamento, o entrevistador apresenta duas hipóteses, marcadas com a conjunção alternativa *ou*, que ou incrimina Delúbio, por não ter dito nada a JG sobre o avalista Marcos Valério, e assim ele *teve uma atitude que não foi correta com você*; ou incrimina os dois no sentido de que Delúbio comunicou a JG sobre o teor do documento e JG está mentindo ao dizer que não sabia de nada, nas palavras do entrevistador *Delúbio explicou claramente*, pois *era a sua obrigação a um superior hierárquico e a um amigo e companheiro de partido*. Essas críticas serviram, pois, de apoio à pergunta que as se segue.

Já no exemplo **54**, o mediador **PM** recorre ao chamado discurso de autoridade para fundamentar a sua argumentação. Observemos, pois, esse exemplo:

> **54-** (3- 348-360) **PM** – Presidente Genoíno, tem aqui um levantamento feito pela Agência Royters. É uma agência de notícias respeitada, não só no Brasil, que relaciona os dados entre os saques feitos em dinheiro vivo pelas empresas do Marcos Valério Fernandes de Souza e votações importantes que aconteceram na câmara e no senado e os dados são impressionantes, porque, em diversas ocasiões, esses saques de valores muito consideráveis coincidem com as votações em questão. O senhor acha que isso é mera coincidência?

Nesse exemplo, o mediador **PM** interpela o entrevistado pela forma alocutiva *Presidente Genoíno* que faz referência a sua posição político-partidária, isto é, Presidente do PT. Em seguida temos uma seqüência de asserções descritivas que define a fonte dos dados apresentados, *a Agência Royters*, qualificada pela expressão *respeitada não só no Brasil*. Esses dados relacionam pares adjacentes [dinheiro vivo] / [dados impressionantes] e [votações importantes] / [valores muito consideráveis] que denunciam um estado de coisas que leva a crer que há uma relação entre os saques feitos pelas empresas do publicitário Marcos Valério e as votações na câmara e no senado. Pode-se dizer que a orientação argumentativa da pergunta privilegia menos a questão acerca do que o interpelado *acha* efetivamente dos fatos, ou seja, se tudo isso é *mera coincidência* do que a própria asserção crítica feita pelo entrevistador. Em outras palavras, o locutor está mais interessado em revelar um estado de coisas e comprometer o entrevistado, do que realmente saber a opinião dele.

Quanto ao exemplo **55**, que vemos abaixo, podemos observar que nele aparecem um elogio e uma crítica. Considere-se, pois, esse exemplo:

> **55-** (3- 676-684) **AM** – Deixa eu perguntar à propósito disso você dizia agora há pouco que você atende aos jornalistas, isso é verdade e faz parte da sua história de relacionamento com a sociedade e com os jornalistas e esse é um momento mais delicado da história do PT e do Governo Lula e lhe pergunto: o senhor não sente falta da presença do Deputado José Dirceu nessa cruzada, nesse momento? Pois ele saiu do governo, disse que iria mobilizar a militância do partido, disse que cruzaria o país numa cruzada para defender o partido e desde então ele submergiu, ele desapareceu parece que ele não existe neste noticiário, quando ele era o personagem central da crise da coordenação política do partido.

O entrevistador **AM** começa sua intervenção com o discurso reportado de JG e lhe faz um elogio que pode ser parafraseado com a proposição [você sempre teve uma relação boa com a imprensa]. Em seguida lança mão de asserção avaliativa, *esse é o momento mais delicado da história do PT e do Governo Lula,* que serve de apoio para a sua pergunta, que traz o performativo explícito *lhe pergunto: o senhor não sente falta da presença do Deputado José Dirceu nessa cruzada, nesse momento?*. E a partir daí vemos um encadeamento de asserções críticas dirigidas a José Dirceu que se fundamentam em discursos reportados do próprio deputado, revelando as promessas que ele havia feito ao sair do governo. Pode-se dizer que o elogio feito a princípio a JG serve como uma estratégia por parte do entrevistador para tentar assegurar a condição de sinceridade por parte do entrevistado, ou seja, que ele, como tem uma boa relação com a imprensa, não omita o seu sentimento em relação à ausência de José Dirceu, uma vez que a crítica a ele é explícita no sentido de denunciar o seu abandono da causa *ele desapareceu, parece que ele não existe neste noticiário*.

Enfim, pensar sobre uma possível tipologia de perguntas pode até ser uma forma interessante de elucidar uma série de fatos lingüísticos e de apontar características próprias desse ato de fala. Nesse sentido, uma hipótese que essa tipificação de perguntas nos leva a formular é a de que em determinados gêneros de discurso há ocorrência de um tipo específico de pergunta. Por exemplo, em gêneros do tipo ficha cadastral, enquete, prova pesquisa de opinião ou entrevistas as perguntas ditas parciais e confirmativas predominam; já em entrevistas cujo tema ou cuja personalidade seja polêmica, o que se percebe são as perguntas complexas.

Ao trabalharmos com discursos autênticos, como nos propomos neste trabalho, percebemos que essa tipificação nos ajuda a traçar o papel que a pergunta tem na interação, ou melhor, qual a orientação argumentativa que estabelece. Nesse sentido, verificamos que a ocorrência das perguntas que se constroem sob asserções críticas aparecem em número maior

nas entrevistas, salvo a segunda entrevista, e funcionam como base argumentativa para a formulação do questionamento. Constatamos também que esse tipo de pergunta é responsável por promover um deslocamento do gênero entrevista para o gênero debate, fato comum nos casos de entrevista de cunho político, principalmente quando envolve escândalos e corrupção, como aqui em pauta.

Nas entrevistas analisadas, percebe-se que à medida que os fatos vão surgindo no cenário nacional, o clima se altera e vemos a transformação de gêneros. Entretanto, a pergunta confirmativa foi a que predominou nas três entrevistas, o que mostra que por mais que tenha ocorrido o deslizamento do gênero, de entrevista para debate, o primeiro se manteve, atendendo ao seu propósito do programa: assegurar a informação.

A primeira entrevista analisada, cujo entrevistado foi o Ministro da Casa Civil, como dito em seções precedentes, aconteceu num momento em que as primeiras denúncias começavam a surgir, o que lhe imprimiu, até certo ponto, a imagem de suspeito. Notamos que as perguntas de pedido de informações e esclarecimento, bem como as de confirmação são predominantes; o quadro entrevista se mantém, na maior parte do tempo; há poucas sobreposições de vozes, dando o movimento mais ou menos orquestrado de pergunta e resposta, ficando bem clara a alternância de turnos.

A segunda entrevista já acontece num momento em que o denunciante, Roberto Jefferson, já havia deposto e acusado várias personalidades do cenário político de envolvimento em esquema de corrupção. O entrevistado incorpora o *ethos* de paladino da justiça, embora se apresente controverso nas suas explicações, o que, até certo ponto, esquenta o clima da entrevista, ao ponto dessa se transformar, em alguns momentos, num debate. O tipo de pergunta predominante foi a de confirmação, que, nesse caso, serviu para reforçar a imagem de informante que já havia feito declarações em diferentes momentos e que estava ali para, ao vivo, atestá-las ou refutá-las.

Por fim, a entrevista de José Genoíno, que, após as denúncias, aparece seriamente comprometido com as acusações e tenta a toda tempo se defender, mas as evidências são tamanhas e os entrevistados lhe impingem o papel de culpado. As sobreposições são constantes, o que dificultou a transcrição da entrevista, a alternância de turno não é regular, pois os entrevistadores enredam a pergunta de um na do outro, formando uma rede de argumentação como se coagissem o entrevistado. Nesse jogo de acusação e defesa, as perguntas tomam uma feição de indiciamento e o quadro de entrevista se transforma em um interrogatório. Os números abaixo, revelam essa relação entre os tipos de perguntas por nós classificadas e o quadro de interação de cada entrevista:

QUADRO 6

Ocorrência dos tipos de perguntas em cada entrevista[28]

Entrevista JD	Entrevista RJ	Entrevista JG
Tipo 1: 43 ocorrências	Tipo 1: 35	Tipo 1: 18
Tipo 2: 48 ocorrências	Tipo 2: 75	Tipo 2: 54
Tipo 3: 42 ocorrências	Tipo 3: 41	Tipo 3: 32

Analisando os dados acima, podemos notar que na primeira entrevista, a variação de tipos de perguntas se mostrou equacionada, fato que pode ser explicado pela condição de suspeito do entrevistado. Como dissemos anteriormente, até aquele momento da entrevista, havia denúncias, suspeitas, mas nada tão evidente que comprometesse por completo o entrevistado. E na condição de suspeito, cabe-lhe o direito de poder falar mais, se explicar mais, apresentar a sua versão dos fatos. Além disso, seu papel social de Ministro não é de todo negligenciado, uma vez que não se tem provas de seu envolvimento. Vemos assim que o quadro de entrevista, propriamente dito, é mantido. No caso da segunda entrevista, o momento político já é outro, várias evidências foram noticiadas e o entrevistado RJ se apresenta como aquele que detém as informações e que está disposto a revelá-las. Assim, ele foi o mais questionado em termos de quantidades de diretivos por nós levantados. A ocorrência das perguntas tipo 2 em maior número se explica pelo fato de os entrevistadores buscarem, a todo momento, a confirmação de declarações feitas por RJ em diferentes episódios o que acabava por moldar esse perfil de denunciante, acusador. Entretanto, por se tratar de um denunciante controverso, uma vez que ele também está comprometido, a entrevista desliza para o gênero debate. Já na terceira entrevista, notamos o menor número de perguntas: 104, contra 133 na primeira e 151 na segunda. Isso se justifica pelo fato de o entrevistador se encontrar numa posição de incriminado. Como ele não consegue se explicar com veemência, os entrevistadores gastam mais tempo com réplicas e acusações que propriamente com perguntas. Nessa condição de incriminado, o entrevistado é desqualificado, e a característica marcante da entrevista que atribui ao entrevistado o poder da palavra vai se arrefecendo e o que vemos é a transformação do quadro de entrevista em um interrogatório.

[28] Encontra-se no anexo 1 a relação das ocorrências de cada tipo de pergunta em cada uma das entrevistas.

CAPÍTULO V

Perguntas e respostas num encadeamento discursivo

A respeito de um ato diretivo, como dissemos anteriormente, não se pode dizer se ele é verdadeiro ou falso, mas, sim, se foi bem sucedido ou não, se foi satisfeito ou não. Assim, podemos dizer que um parâmetro definidor importante para esse ato refere-se às condições de sucesso e de satisfação. O que se admite como ato de fala pergunta parece representar condições mais precisas para uma compreensão do par pergunta e resposta. Podemos dizer que um proferimento P' tem força ilocucional de pergunta se impõe restrições sobre um proferimento P"; e P" pode ser interpretado como uma resposta se satisfizer essas restrições. Mas quais seriam essas condições de sucesso?

A pergunta prescreve uma ação futura, em relação a sua enunciação, a ser realizada pelo interlocutor. Entretanto a peculiaridade desse ato não reside aí, uma vez que uma ordem também assim o faz. Sua singularidade está no fato de que essa ação prescrita é uma ação linguageira. Assim podemos concluir que "o enunciado interrogativo funde a sua razão de ser na sua eventual continuação, na medida em que seu sentido comporte, como parte integrante, um convite para responder" (DUCROT, 1984, p. 104). Mesmo que o resultado seja uma manifestação não-verbal, ainda assim, ela simbolicamente está recoberta de linguagem.

Nesta perspectiva, entender a pergunta como uma ação com uma direção de ajustamento mundo-palavra implica dizer que um estado de coisas é modificado pela ação do conteúdo proposicional de sua enunciação, o que nos leva a indagar sobre o que é alterado com uma pergunta. Como toda pergunta visa provocar uma resposta, agir sobre o interlocutor, é esse estado de coisas que se altera: o interlocutor age na interação discursiva. Passemos para uma exemplificação, a fim de explicitarmos melhor tal consideração:

> **56**(1-732-768) **VC** – Por favor, voltando na questão da situação política, por mais de uma vez o senhor foi desautorizado pelo presidente Lula em articulações que o senhor estava fazendo em torno de formação de ministério/ de reforma ministerial. Até o senhor ficou um pouco chateado por estes episódios. Olhando hoje, o senhor não acha que foi um erro do Presidente não ter incluído o PMDB lá atrás?
> **JD**- O PMDB faz parte do Governo.
> **VC**- Agora, mas anteriormente?
> **JD**- Não, o Presidente, o PMDB apoiou.

> **VC**- Naquele momento, talvez o senhor teria trazido todo o PMDB para o Governo. Hoje você tem um PMDB representado no Governo, mas não tem todo PMDB.
> **JD**- Mas o PMDB apoiou o Governo durante o ano de 2003 independente de participar ou não do Governo. O Governo aprovou todos os projetos que precisava na Câmara e no Senado.
> **TG**- Mas agora tem criado tanto problema.

No excerto acima, a pergunta do jornalista incita a resposta do entrevistado, ou seja, o faz agir por meio de palavras. Podemos verificar que esta pergunta impõe restrições semânticas ao conteúdo proposicional da resposta a ser fornecida. A expressão *o senhor não acha* aponta para o desejo, por parte do entrevistador, de obter do entrevistado a sua opinião a respeito de um estado de coisas. Este estado de coisas refere-se ao fato de que *o Presidente errou ao não incluir o PMDB no Governo*. Trata-se, pois, de uma pergunta confirmativa que demanda uma resposta em forma de confirmação ou negação do ponto de vista do entrevistador. Vemos, então, que subjaz nesta pergunta o pressuposto de que [a situação estaria mais favorável com o PMDB incluído no Governo] e, assim, a argumentação que permeia o conteúdo proposicional desta pergunta é a de que [o Presidente errou]. Na seqüência, a asserção proferida pelo entrevistador *o PMDB faz parte do Governo* destrói este pressuposto. Temos, deste modo, uma resposta parcial, pois um estado de coisas se modificou, o locutor agiu sobre o seu interlocutor, que enunciou sua resposta, porém esta resposta não preencheu a variável, por assim dizer, interrogada, algo que pode ser assim esquematizado: [dado: x] → [quê: y?] que pode ser especificado como: SE [dado: o presidente errou], então [y: qual sua opinião?]. Vemos que a orientação ilocucional da pergunta (uma pergunta visa uma resposta) do entrevistador foi assumida pelo entrevistado. Entretanto o conteúdo proposicional não foi contemplado, pois a pergunta aponta para uma relação com o PMDB no passado, marcada pela locução verbal *ter incluído*, reforçada pela expressão adverbial *lá atrás*; na resposta o entrevistado refere-se ao presente *o PMDB faz parte do Governo*. Nesta perspectiva, podemos afirmar que a pergunta aqui foi parcialmente satisfeita, pois fez o interlocutor agir, mas não da maneira desejada.

Como conseqüência disto, tendo em vista que, como condição de sinceridade, temos para pergunta o desejo do locutor de obter uma resposta de seu interlocutor, na seqüência, o entrevistador tenta ajustar sua pergunta com uma concordância parcial com o interlocutor, marcada pelo advérbio *agora*, porém reforça, novamente, o seu ponto de vista com o argumentativo *mas* e a expressão adverbial *anteriormente*. Segundo Ducrot (1983, p. 9) na fórmula "P mas Q", o locutor negligencia P para deixar claro que ele só se baseia em Q, que se configura, assim, como força superior que apresenta a justificativa para o negligenciar

de P. Nessa tentativa de reconstrução argumentativa, vemos um estado de coisas sendo modificado também por parte do locutor, pois ele reconhece que precisa fazer adaptações na sua pergunta para que as condições de conteúdo proposicional sejam satisfeitas.

Por seu turno, o alocutário, mais uma vez, não se dobra a essas estratégias. Segundo, Ducrot e Anscombre (1983, p. 8) "argumentar é apresentar um enunciado E1 (ou um conjunto de enunciados) como destinado a fazer admitir um outro (ou conjunto de outros) E2" para o interlocutor. Assim, na resposta do interlocutor o que se vê é que frente a fórmula E1 mas E2, sendo E1 algo como [agora o PMDB faz parte do Governo] e E2 [anteriormente o PMDB não foi incluído no Governo], depreendidos da pergunta anterior, o interlocutor sabe que tem de destacar de E1 uma conclusão implícita, ou seja, a pretendida pelo locutor, mas ao contrário ele contra- argumenta com algo como [o PMDB apoiou o Presidente anteriormente também, ou seja, nas eleições]. Não se pode ignorar aqui o estatuto social do interlocutor que, como Chefe da Casa Civil, partidário e amigo do Presidente não poderia tecer juízos de valor que comprometessem o Líder da Nação. Portanto, parece que o locutor não considerou a condição preparatória para este ato, uma vez que o alocutário, neste caso, não seria capaz de executar a ação, uma vez que realizá-la implicaria admitir o suposto [erro do Presidente].

Ao ver que não obterá a resposta total do alocutário, o jornalista explicita, por meio de asserção, o seu ponto de vista que traz o pressuposto de que [era desejo de José Dirceu aliar-se ao PMDB, mas ele não foi escutado]. Com isso, vê-se que o entrevistador procura ganhar a simpatia do entrevistado, para, quem sabe, envolvê-lo na sua teia argumentativa. No entanto, o alocutário, mais uma vez, refuta a argumentação do locutor com o discursivo *mas*, dizendo *Mas o PMDB apoiou o Governo durante o ano de 2003, independente de participar ou não do Governo*. *O Governo aprovou todos os projetos que precisava na Câmara e no Senado*. O locutor se mostra vencido, ao ver que a condição de conteúdo proposicional de sua pergunta não foi assumida pelo entrevistado. Ao cabo dessa troca, quem a arremata é outra entrevistadora que se engaja a linha de argumentação do primeiro locutor e finaliza com a opositiva *Mas agora tem criado tanto problema* que busca refutar a argumentação do entrevistado.

Segundo Ducrot (1983, p. 102), numa relação intersubjetiva, é sempre possível ao ouvinte contestar os pressupostos de uma pergunta e replicá-los. Entretanto, como "atacar os pressupostos do adversário, mais ainda do que negar o que ele põe, significa atacar o próprio adversário", a língua nos oferece mecanismos para marcar qualquer oposição sem que haja um traço de agressividade, como é o caso do MAS, diferentemente das conjunções NO

ENTANTO e ENTRETANTO que, segundo esse mesmo autor, estabelecem uma relação estritamente lógico-argumentativa que contribui para personalizar o debate.

As condições a serem satisfeitas para o sucesso de uma pergunta nos servem para identificarmos a sua existência, ou seja, para nos assegurar se, de fato, trata-se de um questionamento ou não, como também se uma resposta é ou não adequada. Podemos notar que essas condições, às vezes, são satisfeitas na sua totalidade e, às vezes, não. Isso nos leva a pensar em diferentes níveis de adequação de perguntas e de respostas.

Esse jogo de perguntas, respostas e réplicas ilustra de modo exemplar a natureza do ato de fala pergunta: ato que incide sobre o interlocutor, fazendo-o agir em forma de linguagem, consubstanciando-se, assim, como o ato constitutivo da interação. É ela que vai garantir ao interlocutor o direito à fala.

Após ter delineado os parâmetros definidores da força ilocucional do ato de fala pergunta e chegarmos à constatação do seu papel interativo, é preciso, nesse momento, ampliar nosso quadro de análise, voltando-nos para instância situacional, que serve de base para a enunciação dos atos de fala e para definição dos sujeitos comunicantes envolvidos numa cena discursiva, uma vez que o proferimento de um ato define uma relação de lugares dos interlocutores.

Vimos anteriormente que o ato ilocucional de pergunta aciona o processo enunciativo da entrevista, já que ele determina os papéis enunciativos que engendram este jogo. Neste sentido, de um modo geral, identificamos uma estrutura binária de papéis enunciativos composta de perguntas e respostas. Assim, o papel enunciador da pergunta constitui-se como a instância comunicacional iniciativa, que se configura como estratégia discursiva que impõe restrições enunciativas e temáticas para o papel enunciativo de resposta. Entretanto, como o processo enunciativo se estrutura a partir de projeções criadas pelas instâncias enunciativas, pode haver, ou não, identificação entre elas. Essa assimetria é responsável por criar e produzir efeitos distintos sobre os atos. Uma pergunta, enquanto ato ilocucional literal, é formulado, normalmente, para ser respondido. No entanto, pode ser que uma pergunta seja interpretada como um pedido, sendo necessário, então, fazer ajustes num repertório de forças ilocucionais possíveis. Do mesmo modo, uma pergunta pode ser feita para provocar o interlocutor. E aí o que se verifica são efeitos perlocucionais que são inferidos como uma intenção do comunicante a ser suscitada, ou não, no interpretante e que também demandam ajustes.

Mendes (1999, p. 161), ao propor a sobreposição do quadro enunciativo da semiolingüística ao esquema intersubjetivo resultante da integração dos níveis de

processamento de um ato, coloca o nível da perlocução no circuito externo do quadro enunciativo; o nível da ilocução numa instância intermediária entre o externo e o interno; e o nível da locução no circuito interno. Essa integração pode ser representada pelo esquema abaixo:

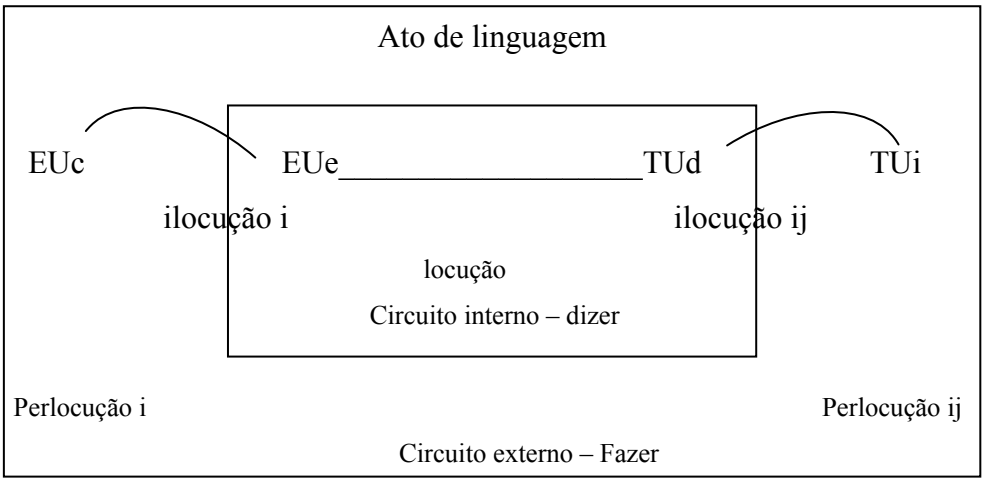


FIGURA 2 - Quadro enunciativo de Mendes

Nessa proposta, a perlocução situa-se no circuito externo por remeter a uma instância de intenções com que o ato é produzido ou interpretado. A ilocução, por sua vez, se inscreve na interseção entre o interno e o externo por referir-se a instância do uso que liga proposições ao mundo e vice-versa. E, por último, a locução, no circuito interno, por ligar-se estritamente à dimensão lingüística. Assim, como salientado anteriormente, no processo enunciativo pode haver, ou não, correspondência entre a ilocução enunciada e a ilocução compreendida, como também isso pode ocorrer com a perlocução desejada e a perlocução inferida.

Neste sentido, vemos que há um jogo de intenções tanto do sujeito comunicante quanto do sujeito interpretante. A descrição do jogo de intenções com que um determinado ato é produzido e/ou interpretado nos parece, portanto, bastante elucidativa para a descrição do tipo de contrato em pauta bem como para a descrição da pergunta.

Tendo em vistas estas considerações, tomemos o seguinte exemplo:

> **57-** (3- 224-256)**EC** – Deputado, eu estou com a sensação no programa que a gente ta indo com uma velocidade tal que parece a velocidade das denúncias...
> **JG** – E da crise...
> **EC** – E eu acho que antes da gente chegar nesta questão política e chegar nesta questão de PSDB de como foi o PT ou não, eu gostaria de fazer uma pergunta muito simples: Quem é esse Marcos Valério? Que nunca ninguém ouviu falar, nem

> o senhor que assina com ele um empréstimo de 2 bilhões e 400 e de repente se descobre que ele é uma entidade fantástica, quem é ele?
> **JG** – Sobre quem é o Marcos Valério ele vai depor na CPI e vai ser investigado e vai se tomar conhecimento. A minha relação com o Marcos Valério...
> **EC** – Eu não perguntei qual é a sua relação, senhor Deputado...
> **JG** – Eu já deixei claro aqui foi a partir do secretário de finanças do partido. Então as investigações é que vão mostrar quem ele é...
> **EC** – As investigações já estão mostrando que primeiro o Roberto Jefferson não inventou um ser, um fantasma ele inventou um ser de carne e osso que é publicitário que tem essas contas de 400 milhões e que agora com outras investigações a gente tá comprovando que o Roberto Jefferson não mentiu, o que ele é...
> **JG** – Eu vou te dar um exemplo, eu vou te dar um exemplo aqui, como é que ele faz a história...
> **EC** – Como é que ele surge na vida do Delúbio, o senhor assina e ninguém sabe quem ele é?...
> **JG** – Deixa eu te falar como é que ele faz a história...
> **EC** – Só o Delúbio sabe quem ele é?...
> **JG** – O Roberto Jefferson 1:30 da manhã ele depõe dizendo o seguinte que houve uma reunião com o Marcos Valério e ele me telefonou sobre uma negociação que nunca existiu. Pode dizer a hora, o número do telefone, quebra o sigilo do telefone e nunca, nunca conversei como Roberto Jefferson sobre Marcos Valério nem de relações...
> **EC** – O senhor disse, ele é confiável, pode confiar.
> **JG** – Não nada disso. Aliás, ele nunca me perguntou sobre o Marcos Valério. Ele nunca me perguntou.

Podemos afirmar que a finalidade do contrato, aqui em análise, é esclarecer sobre o suposto envolvimento do Presidente do Partido dos Trabalhadores no esquema de corrupção. Neste sentido, os entrevistadores se valem de fatos e de denúncias divulgados pelas diferentes mídias para fundamentar o conteúdo proposicional de suas perguntas. Assim vemos, neste exemplo, um sujeito comunicante (EUc), a jornalista-convidada, que se desdobra num sujeito enunciador (EUe) e assume o papel enunciativo de pergunta; ao se instaurar como tal, este sujeito se dirige ao sujeito destinatário (TUd), entrevistado, e espera que ele cumpra o seu papel enunciativo de resposta.

Antes de lançar sua pergunta, a entrevistadora se vale do ato declarativo *Deputado, eu estou com a sensação no programa que a gente ta indo com uma velocidade tal que parece a velocidade das denúncias*, para avaliar o clima da entrevista que, até aquele momento, estava tenso, com inúmeras sobreposições de vozes e isto, talvez, se explique pelo contexto em que ela aconteceu: um dia antes da reunião da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores que tinha como pauta o afastamento, ou não, do seu presidente, no caso o entrevistado, bem como o fato de que, no dia anterior, a revista *Veja* tinha publicado uma matéria, sob o título "O elo se fecha" que comprometia ainda mais o entrevistado, pois trazia às bancas o documento "que faltava para provar que Marcos Valério e PT são um só quando o

assunto é dinheiro", como dizia o subtítulo. Diante da avaliação da entrevistadora, o entrevistado, aparentemente, concorda com a sobreposição do complemento *da crise*, mostrando-se cooperativo.

Ao introduzir sua pergunta, a entrevistadora a classifica como *simples*, ou seja, ela a avalia como direta e objetiva. Entretanto o conteúdo proposicional de sua pergunta não se resume apenas à identidade desconhecida do avalista, Marcos Valério, soma-se a isto uma crítica revestida de ironia *ninguém nunca viu, nem o senhor que assina com ele um empréstimo/ mas ele é uma entidade fantástica*. Assim vemos que, sob o formato enunciativo e argumentativo de pergunta, há uma outra força ilocucional de ironia adicionada. Para reforçar a pertinência da sua pergunta, a entrevistadora fornece dados que evidenciam a adequação da pergunta ao entrevistado sobre a identidade do avalista, uma vez que este assinou um empréstimo vultoso com aquele.

O sujeito interpretante (TUi) assume, em parte, o papel de destinatário e responde com a evasiva *ele vai depor na CPI e vai ser investigado e vai se tomar conhecimento*. Em sua resposta, TUd tenta passar a idéia de que ele não tem conhecimento suficiente para falar sobre a identidade de Marcos Valério, demandando, assim, toda uma investigação para esclarecer isso. Vemos aqui que o TUd tenta fugir da idéia pressuposta na pergunta do EUe, ou seja, de que ele conhece o avalista com quem assinou um contrato, pois admitir isso seria o mesmo que assinar sua declaração de culpa.

Ao recusar, mesmo de forma indireta, esse pressuposto, TUd transporta a entrevista para o terreno polêmico do debate, pois se instaura uma relação conflituosa entre o EUe e o TUd. Assim a entrevistadora contesta o conteúdo proposicional da resposta do interlocutor *eu não perguntei qual é a sua relação, senhor deputado*, tentando ajustar o conteúdo proposicional de sua pergunta anterior que era sobre a identidade de Marcos Valério. O sujeito interpretante (TUi), enquanto entrevistado, é assujeitado à identidade de acusado, no seu papel de enunciador da resposta. Assim, de certa forma, deve se assimilar a esta imagem do destinatário criada pelo sujeito comunicante (EUc) e instaurado pelo sujeito enunciador da pergunta, e procurar, ao mesmo tempo, desconstruí-la, instaurando, assim, um outro sujeito enunciador (EUe) enquanto imagem positiva do sujeito comunicante (EUc) enunciador da resposta.

Neste sentido, o entrevistado diz *deixar claro* que sua relação com o referido avalista se deu por meio de terceiros e que a identidade é motivo de *investigação*. Neste ponto, o sujeito enunciador da pergunta, agora travestido de debatedor, constituído sujeito interpretante da resposta (tendo em vista o formato desse novo contrato, o do debate,)

novamente se institui como sujeito comunicante (EUc), assumindo o papel de enunciador da tréplica, instaurando, mais uma vez, um sujeito enunciador (EUe), que, no caso,dá relevo aos fatos já constatados pelas investigações, como a revelação da identidade do avalista: *publicitário que tem essas contas de 400 milhões* . O entrevistado desconsidera essa intervenção e tenta desmoralizar o autor das denúncias, Roberto Jefferson, *eu vou te dar um exemplo aqui, como é que ele faz a história*.

Na seqüência, a entrevistadora, por meio de um pergunta revestida de crítica *como é que ele surge na vida do Delúbio, o senhor assina e ninguém sabe quem ele é?,* deixa claro a desconfiança que tem sobre as afirmativas do entrevistado. Aqui a entrevistadora muda de papel em sua função enunciativa, pois o que ela faz com a pergunta é traduzir uma dimensão perlocucional da entrevista.

Neste jogo de acusação e defesa, vemos que o contrato de entrevista se dilui, e o debate se instaura. Percebe-se aqui que isto se deu em razão de certas determinações situacionais e do projeto de fala de cada um dos interlocutores. Como salientamos anteriormente, o canal oral facilita esta manobra dos jogos de intenções. Por outro lado, a dimensão psicossocial e intencional também influenciaram aqui, pois a imagem de líder político ingênuo, explicitada nos declarativos, *nunca, nunca conversei com o Roberto Jefferson sobre Marcos Valério,* que o entrevistado tenta passar não convence a entrevistadora, que, por sua vez, cria a imagem de acusado *o senhor disse, ele é confiável, pode confiar*. O entrevistado, por seu turno, continua se defendendo: *Nada, nada disso. Aliás, ele nunca me perguntou sobre o Marcos Valério. Ele nunca me perguntou*.

Outro aspecto importante a ser observado diz respeito ao princípio de cooperação de Grice. Este princípio não se constitui como regras rígidas que promovem uma interação harmoniosa em que os locutores colaboram ao máximo para atingir o êxito de sua enunciação. Trata-se mais de um reconhecimento tácito de seus papéis e do contrato em si. Neste exemplo, constatamos que o entrevistado não se mostra tão cooperativo, mas também vimos que o contrato se transforma. Se uma das condições para que o ato de fala pergunta se realize de forma satisfatória é a sinceridade, poderíamos supor que ao indagar sobre a identidade do publicitário, a entrevistadora desejava obter a resposta. Mas seria ingênuo acreditar que isto de fato aconteceria, pois ao fazer esta revelação publicamente o entrevistado poderia se comprometer e antecipar o veredicto da reunião do dia seguinte que tinha como pauta o seu afastamento da presidência do partido. Por outro lado, fica evidente que, de fato, a entrevistadora não deseja obter esta informação, uma vez que o conteúdo proposicional da pergunta enunciada *Quem é Marcos Valério?* aparece, posteriormente, em forma de uma

asserção sua *é um ser de carne e osso/ publicitário que tem essas contas de 400 milhões*. Considerando-se os sentidos pressupostos que geraram a situação em tela e tomando por base o papel dos interlocutores e as suas condições de produção e de interpretação podemos pensar num esquema com esta estrutura:

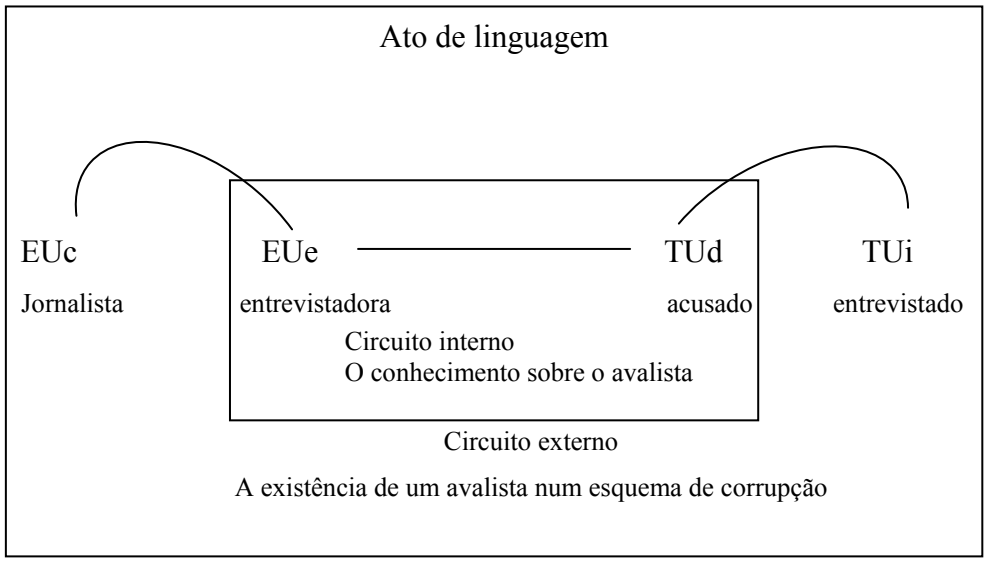


FIGURA 3 – Ato de linguagem: acusação

No esquema acima temos um EUc que aqui se faz representar por uma jornalista, cuja vinculação é com circuito externo, portanto com as propriedades que qualificam a produção do ato. Seu estatuto de jornalista lhe confere o papel de formuladora de perguntas às quais o entrevistado deve procurar responder. Tendo em vista o caráter do programa, como assinalado anteriormente na introdução desse trabalho, podemos dizer que a pergunta da entrevistadora é, por extensão, a pergunta da sociedade. EUc constrói o ato de acusação através da intenção de deixar evidente que o TUi conhece o avalista, logo está envolvido no esquema de corrupção.EUc, com a intenção de acusar o interpretante, projeta um EUe que faz a acusação e constrói a imagem de um TUd incriminado. Vemos que há uma correspondência entre instâncias do EUc e EUe, pois a instância produtiva pretende levar a termo o seu projeto de acusação[se há um avalista do esquema de corrupção que envolve o PT, o presidente desse partido está qualificado para falar sobre ele, pois com ele está envolvido]. TUi, por sua vez, não assimila a imagem do destinatário criada, refutando a culpa que lhe foi imputada e cria uma imagem de inocente, de ingênuo que só fez acreditar na palavra do secretário de finanças, como podemos verificar pela declarativo: *minha relação foi a partir do secretário de finanças do partido.*

Como pudemos constatar é evidente o papel da pergunta como ato principal neste tipo de contrato, mas, em outros níveis, esta não é a única força ilocucional que aparece. Como vimos, sob a forma de pergunta, outros papéis enunciativos se instauram.

5.1. A direcionalidade intencional das perguntas e das respostas

Resultante de duas atividades dialéticas, a de produção e a de interpretação, como salientado no capítulo três dessa tese, o ato de linguagem traz em si a marca da intencionalidade, o que nos faz pensar num jogo de influência. Especificamente ao considerarmos o quadro de interação por nós analisado, vimos que se trata de uma troca comunicativa complexa que pressupõe níveis de interação encaixados e que põe, por conseguinte, em jogo diferentes níveis de condicionamento para os sujeitos validarem suas atuações.

Deter-nos-emos, nesse momento de análise, ao quadro de interação mais englobado, que retrata a situação de interação em que o ato de fala pergunta atua como atividador desse quadro, uma vez que é por meio dele que a entrevista se inicia e os interactantes agem pelo discurso. Entretanto, como nossa perspectiva de análise aponta para uma estratégia integradora das teorias, recorremos, sempre que necessário, às informações advindas desses postulados.

Retomando o pensamento de Meyer, formular uma pergunta já é uma forma de responder ao problema que ela exprime, uma vez que a expressão de um problema já é, em parte, uma resposta parcial que aponta para o interlocutor a direção para a solução do problema colocado. A resposta, por seu turno, pode ou não remeter-se ao problema inicial dado pela pergunta; como também pode seguir problematizando além da solução já contida na questão.

Para esclarecermos melhor esse pensamento, tomemos o seguinte exemplo:

> **58** (91- 203-206)- **TO** – Sim, mas as pessoas têm o direito de se perguntar, porque que eles querem tanto os cargos.
> **JD** – Você está falando algo que é inerente à política e à constituição dos governos no mundo inteiro.

No exemplo acima, a entrevistadora vinha questionando o entrevistado, JD, sobre a disputa por cargos entre os diferentes partidos, ao que o entrevistado lhe esclareceu tratar-se de uma conseqüência natural da coalizão político-patidária que há no país, que gera, por sua vez, uma forma co-participativa de governar. Nesse excerto, com uma pergunta indireta,

atribuída à população por meio de uma forma generalizante de sujeito expressa pelo item lexical indeterminado *as pessoas*, a entrevistadora insiste no conteúdo proposicional apresentado anteriormente em outros trechos da entrevista *por que eles querem tanto cargos*. No capítulo referente à TAF, vimos que uma das condições preparatórias para a pergunta é a não certeza do locutor se a informação desejada será dada pelo interlocutor a não ser se esta for indagada. Em sua formulação, a entrevistadora joga com a instância cidadã, atribuída à mídia, ao falar do *direito das pessoas* de ter acesso à informação, dando a idéia de que a população é que não entende bem essa questão, e não ela que é especialista em jornalismo político. O que ela busca de fato é colocar em xeque a naturalidade com que o entrevistado vê esse estado de coisas. Vê-se aqui que a entrevistadora muda de papel em sua função enunciativa: por meio de sua pergunta ela traduz uma dimensão perlocucional, ou seja, ela busca comprometer o entrevistado. Se recorrermos às informações do quadro situacional, veremos que o Tui, no caso o Ministro José Dirceu, pertence a um partido que, ao longo de sua história, foi veementemente contra práticas fisiológicas. E, a propósito, a entrevista acontece num momento em que esse partido está sob forte suspeita e acusações de um "inchaço da máquina administrativa". Daí a insistência da entrevistadora no mote da questão, pois o que ela quer evidenciar é que a postura desse militante mudou ao se tornar parte do Governo.

Por conseguinte, em sua resposta, o entrevistado põe à prova o saber fazer da entrevistadora, desqualificando sua pergunta com o adjetivo *inerente*, que realça a natureza do jeito de fazer política, e com a expressão adverbial *no mundo inteiro*, que acentua a idéia de que esse estado de coisas é comum, natural em todas as nações. Notamos aqui a intenção do entrevistado de sobrepor seu conhecimento ao da entrevistadora, criando uma imagem de ingenuidade para a sua pergunta.

Vemos, então, que a direção apontada pela pergunta toca na questão do direito cidadão e na provocação ao entrevistado. Entretanto, em sua resposta, o entrevistado, nas palavras de Meyer, segue problematizando a questão ao colocar a idéia de que, se as pessoas não entendem e se perguntam sobre isso, é porque lhes faltam informações e conhecimentos básicos sobre o funcionamento da política. Como membro do Governo, resta ao entrevistado assumir uma identidade menos combativa e passar a idéia de que é assim mesmo que se faz política. Sua resposta pode ser parafraseada como algo assim [é tão óbvio esse estado de coisas, que não cabe questionamento]. Além de pretender desqualificar a pergunta da entrevistadora, o entrevistado também não se compromete com os outros políticos/partidos, referenciados pelo pronome *eles*.

Curioso notar que essa questão sobre [cargos] aparece também na entrevista de RJ, o que mostra tratar-se de um assunto de interesse público que estava, realmente, na pauta do dia. Vejamos o referido exemplo:

> **59**(2-79-98)- **RL**- A minha pergunta para o senhor é a seguinte: o senhor acredita que o mensalão foi a única fórmula de desvirtuar o relacionamento do Governo com os partidos da base aliada?
> [RJ – Não.
> **RL –** Ou que os cargos também serviram pra isso?
> **RJ –** Não, não Renata. Os cargos também serviram para isso?**]**
> **RL**- De que maneira, deputado?
> **RJ –** Quando você atraía um grupo de parlamentares ao partido, a contrapartida era um cargo no Governo. O único deputado que entrou por colocação do José Dirceu foi o deputado Vicente Caccione, de São Paulo. Ele era um homem do PSB ligado ao Ministro José Dirceu. Os outros chegaram ao partido pela proximidade do PTB com o Governo. Nós abrimos o partido da seguinte forma/maneira: dissolvemos todos os diretórios regionais e decidimos que só presidiria o diretório regional o deputado federal e fizemos uma mudança no nosso estatuto. Qual? Todos os deputados federais que ingressassem no PTB passavam a compor, automaticamente, a comissão executiva nacional. Isso permitiu que o deputado que chegasse ao PTB, chegasse mandando e na base ele tivesse um partido aberto para que ele pudesse organizar. Além disso, um apoio do Governo, trocando estrutura de poder pra fortalecer o PTB.

Nesse excerto, vemos que a pergunta da entrevistadora aponta para a questão do mensalão e da distribuição de cargos entre partidos da base aliada. A entrevistadora deseja saber se foram essas duas fórmulas que permitiram o "processo de inchaço" nos partidos. O entrevistado adere a essa direção e até se mostra solicito demais para respondê-la, sobrepondo suas respostas às perguntas, como indicado pela marca de transcrição com o duplo colchete [ ]. Uma estratégia usada aqui por RJ, que é recorrente em todas as suas intervenções ao longo da entrevista, é se dirigir ao entrevistado pelo seu nome *Não, não Renata*, criando uma proximidade entre entrevistador e entrevistado e gerando um efeito para o quadro de interação que parece atenuar a situação de entrevista, transformando-a numa conversa menos formal. Solicitado, por meio da pergunta parcial *de que maneira esses cargos contribuíram para desvirtuar o relacionamento do Governo com os partidos da base aliada*, ele, em sua resposta, se estende por um bom tempo e, por meio do modo narrativo, dá detalhes desse jeito de fazer política. Ao narrar, o entrevistador recolhe fatos da realidade e constrói uma história com efeitos de verdade ao dar nomes aos envolvidos. Vale lembrar que RJ assume, na entrevista, o papel de sujeito denunciante e aí o que encontramos é um informante disposto a fazer valer o seu direito de fala.

Se compararmos o exemplo 58 com o 59, acima, veremos que há padrões distintos de interação instaurados pelo par pergunta/resposta, o que nos faz pensar no estabelecimento deles.

5.1.1. Padrões de interação: diferentes níveis de adequação entre perguntas e respostas

As relações intersubjetivas inerentes à fala pressupõem uma grande variedade de relações inter-humanas, para as quais a língua oferece não apenas a ocasião e o meio, mas também o quadro institucional, a regra. Entendida assim, a língua não é somente uma condição de vida social, mas um modo de vida. Ela é um jogo que pressupõe regras. Como afirma Ducrot (1987, p. 16) "o ato de tomar a palavra não é, com efeito, ao menos nas formas de civilização que conhecemos, nem um ato livre, nem um ato gratuito". Daí que, no entendimento da linguagem como ação, vimos o estabelecimento ou a identificação de certas condições a serem satisfeitas para que determinados atos sejam bem sucedidos ou verdadeiros. Entretanto aquele que fala ou aquele que interpreta pode utilizar um determinado ato de fala para introduzir no discurso outros efeitos resultantes da mescla de outras intenções. Isso nos leva a pensar que, por mais ritualizada que pareça ser uma interação como, por exemplo, a entrevista, sempre podemos detectar padrões distintos de interação.

Mari (1998), em seu estudo sobre a aproximação do Pragmatismo e da análise dos processos enunciativos, levanta a questão de como podemos considerar que um ato foi realizado de forma plena. A essa questão o autor responde afirmando que o efeito de totalidade do objeto é resultado do aferimento das convenções previstas para determinado ato como também da consideração das seqüelas intencionais que são acrescentadas a eles, considerando-se, evidentemente, a circunstância enunciativa específica. Nesse sentido, para estabelecermos distintos padrões de interação, nos baseamos, principalmente, nas condições preparatórias, nas condições de sinceridade e nas condições de conteúdo proposicional, bem como nos níveis ilocucional e perlocucional. Aqui assumimos a proposta de Mendes (1999) que situa a intenção no circuito externo do ato de linguagem, tanto para a instância de produção quanto para a instância de interpretação. Sempre que necessário, retomaremos as informações já traçadas nos capítulos anteriores referentes às outras duas teorias: o interacionismo de Burger e a Semiolingüística de Charaudeau, para recobrirmos as informações sobre o ato de linguagem como um todo.

Assim, especificamente sobre a pergunta, sabemos que

> o destinatário de uma pergunta se encontra na obrigação de responder , ainda que por uma confissão de incompetência, de tal forma que a fala que lhe é dirigida cria para ele, em virtude das leis do discurso, uma espécie de dever de falar também. (...) O poder propriamente interrogativo da questão deve ser fundado numa espécie deontológica – a qual nada tem de natural – que atribui a certas fórmulas, pronunciadas em certas circunstâncias, o poder (exorbitante) de obrigar o destinatário a continuar o discurso. (Ducrot, 1987, p. 12)

Esses princípios deontológicos assinalados pelo autor foram exaustivamente delineados pelos estudiosos da TAF, mais especificamente, por Searle ao realizar um refinamento do conceito de força ilocucional (reencontramos aqui o que dissemos no capítulo 3, em que discutimos sobre os conjuntos de condições que definem diferentes atos de fala). A noção jurídica, apontada na citação acima, nos leva a considerar que o ato de fala pergunta coloca o interlocutor na situação de escolher entre responder ou não. Segundo a regra constitutiva, estabelecida por Searle (1981, p. 48), a convenção que rotula o ato de não responder como um ato de impolidez pertence à própria constituição da pergunta, pois sem a pergunta não haveria a recusa da resposta. Nesse sentido, se negar a falar sobre o conteúdo proposicional é uma forma legítima de responder, prevista pela regra desse jogo. Entretanto, o padrão de interação aí gerado é diferente do que aconteceria se não houvesse essa recusa. Tomemos, pois, esse primeiro caso: o da recusa. Ao recusar-se, o entrevistado rompe com a seqüência discursiva da entrevista e cria para o entrevistador a necessidade de buscar outro conteúdo proposicional ou outras formas para atingir o propósito de sua pergunta original. Assim, denominamos esse padrão de interação de "em suspense". Busquemos explicitar melhor nossa idéia por meio dos exemplos. Nesta seção, analisaremos dois exemplos de cada entrevista para cada padrão específico, no intuito de elucidarmos melhor nossas considerações.

i) JD

> **60** (1-619-620) **DR** – Quem é mesmo que vai articular a maioria, o senhor ou Aldo Rebello?
> **JD** – Eu não vou discutir. Essa é uma questão do Presidente da República.

> **61** (1- 681-684) **VC** – Ministro, você não quis se comprometer com a pergunta da Thaís sobre 2010. Então vamos ver algo agora. Se o presidente Lula amanhã pedir que o senhor reassuma as articulações políticas, o senhor reassume?
> **JD** –Você não acha que eu vou responder essa pergunta?!

Nesse exemplo **60**, a entrevistadora, por meio de uma pergunta parcial, quer saber quem irá recompor a maioria no Congresso e na Câmara. Na seqüência, o entrevistado se nega

a responder, alegando ser essa uma atribuição do Presidente. Vemos que o conteúdo proposicional da pergunta [articulação política] é um tema delicado para o entrevistado, pois o que a imprensa noticiou na época em que JD foi afastado da função de coordenador da articulação política é que ele se ressentiu e Aldo Rebello se tornou seu desafeto. Nesse sentido, no tocante às condições preparatórias a pergunta cria um constrangimento para o entrevistado, uma vez que para preencher esse conteúdo proposicional é necessário explicitar essa situação que, embora seja de domínio público, afeta a imagem do entrevistado, que terá que se expor, se comprometer e, ainda, correr risco de passar a idéia de ressentido.

Já no exemplo **61**, vimos que o entrevistador apóia sua pergunta numa asserção que traduz um julgamento a respeito do entrevistado *não quis se comprometer*, lança um desafio *vamos ver agora* e formula sua pergunta confirmativa com um Se hipotético. O entrevistado, por seu turno, reage com uma pergunta retórica, revestida de ironia[29]. Podemos notar nesse exemplo que o entrevistado não só se recusa como também dá mostras de que percebeu a intenção do entrevistado de comprometê-lo. Admitir que sim, seria assumir a idéia de deixar a Casa Civil, o que já havia sido cogitado anteriormente, em 2002, após denúncias que o envolvia no caso Waldomiro Diniz, mas que não foi a termo porque o Presidente da República o manteve no cargo. Por outro lado, admitir que não, seria pressupor um não reconhecimento da hierarquia que deve existir entre Presidente e Ministro. Vemos assim que a condição preparatória aqui é negligenciada, pois o interlocutor não é capaz de responder algo que o compromete. Voltar à articulação política pode até ser um projeto pessoal, mas o status com o qual ele se submeteu ao contrato de comunicação aqui é o de Ministro Chefe da Casa Civil.

ii) RJ

> **62** (2- 199-200) PM – Quais foram os deputados a que...
> RJ – Eu prefiro não fazer isso.
>
> **63** (2-1145-1148) **TF** – Mas no fundo, você sente uma certa felicidade de imaginar que nos próximos 20 anos a opinião pública deve se voltar pros conservadores se a esquerda não der certo?
> **RJ** – Esse é um exercício de futurologia e nisso sinceramente eu não sou formado.

[29] Embora tenhamos salientado anteriormente que os aspectos prosódicos bem como os gestuais não estavam no centro de nossas preocupações ao transcrever as entrevistas, aqui cabe comentar que na exibição audiovisual desse excerto, vemos o riso do entrevistado ao responder. Achamos conveniente fazer esse registro aqui, pois as intenções nem sempre são identificadas por meio lingüísticos e daí a necessidade de recorrer a informações de outros níveis.

Anteriormente ao excerto **62** acima, o entrevistado relatava que dentro do PTB, cujo presidente, na época, era ele, estava se tentando acabar com o esquema de corrupção. RJ chega a afirmar que Pedro Henry, deputado do PT, "chegou a abrir uma mala com dinheiro dentro para oferecer a dois deputados nossos". Diante desse relato, o entrevistador, PM, quis saber quem eram esses dois companheiros de partidos de RJ que teriam sofrido uma proposta de suborno. RJ interrompe o entrevistador com sua recusa. Nesse exemplo também vemos que a condição preparatória foi negligenciada, pois o entrevistado não poderia denunciar seus colegas de legenda em rede nacional.

Já no exemplo **63**, vemos que a forma de pergunta confirmativa se constrói sob uma asserção crítica referente à satisfação futura do entrevistado em relação ao possível fracasso da esquerda. O entrevistado, com uma qualificação irônica da pergunta *exercício de futurologia*, reage de forma impolida e se recusa a responder. Aqui também a regra que diz que o locutor só deve perguntar o que não sabe e o que julga ser possível para interlocutor responder é desconsiderada, já que o entrevistado não vai assumir uma postura de revanchista e conservador em rede nacional. Isso afetaria a imagem de paladino da verdade e da justiça que ele quer criar, pois coloca em oposição uma disputa pessoal, que é muito menor, com a idéia de uma luta pela moralidade da política no Brasil.

iii) JG

> **64** (3- 348-360)**PM** – Presidente Genoíno, tem aqui um levantamento feito pela Agência Royters. É uma agência de notícias respeitada não só no Brasil que relaciona os dados entre os saques feitos em dinheiro vivo pelas empresas do Marcos Valério Fernandes de Souza e votações importantes que aconteceram na Câmara e no Senado. E os dados são impressionantes, porque em diversas ocasiões esses saques de valores muito consideráveis coincidem com as votações em questão. O senhor acha que isso é mera coincidência?
> **JG** – Markum, eu não tenho a competência nem o poder de investigar esse tipo de coincidência, até porque as próprias matérias falam de coincidência, de não coincidência pelo que eu li hoje. Quem é que vai responder essa questão são as investigações. Com a palavra, as investigações, com a palavra os depoimentos, com a palavra as quebras do sigilo, coma palavra o processo de investigações para verificar...

> **65** (3-539-549) **MC** – Não tudo, bem, não/tem o presidente petista e tem o relator, mas o Genoíno, mas o importante é o seguinte ele está fazendo um exame minucioso, ele chegou ele está chegando a conclusão e tem dado entrevistas a respeito disso e que aqueles contratos da que atualmente 170 milhões, aqueles contratos, Banco do Brasil, Eletronorte, tem com a câmara dos Deputados tem com os correios etc. esse contratos eles já ta vendo sérios sinais de super-faturamento não é, e eu pergunto o seguinte: comprovando se ele está dizendo isso o senhor acha que o PT não tem nada haver com isso?

> **JG** – Em primeiro lugar eu não vou responder no se porque tem uma investigação, investigação é investigação...

No exemplo **64**, o entrevistador ancora sua pergunta confirmativa no discurso reportado que fundamenta o conteúdo proposicional da sua questão que pode ser resumido pela fórmula {saques nas contas de Marcos Valério} = {votações na Câmara e Senado} ⇨ {coincidência?}. Na sua resposta, JG se recusa a responder sob alegação de [incompetência] e [legitimidade], já que ele não sabe investigar e nem tem esse papel, então, transfere essa responsabilidade para as investigações, *com a palavra, as investigações*. De fato, não é possível a JG responder, mas não por incompetência ou falta de legitimidade, e sim porque isso significaria assumir que os partidos da base aliada receberam propina, significaria admitir a existência do mensalão, enfim, significaria assumir culpa.

Já exemplo **65**, o entrevistador relata o desempenho da CPI e faz referências a declarações do seu relator que levam à suposição de que havia sinais de super-faturamento nas empresas estatais. Sob esse discurso relatado, o entrevistador faz sua pergunta com o SE hipotético, que lembra a fórmula *Se X, então Y* , que pode ser entendido como *SE há faturamento nas estatais, então o PT está comprometido*. Desse modo ele pede a confirmação ou não desse estado de coisas. Em sua resposta, JG se recusa a responder uma pergunta baseada em hipóteses e, mais uma vez ele delega às investigações o papel de responder.

Outro padrão de interação a ser considerado é aquele em que há uma convergência entre as condições de conteúdo proposicional, as condições de sinceridade e as condições preparatórias que levam o interlocutor a uma situação favorável de poder responder, preenchendo o conteúdo proposicional da pergunta sem maiores problemas. Mas, para que isso aconteça, não pode haver nenhuma seqüela perlocucional, ou seja, a intenção do locutor restringir-se-á ao valor ilocucional do ato: perguntar somente. Tomemos os exemplos a seguir.

i) JD

> **66** (1- 996-1008) **LN** – Ministro, só pra entender um pouquinho, já que este bloco é sobre a Casa Civil. O que é a estrutura da Casa Civil hoje? Quer dizer, qual é a sua estrutura? Como é organizada a sua equipe? E quais são os principais projetos que ela trabalha? Como é que a interação com os ministérios?
> **JD** – A Casa Civil, ela tem uma subchefia de assuntos jurídicos que dá a última palavra sobre juridicidade, constitucionalidade, técnica legislativa de todos os projetos que são enviados para o Congresso Nacional e todos que o Presidente tem que sancionar. E ela se articula com todos os ministérios, afins da matéria. Tem uma subchefia de assuntos governamentais que vê a compatibilidade orçamentária com as metas do Governo com os programas, com o PPA. E tem uma secretaria,

> que foi criada no nosso Governo, de articulação e monitoramento que faz o monitoramento dos principais e prioritários projetos do Governo. E tem uma sala de investimento que procura desburocratizar, simplificar, sabe.

> **67** (1- 954-958) **TO** – O que foi mais duro nessa época, ministro?
> **JD** – A perda de meus companheiros, porque eu estava numa situação em que não podia, né, aqui eu tenho a Ana Luzia que foi minha companheira tanto em Cuba como aqui no Brasil na clandestinidade e nós passamos por isso e vivemos isso. Mas já é história do Brasil.

No exemplo **66** acima, o conteúdo proposicional da pergunta de LN trata sobre o domínio de saber do entrevistado, ou seja, [o funcionamento da Casa Civil]. Por meio de perguntas parciais, o entrevistador solicita as informações que ele, supostamente, não detém como podemos atestar pela adverbial final *só para entender um pouquinho*, uma vez que parece tratar-se de uma estrutura flexível, denotada pelo advérbio *hoje*. Como o entrevistado é o Ministro Chefe da Casa Civil, ninguém mais legitimado para falar sobre o tema. JD atende de pronto a solicitação e passa a descrever a estrutura e a dinâmica de trabalho da Casa Civil. Não se vê nesse exemplo nenhuma outra intenção a não ser a de obter uma informação que não compromete, constrange, intimida etc. o interlocutor.

O mesmo acontece no exemplo **67**, em que a entrevistadora, por meio de uma pergunta parcial, deseja saber o que teria sido mais difícil para JD nos tempos de clandestinidade. O conteúdo proposicional da pergunta aponta para o depoimento pessoal, o relato de uma experiência vivida, as convenções para o ato de fala pergunta estão todas aí: é pertinente o que se pergunta, pois ninguém mais indicado para falar de suas vivências do que a própria pessoa; o entrevistado pode falar sobre isso, pois vivemos numa democracia e o fato de ter vivido como clandestino é de domínio público; e quanto à condição de sinceridade, como afirma Searle (19881, p. 86), "sempre que haja um estado psicológico especificado na condição de sinceridade, o desempenho do ato conta como uma expressão desse estado psicológico", ou seja, se L pergunta, é porque L deseja perguntar, independente, como ele mesmo assegura, de ser sincero ou não, independente de L ter efetivamente o estado psicológico especificado, como algo assim [eu realmente desejo perguntar/ saber se X]. A esse padrão de interação demos o nome de congruente. Vejamos outros exemplos:

ii) RJ

> **68**(2- 47-55) **SP** – Deputado, o senhor falou no gerente do mensalão, se tem gerente, tem mentor. Quem é o mentor?
> **RJ** – Eu não tenho dúvida que é o Zé Dirceu. Isso é uma política pensada. É mais fácil você pagar aluguel para um deputado do que discutir um projeto político com

> ele, do que partilhar poder com um partido que apóia. Era uma coisa assim, eu me recordo bem, Sérgio, quando o Martinez estava vivo, que ele reclamava a falta de carinho, vocês até brincavam "que é que o Martinez quer carinho do Presidente Lula", havia um cordão de isolamento entorno nele e nós não conseguíamos conversar de política.
>
> **69**(2-464-466) **TF** – O senhor negociou lá que cargo no DENIT?
> **RJ** – O de diretoria financeira para o Dr. Carlos Cota, que hoje é o vice-presidente da Caixa Econômica Federal.

No exemplo **68**, o entrevistador faz uso do discurso reportado do próprio entrevistado como pode ser verificado pelo uso do verbo dicendi *falou* para construir sua argumentação. Sob a fórmula Se X, logo Y, em que X é preenchido com *gerente* e Y com *mentor*, ele constrói sua pergunta parcial cujo elemento a ser preenchido se traduz pela resposta ao pronome *quem*. Em sua resposta, RJ é enfático na declaração *Eu não tenho dúvidas* e lhe fornece o nome do mentor *José Dirceu*. Entretanto ele não se limita, simplesmente, a dar a informação solicitada. Ele começa a dar os motivos pelos quais esse mentor arquitetou esse esquema (no caso, o mensalão) e passa, assim, a atacá-lo, descrevendo-o como astuto, responsável por um plano de *política pensada*, centralizador que não *partilha* e não *discute*. Vê-se aqui que o efeito perlocucional é acusar e atacar José Dirceu. Na seqüência, o entrevistado usa o recurso da oratória de mencionar o nome do entrevistador *eu me recordo bem, Sérgio*, aproximando-se, assim, dele e criando um clima que lhe favorece na dilatação do seu tempo de fala. E, então, passa a narrar um episódio envolvendo o deputado Martinez, e reproduz o discurso da imprensa que zombava das queixas desse deputado *que é que o Martinez quer carinho do Presidente Lula*, para mostrar que as queixas de Martinez tinham fundamento, porque ninguém conseguia chegar até ao Presidente devido ao poder de "blindagem" de JD. Embora encontremos na resposta o efeito perlocucional, ela não foge ao conteúdo proposicional da pergunta, pois o tempo todo ela se refere ao tal mentor. A pergunta, por sua vez, se mostra, nesses termos, genuína, melhor dizendo, restrita ao nível ilocucional.

Já no exemplo **69**, o entrevistador, por meio de uma pergunta parcial, busca a informação que preencha o pronome interrogativo *que* referente a cargos ocupados no DENIT por indicação de RJ. O entrevistado, sem constrangimento, fornece o referente que preenche o item lexical ocupação *diretoria financeira* e ao sujeito que a desempenha *Carlos Cota*. Nesse exemplo, essa relação de "bate-pronto" entre pergunta e resposta reforça a imagem de denunciante que RJ quer construir: aquele que revela até suas proezas, que nada teme em nome da verdade. Para o público, vale lembrar, isso gera um produto midiático que agrada,

pois cria para o telespectador o desejo de assisti-lo até o fim para constatar o que mais ele pode revelar.

iii) JG

A análise que fizemos da entrevista três, ou seja, a de JG, nos revelou que o padrão de interação de congruência foi o que menos se manifestou, ao ponto de identificarmos somente o exemplo **70**, abaixo. O momento em que a entrevista aconteceu imprimiu para o entrevistado o estatuto de culpado e, como no seu discurso ele não alcançou a credibilidade que apontasse para outra direção, o que se viu foi o contrato de entrevista transformar-se num interrogatório, como dito anteriormente, e, assim, gradativamente, ele foi perdendo o poder da palavra. Vejamos, então, o exemplo **70**:

> **70** (3- 325-419) **FC**– O senhor quer, sinceramente, /o senhor quer permanecer?
> **JG** – Eu sou presidente do PT. É um orgulho é uma honra dirigir o PT, é um orgulho e uma honra dirigir o PT num momento grave da história do PT, que é enfrentar essa crise, com a verdade e as investigações, cumprir a agenda de defesa das mudanças do governo Lula, preparar o partido para a realização de seu processo interno de eleição da direção.

Nesse exemplo **70**, o entrevistador, com uma pergunta confirmativa, procura saber do entrevistado se ele quer permanecer na Presidência do PT e ainda modaliza sua pergunta com o advérbio *sinceramente*. JG, em sua resposta, fala de sua honra e orgulho de ser presidente do partido e dos planos para o futuro: *cumprir agenda* e *preparar as eleições internas do partido*, ou seja, ele confirma o seu desejo. Nesse ponto é bom recordarmos que a entrevista aconteceu um dia antes da reunião da cúpula do PT que decidiria o futuro do entrevistado. Assim trata-se de uma oportunidade para JG fazer campanha indireta com uma confirmação romanceada pelos substantivos *orgulho* e *honra* e com verbos que traduzem um perfil de "quem não foge da luta", como *enfrentar*, *cumprir* e *preparar*.

Outra relação intersubjetiva pode se configurar com o fato de a pergunta apontar, no seu conteúdo proposicional, para uma direção e ser assumida parcialmente pelo interlocutor. Nesse caso, o interlocutor deseja, aparentemente, se mostrar cooperativo, mas o que ele realmente faz é assumir o turno de fala como oportunidade para tratar do assunto que lhe é mais conveniente. Tomemos os exemplos abaixo, para verificarmos como que se dá essa situação.

i) JD

> **71** (1- 294-305) **LN** – Qual é a dificuldade do país em fechar o bingo?
> **JD** – Essa é uma boa pergunta. O Governo fez uma medida provisória e o Senado rejeitou essa medida provisória. O Supremo Tribunal Federal, a Justiça, certo, de certa forma, já estabeleceu, em algumas decisões, que é legislação federal que, no entanto, se você observar o estado de São Paulo/ vindo pra cá, aqui na avenida Sumaré tem um bingo, na Aratãs tem outro, na 23 tem outro. Quanto custa estes terrenos? Quanto custa esses prédios? Cada um, quanto de investimento tem em cada bingo? Essa é uma pergunta que tem que se fazer, porque que os governadores autorizam os bingos e porque os governadores permitem?Ao lado ali, em Higienópolis, no prédio aonde era/não se funciona ainda a Secretaria Pública de São Paulo ou se funciona algum escritório/ há caça-níquel que é ilegal/ prolifere/porque dezenas de milhares de caça-níqueis estão sendo autorizados nos estados do Brasil?!

No exemplo acima, na pergunta parcial marcada pelo pressuposto de que há entraves para se fechar os bingos no país, o entrevistador sinaliza pelo pronome interrogativo *qual* a informação que deseja obter do entrevistado. Esse, por sua vez, a princípio, adere ao conteúdo proposicional da pergunta e, por meio de uma estratégia de aproximação do locutor, a classifica com o adjetivo *boa* de carga positiva. A partir daí, o entrevistado fala das ações do Governo em relação a esse estado de coisas *fez medida provisória* e critica o Senado com a adversativa *mas o Senado rejeitou*. Fala sobre as medidas da justiça no tocante à legislação federal que não estão sendo levadas a sério. A partir daí, o entrevistado passa a criticar o Governo de São Paulo, apontando as casas de bingo que ele próprio viu no trajeto que fez até o estúdio da emissora. Formula uma série de perguntas que são dirigidas aos governos estatuais. Enfim, podemos parafrasear a resposta de JD como algo assim [a pergunta é boa, mas deve ser feita aos governadores]. Vemos aqui que o entrevistado não se recusa a abraçar o conteúdo proposicional apontado pela pergunta e podemos dizer que ele até a responde, indiretamente. Entretanto, ele se vale da questão para criticar o Governo de São Paulo que faz oposição ao Governo Federal, e elogiar o Executivo. Nesse sentido, vemos que a pergunta preenche na sua totalidade as condições de conteúdo proposicional, de sinceridade e as condições preparatórias, mas ela é assumida parcialmente pelo entrevistado, pois na sua resposta, ele não assume a condição preparatória, já que a transfere para os governadores. Vemos também que sua resposta está revestida com efeito perlocucional forte: criticar e atacar a oposição, e elogiar o Governo. Vejamos outro exemplo:

> **72**(1-782-793) **PM** – Sim, mas como é a relação com o MST, por exemplo, não é complicada?
> **JD** – Não, o MST a CUT a CONTAG são entidades da sociedade civil que reiv/ como qualquer outra entidade, entidade empresarial que tem plataformas, que tem reivindicações e apresenta pro Governo. O Governo tem que ver o país todo, o governo não pode ver só uma entidade empresarial, uma entidade sindical, um movimento. O Governo/ a reforma agrária é importante, a agricultura familiar é importante, mas a saúde e a educação também e o país tem limitações. Eu quero repetir: o país tem limitações. Vai levar um tempo até superá-las, mas o país está crescendo. Hoje mesmo nós temos o resultado de emprego, é o maior , a maior criação de empregos com carteira assinada na história desde que existe o CAJED. E o país acumulou, desde o começo do Governo do Presidente Lula, 2 milhões e 700 mil empregos com carteira assinada.

Na cena discursiva anterior ao excerto do exemplo **72**[30], o entrevistador indagava sobre a insatisfação dos petistas em relação ao Governo do PT, ao que entrevistado respondeu que é normal, numa democracia, as pessoas exporem seus pontos de vista diferentes. Assim, no exemplo acima, a pergunta inicia com a suposta concordância do entrevistador em relação à resposta dada, marcada pelo item lexical *sim*, seguido pela adversativa com o marcador *mas*, que segundo a formulação de Ducrot (1983), é um operador que contrapõe argumentos orientados para conclusões contrárias, se, num dado enunciado 'P mas Q', Q representar um argumento contrário a uma conclusão R, inferida de P. Nesse sentido, nesse exemplo, temos uma suposta aderência do entrevistador, porque, de fato, ele introduz em sua pergunta um argumento possível para uma conclusão de R, em que P pode ser representado pelo enunciado *o PT é um partido democrático, existe um debate sobre os caminhos do governo, sobre a variação do governo e eu vejo isso com naturalidade* contido na resposta anterior ao excerto por nós usado, e R pode ser assim representado *é fácil para o PT conversar com todos os segmentos*. Q está representado pelo enunciado *mas como é a relação com o MST, por exemplo, não é complicada?* que se contrapõe à conclusão inferida de P. Esse argumento contrário, presente na pergunta, é reforçado pela pergunta retórica *não é complicada?* que traz o predicativo *complicada* com carga negativa. Notamos aqui que a pergunta do entrevistador

---

[30] Reproduzimos aqui essa cena mencionada acima para tornar mais clara nossa análise: **PM** – Ministro, como é que o senhor acha que o PT se sente no governo do PT, eu digo isso porque amanhã/ hoje já tem uma enorme representação, não do PT, mas, do MST que é um movimento que sempre teve uma vida paralela a do PT. Em Brasília, amanhã eles tem uma audiência com o presidente Lula. E o quê a gente lê, escuta e ouve de parte da militância é uma certa saia justa, uma certa insatisfação de quê 'Pô não é bem aquilo que a gente queria fazer'.
JD – Veja bem, eu como petista sinto orgulho do governo. Nesses 30 meses por todas as mudanças que fizemos no país. E acredito que todo petista sente orgulho. Outra questão é que há ponto de vistas em qualquer partido político, em qualquer governo, diferentes sobre determinados aspectos da política do governo. Seja social, econômico ou mesmo institucional propriamente dito. Como estamos em uma democracia, e o PT é um partido democrático, existe um debate sobre os caminhos do governo, sobre a variação do governo e eu vejo isso com naturalidade.

aponta para uma intenção de comprometer o entrevistado. Na sua resposta, o entrevistado recupera parte do conteúdo proposicional da pergunta, pois ele fala de [relações], mas não faz deferência ao MST, e sim de uma forma geral das relações do Governo com outras instituições e entidades civis, inclusive com o MST. A partir daí ele passa a falar das múltiplas demandas a que o Governo tem de atender, e por fim faz elogios ao Governo por meio das asserções *o país tá crescendo*, *o resultado de emprego é o maior*, *a maior criação de empregos com carteira assinada na história desde que existe o CAJED*. Ao não se concentrar no tópico enunciativo [MST], o entrevistado isenta-se de entrar em polêmica, pois o que a imprensa de referência noticiava na época era uma acentuada insatisfação do MST, que esperava do governo petista uma deferência e uma reforma agrária urgente. Tomemos os exemplos da segunda entrevista:

ii) RJ

> **73** (2-152-165) **SP** – Deputado, Deputado, do ponto de vista/ a estratégia foi um desastre, porque as votações estão paradas, como o Ilimar falou, e isso está na pauta da câmara, a gente pode comprovar. O PT alega que todas as denúncias que o senhor tem feito/ observações a respeito do mensalão/ são invenções. Como é que o senhor vai desmontar isso daqui pra frente?
> **RJ** – Vocês estão desmontando. Vocês, eu tenho lido o Estadão, tenho lido a Isto É, tenho lido a Folha, tenho lido o Jornal do Brasil, tenho lido O Globo, vocês estão desmontando, vocês estão provando, a imprensa está provando a existência do mensalão e a imprensa, a meu ver, já ouvia fortes rumores do mensalão ano passado. Não tinha alguém destampado a panela pra, com firmeza, tornar público isso, fui eu quem fiz. O Miro fez e recuou. No Jornal do Brasil deu, mas a Câmara pressionou o Jornal do Brasil a se licitar com um processo, fez aquela sindicância rápida, força o jornal do Brasil através de um processo a se calar e o Miro retira a acusação. E eu não, eu mantive a acusação.

> **74** (2- 522-525)**TF** – Ou seja, houve um repasse que não foi declarado?
> **RJ** – Eu queria abrir essa conversa aqui. Essa conversa tem que ser às claras. A legislação leva aos empresários brasileiros que querem ajudar, a mentir. Todos temem, eu por exemplo...

No exemplo **73**, a pergunta do entrevistador se apóia na asserção crítica evidenciada pelo predicativo *desastre* sobre a estratégia de comprar os aliados da base, pois *as votações estão paradas*. Em seguida, ele recorre ao discurso reportado do PT que classifica as declarações de RJ como *invenções*. A partir daí, sob a forma de pergunta parcial, o entrevistador deseja saber como RJ vai desmontar o esquema. O entrevistado RJ, em sua resposta, recupera o tema do conteúdo proposicional da pergunta, mas transfere a responsabilidade de desmonte do esquema para a imprensa. A partir daí ele se auto elogia, com a asserção *Não tinha alguém destampado a panela pra,com firmeza, tornar público isso,*

fui eu quem fiz e ainda se vangloria de não ter recuado como o *Jornal do Brasil* e *Miro Teixeira* fizeram. Nesse exemplo vemos que a intenção do entrevistado é se promover, reforçando a imagem de denunciante convicto. Ele adere, parcialmente, à direção da pergunta, pois ele fala das ações já realizadas por ele no desmonte do esquema de corrupção, mas não se refere ao futuro.

No trecho anterior ao excerto que compõe o nosso exemplo **74**, entrevistadores e entrevistado debatiam sobre repasses do PTB para o PSDB na campanha de FHC. A expressão *ou seja*, no início dessa pergunta, aponta para a conclusão contida nela *houve repasse não declarado* que pede a confirmação do entrevistado. O entrevistado, por seu turno, recupera parcialmente o conteúdo proposicional da pergunta com a expressão *essa conversa*, mas não faz referência ao partido em questão. Passa a justificar a existência do caixa dois, referenciada pelo eufemismo *repasses não declarados*, como conseqüência da legislação brasileira, que obriga os empresários a mentir. O entrevistado tenta não se comprometer com a confirmação de que o PSDB também lançou mão desse esquema. Entretanto, como podemos ver pelas reticências (estabelecida por nós como critério de transcrição de interrupções) o entrevistador não permite que ele continue sua linha argumentativa, e na seqüência da entrevistada, retira dele a afirmação literal sobre esse estado de coisas. Vejamos, agora, os exemplos da entrevista três.

iii) JG

> **75** (3-266-274) **SL** – Depois que isso estourou o senhor chegou e perguntou pro Delúbio "afinal porque um publicitário que tem uma conta/ tantas contas com estatais é/foi avalista e pagou uma parte destes empréstimos nestes meses" e que explicação o senhor pode nos dar?
> **JG** – É claro, é claro que eu conversei com o Delúbio, discutimos a questão e evidente que é um procedimento que fica essa sobre o PT, não praticamos crime, não praticamos ilegalidade e nem fizemos qualquer defesa dos interesses de Marcos Valério, mas nós temos que ser mais vigilantes, mais criteriosos com esse empréstimo.

> **76**(3-882-886) **MC** – Mas o senhor não acha que as cotas do partido/ isso não ajuda a corrupção, as cotas partidárias?
> **JG** – Nós temos que fazer uma mudança, nós temos que fazer uma mudança no sistema político eleitoral, financiamento de campanha, votação ilícita, isso é fundamental.

No exemplo **75** acima, o entrevistado inicia com uma pergunta confirmativa, simula um discurso direto reportado, que deveria ter sido formulado por JG a Delúbio Soares depois que o escândalo do mensalão se tornou público pela imprensa, e faz uma outra

pergunta, no caso, parcial , baseada no pressuposto de que o entrevistado tem explicações a dar e ele quer saber *que* explicações são essas. Em sua resposta, JG assume parte do conteúdo proposicional da pergunta com a dupla afirmação da evidência *é claro, é claro* de que conversou com o Delúbio. Entretanto ele não se refere ao teor da conversa e não fornece explicações. Ele passa a defender o partido sob alegação de que *não praticamos crime*, *não praticamos ilegalidade* e *nem fizemos defesa dos interesses de Marcos Valério*. Com isso ele tenta passar uma imagem de ingenuidade, de que tudo não passou de uma desatenção inferida da lição que ele diz que o partido aprendeu: *ser mais vigilante* e *ser mais criterioso*.

O mesmo acontece no exemplo **76**. Sob o formato de uma pergunta retórica, marcada pela expressão *não acha*, o entrevistado deseja saber de JG sua opinião a respeito da relação *cotas partidárias* e *corrupção*. Em sua resposta JG sinaliza que parte do conteúdo proposicional foi contemplada pela asserção *nós temos que fazer mudança*, mas ele não faz a relação proposta pelo entrevistador. Com isso ele sequer menciona o mote da entrevista [corrupção], pois quer se ver o mais distante possível dessa associação. Daí se mostra solícito, mas não se compromete. Sua intenção é sair ileso da entrevista.

Vimos, pelos exemplos arrolados, que no padrão de interação parcial as condições preparatórias são desconsideradas, pois as perguntas estão revestidas de intenções que comprometem, de certa forma, os entrevistados e aí, como conseqüência, vimos uma aderência parcial por parte deles. Nesse sentido, pudemos verificar que as perguntas não se limitaram ao nível ilocucional, pois, sob a forma de pergunta, havia um efeito perlocucional de comprometer, de criticar, constranger o entrevistado.

Por fim um último padrão de interação que podemos arrolar é o que denominamos de incongruente, ou seja, no jogo pergunta/resposta há uma dissonância entre o conteúdo proposicional apontado pela pergunta com o que é dado pela resposta, devido à transgressão de uma convenção ou a introdução de uma intenção desviante. Vejamos os exemplos abaixo:

i) JD

> **77** (1-3-10) **PM** – Se o senhor fosse ainda o líder do PT, o deputado federal combativo que o senhor foi e o senhor pegasse a revista Veja desta semana, ia ser uma festa, não ia?.
> **JD** – Acho que o Governo tomou as medidas necessárias. Tanto a Controladoria Geral da União que vai não só investigar os fatos revelados, mas os contratos em geral da empresa de Correios e Telégrafos e a, Polícia Federal vai/ já abriu inquérito e todos foram afastados. O próprio Procurador Geral da República, Cláudio Fonteles, já disse que o Ministério Público vai acompanhar o inquérito da Polícia Federal. Acredito que o Governo fez o que tinha que fazer.

> **78** (1-11-18)**PM –** Como é que o senhor viu a notícia?
> **Dirceu** – Eu disse e quero repetir: esse é o Governo que não rouba, não deixa roubar e combate a corrupção. E se nós observarmos as operações/ações da Polícia Federal nesses últimos 30 meses em todos os setores, as prisões de servidores públicos/ de policiais federais, prisões de políticos, prisões de empresários e a ação da Polícia Federal em todas as frentes e da Controladoria Geral da União, os municípios e também na Administração Pública e a ação do Ministério Público e da Justiça, nós vamos ver que se combate a corrupção no Brasil.

Os exemplos acima já foram analisados no capítulo I desta tese, na página 46, sob o número de exemplo **10a**. Lá analisamos um trecho mais extenso da entrevista, com a intenção de identificarmos os níveis de interação propostos por Burger: o midiático e o de entrevista. Portanto não retomaremos aqui a análise na sua totalidade, para não nos repetirmos. Esses exemplos aprecem mais uma vez aqui, por serem eles os únicos encontrados na entrevista de JD que apresentam um padrão de interação incongruente. Eles se constituem as primeiras intervenções do entrevistado na entrevista, daí podemos concluir que esse descompasso no início se dá porque o entrevistador tenta instaurar um tom provocativo ao qual o entrevistado não adere. E a partir daí ele se institui como membro do Governo, ou seja, ele se posiciona conforme o cargo que ocupa, assim não interessa a referência a um outro tempo em que ele ocupava outro cargo e tinha outra forma de agir. O estatuto de Ministro dá ao entrevistado uma aura de autoridade que é observada pelos entrevistadores, que, por mais que tentem provocá-lo, criticá-lo, mantêm o respeito relativo às convenções sociais como, por exemplo, as formas alocutivas *senhor* e *senhor Ministro* pelas quais ele é interpelado. Outro fato que reforça isso é que, na condição de suspeito, ele ainda carrega consigo "a certeza da dúvida", ou seja, como foi não julgado, não se pode fazer juízos de valor dele, e nem se desconsiderar, de todo, o seu estatuto. Tendo sido equacionadas essas identidades, a entrevistada se processa de modo cooperativo.

Voltemo-nos, então, para o exemplo, abaixo, da entrevista de RJ.

ii) RJ

> **79** (2-809-811)**TF** – Vocês não estão querendo tirar ele pra tutelar o presidente Lula?
> **RJ** – Tales, o presidente Lula é um homem de bem. É um homem honrado, tomara que não chegue nele. É um homem de bem.

No exemplo **79** acima, por meio de uma pergunta confirmativa, revestida de uma intenção provocativa, o entrevistador interpela RJ sobre o desejo do PTB de *tutelar* o Presidente da República, ou seja, ocupar o lugar de JD, indexicado pelo pronome pessoal reto

na função de objeto direto do sintagma verbal *tirar ele*. O entrevistado não adere a essa provocação e passa a tecer elogios ao Presidente, assim foge do conteúdo proposicional, com a intenção de reafirmar sua tese de que o Presidente Lula, embora seja do PT, não compactua com os erros do PT como, por exemplo, fazer parte do mensalão.

Nessa entrevista, encontramos apenas esse exemplo de padrão de interação incongruente. Isso se explica pelo fato de que RJ se instaura no e pelo discurso como um denunciante que não teme as perguntas e é cooperativo com os entrevistadores. Por outro lado, na terceira entrevista o que mais encontramos foi esse padrão de interação. Nesse caso, a situação é oposta a de RJ. JG, com o papel de culpado que lhe é imputado desde o início das intervenções, foge das perguntas para não se comprometer mais. Vejamos os exemplos abaixo:

iii) JG

> **80**(3- 127-135) **FC** – O senhor assinaria de novo algum documento dele?
> **JG** – Veja bem, qual é a lição que a gente tira desse episódio. A lição que eu tiro como Presidente do PT e que o Partido tem que tirar é que a esses contratos que nós temos com os bancos, que nós temos com as empresas, campanhas eleitorais, nós temos/ nós temos que ter uma/ um critério, um exame mais detalhado. Essa é a lição que nós aprendemos. Agora não houve crime, não houve influência do PT no governo para contratos empresariais de Marcos Valério e vamos honrar a dívida com o banco, e é isso.

Nesse exemplo, a entrevistadora FC, por meio de uma pergunta confirmativa, pede a confirmação se JG assinaria novamente algum documento a pedido de Delúbio. Em sua resposta, JG ignora o conteúdo proposicional da pergunta, sequer se refere ao Tesoureiro do Partido, e passa falar da lição aprendida: é preciso ter *critério* e *um exame detalhado* das empresas a que se recorre para pedir empréstimos. Aproveita seu turno de fala para defender sua tese de que *não houve crime*, *não houve influência do PT* e *vamos honrar a dívida*. O entrevistado, mais uma vez, tenta passar a imagem de ingênuo que cometeu um erro, mas não muito grave. Ignora a pergunta por não querer se comprometer e nem julgar um membro do Partido que estava na mesma condição que ele: sob fortes pressões para sair do Partido.

> **81** (3- 342-347)**MP** – O senhor disse uma frase uma vez que 'o erro pela causa é perdoado, o erro pela causa própria não é perdoado'. O senhor continua com essa idéia?
> **JG** – Olha o PT não rouba, não roubou. O PT não comprou voto, nem apoio de deputado. Se houve falhas e erros, nós temos que avaliar com o Partido, dar as explicações ao Partido, pedir desculpas ao Partido e à opinião pública e continuar defendendo esse grande projeto do PT.

Já exemplo **81** acima, MP em sua pergunta usa o discurso reportado do entrevistado, indicado pelo verbo dicendi *disse* para fundamentar a sua pergunta confirmativa. Em sua resposta, JG não faz menção ao conteúdo proposicional da pergunta, sequer confirma se a frase é dele ou não, e defende o Partido com declarativos que isentam o PT de qualquer mácula: *não rouba*, *não compra voto*, *não compra apoio*. Metaforicamente, podemos perceber na resposta a oposição [causa] = [PT] X [causa própria] = [JG e Delúbio], depreendidos do enunciado, em formato hipotético, *se houve falhas e erros, nós temos que (...) pedir desculpas*. Todavia, ele não faz mérito do não perdão às causas pessoais, pois isso seria como assinar uma confissão de culpa. Temos aqui uma pergunta revestida pelo efeito perlocucional de provocação, da qual o entrevistado se esquiva para não se comprometer.

Vimos que o padrão de interação incongruente nos reporta, em termos da instância produtora, para uma situação em que as condições preparatórias foram, intencionalmente, negligenciadas, uma vez que se constrói uma pergunta revestida de uma provocação, por exemplo, e cria-se para o entrevistado uma situação limite, da qual, muitas vezes, para ele, é melhor se esquivar. Por outro lado, em termos da instância de interpretação, o conteúdo proposicional é ignorado pelo interlocutor, já que ele está revestido de seqüelas intencionais que pode comprometê-lo, incriminá-lo. Mas por que não se tem o silêncio como resposta, que também é parte constitutiva do ato de fala pergunta? Temos que nos lembrar de que se trata de uma situação de interação-televisiva. Desse modo, o entrevistado tem que aproveitar todo o espaço de fala que lhe é possível, para tentar garantir a construção da imagem que lhe interessa.

Após essas considerações, tomemos o quadro sinóptico a seguir a fim de elucidarmos os padrões de interação aqui delineados:

QUADRO 7

Padrões de Interação

Padrões de interação	Condições de conteúdo proposicional	Condições preparatórias	Condições de sinceridade	Nível ilocucional	Nível perlocucional
Congurente	+	+	+	+	_
Em suspense	_	+	+-	+-	+
Parcial	+-	+-	+-	+-	+
Incongruente	_	_	_	-	+

Ao estabelecermos esses padrões de interação, levamos em conta as regras indicativas da força ilocucional do ato de fala pergunta em relação às condições de sucesso e satisfação aferidas pelo consenso ou dissenso entre o par pergunta/resposta, na cena enunciativa em jogo.

Nesse sentido, o padrão de interação congruente, como se pode verificar no quadro acima, é alcançado pelo ato prototípico da pergunta, ou seja, tanto na sua produção quanto na sua recepção ele se configura como um diretivo que se realiza no modo pergunta que busca do interlocutor a resposta que ele é capaz de dar. Nesse padrão somente o nível perlocucional foi marcado com o sinal negativo (-) para indicarmos a ausência de um estado intencional derivante.

Já o padrão de interação em suspense, que se configura pela recusa de responder, é caracterizado por uma não aderência ao conteúdo proposicional por parte do interlocutor, pois não é possível para ele responder algo que o incrimine, o comprometa, ou o expõe. Daí a marca negativa nesse item. O nível ilocucional foi marcado pelos sinais positivo e negativo, pois o alocutário reconhce o ato, mas não tem intenção de completa-lo com a resposta. Já o perlocucional foi marcado pelo sinal positivo, pois podemos ter situações distintas aqui: o locutor pode, realmente, desejar que o interlocutor responda ao que foi solicitado, mesmo que seja uma pergunta que afete o interlocutor; ou não, o locutor pode usar a pergunta como uma estratégia tática para intimidar, incriminar, acusar o interlocutor, daí o sinal positivo para o perlocucional. Os sinais positivo e negativo marcados para as condições de sinceridade se devem ao que se observou para o nível ilocucional e o perlocucional, ou seja, o locutor pergunta com a intenção de obter a resposta do interlocutor, mesmo que isso o afete; ou o locutor usa a pergunta como suporte para outras intenções. Esses são motivos suficientes para o interlocutor se valer do ato de impolidez e recusar-se a responder.

O padrão parcial de interação se caracteriza por uma adesão parcial ao conteúdo proposicional por parte do entrevistado, por isso a sinalização positivo-negativa (+-) para essa condição. Essa aderência parcial pode ser decorrente de dois motivos:

1) O interlocutor é capaz de responder ao que foi solicitado (+ para condições preparatórias) e o locutor deseja obter essa resposta (+ para as condições de sinceridade e para o nível ilocucional), mas o interlocutor prefere aproveitar o turno de fala para introduzir outro tema (+ para efeito perlocucional).

2) O interlocutor não é capaz de responder (- para as condições preparatórias e para o nível ilocucional), pois isso pode afetá-lo de alguma forma (- para condições preparatórias e + para o nível perlocucional).

Entretanto, seguindo o princípio geral que rege as relações intersubjetivas, o interlocutor se mostra aparentemente cooperativo, daí sua adesão parcial, ou para levar a termo sua intenção, ou para não se comprometer.

Por fim, no padrão de interação incongruente somente o nível perlocucional aparece marcado com sinal positivo, porque na dissonância entre o que o locutor enuncia e o que o interlocutor interpreta e enuncia o que sobressai são as intenções desviantes.

Após o estabelecimento desses padrões de interação, pudemos constatar que o ato de fala pergunta na situação discursiva aqui em análise, antes de ser um questionamento sobre um estado de coisas, é uma implicatura para o sujeito, no sentido de há uma relação entre esses dois objetos, pergunta/sujeito, pela qual o primeiro não pode ser dado sem que o segundo também não esteja dado, isto é, a pergunta põe em questão o próprio sujeito, que busca, então, estabelecer uma coerência que assegurará a identidade por ele pretendida. Por outro lado, a pergunta é formulada tendo em vista o sujeito que é posto em questão, e, por meio dela, tudo o que lhe diz respeito, tudo o que o envolve. Dito de outra forma, a pergunta instaura identidades e ao interlocutor cabe reafirmá-las ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Formulamos questões para não deixar esquecer – sem contudo transformá-las no objeto de declaração explícita – que estamos autorizados a formulá-las.
>
> (DUCROT, 1984, p.18)

Ao longo desse trabalho de investigação desenvolvido nos capítulos precedentes, constatamos que a peculiaridade do ato de fala pergunta, em relação aos demais diretivos, é o seu acentuado influxo interacional, já que, em termos de sua realização, ele implica a atitude responsiva do ouvinte. Nesse sentido, para que uma pergunta atenda as suas condições de satisfação é necessária a entrada do alocutário no jogo enunciativo. Entretanto esse entrar em cena pode se dar de diferentes modos, já que a pergunta tem a notável propriedade de abrir um leque de opções, tendo em vista os pressupostos que ela comporta. Desse modo, o alocutário é obrigado a tomar para si esta ou aquela proposição pressuposta e responder. Dessa relação entre a direcionalidade apontada pela pergunta e o fato de o interlocutor assumi-la ou não, revelada na resposta, constatamos quatro padrões diferentes de interação gerados a partir daí.

Esses padrões de interação instaurados por uma competência pragmático-discursiva dos sujeitos envolvidos no ato de linguagem de cada entrevista foram resultantes do embate entre identidades pressupostas pelo locutor as quais o alocutário aderiu ou, ao contrário, procurou desconstruí-las ou desconsiderá-las. Assim pudemos identificar padrões que demonstraram congruência entre o par pergunta/resposta, no caso do ato de fala pergunta típico, como também a incongruência entre eles, devido à instalação de intencionalidades[1]

[1] Um pouco de autocrítica faz-se aqui necessária para admitir que, ao não trabalharmos com a Teoria da Intencionalidade, proposta por Searle, se deixa uma lacuna na análise do ato de fala pergunta. Acreditamos que esse arcabouço teórico nos fornece um referencial metodológico e epistemológico importante para compreensão do agir no mundo pelo discurso, ainda mais que essa é a proposta desse autor ao formulá-la. Entretanto, faltou-nos fôlego para essa empreitada. Uma vez que já tínhamos como proposta anterior coadunar o Interacionismo, a Semiolingüística e a TAF, pareceu-nos que adicionar mais uma teoria poderia soar como um excesso de "antropofagia" (lembrando aqui o que diz Charaudeau sobre sua formulação teórica). Portanto fica aqui o desafio lançado para futuros trabalhos.

desviantes. Em outros termos, a classificação desses padrões se deu pelo reconhecimento de que ato de fala pergunta se realiza como ato ilocucional, nos casos prototípicos, e que, quando a ele se adicionam outras intenções, ele serve de suporte para atos perlocucionais, como comprometer, acusar, desafiar. Como nos assegura Mendes (1999, p. 205) "o processo enunciativo se estrutura à maneira de um jogo especular em que imagens construídas pelos sujeitos envolvidos nas práticas de linguagem podem ser refletidas ou refratadas, segundo as circunstâncias e as condições específicas que caracterizam a situação de interação". Nesse sentido, em nossas análises ora o EUc, projetado como EUe, construía uma imagem de TUd na qual via refletida a sua própria imagem, ou seja, tínhamos um TUd que reconhecia a enunciação do ato de fala de pergunta como bem sucedida, e tinha-se como resultado a resposta ao que foi solicitado. Noutras situações, vimos que essa coincidência entre a ilocução enunciada e a ilocução interpretada não acontecia, e isso gerava padrões de interação não tão bem orquestrados.

Tendo em vista o gênero analisado por nós, a entrevista-interativa de cunho político, percebemos que a materialidade da interação aqui em tela impôs fortes restrições para a disposição psicossocial dos sujeitos envolvidos nessa prática de linguagem. O fato de esse gênero consubstanciar-se em uma interação que pressupõe diferentes níveis, nos levou a identificar uma sobreposição de dois contratos distintos: um referente ao quadro midiático e outro à entrevista. Sendo que este primeiro se encontrava num nível mais englobante e o segundo num nível mais englobado, como pudemos verificar no primeiro capítulo. A imagem das bonecas russas traduz essa situação complexa de interação encaixada, em que se percebe uma polifonia do EUc que se desdobra em um EUe jornalista, que atua nesse quadro interação midiática com a função de instigar o público a participar e EUe mediador que atua quadro de interação da entrevista.

O contrato referente ao quadro midiático tinha como objetivo incitar o telespectador a assistir o programa, e, por conseguinte, atingir um índice de audiência satisfatório. Assim, o EUc, jornalista representante da emissora, projeta um EUe que se dirige ao TUd telespectadores também projetado por ele. Nesse caso, há certa correspondência entre TUd e TUi, uma vez que esse público é suposto como a opinião pública. O fato de uma interação como essa apresentar distância espacial e temporal, faz com o EUc aposte em um TUd hipotético, que por sua vez, se assimila a um TUi também hipotético. É evidente que as mídias se esforçam em realizar pesquisas para identificar os perfis do público alvo, mas esse não deixa de ser um conjunto impreciso, já que os resultados são apenas amostras, daí não passam de hipóteses sobre um público que é heterogêneo e instável. Apesar de que o tema em

questão – um escândalo político – acabe por homogeneizar, em grande parte, o TUi. Considerando esse EUc como uma metonímia do canal de TV, não podemos nos esquecer do adjetivo [pública] que o classifica. Essa denominação demarca um lugar político social para essa emissora, reforçando a idéia de democratização da comunicação e de cidadania sem cerceamento político. Esses aspectos nos fizeram confirmar a dupla dimensão dos discursos midiáticos apontados por Charaudeau, ou seja, uma, relativa aos apelos comerciais e outra, às demandas cidadãs.

Já o contrato referente à entrevista teve como objetivo, primeiro, informar o telespectador, mas, como vimos, por se tratar de uma interação com membros políticos sob suspeita e acusações, o debate, por vezes, se instaurava, e, por conseguinte, tinha-se o estabelecimento do contrato implicado por ele. O adjetivo política para o gênero entrevista imprime um problema de credibilidade para essa prática linguageira, pois "trata-se de uma mecânica 'previsível demais para ser honesta', isto é, para ser credível" (Charaudeau, 2006, p. 217). Perguntas provocativas e pouco convenientes do entrevistador podem gerar o direito de não resposta, de resposta de defesa, de esquiva, de contra-ataque do entrevistado.

As entrevistas estavam baseadas em discursos de evidência, ou seja, em discursos que circulavam nos grupos sociais, no nosso caso na esfera dos poderes executivo e legislativo, assim, por mais previsíveis que pudessem ser o conteúdo e a forma do par pergunta/resposta, elas foram reveladoras no que diz respeito às estratégias de que cada um dos entrevistados se valeu para tentar passar a imagem que tinham em mente, do mesmo modo para evidenciar as identidades projetadas pelos sujeitos enunciadores. Como tínhamos vários sujeitos enunciadores, a probabilidade de as imagens projetadas por eles se sobreporem às do sujeito interpretante eram maiores.

Entretanto o que se mostrou decisivo para determinar, se é que é há essa possibilidade, qual a intenção que se sobrepôs e saiu como "vencedora", foi a habilidade de cada um dos envolvidos na interação de assegurar a sua credibilidade no e pelo discurso. Assim, JD ao longo da entrevista, não se assimilou a projeção de um TUd suspeito e sustentou a sua identidade de autoridade, como pudemos ver pela ocorrência de somente dois exemplos de padrão de interação incongruente e pela equação dos tipos de perguntas que apareceram na entrevista. Esse entrevistado buscou criar a imagem de TUi cidadão, que acredita na democracia e que vê como conseqüência natural desse sistema a instauração de investigações para apurar qualquer dúvida em relação a qualquer um de seus membros, esteja ele revestido, ou não, de um poder instituído; como também é da natureza democrática o Governo perder ou

ganhar em relação aos projetos que apresenta. Prova disso foi a constatação de vinte e duas ocorrências da palavra democracia nas suas intervenções.

Já na segunda entrevista, o TUi, RJ, é um autêntico TUd, que atende o papel que lhe é imposto pela instância de locução, pois a identidade de denunciante lhe agrada e lhe convém. Entre os tipos de perguntas a maior ocorrência foi a do tipo confirmativa, o que combina bem com esse papel. O padrão de interação congruente também revela esse TUd cooperativo, que está disposto a revelar tudo. Essa intenção se potencializa com o ato de linguagem de provocação engendrado pelo entrevistado como vimos no exemplo 15, página 64, desta tese, em que o entrevistado incita os entrevistadores para que perguntem mais com a oração opositiva: *mas eu vim aqui achando que a imprensa iria enfrentar corajosamente esse assunto*. Outra característica foi a predominância do modo narrativo nas respostas de RJ, o que contribuiu para criar a identidade de testemunha dos fatos.

Por último na entrevista de JG, vimos que EUc projetou um TUd culpado, que por mais que o TUi tentasse escapar dessa identidade, foi essa que se instaurou o tempo todo. Evidência disso foi a predominância do padrão de interação incongruente, revelando um TUd pouco cooperativo, e a predominância de perguntas complexas, que engendraram o ato de linguagem de provocação que, por vezes, distorceu as condições enunciativas, gerando efeitos perlocucionários que foram traduzidos pela zombaria, como demonstrado nas análises desenvolvidas nos capítulos precedentes.

Em síntese, esse imbricamento de contratos sobrepostos, veiculados no espaço midiático, que, como afirma Charaudeau, está sempre preso a um jogo de espelhos, uma vez que reflete o espaço social e é refletido por este, nos serviu para explicar os efeitos de significância do ato de fala pergunta nessa situação de troca social e demonstrar, até certo ponto, como os interactantes agem na construção de identidades. Nossa intenção, ao buscar a integração de diferentes teorias, foi a de evidenciar que a análise de fatos lingüísticos a partir de uma prática efetiva de linguagem, traduzida pelas entrevistas interativas televisionadas, é complexa, pois nos coloca o desafio de tentar desvendar o processo intersubjetivo, que, evidentemente, requer um detalhamento das instâncias de produção e interpretação. Uma das críticas em relação à AD, já antiga, mas ainda recorrente, é que avançamos muito na análise da instância de produção, mas, no tocante à recepção, ainda encontramos lacunas ou mesmo uma carência de instrumentos de análise adequados para abordá-la na prática. Nesse sentido, o percurso de análise por nós trilhado não se esgotou, e nem tinha essa pretensão, mas acreditamos que deixamos aqui uma contribuição para o entendimento dessa forma de materialização de vida na sociedade, ou seja, o entendimento de como a ação de perguntar

implica que o interlocutor assuma uma posição, mesmo que seja a recusa desse papel, o que por si só já diz muito desse sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. Interrogation e Argumentation. *Langue française*, n. 52, L'interrogation, p. 5-22. 1983.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKTHIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

BARTHES, Roland. A retórica da imagem. In: _____. *O óbvio e o obtuso*: ensaios críticos III. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990. p. 27-43.

BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995. p. 284-293.

_____. *Problemas de lingüística II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 81-90.

BURGER, Marcel. La dimension interacionnelle. In: ROULET, Edy; FILLETTAZ, Laurent; GROBET, Anne. *Un modèle et un instrument d'analyse du discourse*. Bern, Berlin, Bruxelas, Frankfurt, New York, Oxford, Wien: Lang, 2001. p.139-163.

_____. L'identité négociée: rapports de place(s) dans un entretien télediffusé. *Cahiers de Linguistique Française*, Geneve, n. 17, p. 9-32, jun. 1995.

_____. Identités de statut, identités de role. *Cahiers de Llinguistique Française,* Geneve, n. 21, p. 35-59, 1999.

_____. L'entretien médiatique: L'exemple de la phase préliminaire. *Etudes de Lettres* 3/4, p. 203-216, 2000.

_____. Encenações discursivas na mídia: o caso do debate-espetáculo. In: MACHADO, Ida Lúcia et alii. *Ensaios em análise do discurso*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2002. p. 200-222.

CHARAUDEAU, P. *Langage et discours; elements de sémiolinguistique*. Paris: Hachete, 1983.

_____. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachete, 1992.

_____. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Análise do discurso controvérsias e perspectivas. In: MARI, H. et al. (Org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges - Núcleo de Análise do Discurso. FALE/UFMG: 1999. p. 27-43.

_____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.). *Gêneros:* reflexões em análise do discurso. Belo Horizonte: NAD/FALE/ UFMG, 2004. p. 13-39.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, H. et alii. *Análise do discurso:* fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/ UFMG, 2001. p. 23-38.

DUCROT, O. Actos lingüísticos. In: *Enciclopédia Einaudi; Linguagem e enunciação*. Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. 1984. v.2, p. 435-452.

_____. *Princípios de semântica lingüística*: dizer e não dizer. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____. *O dizer e o dito*. Pontes: Campinas, 1987.

FOULQUIÉ, Paul. *A dialética*. 3. ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978.

JACQUES, Francis. L'interrogation, force ilocutoire et interaction verbale. *Langue française*, n. 52, L'interrogation, p.70-79, 1983.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. La demande: question et requête. In: *Les actes de langage dans le discours-Théorie et fonctionnement*. Paris: Nathan/ UEF, 2001. p.83-109.

MARI, H. Atos de fala no discurso de candidatos à Prefeitura de belo Horizonte: análise da promessa e da crítica. In: MACHADO, I. L. et al. (Org.). *Teorias e práticas discursivas*: estudo em análise do discurso. Belo Horizonte: Carol Borges, 1998. p. 227- 247.

_____. *Entre o conhecer e o representar*: para uma fundamentação das práticas semióticas e das práticas lingüísticas. 1998. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 1998.

MARI, H. Atos de fala: notas sobre origens, fundamentos e estrutura. MARI, H. et alii. *Análise do discurso:* fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso - FALE/ UFMG, 2001. p. 93-131.

MARI, H.; SILVEIRA, José Carlos Cavalheiro. Sobre a importância dos gêneros discursivos. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. *Gêneros*: reflexões em análise do discurso. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 74.

MARI, H. A promessa como ato da fala: suas implicações no discurso "político". *Geraes*: *Revista de Comunicação Social*, Belo Horizonte, n. 48, p. 34-41, jul. 97.

MENDES, Paulo Henrique Aguiar; MACHADO, Ida Lúcia. *Análise do discurso político eleitoral dos atos de fala aos processos enunciativos do debate eleitoral*. 1999. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Letras da UFMG, 1999.

MEYER, Michel. A problematologia. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

ROULET, E. Um modelo e instrumento de análise sobre a organização do discurso. MARI, H. et al. (Org.). *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges, 1999. p.139-170.

ROULET, E.; PIRES, Sueli. Uma visão modular da complexidade discursiva. MARI, H. et alii. *Análise do discurso:* fundamentos e práticas. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso - FALE/ UFMG, 2001. p. 63-91.

ROULET, E. De la linguistique de la langue à l'analyse du discours. In: ROULET, E.; FILLIETAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et instrument d'analyse de l'organisation du discourse*. Berne: Peter Lang, 2001. p. 11-26.

SEARLE, J. R. *Os actos de fala*. Coimbra: Almedina, 1984.

SEARLE, J. R.; VANDERVEKEN, D. *Foudations of ilocutionary logic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983. p. 53-4.

VANDERVEKEN, D. O que é uma força ilocucional? In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. n. 9, Campinas: IEL- UNICAMP, p. 173-194, 1985.

_____. *Meaning and a speech acts*. Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press, 1990-1991. v.2.

WITTIGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Col. Os Pensadores).

ANEXO 1
TIPOS DE PERGUNTAS

Entrevista 1

Tipo 1: pergunta parcial

1-PM – Como é que o senhor viu a notícia?
2-VC – Por que, Ministro?
3-TG – Eu digo em relação ao deputado Roberto Jefferson, desculpem, só para concluir, esgotar esse assunto. Quando o senhor foi envolvido no caso Valdomiro, um assessor/ pelo comportamento de um assessor, o Governo cobrou solidariedade da base inteira, o senhor não me respondeu o que eu pergunto: qual o comportamento do Governo em relação ao PTB e o seu presidente?
4-TO – Sim, mas as pessoas têm o direito de se perguntar, porque que eles querem tanto esses cargos.
5-FM – Qual é o preço disso, senhor ministro?
6-FM – Qual é o preço disso?
7-FM – Para o governo, o peso disso, de uma aliança dessas?
8-PM – Ministro, o senhor teve aqui no Roda Viva da última vez antes da posse do Presidente Lula, portanto esse episódio nós não mencionamos, então eu começo com a pergunta de Ronaldo Alves, de Belo Horizonte: Porque que o PT não aceitou a CPI do caso Valdomiro Diniz e não aceita ser investigado?
9-PM – Como é que o senhor s
10-VC – Quais são, poderia repeti-los agora?
e sentiu, eu acho que é fundamental saber isso, como o senhor se sentiu, o senhor já falou isso várias vezes, mas eu acho que vale...
11-VC – Logo no auge da crise do caso Valdomiro, o senhor numa entrevista,se não me engano, o senhor disse que colocaria os pingos nos is do caso, mas acabou a gente ficando sem saber que pingos nos is eram esses que o senhor quis dizer?
12-DR – Que lição o senhor carrega até hoje desse episódio, uma coisa que o senhor vai levar para o resto da vida, que na sua vida não vai mudar depois do caso Valdomiro.
13-LN – Qual é a dificuldade do país fechar o bingo?
14-LN – A legislação é Federal ou Estadual?
15-TG – Pois é, por que o Governo não fez uma nova/um projeto de lei depois da derrubada da medida provisória?...
16-LN – Deixa eu pegar um ponto aí relevante, justo um modelo elétrico. O modelo elétrico/ você tinha um modelo estruturado de um país inteiro, foi feito uma mudança que se interrompeu no meio e se perdeu essa coordenação. O saneamento de alguma maneira ele veio dos anos 70 de uma forma mais coordenada e hoje, pelo menos algum tempo atrás, o projeto que o ministério das cidades propunha era um projeto absolutamente confuso que deixava para cada município a opção de aderir a um consorcio, ou montar/ ou seja, toda coordenação que poderia vir do lado da união ia pro buraco aí. Como está esse projeto hoje?
17-**PM** - Mas qual outro ministro?
18-DR – Mas como é que monta?
19-DR – Mas como é que monta essa maioria. Eu quero saber, como é que o senhor vai fazer?
20-DR – Bem, Ministro, eu queria agora retomar a minha pergunta sobre como se faz para construir uma maioria na Câmara sobre a batuta de Severino Cavalcante?
21-TG – Quem é mesmo que articular a maioria o senhor ou o Aldo Rebello?
22-DR – Então quem tem?

23-TO – Então quem tem responsabilidade?**]**
24-VC – Por quê?
25-FM – E qual o senhor vai apoiar, quem o senhor vai apoiar?
26-VC – Porque não?
27-MM – Bem, então ouvi errado. Mas qual foi o recado que você não entendeu da derrota do Governo nessa medida que o Governo lutou muito?
28-VC – O senhor é a favor ou contra?
29-TG – Que instrumento alternativo pode haver?
30-TG – Mas, como, relativo ao assunto?
31-DR – Porque então não contar a verdade pra ela?
32-TO – O que foi mais duro nessa época, ministro?
33-TG – Não, eh, essa coisa dos retornados Cubanos, qual é o número mesmo? A maioria dos retornados de Cuba morreram, né! Eu acho que ali tem uma questão de sobrevivência mesmo, né. Eu queria que o senhor contasse, nós falamos de tantos momentos difíceis, de Governo, de coordenação política/ eh tantos desafios, tantas dificuldades, mas deve ter algum momento que lhe foi muito gratificante, né. Qual o momento, depois da eleição do Lula, que lhe deu maior gratificação ou felicidade política ou pessoal?
34-DR – E o quê o senhor não repetiria?Nesses dois anos e três meses aí, algum ato que o senhor tenha feito/ isso nunca mais?
35-DR – Por que não?
36-LN – Ministro, só pra entender um pouquinho, já que este bloco é da sobre a Casa Civil. O quê que é a estrutura da Casa Civil hoje? Quer dizer, qual é a sua estrutura? Como é organizada a sua equipe? E quais são os principais projetos que ela trabalha? Como é que a interação com os ministérios?
37-LN – Esse monitoramento dos projetos é feito como?
38-PM – Ministro, qual é a sua posição/ do senhor em relação a usina de Angra Três? É a pergunta de André Valente, de Barros Barreto.
39-DR – Mas como é? Eu queria que o senhor voltasse.
40-TO – O senhor se arrepende porque, pelo senhor ou pela Casa Civil?
41-TG – Ou pelos maus resultados que o governo?...
42-TO – O quê o senhor disse pra ele?
43-VC – Porque o senhor não ficou em Brasília naquele dia?

Tipo 2: pergunta confirmativa

1-VC – Não, mas como disse o Markum, se o senhor fosse líder do PT?
2-VC – Mas, senhor Ministro, o Markum, no início, disse o seguinte: se o senhor fosse ainda líder do PT, num momento desse, eu acho que o senhor estaria fazendo coro com o que a oposição tá dizendo agora, pedindo CPI para investigar esse caso de corrupção que chegou ao nosso conhecimento. Então retomando a pergunta do Markum, o senhor pediria a CPI hoje?
3-VC – Bom, então, o senhor concorda com a tese da oposição de que é necessário CPI para investigar esse novo caso?
4-DR – E com a tese do PTB de que o assunto foi uma armação para tentar afastar o PTB da aliança com o presidente Lula?
5-TO – A Casa Civil vetou o nome dele?
6-DR – No caso, a Casa Civil recomendou que não fosse nomeado?
7-TO – Por falta de qualificação técnica?
8-DR – A reportagem cita outros exemplos. Ele, o Mauricio Marinho cita outras pessoas, outras áreas do governo onde o PTB, segundo ele, teria um esquema. O governo vai investigar essas outras áreas?

9-FM – Mas no mérito, ele tem razão?
10-TO – Então o ministro mentiu ou se enganou, é isso que o senhor está dizendo?
11-TO – Mas governa-se por meio de/ nos correios, por exemplo,/ os diretores/ não é um jeito de governar?
12-FM – Verdadeiramente?
13-FM – Em todas as áreas?
14-FM – E a amizade, senhor ministro, acabou?
15-TG – Os pingos nos is eram/éra a relação entre aquele procurador e o PSDB?
16-FM – Foi arquivado, mas o senhor aceitaria passar por uma acareação pública, com Gilberto Carvalho e João Francisco?
17-FM – Uma entrevista então, os três?
18-FM – Essa historia é mentirosa então, a do João Francisco?
19-TG – Está pronto o projeto para ser enviado?
20-VC – Mais poderoso que o senhor?
21-PM – Ministro Dirceu, eu retomo na Denise, nós vamos fazer a pergunta dela em seguida, mas retomo o debate com a pergunta de Élcio Luiz Ferros de Castro no Paraná que pergunta: qual é o número exato do aumento de funcionários que o PT ajudou colocar na administração pública federal? É verdade que o custo de manutenção do governo Lula é maior do que manter a Família imperial britânica japonesa, entre outras monarquias?
22-DR – E se o senhor acredita que tenha/ que há uma crise institucional c
omo a oposição tem dito?
23-VC – Ultimamente o governo só perde, né Ministro?
24-VC – Então tem derrota, né?
25-VC – Vai?
26-PM – E vai ter previa no PT de São Paulo?
27-MM – Mas não de carga tributária?!
28-LN – Ministro, tem uma afirmação sua que ficou bem solta no primeiro bloco, que eu acho que o senhor devia esclarecer um pouquinho: o senhor disse que o presidente Lula vai conversar com as companhias telefônicas para discutir o índice, é isso?
29-LN – Vai tirar o IGPM?
30-LN – Já foi resolvido, já?
31-VC – O senhor acha que foi um erro do presidente não ter incluído o PMDB lá atrás?
32-VC – Agora, mas anteriormente?
33-PM – Sim, mas como é a relação com o MST, por exemplo?Não é complicada?
34-PM – E o senhor acha que vai chegar nos 10 milhões?
35-VC – Pegando carona na pergunta do Nassif, o senhor não acha defensável a mudança do Conselho Monetário Nacional?
36-VC – Não quer, mas, o senhor já disse várias vezes aqui que às vezes não adianta ter as vontades do senhor/ algumas vezes não prevalece a vontade do senhor, prevalece a do Presidente, é isso?
37-VC – Então se ele convocar o senhor, vai prevalecer a vontade do Presidente?
38-PM – Ministro, senhor tem saudade da Câmara dos Deputados?
39-PM – É melhor a vida lá, ou menos dura do que na Casa Civil?
40-TG – Amor à pele? Instinto de sobrevivência?
41-Todos – **[**Não deixaria?!**]**
42-LN – Tem algum grupo de trabalho para a VARIG?
43-DR – Ministro, eu gostaria de voltar porque o senhor respondeu para mim e para a Tereza. A gente até ficou assim, porque até interrompemos o Fausto e queríamos antes pedir desculpas, Fausto. É o seguinte, o senhor disse não deixaria a articulação política do governo?
44-TG – Isso seria um de seus arrependimentos, ao tê-la deixado?

45-TG – Isso significa que há espaço na Casa Civil para a volta da convenção política?
46-TG – Você não se queixava muito do acesso da imprensa?....
47-VC – E a cúpula Árabe, o senhor esteve fora de Brasília, o que o senhor achou da cúpula Árabe? Teve um resultado positivo para o Governo?
48-VC – O Brasil não perdeu um pouco o controle sobre a cúpula na medida em que ela ficou virando um ato mais anti-Israel?

Tipo 3: pergunta perguntas complexas

1-PM – Se o senhor fosse ainda o líder do PT, o deputado federal combativo que o senhor foi e o senhor pegasse a revista Veja desta semana, ia ser uma festa, não ia?
2-FM – Mas com a lei do foro privilegiado que o PT acabou defendendo, Ministro?
3-TG – O que há de/ assim/ a gravidade do fato em si/ a corrupção é um mal que o Brasil não consegue extirpar/extinguir. Mas há um agravante político, que/ esse fato acontece num momento de muita turbulência, o Governo tentando superar seu mau momento político que começa lá atrás com a eleição do Severino, o esgarçamento da base, etc./ e o PTB, o partido importante pro Governo/ e os senhores da área política do Governo vinham até pensando que era mais conveniente deixar de lado essa aliança com o PMDB e voltar a aliança original PL, PTB e os partidos de esquerda mais o PT. O PTB passou o dia cobrando uma palavra de solidariedade do Governo ao deputado Roberto Jefferson e não se viu. Eu também não sei se o Governo deve ou não dar solidariedade ao Deputado Roberto Jefferson que alega ter sido usado por um corrupto ter citado o nome dele para se valorizar etc. Eu quero saber qual é o comportamento do Governo em relação ao PTB, partido da base, partido leal, importante para o Governo/ Leal nem tanto, porque as votações nunca são integrais. Mas o Presidente Lula já disse que/ certa vez/ daria cheque em branco ao Deputado Roberto Jefferson.
4-TO – Ministro, tem um trecho de uma matéria que diz respeito ao senhor diretamente. Eu queria só perguntar ao senhor, o trecho é quando o Ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, disse que recebeu da Casa Civil, portanto do senhor, uma determinação de trocar o diretor de tecnologia dos Correios, que é um funcionário carreira, por um outro que seria um afilhado político do Senador também do PTB. Então o Governo tira um funcionário de carreira, ou seja, um técnico, para colocar no seu lugar alguém que talvez nem saiba onde fica a sede dos correios, mas que tem como mérito ser um apadrinhado político de um Senador.[ ]
– Só terminando, desculpe. Então a minha pergunta é: esse tipo de prática fisiológica, o senhor não acha que acaba escancarando as portas pra corrupção ou não tem outro jeito de fazer política no Brasil?
5-LN – Ministro, em cima desse ponto que a Thaís levanta, essa questão da governabilidade e essa questão da blindagem dos cargos públicos da empresa estatal que foi um know-how que o Fernando Henrique Cardoso começou a desenvolver também, quais os limites aí pra conseguir deixar o país governável e ao mesmo tempo blindar/blindar as estatais e a área pública?
6-VC – Ministro, não incomoda o senhor nesse momento, acho que desde que estou em Brasília nunca se falou tão abertamente sobre troca-troca de cargos com o governo. É algo que antes era muito dito nos bastidores, hoje ganhou os corredores do Congresso. Você ouve isso sendo falado abertamente. Nós temos hoje o presidente da câmara, Severino Cavalcante, que defende isso abertamente. Isso não incomoda o senhor, não? Não incomoda o PT, essa prática fisiológica? Se o governo do PT não está se nivelando muito por baixo nesta questão fisiológica?
7-TO – Então o senhor, ministro, teria se enganado/ só porque o senhor olhou aqui e/ então, talvez ele teria se enganado porque ele diz que recebeu da Casa Civil a determinação de trocar

o diretor de tecnologia por uma indicação do PTB. Ele diz que recebeu da Casa Civil essa indicação.
8-TO – Ministro, eu sei que o senhor nasceu na política e foi criado na política, a maioria dos jornalistas aqui presentes também é da área, mas eu queria mesmo que o senhor talvez tentasse explicar para as pessoas que não são tão familiarizados com a política, com seus meandros, sua dinâmica, porque os partidos brigam tanto por cargos, senhor ministro?
9-FM – Saúde? Outro dia morreu um cidadão na porta do Hospital.
10-FM – O governo que arrecadou ano passado 330 bilhões em tributos, não pode solucionar isso?
11-FM – Ministro, o senhor falou de honestidade eu queria lembrar o caso Santo André. Não estou colocando em dúvida a honestidade do senhor, mas é um fato. O irmão do prefeito Celso Daniel, João Francisco Daniel depôs ao ministério público de Santo André em maio de 2005, cinco meses depois da morte. E disse que por intermédio/ soube por intermédio da ex-mulher do Celso Daniel, Miriam Belchior, fato depois confirmado por Gilberto Carvalho, segundo ele, que as empresas que eles citavam e eram contratadas pela prefeitura de Santo André, acabavam por desviar recursos dos cofres municipais para o Partido dos Trabalhadores. Gilberto Carvalho, depois da morte do prefeito chegou a confidenciar ao declarante, João Francisco, que por diversas vezes levava dinheiro pessoalmente de Santo André para as mãos do deputado federal e presidente do partido José Dirceu. Numa dessas idas levou um milhão e 20 mil reais. O senhor pode falar sobre isso?
12-LN – Ministro, o governo FHC e o do PT saíram de um mesmo projeto político dos anos 80. O governo FHC assumiu dois grupos nítidos, um que grosso modo poderia chamar de desenvolvimentista e ou outro, mais ligado ao mercado. E esse projeto financista acabou vigorando, deixou uma herança que para o governo Lula está acirrando. A gente vê dentro do PSDB, esse setor desenvolvimentista, porque não se impôs. Porque houve uma arbitragem do Presidente FHC em favor do outro setor. No governo Lula, a gente vê o setor desenvolvimentista, mas a arbitragem em favor da manutenção de uma ortodoxia que até o próprio mercado se espanta. O senhor não tem receio que a não ocupação deste espaço desenvolvimentista pelos dois partidos mais organizados acabe gerando aí um vácuo político que pode ser preenchido por quem aparecer aí?
13-LN – Mas, o recurso? Pega a policia federal/ não tem recurso pra nada,/ o agenciamento de Furnas...
14-TG – Senhor Ministro, e aquela demora de aprovação do projeto que altera as agências reguladoras? Isso também é um fator que inibe o investimento, dá insegurança sobre marco regulatório.
15-MM – No entanto, ministro, o investimento estrangeiro tem sido muito tímido. Começa a voltar e o Governo não tem recursos suficientes para bancar todos esses projetos. Voltando a pergunta da Tereza, não há uma ambigüidade na parte do Governo quanto à questão regulatória? Se por um lado o Presidente Lula em algum momento diz que as agências reguladoras são terceirizações do Governo e Palloci, por outro, diz que não, que é fundamental que sejam independentes. Não deixa sinais confusos para o investidor?
16-LN – Mas, quando ele joga pro município, o município de quem, o município que quiser aderir a tal financiamento/ que quiser ter acesso ao financiamento público, tem que aderir a um consórcio. Todo município que for auto-suficiente e for interessante para privatizar, ele vai privatizar e vai ficar só o osso dentro desse modelo.
17-VC – Ministro, essa lentidão, tem muita crítica em relação ao governo, principalmente à Casa Civil de que o senhor concentra muitos poderes e acaba tudo ficando travado na pasta do senhor. Dois anos e quatro meses esse projeto não chegou ao congresso ainda, não é muita lentidão?

18-VC – Mas o senhor não concorda que é uma crítica, por exemplo, a questão dos ministérios das cidades, né, está se falando muito que ele iria entrar na partilha da reforma ministerial. Depois desistiu-se sobre o argumento seguinte 'Ah, o ministro que demorou este tempo todo pra arrumar a casa, agora que ele arrumou a casa, ele vai entregar para outro partido?. Não, não vamos entregar para outro partido',/ porque demora tanto tempo?
19-VC – Porque que a critica é recorrente então? Não só da oposição, até de aliados? Ministros dos Ministros dizem 'tudo para na Casa Civil/ por que a Casa Civil não toca?!
20-DR – Mas o senhor disse que está mandando o projeto para a semana que vem, mas cadê a maioria pra aprovar, se o governo não consegue mais nem nomear gente pra TCU, pra...
21-DR - Pra qualquer coisa está difícil. Como é que faz pra montar essa maioria sobre as batutas de Severino?
22-DR – Agora, não tem maioria, tem algum tempo que tá parado, o presidente FHC falou inclusive em crise institucional já por causa dessa paralisia do Congresso, dessa falta de maioria do Governo. Tem ou não tem uma crise?
23-PM – Dito assim não parece que tem aparelhamento então desse lado do PT, não está colocando gente na administração?
24-TG – Ministro o que o senhor diz do argumento dos partidos aliados de que o PT tendo 17% das cadeiras da Câmara, tem 87% dos cargos, isso, os partidos aliados, que vão reunir até amanhã, pra se lamentar da vida, afirmam.
25-TG - Por quê? Isso é de interesse público!
26-DR – Tá, o senhor não quer, o Aldo Rebello está desgastado, quem vai cuidar do Luginha?
27-TG – Não, nós não estamos mais discutindo isso. O senhor disse que o governo vai reconstruir a sua maioria, nós estamos perguntando: Como vai ser daqui pra frente? Qual vai ser o instrumento? Quem vai ser o operador dessa reconstrução da maioria? É o senhor? É o Ministro Aldo Rebello?
28-TO – Então eu vou fazer uma pergunta que o senhor é quem decide, Ministro. O senhor já falou várias vezes, para mim inclusive, que sua maior ambição é servir o Brasil com o presidente Lula. O senhor viveu essa situação agora, mas, fatalmente, se encerra, no mais tardar em 2010. Então a partir daí o senhor pensa em ser candidato a Presidente da República, Ministro?
29-VC – E na hipótese do nome do Mercadante, que o senhor tem apoiado se viabilizar. Se os três nomes colocados hoje entrar em uma rota de colisão completa. E que o nome do senhor seja lançado como nome de consenso, o senhor aceitaria essa disputa?
30-VC – Mas se não encontrar, não encontrou na época com a disputa com o Severino, acabou levando essa derrota estrondosa.
31-VC – Ministro, você não quis se comprometer com a pergunta da Thaís sobre 2010. Então vamos ver algo agora. Se o presidente Lula amanhã pedir que o senhor reassuma as articulações políticas, o senhor reassume?
32-MM – Já que quer responder isso, o senhor falou há pouco sobre as duas medidas provisórias a do bingo e a 232. Eu acho que o senhor não está igualando as duas?
33-VC – Por favor, voltando na questão da situação política, por mais uma vez o senhor foi desautorizado pelo presidente Lula em articulações que o senhor estava fazendo em torno de formação de ministério, de reforma ministerial. Até o senhor ficou um pouco chateado por estes episódios. Olhando hoje, o senhor acha que foi um erro do presidente não ter aceitado aquela articulação que o senhor fez lá logo no inicio do governo em que incluía o PMDB logo de cara dentro do governo. O senhor acha que foi um erro do presidente? Hoje, olhando/ vendo essa desarticulação da base aliada, o senhor acha que foi um erro o presidente não ter colocado o PMDB logo no início do governo?
34-PM – Ministro, como é que o senhor acha que o PT se sente no governo do PT? Eu digo isso porque amanhã/ hoje já tem uma enorme representação, não do PT, mas do MST, que é

um movimento que sempre teve uma vida paralela a do PT/ Em Brasília, amanhã, eles têm uma audiência com o Presidente Lula. E o quê a gente lê, escuta e ouve de parte da militância é uma certa saia justa, uma certa insatisfação de quê, 'Pô não é bem isso que a gente queria fazer'.

35-VC – Mas se o Banco Central não deixar. Porque amanhã começa uma nova reunião do COPOM. A expectativa que era uma expectativa de que talvez os juros não subissem, talvez voltem a subir até quarta-feira. Tem muita gente dentro do Governo que defende mudanças dentro do Banco Central. Como é que o senhor se posiciona nisso, o senhor. acha que deveria ter mudanças dentro da diretoria do Banco Central?

36-LN – Ministro, deixe eu colocar só um ponto aí em relação a juros e o câmbio. Quer dizer há uma possibilidade, não digo que uma certeza, há um risco apontado por muita gente de que se o cambio continuar do jeito que tá, você tem aí um estreitamento aí do saldo comercial, você tem uma situação internacional instável, seja, qualquer estrategista que for ver esta situação hoje, sabe-se que tem uma situação instável lá e que pode ser agravada pelo Banco Central. Política monetária não é algo muito importante, muito estratégico pra ficar, não estou falando agora, mas se for pegar conceitualmente pra não ter saia-justa, não é muito importante, muito estratégico pra ficar nas mãos de técnicos do Banco Central?

37-LN - Mas deixa eu pegar um ponto aqui. No ano passado, havia uma liquidez internacional fantástica, o próprio Presidente da República alertou pro risco do Banco Central não entrar no mercado e o câmbio desabar. Daí houve rumores de que teria havido conselhos ao Banco Central para comprar esse dólar. O Banco Central começou a comprar dólar. Duas semanas depois, soltou uma ata que o mercado inteiro e ninguém conseguiu entender aquela ata, apresentando um caos pela frente. Quer dizer não há um risco aí, digamos da chamada ditadura do especialista, do código que temos hoje?

38-VC – O senhor não quer, mas se o Presidente fizer uma convocação? Uma coisa é o senhor não querer responder, outra coisa é o Presidente fazer uma convocação. Aí? Aí?

39-TO – Por falar em saudades, ministro, a sua trajetória, a sua biografia é amplamente conhecida por todo Brasil, mas pelo inusitado de certas situações eu gostaria de voltar a ela. Quando o senhor viveu clandestinamente lá em Cruzeiro do Oeste, no Paraná, na pele daquele fictício empresário, o Carlos Henrique, o senhor, de certa maneira, não sentiu que estava traindo as pessoas que conviviam com o senhor, que acreditavam nessa mentira? Ou isso se deveu ao senso de a causa, o senso de dever era mais forte que este eventual incômodo que o senhor pudesse sentir?

40-FM – Ministro, um juiz federal determinou aos comandos militares que abrisse os arquivos da ditadura, só que nos bastidores, porém, oficialmente o Governo, através da AGU foi à Justiça Federal, entrou com um recurso e impediu isso. Afinal o PT quer abrir os arquivos? Não quer? Qual é o medo disso?

41-VC – Agora gerou muita polêmica aquela viagem do senhor, rápida pra visitar o Chaves, o presidente Venezuelano, antes da visita da Condolissa Rice no Brasil. O senhor foi lá numa missão de tentar acalmar um pouco o presidente Hugo Chaves?

42-PM – Tereza, só um pouquinho. Última pergunta, Ministro. Nosso tempo já estourou. Tem gente que ainda acredita em uma espécie de 3º turno no governo do PT. Que agora no 2º mandato do Presidente Lula, se ele for eleito, aí sim o PT virá a fazer o seu governo. É isso mesmo?

Entrevista 2

Tipo 1: pergunta parcial

1-PM – Queria começar com o seguinte: aonde que o senhor pretende chegar com as afirmações que o senhor tem feito, com a sua participação no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, enfim, com as suas últimas atuações na política Brasileira?
2-PM – Quem era o gerente?
3-SP – Deputado, o senhor falou no gerente do mensalão, se tem gerente tem mentor, quem é o mentor?
4-EF – Agosto de 2003. Por que senhor fez as denúncias só agora? Essa denuncia aí.
5-EF – Mas por que na época o senhor não confirmou essa denúncia?
6-TF – Por que o Aldo Rebello só confirma que o senhor falou com ele, com o presidente, em março?
7-PM - Quais foram os deputados a que ele?...
8-EF – Quem são?
9-EF – Mas pra quê essa ocupação de cargo? Porque o senhor acabou de dizer...
10-TF – Que essa ocupação de cargo no governo não é limpa?
11-EF – O quê que o senhor iria fazer com estes 20 milhões, se o PT tivesse pagado esses 20 milhões?
12-EF – Como, mas de que forma, de que forma?
13-PM – A propósito, deputado, eu queria fazer a pergunta de Fernando Tobal, de Goianazes, aqui em São Paulo, que é supervisor de cobranças e quer saber como é que o senhor encara uma provável acareação com o deputado José Dirceu que, aliás, pode acontecer esta semana?
14-PM – O senhor teria mencionado que gente boa dos correios está dando informações. Eu queria saber que tipo de informações?
15-PM – O que é o correio híbrido, desculpe?
16-PM – Sim, o que o senhor chama de correio aéreo do...
17-RL – Deputado antes dessa crise toda se instalar/ Eu queria que o senhor me dissesse o seguinte: quando o PTB indicava uma pessoa para um cargo, o que o senhor como presidente do partido esperava dessa pessoa, quais eram os critérios que pautavam no relacionamento do PTB com seus indicados no governo?
18-SP – O quê que acontece?
19-SP – O que quê acontece no DENIT? Tem uma obra que o senhor sabe...
20-IF- Mas que outros?
21-IF – Que outros esquemas de corrupção que o senhor viu antes se esse é o maior?
22-PM- Deputado Roberto Jefferson, eu queria saber a que o senhor atribui o fato do ex-chefe do departamento de compras dos correios Mauricio Marinho ter mencionado especificamente o nome do senhor como suposto beneficiário se foi idéia dele, alguém sugeriu pra ele? Uma invenção?
23-PM- Quem indicou?
24-EF – Por quê?
25-TF – O que o senhor espera da CPI?
26-IF – Quem que o senhor acha que vai para a guilhotina? Além do senhor, naturalmente, que já declarou que sublimou o seu mandato?
27-TF – Abaixo do Janelli, quem é que tá?
28-TF – Quem é seu candidato pra 2006?
29-TF – Deputado qual é o seu candidato para 2006?
30-PM – Eh, exatamente aconteceu esse rompimento entre o PTB que era o partido da base aliada com o governo. Qual foi o fator chave...
31-PM – O que fez o senhor mudar de posição?
32-SP – Então qual seria a fórmula que o senhor acha?...

33-PM – Qual é o futuro do senhor deputado?
34-IF - Qual é a diferença entre os dois?
35-PM - Deputado eu queria encerrar o programa com a mesma pergunta que fiz no começo o senhor já respondeu de todo modo depois de 1 hora e meia de entrevista haja algo a mais a acrescentar. Aonde que o senhor acha que chegara com esta cruzada que o senhor vem fazendo?

Tipo 2: pergunta confirmativa

1-PM – Só para esclarecer, o secretário do PT?
2-TF – Quando o senhor disse que abasteceu a base aliada, o senhor tá dizendo que abasteceu o PL o PP?
3-TF – E o PTB?
4-TF – Porque então Ney Suassuna insistiu em que o senhor recebesse o Molina, ele tinha algum interesse nisso, né?
5-TF – Agora, o PMDB dividia com o PTB os cargos no correio, nos correios, não?
6-SP – E ali o senhor teve certeza da afirmativa que o senhor está fazendo de que era o José Dirceu o mentor?
7-RL – Ou que os cargos também serviram para isso?
8-RL – De que maneira, deputado?
9-EF – Deputado, o senhor ficou sabendo dessa/ desse mensalão no final de 2003, não é isso?
10-TF – O senhor antes tinha falado?
11-TF – O senhor não acha que ali era o caso dele ter afastado José Dirceu?
12-EF - Dos operadores destas estatais, desses fundos pra partidos?
13-TF – O senhor mesmo disse que pediu 20 milhões ao PT, esse dinheiro vem do mesmo lugar...[ ] Dos mesmos empresários?
14-TF – Mas o senhor concorda que todos estão usando o dinheiro público?
15-TF – O senhor disse que guardou os 4 milhões no cofre, né?
16-TF – O senhor tem ainda alguma dessas notas?
17-TF – Então foi tudo distribuído?
18-EF – Mas se o PT não admitir fica tudo como está?
19-EF – O dinheiro foi usado?
20-SP – O senhor acha que essas licitações que estão em curso agora, tem problema, tão viciadas? O senhor pode apontar mais, especificar mais o que há no DENIT?
21-RL – Dos correios, certo, deputado?
22-EF – De tecnologia não? ...
23-TF – O senhor falou que o Silvinho tinha uma salinha ao lado do gabinete do José Dirceu e senhor sabe/ o senhor chegou a negociar um cargo lá com ele nessa salinha?
24-TF – Ele tinha uma estrutura que atendesse a ele, tinha uma secretaria, um telefone uma estrutura?
25-TF – Uma estrutura do Palácio a serviço?
26-TF – Do PT?
27-TF – O senhor negociou lá que cargo no DENIT?
28-PM – Quer dizer então, só pra esclarecer, o senhor está afirmando que este acordo foi feito com o Genoíno e o José Dirceu colaborou?
29-TF – Deputado, o senhor acha mesmo que o esquema de corrupção do PC era maior do que o do Delúbio?
30-TF – Era menor?
31-TF – Esse repasse, por exemplo, o senhor foi aliado do PSDB? [ ] O senhor foi aliado do PSDB?
32-TF – Houve campanha/ repasses do PSDB pro PTB?

33-TF – E depois houve do PSDB?
34-PM – Mas esse foi um repasse legal?!
35-TF – Ou seja, houve um repasse que não foi declarado?
36-TF - Deputado então, por favor, afirme textualmente houve repasse não declarado do PSDB?
37-SP – O senhor tá querendo dizer que continuou?...
38-RL – O senhor quer dizer deputado que o senhor iniciou o governo Lula achando que o PT arrecadava dinheiro de maneira diferente da de outros partidos? O senhor está dizendo isso?
39-TF – O senhor acha que vai haver uma grande operação abafa de todos os partidos pra que este assunto não seja discutido?
40-TF – O Zé Dirceu vai pra guilhotina?
41-EF – Em resumo os três do PP? Se houve mensalão pra todo partido?
42-EF – A distribuição de dinheiro era dentro da Comissão?
43-AM – E esses nomes que surgiram, são nomes que teriam importância grande nesse esquema?
44-IF– O senhor conhecia o Marcos Valério, antes?
45-TF – O Marcos Valério tem também esquemas com outros partidos?
46-EF – Com o PSDB?
47-RL – O senhor pode ser mais especifico, deputado?
48-AM – Vai dar certo?!
49-IF – Ele não teria cometido um crime de irresponsabilidade a não ter mandado apurar?
50-TF – E o senhor não acha que pode ter havido um a grande reação da burguesia?
51-TF – Vocês não estão querendo tirar ele pra tutelar o presidente Lula?
52-PM – Não?
53-PM – Sim,/ não/ não eu tenho que lhe perguntar sobre outra questão que o senhor já respondeu, mas que eu acho relevante. O senhor assinou e depois voltou atrás, ou voltou atrás e depois assinou a CPI dos correios?
54-PM – E o senhor se arrependeu disso?
55-SP – O senhor se sentiu traído?
56-SP – O senhor já mediu o tamanho do embate que tem olho no olho com o Zé Dirceu agora?
57-EF – O senhor tem medo do Zé Dirceu, do que ele pode ter contra o senhor?
58-TF – Não anda mais (armado)?
59-SP – O senhor atribui a gravação dos correios à Casa Civil?
60-TF – O senhor tá dizendo que o Presidente voltou-se para o exterior, esqueceu a administração do país?
61-TF – Mais o senhor está apontando esse acordo com o PMDB e em torno do Presidente?
62-TF – Com base no que o senhor vai relatar na CPI, o senhor acredita que o Delúbio ainda sobreviva?
63-TF – O senhor não acha que com financiamento público não resolvia?
64-SP – Mas não é legalizado, deputado. No TSE não tem o...
65-AM – E esses nomes que surgiram, são nomes que teriam importância grande nesse esquema?
66-TF – O senhor acredita que vai ser cassado?
67-EF – O senhor não vai renunciar antes pra tentar?...
68-PM – Deputado, pergunta de Adriano Moitino de Salvador na Bahia: O senhor merece um cheque em branco do presidente Lula?
69-PM – O senhor acha que ainda é possível ter uma relação cordial com ele?

70-EF – Deputado, depois de tudo que o senhor falou aqui sobre esse método de financiamento de campanha. A minha pergunta é a seguinte: O senhor se considera um corrupto?
71-TF – Mas o senhor se considera um sistema corrompido?
72-TF – O sistema no qual o senhor está?
73-PM – O senhor acha então que não havia nenhuma ligação entre o presidente Collor e o esquema PC Farias?
74-PM – O senhor acha que isso pode acontecer no caso atual? Não haver provas, portanto não haver condenação?
75-SP – O senhor tem documentos?

Tipo 3: pergunta perguntas complexas

1-TF – Agora, o senhor, quando contou inicialmente naquele/ quando o senhor foi na tribuna a primeira vez, o senhor disse que o Molina foi no seu gabinete e que o Ney Suassuna insistiu/ o senador Ney Suassuna insistiu que ele fosse lá, o senador era/ é líder do PMDB no Senado?
2-TF – O senhor ao mesmo tempo diz que PMDB não, o senhor não tem citado muito o PMDB e tem dito que o PMDB é/ não sabe de nada envolvendo o PMDB, o senhor não tá acenando um acordo com o PMDB para que haja/ para que se livre um pouco das acusações?
3-SP – O senhor era/ o senhor era presidente de um partido da base do governo. Como o senhor não conseguia chegar no Presidente?
4-RL – É essa/ esse processo de inchaço foi em grande medida estimulado pelo governo, estimulado pela Casa Civil e eu lhe pergunto: À luz do que se sabe hoje, deputado, por meio inclusive das suas relações a respeito do mensalão, o senhor acha que devemos supor que essa engorda do partido, assim como aconteceu com outros partidos da base, ela se deu simplesmente porque esses deputados resolveram mudar de partido, que não houve algum outro tipo de estimulo, por exemplo, é/ tendo relatado em um noticiário o caso de 3 deputados do PSDB que teriam recebido propostas de cargos de saudar dividas de campanha para integrar no PTB. Minha pergunta para senhor é a seguinte:...[ ] No PTB. A minha pergunta para o senhor é a seguinte: O senhor acredita que o mensalão foi a única fórmula de desvirtuar o relacionamento do governo com os partidos da base aliada?
5-IF – Deputado o senhor disse na entrevista/ na sua primeira entrevista à Folha de São Paulo, que o mensalão existe desde 2003. Diante disso eu queria que o senhor me explicasse o ano de 2004. O que aconteceu em 2004 na Câmara dos Deputados? Durante meses a fio houve uma obstrução, as votações com a participação da base, a lei de falência só foi votada em acordo com a oposição, a lei de biosegurança só foi votada este ano, a reforma tributária atravessou todo o ano passado sem ser votada na Câmara, a comissão de orçamento passou meses sem funcionar, o PT perdeu a votação da emenda da reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado. Eu lhe pergunto: o PT pagava o mensalão pra atrapalhar o governo, é isso?
6-SP – Deputado! Deputado, do ponto de vista/ a estratégia foi um desastre porque as votações estão paradas como o Ilimar falou e isso tá na pauta da Câmara a gente pode comprovar. O PT alega que todas denúncias que o senhor tem feito, observações a respeito do mensalão, são invenções. Como é que o senhor vai desmontar isso daqui pra frente?
7-AM – Deputado, a propósito da sua conversa com o presidente Lula, todos nós que vimos diante de tantos fatos novos, né, nós guiamos pelas suas palavras na comissão de ética da Câmara e o senhor fez uma, descreveu a cena da sua conversa com o Presidente Lula, uma cena muito forte em que ele teve um impacto, e teve uma lágrima. Então essa é a idéia que o senhor passou pra toda nação brasileira, no entanto, o Presidente já tinha sido alertado do

problema do mensalão pelo governador Marconi Pirillo, certo. Como é que se justifica isso, como é que o senhor realmente sentiu que foi a primeira vez que...
8-PM – Mas entre uma coisa e outra, deputado, houve um episódio que pra mim é importante esclarecer que o seguinte o senhor mencionou no conselho de ética que a publicação que saiu contra o senhor/ o senhor percebeu que havia o dedo do governo na publicação da matéria e o senhor não fez a menção ao mensalão no discurso, se não estou errado, é a transcrição da sua declaração: "porque tentávamos ainda um acordo que impedisse que o país vivesse esse momento de perplexidade que vive agora". Que acordo era esse?
9-AM – Deputado, me permite uma confirmação, seguinte o senhor tem sempre dito que tem uma preocupação de lavar a honra do seu partido e de lavar inclusive a honra de seu nome propriamente. E eu não consigo perceber direito por onde passa a linha da ética em alguns casos como, por exemplo, o senhor confessou ter recebido aqueles quatro milhões pra campanha política, que é uma atitude condenável, que não é uma atitude curricular, digamos assim, não é, inclusive que o senhor não teve nem a papelada pra instruir essa doação. No caso do IRBI**,** o senhor contou que seria feito uma coleta com/ através do IRBI pra campanha eleitoral também...[ ] – Exatamente, mas a utilização de uma pessoa indicada por um partido pra arrecadar recursos para um partido político me parece no mínimo discutível...[ ] Somente pra terminar, deputado. Também o fato do senhor ter levado pra bancada a discussão do mensalão, me parece uma coisa estranha, porque é uma questão tão fora de propósito que, se levada uma discussão pra bancada é uma questão que pra mim também traz uma dúvida em relação a/ em questão da ética como é que o senhor esclarece esse tipo de posicionamento?
10-RL – Se é pra isso que servem os cargos, quais são as jóias da coroa, digamos assim, da administração federal?
11-EF – O senhor falou, por exemplo, da relação do senhor com o ministro José Dirceu. Eu estou aqui com uma revista Isto é em que o senhor descreve assim a relação com o ministro José Dirceu, no último encontro com o ministro Zé Dirceu. O ministro disse: "Essa nossa conversa foi tão boa que poderia ter sido transmitida ao vivo pela televisão" o senhor acrescenta "limpa"...[ ] Isso lá trás, lá trás exatamente, mas era uma relação que o senhor dizia que poderia ser transmitida pela televisão, limpa, sem toma lá da cá, sem chantagem. O quê que mudou?
12-TF – Então, o quê é mais antiético, é receber à vista 20 milhões ou receber por mês um mensalão, um dinheiro vindo do mesmo lugar?
13-AM – Isso. E depois o senhor declarou que não tinha nenhuma fita. Tem alguma/ algum problema nessa, nessas contradições eventuais, porque o deputado José Múcio teria ouvido do deputado Valdemar Costa Neto a conversa sobre mensalão ele disse que não, é isso?
14-RL – Deixa só eu insistir o senhor não acha que nas suas conversas com o Lídio Duarte a propósito de contribuições pro partido o senhor passou dessa linha amarela?
15-SP – Deputado, eu queria voltar a essa questão levantada pelo Expedito e pelo Tales em relação aos negócios envolvendo as empresas estatais. O senhor aponta um esquema de corrupção grande. O senhor tem mais evidências? O senhor tem novas , novas, questões a levantar em relação a isso? Queria que o senhor apontasse mais...
16-IF – Deputado, na sexta-feira na reunião de diretório nacional do PTB, o senhor afirmou que o ex-ministro José Dirceu comanda o maior esquema de corrupção que o senhor já viu nos últimos anos. Eu lhe pergunto: que outros esquemas de corrupção o senhor viu antes?
17-EF – Mas que evidências o senhor tem disso? Que o esquema do PC, todo mundo sabia que era um esquema milionário, volumoso, se fez uma festa pra comemorar um bilhão de dólares.
18-PM - E o senhor declarou também em várias ocasiões, né, que ia/ deixa eu ver, me perdi aqui/ mas/ah sim/ o senhor dizia o seguinte "percebi nitidamente uma ação articulada da Casa Civil pela ABIN pra colocar no colo do PTB o cadáver da corrupção que reina nos correios".

Ao se antecipar essa divulgação dos resultados da investigação pela ABIN o senhor conseguiu tirar o cadáver do colo do PTB?
19-SP – É, por favor, quando o senhor fala que a gente está num convento, a gente não está num convento foi exatamente pra esclarecer que eu lhe pedi, que o Tales e o Expedito pediram mais detalhes do esquema que o senhor aponta. É evidente que não se começou o Brasil ontem nem nesse governo. E então, por favor, quando eu lhe perguntei o senhor citou o DENIT, o senhor citou *en passant* Eletrobrás e Petrobrás então, por favor, o financiamento de campanha que o senhor pode ver irregularidades e corrupção nestes órgãos esclareça, traga mais detalhes o nosso papel é perguntar, nós não temos detalhes...
20-AM – Deputado, o senhor se tem proposto essa discussão sobre os cargos. Eu, na minha condição de eventuais freirinhas, eu queria dizer que sempre... [ ] Mas eu devo dizer que eu sempre... [ ]Sempre tive a percepção de que os partidos não tinham nenhum programa específico voltado para diretoria financeira, na outra... [ ]Então isso é claro. Então, eu não entendo bem qual é a discussão que o senhor esperava que eles fossem ter, porque eu acho que tá tudo mesmo de acordo em relação a isso. Mas o que eu gostaria de perguntar ao senhor é o seguinte: essa é uma linha/ essa é uma questão que já está sendo colocada, até porque já se fala na possibilidade de proibição de livre nomeação, de redução de cargos indicados pelo governo. É uma discussão que o país vai fazer, mas tem uma outra coisa que eu queria saber se a imprensa, de alguma forma, está na pista pelo que o senhor/ de tudo o que o senhor sabe? A revista Época indicou um assessor, o deputado Janelli como a pessoa que a operava o esquema do PP e também a imprensa tá investindo bastante na busca de algumas informações com o publicitário mineiro, o Valério, não é isso? Que parece que essa linha de investigação/ parece que tá andando, a imprensa tá indo no caminho que o senhor considera que seja um caminho que vai chegar em algum lugar?
21-RL – Exato! O senhor disse que foi ele o único, de fato, que foi quando o senhor mencionou a questão do Lídio Duarte, das colaborações que acabaram não havendo. Então eu queria saber de que maneira o Henrique Brandão, que está envolvido neste caso aí do IRB, de que maneira ele ajudou o PTB?
22-PM – Deputado, eu queria entender o seguinte: o senhor quando menciona o deputado e ex-ministro José Dirceu, o senhor diz que tem absoluta certeza de que ele era o coordenador do esquema, que ele foi/ já declarou isso/ que ele era maior responsável pelo maior esquema de corrupção que o senhor já viu e, quando o senhor menciona Presidente Lula, o senhor diz que ele botou o pé freio e o senhor tem certeza de que depois da atitude do presidente Lula acabou o mensalão. Eu queria entender, as duas coisas me parecem que são baseadas não necessariamente em provas, como o senhor já disse no Conselho de Ética, o senhor não tem.
23-AM – Mas quando o senhor disse que o Presidente se chocou com a informação e em seguida as coisas aconteceram mais automaticamente, não está se dizendo que o Presidente mandou parar, mandou apurar os/, ou seja, essa ressalva que o senhor faz, de certa forma, não livra o Presidente?
24-IF– Deputado, o senhor é advogado, o Presidente, ao ser informado, o senhor disse, parou o mensalão. Mas o Presidente não teria que ter mandado apurar essa ilegalidade?...
25-RL – Deputado, aproveitando a pergunta do Ilimar, eu queria fazer a seguinte questão: o senhor tem sido muito enfático em relação ao ex-ministro José Dirceu, o senhor não teme que o senhor/ que isso possa ser interpretado como uma cruzada pessoal sua contra o ex-ministro José Dirceu? Ao mesmo tempo em que o senhor releva tudo que diz respeito ao presidente Lula, quer dizer o senhor dizendo a/ que afirmando/ sustentando que o governo não teve nada haver com isso, que foi o partido, agora se o mensalão existiu, a quem servia o mensalão? Ao PT ou ao governo?
26-EF – Deputado, o senhor disse que o esquema do PT é maior até que o esquema do governo Collor. O senhor disse que as negociações de cargos eram feitas no 4° andar. O

senhor fala que o mentor de toda essa operação é o ex-chefe do gabinete civil, ministro, portanto número 2 do governo Lula. Minha pergunta é por que, diante de todas essas circunstâncias, o senhor está certo de que o Presidente, nem por inércia, não é responsável por tudo o que está acontecendo?
27-TF - Só concluir, está isentando o PMDB, isentando o Presidente, o senhor não tá propondo um certo acordão? **[ ]** Pra tirar o Zé Dirceu e "vamos nós aqui acertar em torno do Presidente, tutelar ele"?
28-TF – Deputado, o senhor vem fazendo denúncias aos poucos. O senhor está guardando alguma coisa pra CPI?
29-IF – Deputado, no dia 24 de setembro de 2004 o senhor escreveu um artigo na Folha que o senhor negou completamente a doação de 4 milhões do PT para o PTB. No dia 17 de maio, deste ano, quando o senhor fez o discurso na Câmara, o senhor disse que havia o acordo, mas que ele não se concretizou. No entanto quando o senhor deu a primeira entrevista pra Folha, no 12 de junho, o senhor disse que recebeu 4 milhões. Quando é que o senhor estava falando a verdade nessas três ocasiões?
30-RL – Deputado, o presidente José Genoíno, presidente do PT, propôs, no último fim de semana, uma reforma que reduz drasticamente o número de cargos que podem ser distribuídos pros partidos. Eu quero saber o que o senhor acha desta proposta?
31-SP - Mas se a reforma política vier, que dez partidos?
32-RL – Deputado, eu queria voltar uma vez mais a questão das doações de Campanha de que falamos no bloco anterior. O senhor disse considerar natural que um empresário que doe dinheiro pra uma determinada campanha eleitoral queira ver determinados interesses seus atendidos no governo. Em português claro deputado, um empresário que doa dinheiro pra uma campanha tem direito a que o senhor acha?
33-AM – O senhor falou ano passado sobre o fato da CPI ser CPI chapa branca, eu queria que o senhor comentasse um pouco mais. Essa presidência ligada ao PT e o relator podem ter uma influência decisiva no encaminhamento, ou como dizia o doutor Ulisses Guimarães, que na crise a maior autoridade é o fato?
34-TF – O senhor critica muito a imprensa e já chamou os jornalistas de chacais mas o senhor aí está admitindo que é a imprensa que ta colocando em cheque a roubalheira das instituições?
35-SP – Deputado à propósito do relacionamento com o PT do presidente em julho de 2004 o senhor disse em numa entrevista publicada em por vários jornais que oferecia o vice ao presidente Lula, de lá pra cá as coisas... [ ] Mudaram. E agora essa chance já é zero?
36-IF– Deputado porque que o Sr. demonstra tanta irritação quando envolve o senhor num esquema de arrecadação de fundos eleitorais dos correios e ao mesmo tempo o senhor admite publicamente que o senhor participou com matinês e com o ex-presidente do IRBI da montagem do esquema de financiamento de campanha no IRBI?
37-IF – Que não foi pago. Mas o senhor acertou um esquema no IRBI. Qual é a diferença? É só o valor?
38-TF – Deputado, eu sei que o senhor vai protestar, mas a sua bancada/ o PTB muito embora é um partido conservador/ os deputados do seu partido são conservadores. É débâcle de um Governo de esquerda beneficia os conservadores em geral, não?
39-TF – Mas no fundo você sente uma certa felicidade de imaginar nos próximos 20 anos é a opinião pública deve se voltar pros conservadores se a esquerda é, não der certo?
40-PM – Deputado, deputado na sua, no seu depoimento na comissão de ética o senhor não mencionou nenhuma vez o ex-presidente Fernando Collor, o citou como escorraçado. Como é que o senhor encara o ex-presidente Collor hoje em dia?
41-SP – Deputado á propósito da colocação do Markun, o senhor falou que seria na comissão de ética o senhor falou que era o prenuncio apenas. Com a segurança que o senhor fala, só um

ingênuo acredita que o senhor não tem mais revelações a fazer. O quê que o senhor tem mais pra revelar?

Entrevista 3

Tipo 1: pergunta parcial

1-PM – Que avalista era este? ...
2-EC – Como é que ele surge na vida do Delúbio, o senhor assina e ninguém sabe quem ele é?
3-MC – Qual o interesse que tinha em defender?
4-MP – Que interesse que tinha em defender?
5-MC – Que interesse que tinha a partir desse critério?
6-PM – Genoíno, são duas acusações: o Mensalão e FURNAS. Como é que o senhor responde a elas
7-EC – O que é isso então, quem é esse ser? E que coincidência é?
8-MP – Mas de onde o senhor tirou que o COAF informou que o dinheiro dele vinha de antes?
9-SL – Isso era distribuído como? Essa ajuda era como? Era direto para o candidato não passava para a cúpula do partido? Antes negociava?...

10-EC – Como é que foi sua conversa com ele anteontem?
11-PM – Genoíno, a pergunta é de Leonides de Carvalho, que eu acho que vale tanto pra situação de agora quanto pra CPI dos Bingos: Por que o PT tentou de todas as formas blocar/ bloquear a criação dessas CPIs?
12-MC – E o número de ministérios? [ ] E o número de ministérios? Foi de quanto pra quanto?
13-MC – Se isso era correto, Genoíno, por que vão agora reduzir/ O Lula vai reduzir?
14-SL – E o Marinho?
15-EC - O PT também não apoiou, por que eles teriam que apoiar você?
16-EC – É que o senhor falou assim por alto e ficou meio no ar que "até o Vietnã negociava com quem tava matando". Eu queria saber o que é possível o Márcio Tomáz Bastos, o Palloci, próprio Presidente Lula estarem conversando neste momento com a oposição especialmente com o PSDB?
17-MC – O quê o senhor diz disso que falou FHC?
18-EC – Mas entorno do que se pode conversar?

Tipo 2: pergunta confirmativa

1-AM – Mas nem hesitou em saber quem era?
2-FC – O senhor perdeu a confiança nele?...
3-FC – O senhor assinaria de novo?
4-FC – O senhor assinaria de novo algum documento dele?
5-MP – Ah, há setores da oposição?
6-MC – Sinto muito, quem está conduzindo a CPI não é a oposição, tá certo. Não é a oposição. Tem um presidente que é do PT e tem um relator que é do PMDB, portanto, não é a oposição. Então o que eles têm dito agora, as entrevistas tanto do relator como do presidente, o senhor teria/as coisas estão aparecendo/ o senhor ligou pro Delcídio para impedir, dizendo "o que o senhor fez conosco etc e tal"?...
7- – É verdade isso?

8-MP – Não comentou sobre Marcos Valério?
9-MC – Ele inventou isso Deputado, ele inventou?
10-MC – Ele é um petista?
11-MP – O senhor ligou para ele para checar com ele se foi dito isso mesmo?
12-MP – Não, não, depois que saiu a noticia o senhor ligou pra ele pra checar se ele comentou isso?
13-MP – Você imagina que ele possa ter se sentido pressionado?
14-EC – Só o Delúbio sabe quem ele é?
15-MC – O senhor disse, ele é confiável, pode confiar?
16-FP – Seguindo a simples pergunta da Eliane, eu queria lhe perguntar só uma coisa: O senhor, quando assinou o documento, o senhor viu que o nome do Marcos Valério estava a 2 cm do seu?
17-MP – E o senhor não perguntou quem era?
18-MP – Mas perguntou quem era?...
19-MP – O senhor vai colocar a disposição?
20-FC – O senhor quer permanecer no partido como presidente do partido?
21-FC – O senhor quer, sinceramente, o senhor quer permanecer?
22-MP– O senhor acha que o senhor tem condição de continuar?...
23-MP – O senhor disse uma frase uma vez que "o erro pela causa é perdoado, erro causa própria não é perdoado". O senhor continua com essa idéia?
24-PM – Isso inclusive o Delúbio?
25-EC – Por isso então que te pergunto, então o senhor acha que tudo isso é uma coincidência?
26-EC – Não, não, mas eu lhe perguntei objetivamente é uma coincidência, Deputado?
27-MC – Mas nesse apoio tem dinheiro também, né?!
28-MC – Não ia ter dinheiro nesses acordos?
29-MP – Ô presidente, será possível que essa ajuda que o senhor admite ter dado para o PTB... [ ]Nas campanhas, que resultassem no total de 4 milhões?
30-MP – Esse apoio pro PTB, tem dinheiro nisso, custa dinheiro isso, né?
31-MC – Vai dinheiro nisso?
32-AM – Não, ele colocou né? Não, ele disse que ia fazer uma cruzada.
33-AM – O senhor acha que tá ok assim, tá ok assim?
34-MC – Você conta tudo pra ele, como o José Dirceu disse que contava?
35-EC – Não, nem do Presidente Lula com o José Dirceu?...
36-MC – Eu queria saber assim como o José Dirceu conta tudo pro Lula, como ele disse, tudo, o senhor também conta tudo pro Lula?
37-EC – Também com José Dirceu então tá as mil maravilhas?
38-FC – Mas o senhor não reconhece que hoje postura, por exemplo, do Senador Suplicy foi a mais correta? Quer dizer, de pedir a CPI?
39-MC – Vem do nada, é isso?
40-SP – Houve divisão de diretoria nos correios, presidente?...
41-MC– É contribuição voluntária?
42-MC – O senhor está dizendo que os cargos são todos técnicos é isso?
43-MC – O PT só colocou técnicos no ministério, não houve contratação política, nem nomeações, mais só técnicas é isso que o senhor está dizendo?!
44-EC- O senhor está dizendo que o profissional de carreira é mais passível de corrupção?
45-MC – Mas o senhor não acha que as cotas do partido/ Isso não ajuda a corrupção, as cotas partidárias?
46-PM – O Stalin fez aliança para não atacar?
47-EC- Deputado, e essa negociação?

48-MC – Faz parte esse troca-troca?
49-PM – Nem o governo. Nem o governo do presidente Lula nem a Casa Civil?
50-PM – As eleições estão mantidas e o senhor continua sendo candidato para a reeleição?
51-FC– Mas o rumo das investigações que o PT ta fazendo, não é perigoso, então?
52-SL – E se a ponte for essa idéia do déficit nominal zero que, basicamente, irá desvincular receita de saúde, de educação, se a ponte do PT, se a agenda for essa?
53-EC – Só uma pergunta: esse sentimento de tristeza, o senhor estende também para Cristóvão Buarque, Eduardo Suplicy, Heloisa Helena e aqueles 14 que votaram a favor da CPI?
54-EC – Não é tristeza, é raiva?

Tipo 3: pergunta perguntas complexas

1-PM – É, eu conheço pouco da trajetória do senhor e fiz um perfil para Revista Playboy, acho que em 1996 e acompanhei o senhor mais de uma semana que estivemos juntos no guichê do Banco do Brasil, na Câmara dos Deputados, em que o senhor acompanhava cuidadosamente o seu extrato bancário, preocupado com a possibilidade de que alguém depositasse algum dinheiro na sua conta e que isso, de alguma forma, comprometesse o senhor. Eu pergunto: Como é que o senhor assina um documento desses aparentemente sem saber o quê estava assinando?
2-MP – E outra coisa, por favor, o senhor disse que garante que não houve nenhuma influência deste aval nas atividades do publicitário no governo. Por que nós devemos acreditar nisso se depois no governo Lula o Marcos Valério teve milhões e milhões de contratos depois desse aval?
3-MP – Mas se o senhor sabia que não podia pagar essa dívida se o partido um dia não pudesse pagar. O senhor sabia que o Delúbio não podia pagar, então o senhor não teve nem curiosidade de saber quem era o terceiro avalista?
4-AM – Tá bom, a gente se conhece há muitos anos. Mas então você, ao contar/ ao prestar declarações à sociedade disse que não se sentia traído pelo Delúbio. E essa é uma questão que eu não consigo entender, porque ou bem o Delúbio tinha explicado claramente o que se tratava aquele negócio, que era a sua obrigação a um superior hierárquico e a um amigo e companheiro de partido, não é, ou então ele teve uma atitude que não foi correta com você. Não fica uma coisa estranha de ao mesmo tempo você ter confiado nele e ele não ter tido a relação de confiança necessária?
5-MC – Eu gostaria de fazer uma pergunta e sair um pouquinho disso. É muito simples, o senhor escreveu no site do PT, né, textualmente o seguinte e começa assim: " o Brasil está sendo assolado por uma onda de denúncias vazias e irresponsáveis". Isso é mais ou menos de acordo com aquela primeira nota do PT. Logo que eclodiu esse escândalo que o senhor disse que o atribuiu a oposição, a pessoas que queriam acabar com a governabilidade etc. Eu perguntaria ao senhor o seguinte: Com tudo o que tem acontecido, com o quê tem agora, não só com a CPI, como a própria Polícia Federal, como agora o COAF que tem descoberto, hoje, por exemplo, que saiu que não eram mais 20 milhões, mas 70 milhões, enfim, com tudo isso, com esses contratos e o senhor disse que o senhor Marcos Aurélio...
6-FC – Valério.
7-MC - Valério não foi favorecido, mas tem 150 milhões em contratos com ele e dizem que tem muito mais que dá 500 milhões. Mas muito bem, com tudo isso que tá surgindo eu perguntaria pro senhor o seguinte: O senhor ainda mantém isso, o senhor acha que ainda é oposição querendo tirar governabilidade do Presidente Lula ou senhor acha que é/ é isso tudo é vazio?
8-MC – A CPI está fazendo, Genoíno? A CPI está sendo conduzida pela oposição?

9-EC – E eu acho que antes da gente chegar nesta questão política e chegar nesta questão de PSDB, de como foi o PT ou não, eu gostaria de fazer uma pergunta muito simples: Quem é esse Marcos Valério, que nunca ninguém ouviu falar, nem o senhor que assina com ele um empréstimo de 2 bilhões e 400 e de repente se descobre que ele é uma entidade fantástica, quem é ele?
10-SL – Depois que isso estourou, o senhor chegou e perguntou pro Delúbio, afinal porque um publicitário que tem uma conta, tantas contas com estatais é/foi avalista e pagou uma parte destes empréstimos nestes meses? E que explicação o senhor pode nos dar?
11-FC – Mas, por exemplo, o senhor estranha o fato de a bancada do PT ter discutido durante horas a quebra do sigilo, tentando evitar a quebra do sigilo dele, é uma situação difícil, não é?
12-MC – Mas o interesse em se discutir 8 horas, por que isso?
13-MC – Mas por que o medo da quebra do sigilo, Deputado?Porque o medo?
14-PM – Presidente Genoíno, tem aqui um levantamento feito pela Agência Royters, que é uma agência de notícias respeitada não ó no Brasil, que relaciona os dados entre os saques feitos em dinheiro vivo pelas empresas do Marcos Valério Fernandes de Souza e votações importantes que aconteceram na Câmara e no Senado e os dados são impressionantes, porque em diversas ocasiões esses saques de valores muito consideráveis coincidem com as votações em questão. O senhor acha que isso é mera coincidência?
15-PM – Mas o senhor não acha que o PT vem agindo na CPI no sentido de desqualificar os acusadores muitos dos quais não precisam ser desqualificados?
16-PM – Muito embora não se tenha respeitado a paridade de ter um presidente da oposição e um relator do governo ou vice-versa, né?
17-AM – Presidente, nesse episódio todo, parece que têm muitas coisas que não existem, não é? Você disse que este caso não existe. Agora uma empresa publicitária que retira aparentemente 72 milhões de reais, um dinheiro vivo, é algo que não existe em nenhum ramo de atividade no Brasil, não há nada que/ e eu pergunto, eu vou fazer um a pergunta meio torta, mas... [ ] Não, mas eu vou lhe explicar, porque nesse documento que você assinou, o Delúbio não teve o cuidado de lhe contar com quem que ele tava negociando, não é? E o Delúbio e o Marcos Valério já se declararam grandes amigos, grandes amigos, são duas pessoas que vieram do interior, que têm raízes próximas e tudo isso não teria havido possibilidade, então, de que o próprio Delúbio estivesse envolvido com um outro caso e que você não tivesse nenhum conhecimento, nenhuma coisa?
18-EC – Então, vamos falar das coisas que já foram investigadas. Por exemplo, o senhor acha que é coincidência o Roberto Jefferson falar "olha, um carequinha alí chamado Marcos Valério e ele têm milhões e paga deputados em nome do PT", logo depois se descobre que realmente esse sujeito tem 400 milhões e que tira/ movimenta 72 milhões em dinheiro vivo e logo após se descobre que este mesmo sujeito/ ele tem/ ele é não só avalista do PT, como ele paga dívidas do PT. O senhor acha que toda essa seqüência de coisas investigadas, essa coisas investigadas... **[ ]** Mas espera aí deixa eu só fazer a interrogação, a pergunta-interrogação: O senhor acha que tudo isso é uma mera coincidência, essas investigações já comprovadas?
19-MC – Deixa eu fazer uma pergunta: Se por acaso o relator da CPI, o co-relator, ele está dizendo, já examinando os contratos, ele está vendo já, parece que é uma pessoa criteriosa, parece que uma pessoa minuciosa... [ ] Não tudo, bem, não/ tem o presidente petista e tem o relator, que não é bem da base do governo, segundo Eliane Catanhede. Mas, ô Genoíno, mas o importante é o seguinte: ele está fazendo um exame minucioso, ele chegou/ ele está chegando a conclusão, e tem dado entrevistas a respeito disso, que aqueles contratos da/ que atualmente/ 170 milhões/ aqueles contratos, Banco do Brasil, Eletronorte, tem com a Câmara dos Deputados, tem com os correios etc., esses contratos, eles já estão vendo sérios sinais de super-faturamento, não é? E eu pergunto o seguinte: comprovando se ele está dizendo isso, o senhor acha que o PT não tem nada haver com isso?

20-Felipe – Pois é, mais ou menos esse negócio,ontem ele se lembrou será que o senhor não pode, de repente, ser surpreendido pelo Delúbio se lembrando que fez um novo acordo que o senhor não tem o conhecimento?
21-SL - Mas não é o Roberto Jefferson que decide pra quem é que você manda esse dinheiro, não é com a cúpula do PTB que se decidia pra onde esse dinheiro ia?...
22-FC – O Roberto Jefferson já está falando há bastante tempo sobre essa questão do dinheiro. Já não era tempo, então, do PT?,/ o senhor falou agora que não sabe exatamente quando deu...
23-AM – Deixa eu perguntar a propósito disso. Você dizia agora há pouco que você atende aos jornalistas, isso é verdade e faz parte da sua história de relacionamento com a sociedade e com os jornalistas, e esse é um momento mais delicado da história do PT e do Governo Lula. E lhe pergunto: o senhor não sente falta da presença do Deputado José Dirceu nessa cruzada, nesse momento, pois ele saiu do governo disse que iria mobilizar a militância do partido, disse que cruzaria o país numa cruzada para defender o partido e desde então ele submergiu, ele desapareceu parece que ele não existe neste noticiário, quando ele era o personagem central da crise da coordenação política do partido.
24-MP - Ô Genoíno, sabe que eu estou com uma sensação aqui, tudo bem que você fala decisões, você fala pra dentro do partido, está fechado no partido, todos vocês, aliás, tão fechados dentro do partido, e só pesam de acordo com os interesses do partido e pela cabeça que vocês tem de 30 anos de luta. Então é o coletivo não pode ter individualismo, não pode. Agora vocês estão controlando o país, o país é que não é o parido mais. É o país, é o Estado Brasileiro, vocês estão pensando no Estado Brasileiro com a cabeça do PT, no partido de vocês?
25-SP – Não é muito? Pra mim é muito.
26-MC – O senhor não vai dizer que há um potencial maior de corrupção num funcionário de carreira. Aí eu acho que é bom deixar claro que tem um potencial maior? Aí não vale...
27-EC – Mas espera aí, se não podia ter acordo naquela época porque tem que ter acordo a favor do PT agora?
28-PM – Quando no início do governo Lula, o senhor deu uma entrevista para Patrícia Vital e Conrrado Cossalete, no Estado de São Paulo, cujo o título até era "Lênin fez concessões a multinacionais" e, lá pelas tantas, esses dois perguntaram "Como é que se sentiria o deputado José Genoíno no Congresso, tendo como aliado Roberto Jefferson que foi da tropa de choque de Fernando Collor" e o senhor declarou o seguinte entre aspas " Eu estaria muito feliz como estou na presidência do PT para defender o governo em relação a essas pessoas. Você sabe que desde a minha experiência parlamentar eu não era criticado porque eu me dava bem com todo mundo. O deputado Roberto Jefferson apoiou o Lula no segundo turno, apóia e vota com o governo, está sendo bom para o PT e para o governo Lula". Eu pergunto: Não foi uma tática errada essa de se apoiar em partidos que não tinham nenhuma ligação com as idéias do PT?...
29-MC – Genoíno, veja bem houve um aumento de bancadas, houve um aumento numérico de bancadas, uma coisa escandalosa. Só que não era os partidos, não, que chegaram para engrossar o PT, era a base aliada do PT.... [ ] O PT não teve nenhuma participação nisso?
30-EC – Deputado espera aí, os telespectadores vão ficar confusos, porque a gente tem uma crise, uma crise grave está pra chegar no Palácio do Planalto. O chefe da Casa Civil caiu. O senhor acha que está no momento da oposição e o Presidente discutirem reforma tributária?
31-EC – Vamos falar serio, o Lula falou que é possível negociar em termos de crise de estabilidade política, institucionalidade?
32-AM – Genoíno, o deputado Fernando Gabeira tem sido bastante crítico em relação à atuação do PT. Ele publicou hoje, no jornal O Globo, um artigo em que ele diz que, assim como no período da ditadura o exercício político era cerceado pela repressão, hoje o exercício político é cerceado pelo dinheiro, pelo excesso de dinheiro, pelo excesso de dinheiro que

estaria comprando a posição dos deputados. Então, ele diz nesse artigo que não adianta o deputado se esmerar nos argumentos, e discutir, e debater, e trazer argumentos novos que isso, durante a discussão flui naturalmente, quando chega a hora da votação, há um jogo de cartas marcadas, esse, aliás, é o titulo desse artigo, de Fernando Gabeira, porque os deputados estão vendidos e tão com uma posição pré-determinada por suborno. Você poderia fazer um comentário sobre esse artigo?

ANEXO 2

ENTREVISTA 1

Prefácio midiático

PM- Boa noite. Ele é o nervo político do governo. Onde é preciso fazer uma articulação, onde existe uma turbulência, ele entra em ação, às vezes só nos bastidores, ás vezes publicamente. Homem forte do governo, para muitos o mais forte, ele está no centro da turbulência política, que cada vez mais envolve o governo e seus adversários e está no centro do Roda-Viva esta noite, ministro José Dirceu, chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Biografia do entrevistado

PM- Para entrevistar o ministro José Dirceu nós convidamos Thais Oyama, editora de Brasil da Revista Veja; Fausto Macedo, repórter de política do jornal Folha de São Paulo; Tereza Gruvinel, colunista política do jornal O Globo; Valdo Cruz, diretor da sucursal de Brasília da folha de São Paulo; Denise Rothemburg, colunista do jornal correio Brasiliense; Luis Nacif, comentarista de economia da TV Cultura; e Mac Magolis, correspondente da News Week. Ainda temos a participação de Paulo Caruso, cartunista, com pincel e tinta para registrar os principais momentos do programa. O Roda Viva é transmitido em rede nacional para todos os estados brasileiros, para Brasília também. Para participar você pode usar o telefone que é zero, operadora onze, três, dois, cinco, dois, meia, cinco, vinte e cinco ou fax, três, oito, sete, quatro, três, quatro, cinco, quatro. Pode também usar o endereço na internet que é rodaviva@tvcultura.com.br.

	BLOCO 1: JD como intermediário entre Governo e o Congresso
1	**PM** – Boa noite, Ministro!
2	**JD** – Boa noite, Paulo Markum. Boa noite, Brasil.
3	**PM** – Se o senhor fosse ainda o líder do PT, o deputado federal combativo que o
4	senhor foi e o senhor pegasse a revista Veja desta semana, ia ser uma festa, não ia?.
5	**JD** - Acho que o Governo tomou as medidas necessárias. Tanto a Controladoria
6	Geral da União que vai não só investigar os fatos revelados, mas os contratos em
7	geral da empresa de Correios e Telégrafos e a, Polícia Federal vai/ já abriu inquérito
8	e todos foram afastados. O próprio Procurador Geral da República, Cláudio
9	Fonteles, já disse que o Ministério Público vai acompanhar o inquérito da Polícia
10	Federal. Acredito que o Governo fez o que tinha que fazer.
11	**PM –** Como é que o senhor viu a notícia?
12	**Dirceu** – Eu disse e quero repetir: esse é o Governo que não rouba, não deixa roubar
13	e combate a corrupção. E se nós observarmos as operações/ações da Polícia Federal
14	nesses últimos 30 meses em todos os setores, as prisões de servidores públicos/ de
15	policiais federais, prisões de políticos, prisões de empresários e a ação da Polícia
16	Federal em todas as frentes e da Controladoria Geral da União, os municípios e
17	também na Administração Pública e a ação do Ministério Público e da Justiça, nós
18	vamos ver que se combate a corrupção no Brasil.

FM – Mas com a lei do foro privilegiado que o PT acabou defendendo, Ministro?
JD – Veja bem**,** o foro privilegiado não significa impunidade em alguns casos, pelo contrário, vou dar um exemplo concreto. Muitas vezes você tem processos que estão há 8, **7** anos na justiça em 1ª e 2ª estância. Quando alguém é eleito e passa a ter um foro privilegiado, e esse processo vai para Supremo Tribunal Federal, ele rapidamente é julgado. Acredito que a sociedade/ a população precisa ter essa informação. Foro privilegiado só significa que o parlamentar, ou chefe de executivo ou a chefe terá que ser julgado numa instância que diga respeito a sua função pública, isso não significa impunidade.
VC – Mas, senhor Ministro, o Markum, no início, disse o seguinte: se o senhor fosse ainda líder do PT, num momento desse, eu acho que o senhor estaria fazendo coro com o que a oposição tá dizendo agora, pedindo CPI para investigar esse caso de corrupção que chegou ao nosso conhecimento. Então retomando a pergunta do Markum, o senhor pediria a CPI hoje?
JD – Eu não sou líder do PT. Eu sou Chefe da Casa Civil. Eu sou Ministro.
VC – Não, mas como disse o Markum, se o senhor fosse líder do PT.
JD – Se não vale em política.
VC – Hein?
Dirceu – Se não vale em política.
VC – Bom, então, o senhor concorda com a tese da oposição de que é necessário CPI para investigar esse novo caso.
JD – Não, não concordo.
VC – Por que, Ministro?
JD – Porque todas as providências foram tomadas.
DR – E com a tese do PTB de que o assunto foi uma armação para tentar afastar o PTB da aliança com o presidente Lula?
JD – Isso as investigações podem trazer fatos e indícios que provem. Fora disso, é uma conjectura**.**
TG – O que há de/ assim/ a gravidade do fato em si/ a corrupção é um mal que o Brasil não consegue extirpar/extinguir. Mas há um agravante político, que/ esse fato acontece num momento de muita turbulência, o Governo tentando superar seu mau momento político que começa lá atrás com a eleição do Severino, o esgarçamento da base, etc./ e o PTB, o partido importante pro Governo/ e os senhores da área política do Governo vinham até pensando que era mais conveniente deixar de lado essa aliança com o PMDB e voltar a aliança original PL, PTB e os partidos de esquerda mais o PT. O PTB passou o dia cobrando uma palavra de solidariedade do Governo ao deputado Roberto Jefferson e não se viu. Eu também não sei se o Governo deve ou não dar solidariedade ao Deputado Roberto Jefferson que alega ter sido usado por um corrupto ter citado o nome dele para se valorizar etc. Eu quero saber qual é o comportamento do Governo em relação ao PTB, partido da base, partido leal, importante para o Governo/ Leal nem tanto, porque as votações nunca são integrais. Mas o Presidente Lula já disse que/ certa vez/ daria cheque em branco ao Deputado Roberto Jefferson.
JD – Veja bem. O Governo do presidente Lula, praticamente, não sofreu derrotas no Congresso Nacional. Se nós tirarmos a MP do Bingo, que é um episódio isolado, e MP 232, que foi uma MP que o próprio Governo praticamente retirou no final, com a exceção do episódio grave da eleição da presidência da mesa, que é um problema do PT, de erros do PT, todos os principais projetos que o país tinha há 8, 12 anos parados no Congresso Nacional foram votados. Tenho certeza que nós estamos numa democracia, num pluripartidarismo, é natural que durante um mandato de um

presidente você, em determinados momentos, perca apoio de um determinado partido. O governo tem condições de recuperar esse apoio, o PTB o PL fazem parte da base do governo, junto com o PT, PC do B com PSD, os partidos que dão sustentação e o próprio do PMDB, ainda que o PMDB esteja dividido na Câmara, mas no senado dá apoio ao Governo, acredito que o Governo tem todas as condições de conformar novamente uma maneira/não vejo como uma questão terminal.

[ ]

TG – Eu digo em relação ao deputado Roberto Jefferson, desculpem, só para concluir, esgotar esse assunto. Quando o senhor foi envolvido no caso Valdomiro, um assessor/ pelo comportamento de um assessor, o Governo cobrou solidariedade da base inteira, o senhor não me respondeu o que eu pergunto: qual o comportamento do Governo em relação ao PTB e o seu presidente?

JD-O deputado Roberto Jefferson fará um pronunciamento amanhã na Câmara dos Deputados. Ele, por terceiros, já foi dito pra toda sociedade, não se considera envolvido, portanto não há porque prestar solidariedade a ele. Vamos ouvir o pronunciamento dele amanhã.

[ ]

TO – Ministro, tem um trecho de uma matéria que diz respeito ao senhor diretamente. Eu queria só perguntar ao senhor, o trecho é quando o Ministro das Comunicações, Eunício Oliveira, disse que recebeu da Casa Civil, portanto do senhor, uma determinação de trocar o diretor de tecnologia dos Correios, que é um funcionário carreira, por um outro que seria um afilhado político do Senador também do PTB. Então o Governo tira um funcionário de carreira, ou seja, um técnico, para colocar no seu lugar alguém que talvez nem saiba onde fica a sede dos correios, mas que tem como mérito ser um apadrinhado político de um Senador.

JD – Não, ele...

TO – Só terminando, desculpe. Então a minha pergunta é: esse tipo de prática fisiológica, o senhor não acha que acaba escancarando as portas pra corrupção ou não tem outro jeito de fazer política no Brasil?

JD – Primeiro, não é uma pratica fisiológica.

TO – Ministro!

JD – A indicação dele, primeiro, não foi completada, ele não foi nomeado, porque não tinha, na averiguação que se faz de toda indicação, ele não tinha condições técnicas para ser indicado para esse cargo e não foi.

TO – A Casa Civil vetou o nome dele?

JD – Não, não vetou. A Casa Civil não veta. Quem decide é o Presidente da República. A Casa Civil não nomeia. Quem nomeia é o Presidente, ou o Ministro ou o Presidente da empresa.

DR – No caso, a Casa Civil recomendou que não fosse nomeado?

JD – A Casa Civil recomendou que ele não fosse nomeado.

TO – Por falta de qualificação técnica?

JD – Exatamente.

LN – Ministro, em cima desse ponto que a Thaís levanta, essa questão da governabilidade e essa questão da blindagem dos cargos públicos da empresa estatal que foi um know-how que o Fernando Henrique Cardoso começou a desenvolver também, quais os limites aí pra conseguir deixar o país governável e ao mesmo tempo blindar/blindar as estatais e a área pública?

JD – Não vejo nenhum caso, esse caso do correio é um caso isolado. Não está em discussão a gestão do correio, a eficiência do correio, a lucratividade do correio, o papel do correio. Nós não podemos pegar esse caso, e julgar a administração dos

correios. Não há nos correios nenhum fato que mostre que o correio não está sendo bem administrado. Não há em nenhuma empresa estatal, pelo contrário, se olhar pelo setor elétrico, nós reorganizamos as empresas do setor elétrico e demos eficiência pra elas e capacidade de investimento. Se olharmos a Petrobrás, idem. A Petrobrás está investindo oito bilhões de dólares praticamente ao ano, sabe. Se olharmos qualquer empresa estatal, os bancos públicos, eles foram recuperados nesse governo, BNDES retomou esse papel de banco de fomento. O Banco do Brasil, a Caixa econômica Federal voltou a fazer investimento, saneamento e habitação. Eu não vejo que esse fato isolado possa levar que o governo adotou critérios na indicação dos diretores, dos presidentes, das empresas ou mesmo das agências reguladoras que não levasse em conta o aspecto técnico e profissional.

DR – A reportagem cita outros exemplos. Ele, o Mauricio Marinho cita outras pessoas, outras áreas do governo onde o PTB, segundo ele, teria um esquema. O governo vai investigar essas outras áreas?

JD – Não. A Policia Federal e a Controladoria Geral da União vão investigar toda a fita que foi gravada, evidentemente não é só investigar só o fato em si dos correios.

FM – Ministro, o PTB aqui em São Paulo disse que o Presidente Lula tem que defender o Deputado Roberto Jefferson da mesma forma que defendeu o ministro da Casa Civil num episódio muito mais grave.

Dirceu – O PTB em São Paulo não, o deputado Campos Machado que faz oposição ao governo do Presidente Lula, como você sabe.

FM-Mas ele é do PTB, é líder do partido dele na Assembléia.

JD – Ele faz oposição...

FM – Mas no mérito, ele tem razão.

Dirceu – Ele está pescando em águas turvas.

VC – Ministro.

JD – Não, não vou responder sobre o deputado Campos Machado, não.

VC – Ministro, não incomoda o senhor nesse momento, acho que desde que estou em Brasília nunca se falou tão abertamente sobre troca-troca de cargos com o governo. É algo que antes era muito dito nos bastidores, hoje ganhou os corredores do Congresso. Você ouve isso sendo falado abertamente. Nós temos hoje o presidente da câmara, Severino Cavalcante, que defende isso abertamente. Isso não incomoda o senhor, não? Não incomoda o PT, essa prática fisiológica? Se o governo do PT não está se nivelando muito por baixo nesta questão fisiológica?

JD – Fala-se, mas não acontece. O governo não tem maioria na câmara nesse momento. Então você está dizendo o que se fala na Câmara, não o que o governo faz.

FM – Não seria uma prática...

JD – Não, deixa eu concluir primeiro. Segundo o Brasil tem cerca de 18 ,19 mil cargos de confiança, 72% são ocupados por funcionários de carreira, os outros 28% todos os governos vêm nomeando. O governo tem feito as nomeações, eu quero repetir, nós não podemos pegar um fato isolado. Eu quero que me mostre aonde e em que empresas os partidos políticos participam do governo e indicam para participar do governo, seus membros, ou técnicos, ou cidadãos é um fato da democracia brasileira. Que é assim que se compõem governos no Brasil. Nós fomos eleitos com 91 deputados e 13 senadores, de 513 deputados e 81 senadores. Os partidos que apoiaram o presidente no 1º turno, no máximo, têm 30% da Câmara e 25% de Senado. O Governo fez uma aliança e os partidos, ao contrário do que dizem, tem 11 ministérios os partidos aliados, 7 ministros são sem partido o quê mostra também que o governo não é um governo que se rendeu, certo, a composição

partidária, e o PT indicou 10 ministros, sendo que indicou também 5 secretários de secretarias que têm o título de ministro, mas na verdade são secretarias. Essa é a realidade da democracia brasileira o que governo faz e é isso o papel da Casa Civil é pesquisar toda a indicação que é feita, os antecedentes, a qualificação técnica profissional e junto com o ministro de cada área ver a composição da diretoria, a eficiência, o resguardo na área financeira, o resguardo na área técnica, todas as providências são tomadas. Se alguém pratica algo ilícito ou pratica corrupção tem que responder por isso e o governo é o primeiro a mandar investigar. O governo não teme, como o deputado Roberto Jerffeson está dizendo que não teme também a investigação e quer a investigação. Ele vai fazer um pronunciamento amanhã e eu quero repetir.

TO – Então o senhor, ministro, teria se enganado/ só porque o senhor olhou aqui e/ então, talvez ele teria se enganado porque ele diz que recebeu da Casa Civil a determinação de trocar o diretor de tecnologia por uma indicação do PTB. Ele diz que recebeu da Casa Civil essa indicação.

JD – Tanto não recebeu que não foi feita. Se tivesse recebido ele teria feito.

TO – Então o ministro mentiu ou se enganou, é isso que o senhor está dizendo?

JD – Não, não vou fazer julgamentos sobre o ministro. Estou dizendo que não foi nomeado e já disse a razão porque não foi nomeado.

TG – É, o senador Fernando Bezerra esta até muito queixoso desta nomeação.

TO – Ministro, eu sei que o senhor nasceu na política e foi criado na política, a maioria dos jornalistas aqui presentes também é da área, mas eu queria mesmo que o senhor talvez tentasse explicar para as pessoas que não são tão familiarizados com a política, com seus meandros, sua dinâmica, porque os partidos brigam tanto por cargos, senhor ministro?

JD – Os partidos não brigam por cargos. Os partidos têm direito a governar o país porque há uma coalizão político-parlamentar...

TO – Mas governa-se por meio de/ nos correios, por exemplo,/ os diretores/ não é um jeito de governar.

JD – É um jeito de governar o país sim. Quem compõe a administração pública, eu já expliquei, o país tem 19 mil cargos, 72% destes cargos são funcionários de carreira, a Constituição permitiu que pudesse ser nomeado em comissão tanto os ministros como o 1º escalão do país, e os partidos indicam membros em todos os países do mundo na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos, não é só no Brasil.

TO – Sim, mas as pessoas têm o direito de se perguntar, porque que eles querem tanto esses cargos.

JD – Você está falando algo que é inerente à política e a constituição dos governos no mundo inteiro.

FM – Qual é o preço disso, senhor ministro?

TG – O Brasil vem reclamando que o senhor não tem como...

FM – Qual é o preço disso?

JD – Em que sentido?

FM – Para o governo, o peso disso, de uma aliança dessas?

JD – O peso que não impede que o governo execute o seu programa.

FM – Verdadeiramente?

JD – Como?

FM – Verdadeiramente?

JD – Verdadeiramente. Nós não estamos executando o programa que o presidente Lula foi eleito?! O país não está crescendo?! Não está criando emprego?! O país não tem uma política industrial de inovação?!

FM – Em todas as áreas?
JD – Em todas as áreas?
FM – Saúde? Outro dia morreu um cidadão na porta do Hospital.
JD – Não, você não quer dizer porque morreu um cidadão...
FM – O governo que arrecadou ano passado 330 bilhões em tributos, não pode solucionar isso?
JD – Ô Fausto Macedo, você é jornalista e sabe que no Brasil se arrecada 459 bilhões, 80% se paga previdência, pessoal, juros e vinculações constitucionais. O Governo fica com 70, o país precisa saber disso, o Governo fica com 72 bilhões, destes 72 bilhões, 50 estão vinculados à saúde, ciência, tecnologia, EMBRAPA e educação. O Governo tem 24 milhões que são aquilo que o Governo pode fazer de maneira discricionária, 11 são de investimentos. Nós temos que lembrar que nós recebemos o país com uma dívida de um trilhão praticamente de reais, com uma carga tributária de 35%, uma situação gravíssima no ponto de vista de credibilidade, risco país e tivemos que fazer um ajuste fiscal, fazer um superávit e o país voltou a crescer assim mesmo. Então o Governo está cumprindo seus objetivos inclusive na área da saúde, o aumento do médico de família, o aumento dos planos que nós temos hoje praticamente em todo país, da farmácia popular, o SAMU que já está em 359 cidades do país com atendimento de emergência. Nós mostramos no Rio de Janeiro como o Governo pode/ sabe resolver uma situação de calamidade publica na saúde. Existe toda uma modernização na própria gestão do ministério da saúde. O país tem programas que são exemplares no mundo hoje na área de saúde. Se você olhar na educação, sabe, o PROUNI com a formação de 10 campi, o governo neste momento está fazendo o FUNDEP que vai dar oportunidade para milhões de jovens, está se alfabetizando um milhão e 800 mil jovens, tem um milhão e 600 mil jovens na educação de jovem-adultos. O país em todas as áreas, inclusive porque se aumentou na lei orgânica de assistência social na saúde e na transferência de renda os gastos do governo em quase 15 bilhões de reais. Eu não vejo porque as alianças políticas, a participação de outros partidos do Governo têm impedido que o Governo faça política social, política de desenvolvimento, crie as condições de infra-estrutura para o país melhorar. O governo está fazendo o seu programa, eu não vejo ligação entre um fato que aconteceu e há uma denúncia que vai ser investigada, certo, já foram afastados os autores, segundo a denúncia, que isto possa envolver a política do Governo de aliança e a participação de outros partidos no Governo.

BLOCO 2: JD e os escândalos e derrotas do Governo

PM – Ministro, o senhor teve aqui no Roda Viva da última vez antes da posse do Presidente Lula, portanto esse episódio nós não mencionamos, então eu começo com a pergunta de Ronaldo Alves, de Belo Horizonte: Porque que o PT não aceitou a CPI do caso Valdomiro Diniz e não aceita ser investigado?
JD – Não, teve CPI no caso do Valdomiro Diniz no Rio de Janeiro, aonde foram os fatos e aonde a lei manda e a Constituição. E a constituição/ e a CPI chegou a conclusões, existem 20 ações civis que o próprio Valdomiro Diniz está respondendo; 47 pessoas físicas, jurídicas, empresas de bingo estão sendo processadas e houve também na Secretaria da Coordenação Política e articulações institucionais uma sindicância que indicou Valdomiro Diniz por impropriedade administrativa. A Advocacia Geral da União entrou e ele está sendo processado pela Justiça Federal, então todas medidas foram adotadas e a Justiça Federal ainda não terminou, não foi

indiciado não foi arquivado, porque, no primeiro momento, o juiz não aceitou isso, achou inconsistente a denúncia do ministério publico e, num segundo momento, o Ministério Público pediu que a Polícia Federal fizesse novas investigações. Então, esse caso foi, sim, de uma maneira exemplar tão investigado no país.

PM – Como é que o senhor se sentiu, eu acho que é fundamental saber isso, como o senhor se sentiu, o senhor já falou isso várias vezes, mas eu acho que vale...

JD – Eu já falei, eu não vou falar de novo!

[ ]

VC – Logo no auge da crise do caso Valdomiro, o senhor numa entrevista,se não me engano, o senhor disse que colocaria os pingos nos is do caso, mas acabou a gente ficando sem saber que pingos nos is eram esses que o senhor quis dizer.

JD – Não, foram colocados sim no Jornal Nacional.

VC – Quais são, poderia repeti-los agora?

JD – Foi colocado, e existe, inclusive dentro do Ministério Público, um procedimento contra os promotores públicos que participaram fugindo das suas funções daquela denúncia, foram colocados os pingos nos is sim.

FM – E a amizade, senhor ministro, acabou?

JD – Eu nunca mais tive nenhuma relação com Valdomiro Diniz desde o dia que ele saiu do Palácio do Planalto.

TG – Os pingos nos is eram/éra a relação entre aquele procurador e o PSDB?

JD – Não, cada um, cada cidadão tira as conclusões dos fatos que aconteceram e da denúncia que foi ao ar pela televisão, sabe, dos procedimentos depois. Eu fiz questão, certo, de o país ter essa explicação.

DR – Que lição o senhor carrega até hoje desse episódio, uma coisa que o senhor vai levar para o resto da vida, que na sua vida não vai mudar depois do caso Valdomiro.

JD – Eu, já que vocês insistem, viu Markum! Eu já disse e vou repetir se eu não fosse honesto, se eu tivesse praticado um ato ilícito, talvez eu não tivesse tomado como eu tomei esta questão. Ela me marcou, porque a minha vida de 40 anos, aliás, este ano está fazendo quarenta anos que eu participo da vida política do país, não há nada na minha vida que me macule, nada, em quarenta anos. E também isso não me macula. Agora é evidente que me atingiu por isso mesmo.

LN – Qual é a dificuldade do país fechar o bingo?

JD – Essa é uma boa pergunta. O governo fez uma medida provisória e o senado rejeitou essa medida provisória. O Supremo Tribunal Federal, a Justiça, certo, de certa forma, já estabeleceu, em algumas decisões, que é legislação federal que, no entanto, se você observar o estado de São Paulo/ vindo pra cá, aqui na avenida Sumaré tem um bingo, na Aratãs tem outro, na 23 tem outro. Quanto custa estes terrenos? Quanto custa esses prédios? Cada um, quanto de investimento tem em cada bingo? Essa é uma pergunta que tem que se fazer, porque que os governadores autorizam os bingos e porque os governadores permitem?Ao lado ali, em Higienópolis, no prédio aonde era, não se funciona ainda a Secretaria Pública de São Paulo ou se funciona algum escritório/ caça-níquel que é ilegal prolifere, porque dezenas de milhares de caça-níqueis estão sendo autorizados nos estados do Brasil?!

LN – A legislação é Federal ou Estadual?

TG – Porque que o governo federal depois que o judiciário estabeleceu que isso é de competência da união...

JD – Não, judiciário não, através de liminares e de líderes judiciais, pela posição dos governadores que os bingos continuam funcionando. Cada ministério público e a justiça fecharam os bingos. O governo fez uma legislação para proibir os bingos e o Congresso formulou...

TG – Pois é, porque o Governo não fez uma nova/um projeto de lei depois da derrubada da medida provisória...
JD – Não, no mesmo ano você não pode refazer uma decisão.
TG – Não pode por medida provisória, mas por outro instrumento legislativo pode.
JD – Não, mas cabe aí ao Congresso Nacional. O Governo apresentou uma medida que o congresso rejeitou. Não é da natureza da democracia que o governo apresente outra e sim que o Congresso tome providências.
FM – Ministro, o senhor falou de honestidade eu queria lembrar o caso Santo André. Não estou colocando em dúvida a honestidade do senhor, mas é um fato. O irmão do prefeito Celso Daniel, João Francisco Daniel depôs ao ministério público de Santo André em maio de 2005, cinco meses depois da morte. E disse que por intermédio/ soube por intermédio da ex-mulher do Celso Daniel, Miriam Belchior, fato depois confirmado por Gilberto Carvalho, segundo ele, que as empresas que eles citavam e eram contratadas pela prefeitura de Santo André, acabavam por desviar recursos dos cofres municipais para o Partido dos Trabalhadores. Gilberto Carvalho, depois da morte do prefeito chegou a confidenciar ao declarante, João Francisco, que por diversas vezes levava dinheiro pessoalmente de Santo André para as mãos do deputado federal e presidente do partido José Dirceu. Numa dessas idas levou um milhão e 20 mil reais. O senhor pode falar sobre isso?
JD – Posso, vou ler para você o que o Supremo Tribunal Federal disse. O procedimento do Ministério Público não autoriza, por si só, o deferimento do pedido, (que era para me investigar) mesmo que se assim não fosse, não há que se instaurar inquérito com base de ouvir dizer, há que se exigir consistência nos indícios, o que não significou nesse caso. Quer por motivos processuais, quer por motivos de mérito, é gritante a insuficiência de provas ou indiciamento de qualquer cidadão impõe pedido de com o mínimo de verossimilhança e probabilidade. A decisão do ministro aponta ainda outro fato, o Ministério Público substituiu a Polícia Federal, essa substituição é repelida pelos...
FM – Ministro Nelson Jobim.
JD – Foi arquivado.
FM – Foi arquivado, mas o senhor aceitaria passar por uma acareação pública, com Gilberto Carvalho e João Francisco?
JD – Existe uma justiça, ô Fausto Macedo. Primeiro, existe justiça no Brasil. Você não está querendo substituir a justiça brasileira?
FM – De forma alguma!
JD – Então não existe acareação pública no Brasil. Existe justiça.
FM – Uma entrevista então, os três.
JD – Não, nós estamos em uma democracia. Não, a imprensa não pode substituir a justiça. Eu já fui inocentado pela justiça. Eu não posso aceitar isso. Isso viola a democracia.
FM – Mas não foi investigado este caso.
JD – Só na ditadura pode. Na democracia não pode.
FM – Mas não foi investigado este caso.
JD – Foi investigado. A policia civil de São Paulo, Ministério Público de São Paulo, acompanhado pela Policia Federal e o governo anterior tanto do estado de São Paulo fez uma investigação, processou. Estão presos oito réus pela morte de Celso Daniel e esse caso da prefeitura existe na justiça um processo, existe inquérito, processo, tudo, e a justiça tem que apurar, ver quem fez corrupção. Eu não estou no processo, eu não estou no inquérito, não tenho, não sou citado, nunca fui citado.
FM – Essa historia é mentirosa então, a do João Francisco?

JD – Não, eu não vou... Eu li a decisão do Supremo Tribunal Federal. Se você não se satisfaz como cidadão, com uma decisão do Supremo Tribunal Federal. É o acordo supremo do Brasil. É a lei da democracia. A justiça deu o veredicto e eu sou inocente.

LN – Ministro, o governo FHC e o do PT saíram de um mesmo projeto político dos anos 80. O governo FHC assumiu dois grupos nítidos, um que grosso modo poderia chamar de desenvolvimentista e ou outro, mais ligado ao mercado. E esse projeto financista acabou vigorando, deixou uma herança que para o governo Lula está acirrando. A gente vê dentro do PSDB, esse setor desenvolvimentista, porque não se impôs. Porque houve uma arbitragem do Presidente FHC em favor do outro setor. No governo Lula, a gente vê o setor desenvolvimentista, mas a arbitragem em favor da manutenção de uma ortodoxia que até o próprio mercado se espanta. O senhor não tem receio que a não ocupação deste espaço desenvolvimentista pelos dois partidos mais organizados acabe gerando aí um vácuo político que pode ser preenchido por quem aparecer aí?

JD – Veja bem, Nassif, para além da questão da política monetária e fiscal, o governo do Presidente Lula tem uma política de desenvolvimento, tem uma política industrial de inovação, tem uma política de investimento e infra-estrutura, tem uma política de integração na América do Sul, tem uma política com relação ao mercado interno, tem adotado uma série de medidas e sempre eu digo e repito, dado uma política monetária fiscal, cabe a nós no governo fazer política de desenvolvimento.

LN – Mas, o recurso? Pega a policia federal/ não tem recurso pra nada,/ o agenciamento de Furnas...

JD – Nós temos dificuldades de recursos. Nós temos necessidades de recursos, porque fazemos um superávit de 4,25 e temos o serviço da dívida que herdamos que dobrou do governo anterior. Uma dívida que nós precisamos pagar esse serviço da dívida. Agora isso, não impede que o governo faça política de desenvolvimento e o governo tem feito. As limitações que o país tem inclusive orçamentária, só podem ser resolvidas com uma diminuição dos juros, do serviço da dívida e do superávit. Esse é um processo que não se resolve em 30 meses conosco no governo.

LN – Mas quando a gente olha pra frente, dez anos, a gente não vê sinal também que vai ser resolvido.

JD – Bem, eu vejo, eu vejo. Eu tenho confiança no Presidente Lula nesse sentido. E quero repetir o governo não ficou/ tem muitas diferenças do governo anterior e a política de inovação é uma delas, a volta/ porque a falta de infra-estrutura não era falta de recurso do governo anterior pra investir. Porque o problema da regulamentação da segurança jurídica, o problema da ação política do governo nas ferrovias, nos portos são investimentos privados, colocar em concessão rodovias, que no governo passado não conseguiu, que o Tribunal de Contas do Ministério Público anulou a concessão anterior é uma coisa que vamos fazer agora. O BNDES voltar a ser um banco de fomento, o Banco de o Brasil voltar a financiar investimentos a Caixa Econômica voltar a financiar saneamento e habitação. Existe um problema do saneamento que o Congresso agora vai poder resolver.

FM – É isso, eu também queria saber.

JD – Nós vamos enviar uma lei de saneamento e também o senador Gerson Kamata vai apresentar um projeto, são dois projetos, na verdade, com duas visões. Vamos procurar encontrar estes dois projetos. Porque o BNDES e a Caixa podem financiar investimento privado, porque todos nós sabemos que as empresas públicas têm um limite. Já tomaram seus limites, financiamento e saneamento. E o Governo voltou a financiar saneamento e habitação quase 13,5 bilhões de habitação e quase 6,5

bilhões em saneamento, inclusive um volume significativo e nós vamos ter um resultado agora nos anos 2005, 2006 e 2007, porque/ porque isso tem uma maturação de 8 -12 meses. Essa saída para Brasil, ferrovias, que é um caso, a saída do investimento na Rio-Vitória, o acordo da C.I.A Vale do Rio Doce e o Governo Federal, sabe, um encontro de contas, as medidas que nós estamos tomando nos portos, a retomada de investimentos no setor energético. O Brasil está acrescentando 6.000 megawatts de energia todo ano e 5.000Km de linhas de transmissão. Nós temos 19 hidrelétricas sendo construídas.

TG – Senhor Ministro, e aquela demora de aprovação do projeto que altera as agências reguladoras? Isso também é um fator que inibe o investimento, dá insegurança sobre marco regulatório.

JD – Não, não dá insegurança porque existe o marco regulatório. Aquilo estava uniformizando o marco regulatório e estabelecendo uma regra comum para todas as agências em várias questões. Elas foram aprovadas em momentos diferentes. A ANTT está funcionando, a ANAEL está funcionando, a ANATEL está funcionando a ANA está funcionando. O país tem/ agora mesmo, está se discutindo os contratos da telefônica, o índice qual vai ser. O país tem agências reguladoras, elas podem ser capturadas, elas precisam ser autônomas, elas precisam de mais recursos, mas elas estão funcionando. A própria ANP (Agência Nacional do Petróleo), aliás, está colocando um novo bloco em licitação para exploração de petróleo.

MM – No entanto, ministro, o investimento estrangeiro tem sido muito tímido. Começa a voltar e o Governo não tem recursos suficientes para bancar todos esses projetos. Voltando a pergunta da Tereza, não há uma ambigüidade na parte do Governo quanto à questão regulatória? Se por um lado o Presidente Lula em algum momento diz que as agências reguladoras são terceirizações do Governo e Palloci, por outro, diz que não, que é fundamental que sejam independentes. Não deixa sinais confusos para o investidor?

JD – Veja bem, as agências reguladoras são para regular e fiscalizar. O que o Presidente disse é que as agências reguladoras não podem estabelecer qual é a política de planejamento e investimento do governo. O poder concedente é o poder político. E quem estabelece o planejamento/ e foi por isso, por não ter um planejamento, como fomos para a crise energética. O Governo Federal quer ter o direito de planejar a infra-estrutura do país, mas quem regula e fiscaliza, e é assim também nos E.U. A/ e mesmo em contrato de gestão que se colocam críticas, se você observar, nos E.U. A, nós temos duas agências que na verdade fiscalizam as agências reguladoras.

LN – Deixa eu pegar um ponto aí relevante, justo um modelo elétrico. O modelo elétrico/ você tinha um modelo estruturado de um país inteiro, foi feito uma mudança que se interrompeu no meio e se perdeu essa coordenação. O saneamento de alguma maneira ele veio dos anos 70 de uma forma mais coordenada e hoje, pelo menos algum tempo atrás, o projeto que o ministério das cidades propunha era um projeto absolutamente confuso que deixava para cada município a opção de aderir a um consorcio, ou montar/ ou seja, toda coordenação que poderia vir do lado da união ia pro buraco aí. Como está esse projeto hoje?

JD – O projeto tem um plano nacional de saneamento que estabelece uma série de regras e diretrizes. Para ter acesso a uma série de direitos, de créditos, de investimentos, é preciso aderir a este planejamento, então o grande problema na área do saneamento é a titularidade, de quem é a titularidade? Do município ou do estado? E como se resolve o problema das bacias das regiões metropolitanas, além de condições de resolver os problemas, Nassif.

LN – Mas, quando ele joga pro município, o município de quem, o município que quiser aderir a tal financiamento/ que quiser ter acesso ao financiamento público, tem que aderir a um consórcio. Todo município que for auto-suficiente e for interessante para privatizar, ele vai privatizar e vai ficar só o osso dentro desse modelo.

JD – Veja bem, nós temos a outra opção, é de ser dos estados. Nós precisamos de uma reforma constitucional para isso. É improvável que o Congresso Nacional enfrente os prefeitos do Brasil todo e dê titularidade para os estados. O quê nós estamos tentando e isso pode ser aperfeiçoado no Congresso Nacional.

LN – As bacias.

JD – São as bacias hidrográficas que podem ser uma alternativa. O governo está enviando um projeto para o Congresso Nacional e existem outros projetos, inclusive do ex-senador José Serra, do governo FHC, existe projeto. Doze anos no Brasil, não se conseguiu avançar, como na previdência nós avançamos, na reforma tributária, nas PPP's, na lei de falência..., certo, nós temos/ na reforma do judiciário. O governo do Presidente Lula fez essas reformas, nós temos a expectativa que o Congresso Nacional vai aprovar uma regulação para o setor de saneamento. Até porque a Caixa Econômica Federal pode financiar 10 bilhões de investimentos, desde que 1/3 seja da iniciativa privada do próprio BNDES também e o Brasil pode dar uma arrancada nesta área de saneamento, que é emprego e que é diminuição de custo na saúde pública também no Brasil. Além de ser um direito inerente a qualquer cidadão e toda família. Então eu acredito que em um debate democrático no Congresso com as entidades, com as empresas estaduais, com a sociedade vai se chegar a um acordo.

TG – Está pronto o projeto para ser enviado?

JD – Está pronto, vai ser enviado semana que vem. A tua observação é correta, existe esse risco. Mas também entregar para as empresas estaduais existe um risco. Qual é a situação da/ no Rio de janeiro?

LN – Não, a maneira seria um outro modelo que não passasse por isso.

JD – Nós temos que evoluir talvez numa síntese das duas visões do Congresso Nacional, porque é o lugar. O que o governo vai fazer é mandar um projeto para o Congresso.

VC – Ministro, essa lentidão, tem muita crítica em relação ao governo, principalmente à Casa Civil de que o senhor concentra muitos poderes e acaba tudo ficando travado na pasta do senhor. Dois anos e quatro meses esse projeto não chegou ao congresso ainda, não é muita lentidão?

JD – Ele está doze/ esse projeto teve a maturação necessária/ ele está doze anos no Congresso sem ser votado. Já existe esse projeto no Congresso. É muito difícil, agora você levantou que na Casa Civil existe vários projetos parados, como por exemplo, o São Francisco, a integração das bacias já está sendo licitado. Então se fala muita coisa também, porque eu virei um certo personagem também, né?

FM – Um gerentão!

JD - Então se fala coisa de mim. Vou te dar outro exemplo: Br 163, já tem um programa, sabe, para evitar o desmatamento da Br 163. Ela vai ser dada em concessão. Então/ ta lá na Casa Civil e se você pegar tudo que foi citado na reportagem, aliás, eu mandei um documento/ tenho aqui/ posso entregar um para cada um/ desse documento. Eu fiz questão de trazer pra mostrar que muitas vezes eu respondo por questões que/ Eu mandei o documento...

[ ]

VC – Mas o senhor não concorda que é uma crítica, por exemplo, a questão dos

ministérios das cidades, né, está se falando muito que ele iria entrar na partilha da reforma ministerial. Depois desistiu-se sobre o argumento seguinte 'Ah, o ministro que demorou este tempo todo pra arrumar a casa, agora que ele arrumou a casa, ele vai entregar para outro partido?. Não, não vamos entregar para outro partido',/ porque demora tanto tempo?

JD – Sabe porque, Valdo, porque não havia investimentos mais em saneamento e habitação no país. É só pegar os dados. Foram retomados os investimentos em saneamento e educação. Havia uma secretaria de desenvolvimento urbano. Não havia uma estrutura ministerial, e as cidades e as regiões metropolitanas no Brasil precisam de investimentos, inclusive que o Governo Federal ainda não está podendo fazer. Em transportes, um problema gravíssimo, no sistema metroviário.

PM – Qual é o documento que o senhor queria mostrar?

JD – Esse aqui. Eu queria deixar para todo mundo.

FM – Se quiser deixar só pra mim a cópia?!

JD – Um destaque pro Estado de São Paulo, especialmente pro Fausto Macedo. Aliás, você tem lá no Estado de São Paulo.

VC – Ministro você falou uma coisa aí...

JD – Porque atacaram uma série de/ Porque esta questão é a seguinte/ porque é muito ruim que eu fique aqui me defendendo.

VC – Mas o senhor está aqui pra isso!

JD – Então, aqui, oh, vai ser conectada Lei Geral de Comunicação, rádio, comunitária, PPPS. A PPPS está todinha regulamentada; já tem o comitê gestor, já tem o fundo garantido, mas saiu na matéria.

[ ]

JD – Não, não existe da Casa Civil. Está aqui a relação de tudo que a Casa Civil resolveu e fez no Governo. Eu fiz questão de citar tudo. E há muita mistificação, 200 grupos de trabalho, existe 21 grupos de trabalho concluído e 32 funcionando na Casa Civil, falam que são 200!

VC – Porque que a critica é recorrente então? Não só da oposição, até de aliados? Ministros dos Ministros dizem 'tudo para na Casa Civil/ por que a Casa Civil não toca?!

JD – Porque talvez não queira criticar outro ministro!

PM - Mas qual outro ministro?

JD – Mais poderoso do que eu.

VC – Mais poderoso que o senhor?

JD – Não, brincadeirinha.

DR – Mas o senhor disse que está mandando o projeto para a semana que vem, mas cadê a maioria pra aprovar, se o governo não consegue mais nem nomear gente pra TCU, pra...

JD – Calma, Denise, calma. Estamos em uma democracia.

DR - Pra qualquer coisa está difícil. Como é que faz pra montar essa maioria sobre as batutas de Severino?

JD – Calma, o Brasil é grande, poderoso e é um só...

DR – Mas como é que monta?

PM – E a vida é dura!

DR – Mas como é que monta essa maioria. Eu quero saber, como é que o senhor vai fazer?

JD – Nós estamos em uma democracia. O Governo vai recompor a maioria, com diálogo, com discussão. Esses projetos estavam acima do PMDB, PTB ta tudo/ esses projetos interessam aos governadores, pras empresas, pra sociedade brasileira e eles

vão ser aprovados.
DR – Agora, não tem maioria, tem algum tempo que tá parado, o presidente FHC falou inclusive em crise institucional já por causa dessa paralisia do Congresso, dessa falta de maioria do Governo. Tem ou não tem uma crise?

BLOCO 3: JD e o PT

PM – Ministro Dirceu, eu retomo na Denise, nós vamos fazer a pergunta dela em seguida, mas retomo o debate com a pergunta de Élcio Luiz Ferros de Castro no Paraná que pergunta: qual é o número exato do aumento de funcionários que o PT ajudou colocar na administração pública federal? É verdade que o custo de manutenção do governo Lula é maior do que manter a Família imperial britânica japonesa, entre outras monarquias?
JD – Veja bem, primeiro eu queria lembrar que o governo anterior, em concursos, contratou 64 mil funcionários, temporários 62 mil e 8 mil através de convênios internacionais do PENUTI. Então devagar com o andor, porque o santo é de barro. Esse governo tem autorização do Congresso para contratar 50 mil servidores, 30 mil é decisão do Tribunal de Contas do Ministério Público, ele tem que tirar os temporários e colocar servidores concursados. O país tinha o Ministério da Agricultura de 1937, tem que ser estruturado, e foi estruturado, aliás o Congresso aprovou e ainda aplaudiu o ministro Roberto Rodrigues. O Ministério de Minas e Energia estava totalmente sucateado. IBAMA, Polícia Federal, Hospitais Universitários, Universidades, Controladoria Geral da União, Receita Federal, Ministério do Planejamento. Nós temos que ter um serviço público eficiente.
PM – Dito assim não parece que tem aparelhamento então desse lado do PT, não está colocando gente na administração?
JD – O PT colocou aquilo que ele tem democraticamente o direito de indicar, mas não há nenhum aparelhamento na administração pública.
TG – Ministro o que o senhor diz do argumento dos partidos aliados de que o PT tendo 17% das cadeiras da Câmara, tem 87% dos cargos, isso, os partidos aliados, que vão reunir até amanhã, pra se lamentar da vida, afirmam.
JD – Eu já respondi isso. O PT tem 10 ministérios, 11 são de partidos aliados, 7 são de personalidades da sociedade brasileira e 5 são secretarias.
TG – Senhor Ministro, não, estou falando de cargos de confiança Brasil a fora.
JD – Não tem isso, não existe isso.
DR – Bem, Ministro, eu queria agora retomar a minha pergunta sobre como se faz para construir uma maioria na Câmara sobre a batuta de Severino Cavalcante?
JD – A maioria se constrói, não se fala. Na realidade se constrói politicamente.
DR – E se o senhor acredita que tenha/ que há uma crise institucional como a oposição tem dito?
TG – O ex-presidente.
JD – Não, no Brasil tem democracia. Quem não está acostumado com democracia/ na democracia você perde e ganha, no Congresso também, em qualquer democracia do mundo. Quem acha que o que o governo perde de projetos no Congresso é crise institucional no país é quem está com saudades da ditadura.
VC – Ultimamente o governo só perde, né Ministro?
JD – Não!
VC – Perdeu Severino, perdeu MP, perdeu recentemente a indicação CNJ.
JD – Não a MP governo tirou na prática.

VC – Hein?!
JD – O governo retirou na prática a MP.
VC – Ah, mas a questão da CNJ...
[MM – Mas sobre uma forte pressão, maciça.
FM – Mas ela tinha acabado de passar sob uma forte pressão]
JD – Pois é, isso é democracia. O governo apresentou um projeto, a sociedade não aceitou, o governo teve a grandeza de retirar e de refazer o projeto.
VC – Mas demorou bastante, teve muita pressão contra, alguns setores do governo insistindo nela.
TG – Quem é mesmo que articular a maioria o senhor ou o Aldo Rebello?
JD – Eu não vou discutir, essa é uma questão do Presidente da República.
TG - Por quê? Isso é de interesse público!
DR – Tá, o senhor não quer, o Aldo Rebello está desgastado, quem vai cuidar do Luginha?
JD – Primeiro, Aldo Rebello não tem nenhuma responsabilidade sobre as derrotas do governo na Câmara. Primeiro...
DR – Então quem tem?
VC – Então tem derrota, né?
JD – Não, mas é evidente/ Governo é/ pra presidente da Câmara.
[VC – Discutiu e agora tem.
TO – Então quem tem responsabilidade?**]**
JD – São duas coisas. O governo perder uma medida provisória como perdeu o bingo, agora a 232, não elegeu o presidente. Agora isso dizer que tem crise institucional, que o governo não vai mais ter maioria, é só essa separação que eu estou fazendo. Isso é uma democracia!
TG – Não, nós não estamos mais discutindo isso. O senhor disse que o governo vai reconstruir a sua maioria, nós estamos perguntando: Como vai ser daqui pra frente? Qual vai ser o instrumento? Quem vai ser o operador dessa reconstrução da maioria? É o senhor? É o Ministro Aldo Rebello?
JD – Essa pergunta tem que ser dirigida ao presidente Lula/ Não, hoje o responsável é o Ministro Aldo Rebello, os dois líderes do governo, que são os responsáveis.
TG – Sim, mas seu o partido não quer/ o PT não quer mais o Aldo Rebello.
JD – Quem decide isso é o Presidente e não o PT.
TO – Então eu vou fazer uma pergunta que o senhor é quem decide, Ministro. O senhor já falou várias vezes, para mim inclusive, que sua maior ambição é servir o Brasil com o presidente Lula. O senhor viveu essa situação agora, mas, fatalmente, se encerra, no mais tardar em 2010. Então a partir daí o senhor pensa em ser candidato a Presidente da República, Ministro?
JD – Você já reelegeu o Lula, já?
TO – Não, eu disse no mais tardar!
JD – Eu estou pensando hoje, no Brasil de hoje. Resolver os problemas do Brasil de hoje.
TO – Não, Ministro eu to falando...
JD – Mas quem sou eu pra pensar em ser candidato da República.
TG – Ué, chefe da Casa Civil, é o Ministro mais importante do Governo, não é?!
TO – É...
DR – Quem manda no PT.
JD – Não, eu não sou candidato ao governo de São Paulo já disse de público, sabe.
VC – E na hipótese do nome do Mercadante, que o senhor tem apoiado se viabilizar. Se os três nomes colocados hoje entrar em uma rota de colisão completa. E que o

nome do senhor seja lançado como nome de consenso, o senhor aceitaria essa disputa?
JD – Não aceitaria, porque não vai acontecer.
VC – Por quê?
JD – Porque o PT de São Paulo vai encontrar...
VC – Mas se não encontrar, não encontrou na época com a disputa com o Severino, acabou levando essa derrota estrondosa.
JD – Eu vou ajudar encontrar.
VC – Vai?
JD – Vou, vou. O que eu tenho falado, todos aqui sabem, é que as minhas relações com a ex-prefeita Marta Suplicy, com o deputado João Paulo Cunha, com o senador Luiz Mercadante são as melhores possíveis.
Alguém – E qual o senhor vai apoiar, quem o senhor vai apoiar?
JD – Apoiar, não vou apoiar ninguém, porque eu tenho dito e repetido que no meu ponto de vista o melhor e mais adequado candidato, nesse momento, pro PT de São Paulo é o senador Luiz Mercadante.
PM – E vai ter previa no PT de são Paulo?
JD - Não vai ter é cedo ainda.
PM – É.
JD – A eleição é outubro do ano que vem. Isso tem que ser decidido até março do ano que vem.
VC – Ministro, você não quis se comprometer com a pergunta da Thaís sobre 2010. Então vamos ver algo agora. Se o presidente Lula amanhã pedir que o senhor reassuma as articulações políticas, o senhor reassume?
JD –Você não acha que eu vou responder essa pergunta?!
VC – Porque não?
FM – Já respondeu, né!
MM – Já que quer responder isso, o senhor falou há pouco sobre as duas medidas provisórias a do bingo e a 232. Eu acho que o senhor não está igualando as duas?
JD – Não estou falando de derrotas que o governo sofreu.
MM – Sim, mas o senhor quase que menosprezou a 232.
JD – Não, não menosprezei a 232, não.
MM – Bem, então ouvi errado. Mas qual foi o recado que você não entendeu da derrota do Governo nessa medida que o Governo lutou muito?
JD – O governo entendeu tão rápido o recado que estabeleceu como teto das receitas de 16% do PIB e para as despesas 17% na LDO para os próximos dois anos. Entendeu tão rápido, que vai apresentar agora/ o governo já tinha apresentado 20 medidas de exoneração de bens de capital, de aportes, de supermercados, de capital de setor imobiliário, de cesta-básica etc, etc e etc.
MM – Mas não de carga tributária?!
JD – Não de carga tributária. O governo apresentou custo 6 – 7 bilhões de reais ano passado, e esse ano agora vai apresentar pra exportações, apresentou pra Software (pra questão de informática, vai apresentar pra semicondutores) e vai apresentar para bens de consumo. O Ministro Palloci, eu tenho aí toda a relação, não vou ler aqui, todas as medidas. Todos os que acompanham sabem que o governo tomou iniciativas e, mais, o governo deu pra agricultura, pra remédios, pra agrotóxicos. O governo tomou uma série de medidas de isenções para investimentos, para produção e para o consumo. E vai continuar a redução da carga tributária no Brasil, vai acontecer o crescimento do PIB e não o aumento da carga tributária. Porque o país tem problemas sociais, problemas de infra-estrutura e precisa investir, então também

o governo não pode chegar e falar: Vou reduzir a carga tributária a 5%, isso é demagogia. Agora crescer economia, não aumentar a carga tributária; fazer a reforma tributária do ICMS; unificar o ICMS; acabar com a guerra fiscal; estabelecer 5 – 7 alíquotas é muito importante. Tirar da folha de pagamento a contribuição da previdência passar para o faturamento que o Governo vai fazer. Agora há uma série de medidas que o governo vai adotar, mandar para o congresso nacional o estatuto da pequena e media empresa, sabe. Resolver o problema do teto do simples. São medidas que podem melhorar a qualidade da carga tributária no Brasil.

LN – Ministro, tem uma afirmação sua que ficou bem solta no primeiro bloco, que eu acho que o senhor devia esclarecer um pouquinho: o senhor disse que o presidente Lula vai conversar com as companhias telefônicas para discutir o índice, é isso?

JD – Não o Presidente. A ANATEL.

LN – Não, eu digo o Governo.

JD – Vai.

LN – Vai tirar o IGPM.

JD – Já ficou acordado no decreto quando o Valdomiro Teixeira era ministro. Isso já ficou acordado no decreto, isso já está resolvido no Brasil.

LN – Já foi resolvido, já?

JD – Já.

PM – Ministro!

VC – Por favor, voltando na questão da situação política, por mais uma vez o senhor foi desautorizado pelo presidente Lula em articulações que o senhor estava fazendo em torno de formação de ministério, de reforma ministerial. Até o senhor ficou um pouco chateado por estes episódios. Olhando hoje, o senhor acha que foi um erro do presidente não ter aceitado aquela articulação que o senhor fez lá logo no inicio do governo em que incluía o PMDB logo de cara dentro do governo. O senhor acha que foi um erro do presidente? Hoje, olhando/ vendo essa desarticulação da base aliada, o senhor acha que foi um erro o presidente não ter colocado o PMDB logo no início do governo?

JD – Veja bem, o Presidente da República não desautoriza no início, o Presidente da República toma decisão. E eu dou ao presidente opiniões quando ele me pede, eu faço propostas e, muitas vezes, ele me delega responsabilidades e eu apresento pra ele opções. Ele toma a decisão, eu não fui desautorizado nenhuma vez.

[TO – Mas o senhor chegou a convidar o Sarney/ a Roseana Sarney para o Ministério...

VC – Mas o senhor achou um erro dele. O senhor acha que foi um erro dele não ter incluído...**]**

JD – Convidado quem?

[TO – A senadora Roseana Sarney.

DR – A senadora Roseana Sarney.**]**

JD – Não, eu nunca convidei a senadora Roseana Sarney para o Ministério. Não é um fato.

TG – Nem sondou...

JD – Não.

VC – O senhor acha que foi um erro do presidente não ter incluído o PMDB lá atrás?

JD – O PMDB faz parte do governo.

VC – Agora, mas anteriormente?

JD – Não, o presidente, o PMDB apoiou...
VC – Naquele momento, talvez o senhor teria trazido todo o PMDB para o governo. Hoje você tem um PMDB representado no Governo, mas não todo PMDB.
JD – Mas o PMDB apoiou o Governo durante o ano de 2003, independente de participar ou não do governo...
PM – Ministro!
JD – O governo aprovou todos os projetos que precisava aprovar na Câmara do Senado.
TG – Mas agora tem criado tanto problema, hein?!
PM – Ministro, como é que o senhor acha que o PT se sente no governo do PT? Eu digo isso porque amanhã/ hoje já tem uma enorme representação, não do PT, mas do MST, que é um movimento que sempre teve uma vida paralela a do PT/ Em Brasília, amanhã, eles têm uma audiência com o Presidente Lula. E o quê a gente lê, escuta e ouve de parte da militância é uma certa saia justa, uma certa insatisfação de quê, 'Pô não é bem isso que a gente queria fazer'.
JD – Veja bem, eu como petista sinto orgulho do governo nesses 30 meses por todas mudanças que fizemos no país. E acredito que todo petista sente orgulho. Outra questão é que há pontos de vista, em qualquer partido político, em qualquer governo, diferentes sobre determinados aspectos da política do governo. Seja social, econômico ou mesmo institucional, propriamente dito. Como nós estamos em uma democracia, e o PT é um partido democrático, existe um debate sobre os caminhos do governo, sobre a variação do governo e eu vejo isso com naturalidade.
PM – Sim, mas como é a relação com o MST, por exemplo?Não é complicada?
JD – Não, o MST a CUT a CONTAG são entidades da sociedade civil que reiv/ como qualquer outra entidade, entidade empresarial que tem plataformas, que tem reivindicações e apresenta pro Governo. O Governo tem que ver o país todo, o governo não pode ver só uma entidade empresarial, uma entidade sindical, um movimento.O Governo/ a reforma agrária é importante, a agricultura familiar é importante, mas a saúde e a educação também e o país tem limitações. Eu quero repetir: o país tem limitações. Vai levar um tempo até superá-las, mas o país está crescendo. Hoje mesmo nos temos o resultado de emprego, é o maior , a maior criação de empregos com carteira assinada na história desde que existe o CAJED. E o país acumulou, desde o começo do Governo do Presidente Lula, 2 milhões e 700 mil empregos com carteira assinada.
PM – E o senhor acha que vai chegar nos 10 milhões?
JD – Vai chegar de emprego formal, informal, vai chegar. Se continuar criando 1,5 milhão, um milhão e 700 mil empregos esse ano e no ano que vem. Se você somar empregos formal com o informal pode chegar nos 10 milhões.
VC – Mas se o Banco Central não deixar. Porque amanhã começa uma nova reunião do COPOM. A expectativa que era uma expectativa de que talvez os juros não subissem, talvez voltem a subir até quarta-feira. Tem muita gente dentro do Governo que defende mudanças dentro do Banco Central. Como é que o senhor se posiciona nisso, o senhor. acha que deveria ter mudanças dentro da diretoria do Banco Central?
JD – Sobre o Banco Central só fala o Presidente da República e sobre os juros só fala o Banco Central.
LN – Ministro, deixe eu colocar só um ponto aí em relação a juros e o câmbio. Quer dizer há uma possibilidade, não digo que uma certeza, há um risco apontado por muita gente de que se o cambio continuar do jeito que tá, você tem aí um estreitamento aí do saldo comercial, você tem uma situação internacional instável,

seja, qualquer estrategista que for ver esta situação hoje, sabe-se que tem uma situação instável lá e que pode ser agravada pelo Banco Central. Política monetária não é algo muito importante, muito estratégico pra ficar, não estou falando agora, mas se for pegar conceitualmente pra não ter saia-justa, não é muito importante, muito estratégico pra ficar nas mãos de técnicos do Banco Central?
VC – Pegando carona na pergunta do Nassif, o senhor não acha defensável a mudança do Conselho Monetário Nacional?
JD – É a mudança do Conselho Monetário Nacional está sendo discutida na sociedade, a CUT está discutindo o Conselho de desenvolvimento econômico e social e o senhor da decisão é o Presidente da República.
VC – O senhor é a favor ou contra?
JD – Não sou nem contra nem a favor.
VC – O senhor não está falando nada, nada contra hoje!
JD – Não, eu vou ser bem franco e sincero. Em matéria de juros, quem fala é o Banco Central. Eu tenho uma opinião que é pública e notória e dispensa ser repetida. O que/ eu tenho a convicção é que o país precisa crescer mais que 5% ao ano.
LN – Mas, ministro, se tem a análise de risco lá, por exemplo?
JD - Hoje nós estamos com 23% de poupança nacional, temos uma taxa de investimento alta. Há investimentos programados para os próximos anos seguros, há uma reestruturação no setor siderúrgico, petroquímico, papel e papelão**.** Há uma política industrial, sabe. A renda está crescendo, o mercado internacional, o comércio internacional tá crescendo, apesar que há incertezas e o país está crescendo. Existe uma política monetária que está com juros de 19,5% e nós temos um superávit de 4,25 e o câmbio está chegando em 2,45...certo
LN - Estimulando crescimento.
JD – São problemas que o país tem pra enfrentar! E o Banco Central tem autonomia e existe uma equipe econômica, o Presidente autoriza ou não determinadas políticas. Eu como membro do governo, sabe, tenho que defender essa política.
LN – Ministro, mas no ponto de vista institucional. Você pega uma empresa, a economia, digamos, se tiver um problema cambial, é um quadro de guerra como vimos em 1999, que já vimos em 2003. Sendo um ponto de vista institucional, não vamos pensar nem no governo agora, vamos pensar daqui uns anos aí, o país ele não precisaria ter estrategistas para canalizar a questão social, que analisasse a perspectiva de uma crise externa, ou seja, o ferramental que vai, que vai acima da visão especialista do Banco Central pra alimentar o Presidente...
TG – Acima dos compartimentos, né.
LN – Isso!
JD – Mas, Nassif, o Governo tem isso, debate, discuti isso. O governo tem uma câmara de política econômica e uma câmara de desenvolvimento econômico que faz debates sobre todos esses cenários.
LN – Sim, mas bate no Banco Central e volta.
JD – Bem, mas aí tem uma institucionalidade no país, o Banco Central tem um papel e tem uma autonomia...
LN – Não, mas, eu estou discutindo mudança institucional.
JD – Tem regras de...
TG – O presidente disse, por exemplo, em uma entrevista coletiva...
JD – Não, não vamos lembrar uma coisa importante...
TG – Quer coisa mais significativa que o Presidente dizer que considera um erro do Governo dele não ter um outro instrumento de controle da inflação a não ser a política monetária, os juros altos, etc. Ele Presidente reconheceu isso, no entanto não

acontece nada!
JD – Não, acontece sim, veja bem, eu disse e quero repetir. O governo não fica parado a partir da política monetária, não quero/ pra não repetir, o governo tem política industrial, tem política de inovação, tá reduzindo o custo do país em infra-estrutura, na questão tributária
TG – Que instrumento alternativo pode haver?
JD – Que instrumento alternativo pode ter é você abrir para a importação; é você mexer na política tarifaria, é o caso de tomar de previdências.
TG – Mas, como, relativo ao assunto?
JD – Digo no controle de inflação, pra além do juro. O que eu digo é que o governo não fica parado. Essa questão é uma questão institucional porque o papel do Banco Central está estabelecido, é uma lei, e o Banco Central é que faz política monetária. Quando estabeleceu a meta de inflação, quando estabeleceu o câmbio flutuante, nós estabelecemos as regras que estão estabelecidas hoje. Então o governo é responsável pela meta de inflação.
LN - Mas deixa eu pegar um ponto aqui. No ano passado, havia uma liquidez internacional fantástica, o próprio Presidente da República alertou pro risco do Banco Central não entrar no mercado e o câmbio desabar. Daí houve rumores de que teria havido conselhos ao Banco Central para comprar esse dólar. O Banco Central começou a comprar dólar. Duas semanas depois, soltou uma ata que o mercado inteiro e ninguém conseguiu entender aquela ata, apresentando um caos pela frente. Quer dizer não há um risco aí, digamos da chamada ditadura do especialista, do código que temos hoje?
JD – Não acredito porque a sociedade brasileira é democrática, tem uma opinião pública de dezenas de milhões, o empresariado tem força política, o Congresso Nacional tem força política. Como eu acredito na democracia, eu acredito que isso vai encontrar uma síntese, vai encontrar uma saída. Não vejo que o Brasil vá viver uma crise cambial, ou que o Brasil vá viver uma política monetária que leve o país a uma recessão. Isso aí é sustentável no ponto de vista político. Pra mim falar de outra maneira o que não posso falar diretamente.
VC – Tá bom!
PM - Ministro! Antes de a gente falar do intervalo, eu queria registrar: o professor Emilson Nunes da costa de Volta Redonda – Rio de Janeiro pergunta: Se daria para prestigiar mais o telespectador que gasta impulso e demora para conseguir ser atendido (é verdade) e eu faço apenas duas entradas com perguntas de telespectador. Eu queria registrar que Gabriela Antunes perguntou/ e Francisco Lemos perguntaram sobre o caso Celso Daniel e a questão já foi respondida. Antônio Daniel, de Araraquara, perguntou sobre Lei dos bingos, foi respondida, não foi citado o nome dele, porque outros participantes aqui da bancada fizeram. Rogério Lagos fala da articulação política, a questão foi abordada. Também Rui Brasil, de Bicheira, bancário, sobre a questão de Valdomiro Diniz, foi citado. Edson Antônio, de São Paulo capital, aposentado, sobre o caso Valdomiro Diniz. Os 10 milhões de empregos - Adão José Cardoso, de Paulínia, administrador de empresas, foi falado. Ronaldo Cardoso, de São João Climaco, comerciário, se o Ministro aceitaria a retornar pra coordenação política, foi dito. Talvez não tenha sido respondido da maneira que o telespectador quer, mas, a gente perguntou! Gastão de Souza Filho...
VC – Não respondeu.
JD – Não, eu não quero, sabe que não quero.
VC – O senhor não quer, mas se o Presidente fizer uma convocação? Uma coisa é o senhor não querer responder, outra coisa é o Presidente fazer uma convocação. Aí?

Aí?
JD – Eu já disse, e já repeti n vezes que não quero retomar a articulação política.
VC – Não quer, mas, o senhor já disse várias vezes aqui que às vezes não adianta ter as vontades do senhor/ algumas vezes não prevalece a vontade do senhor, prevalece a do Presidente, é isso?
JD – Sempre, prevalece a vontade do Presidente, sempre.
VC – Então se ele convocar o senhor, vai prevalecer a vontade do Presidente?
JD – Cada um conclui o que achar melhor!
PM – Pascoal de Souza, de Vila Mariana, a questão da vergonha, do orgulho do PT. Jair Silveira que há cinco anos participa, acompanha o Roda-Viva e nunca teve o nome citado, pronto, tá citado; qual a razão do governo contratar tantos cargos de confiança. Enfim, só pra justificar que o mediador aqui tem suas dificuldades também. Como disse o ministro José Dirceu: a vida é dura!

BLOCO 4: JD e a Casa Civil

PM – Ministro, senhor tem saudade da Câmara dos Deputados?
JD – Tenho!
PM – É melhor a vida lá, ou menos dura do que na Casa Civil?
JD – Não, a vida no Governo é um sonho de que eu tinha de poder servir o Brasil e de realizar o programa de governo do Presidente Lula. Então eu estou muito bem no Governo e na Casa Civil, mas tenho saudades da Câmara. Eu fui deputado/sou deputado, estou licenciado. Então estou feliz no Governo, mas tenho saudades da câmara.
TO – Por falar em saudades, ministro, a sua trajetória, a sua biografia é amplamente conhecida por todo Brasil, mas pelo inusitado de certas situações eu gostaria de voltar a ela. Quando o senhor viveu clandestinamente lá em Cruzeiro do Oeste, no Paraná, na pele daquele fictício empresário, o Carlos Henrique, o senhor, de certa maneira, não sentiu que estava traindo as pessoas que conviviam com o senhor, que acreditavam nessa mentira? Ou isso se deveu ao senso de a causa, o senso de dever era mais forte que este eventual incômodo que o senhor pudesse sentir?
TG – Amor à pele? Instinto de sobrevivência?
JD – Não, não trai, porque primeiro não coloquei ninguém em risco. E segundo porque tudo que eu fiz em Cruzeiro do Oeste, eu posso voltar a Cruzeiro do Oeste de Cabeça erguida.
TO – Mas o senhor foi casado por 4 anos com uma mulher que não sabia o seu verdadeiro nome. Teve um filho com ela.
JD – Fui casado não, me apaixonei por ela, amava ela, casei com ela. O que você queria que eu fizesse?! Se eu gostava dela e amava ela, casei com ela.
TO – Não, não estava criticando isso, estou só...
JD – Tive um filho com ela que tá aí.
DR – Porque então não contar a verdade pra ela?
JD – Contar a verdade pra ela, eu não estaria aqui, porque geralmente quem fala, nessas situações, não consegue sobreviver. Infelizmente é assim, a clandestinidade tem essas regras, elas são implacáveis, são duras, podem magoar as pessoas, mas elas são assim. Quando eu fiz a opção de viver clandestino eu fiz opção de passar por esse tipo de situação.
TO – O que foi mais duro nessa época, ministro?
JD – A perda de meus companheiros, porque eu estava numa situação em que não

podia, né, aqui eu tenho a Ana Luzia que foi minha companheira tanto em Cuba como aqui no Brasil na clandestinidade e nós passamos por isso e vivemos isso. Mas já é história do Brasil.
[FM – Ministro!
TG – Espera aí, Fausto, eu já estou na frente aqui.**]**
JD - Mas já é história do Brasil.
TG – Não, eh, essa coisa dos retornados Cubanos, qual é o número mesmo? A maioria dos retornados de Cuba morreram, né! Eu acho que ali tem uma questão de sobrevivência mesmo, né. Eu queria que o senhor contasse, nós falamos de tantos momentos difíceis, de Governo, de coordenação política/ eh tantos desafios, tantas dificuldades, mas deve ter algum momento que lhe foi muito gratificante, né. Qual o momento, depois da eleição do Lula, que lhe deu maior gratificação ou felicidade política ou pessoal?
JD – Não, eu não tenho nenhum momento assim especial.
DR – E o quê o senhor não repetiria?Nesses dois anos e três meses aí, algum ato que o senhor tenha feito/ isso nunca mais?
JD – Não, eu não posso falar o que, não repetiria no ar.
DR – Por que não?
JD – Não deixaria a articulação política do governo.
[Todos – Não deixaria?!**]**
PM – Um minutinho. Um de cada vez!Fausto Macedo.
FM – Ministro, um juiz federal determinou aos comandos militares que abrisse os arquivos da ditadura, só que nos bastidores, porém, oficialmente o Governo, através da AGU foi à Justiça Federal, entrou com um recurso e impediu isso. Afinal o PT quer abrir os arquivos? Não quer? Qual é o medo disso?
JD – O Governo Federal revogou o decreto do governo anterior, inclusive está enviando pro arquivo nacional, pro arquivo do ex-SNI, pro arquivo da ABIN, sabe, o arquivo da Justiça Militar, pro arquivo da comissão de morte e desaparecido, o arquivo de todos processos de cassação do Conselho de Segurança Nacional, certo, ta praticamente tornando tudo público. Do ponto de vista dos documentos especificamente desse processo que diz respeito, o Governo recorreu, mas a justiça ainda não tomou uma decisão final, certo, recorreu, porque se trata do Estado Brasileiro, trata-se do Governo, trata-se das Forças Armadas do estado Brasileiro, trata-se do Governo. A medida que o governo podia adotar de abrir todos os arquivos que estão em poder do Governo, o Governo fez. Quando a Justiça tomar a decisão final, certo, e mandar fazer busca e apreensão, que vai ser a decorrência normal, de documentos que dizem respeito, certo, a época da ditadura que estariam nas Forças Armadas, porque no Governo não tem, porque todos os documentos que estão com o governo, estão sendo colocados à disposição desde que cubra os quesitos da legislação.
LN – Ministro, só pra entender um pouquinho, já que este bloco é da sobre a Casa Civil. O quê que é a estrutura da Casa Civil hoje? Quer dizer, qual é a sua estrutura? Como é organizada a sua equipe? E quais são os principais projetos que ela trabalha? Como é que a interação com os ministérios?
JD – A Casa Civil, ela tem uma subchefia de assuntos jurídicos que dá a última palavra sobre juridicidade, constitucionalidade, técnica legislativa de todos os projetos que são enviados para o Congresso Nacional e todos que o Presidente tem que sancionar. E ela se articula com todos os ministérios, afins da matéria. Tem uma subchefia de assuntos governamentais que vê a compatibilidade orçamentária com as metas do Governo com os programas, com o PPA. E tem uma secretaria, que foi

criada no nosso Governo, de articulação e monitoramento que faz o monitoramento dos principais e prioritários projetos do Governo. E tem uma sala de investimento que procura desburocratizar, simplificar, sabe.
LN – Esse monitoramento dos projetos é feito como?
JD - É feito através de acompanhamento, através de reuniões, através de grupo de trabalho. Eu vou dar um exemplo, certo, se nós estamos tentando viabilizar o Brasil-ferrovias, tem impedimentos na ANTT, tem impedimentos no BNDES, tem impedimentos no grupo privado ou nos fundos de pensão. A Casa Civil faz a articulação entre as diferentes partes pra se chegar a uma proposta e levar ao Presidente da República para autorizar, ou não, ou passar pelo Conselho Administrativo dos Fundos de Pensão, do BNDES e vice-versa. A BR 163, havia necessidade de um plano contra desmatamento, de preservação, além de um projeto, que ela não tinha projeto, como é uma obra que envolve vários estados, pode envolver a PPP que dentro da Casa Civil tem. Junta a discussão orçamentária, Casa Civil, Planejamento e a Fazenda é que toma as decisões sobre o condicionamento e depois sobre as prioridades de investimento. Por que isso? Porque muitas vezes você tem que realocar recursos, porque surge uma emergência, uma demanda de um ou outro Ministério.
LN – Tem algum grupo de trabalho para a VARIG?
JD – Não. Isso ficou no Ministério da Defesa com o Ministro José Viegas e hoje está com o ministro José Alencar...
PM – A propósito**...**
JD – A Casa Civil participa de um organismo que existe no Ministério da Defesa que é o COMAC. Aí nós participamos desse, como participa da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional onde se pode discutir também questões pertinentes a aviação civil.
PM – Ministro, qual é a sua posição/ do senhor em relação a usina de Angra Três? É a pergunta de André Valente, de Barros Barreto.
JD – Eu já declarei a minha posição no Conselho Nacional de Política Energética. Estou inclusive concluindo um parecer pra encaminhar para o Conselho favorável ao término da usina nuclear de Angra Três. Existe uma questão tarifaria que é real que a Ministra Dilma Russef, de Minas e Energia, manifestou uma opinião num primeiro momento contrária, por causa da questão tarifária e o Ministério do Meio Ambiente manifestou uma posição contrária a parte da questão ambiental, como nós temos Angra Um e Angra Três.
PM – Mais uma não vai fazer diferença.
JD – Eu diria que pelo menos nós temos que debater e aprofundar esse debate ambiental. O Brasil é um país que tem condições de completar com fins pacíficos o ciclo nuclear. È a sétima reserva de urânio no mundo, sabe. Tem duas usinas nucleares para fins pacíficos pra desenvolver, inclusive, uma nova tecnologia de geração, sabe. Eu não vejo o porquê que o país não possa terminar Angra 3...
PM – Denise.
JD – E há financiamento externo para concluir.
DR – Ministro, eu gostaria de voltar porque o senhor respondeu para mim e para a Tereza. A gente até ficou assim, porque até interrompemos o Fausto e queríamos antes pedir desculpas, Fausto. É o seguinte, o senhor disse não deixaria a articulação política do governo?
TG – Isso seria um de seus arrependimentos, ao tê-la deixado?
JD – Isso.
TG – Isso significa que há espaço na Casa Civil para a volta da convenção política.

JD – Não, não, não.
DR – Mas como é? Eu queria que o senhor voltasse.
JD – Eu vou até aproveitar pra esclarecer uma coisa...
DR – Explicar bem essa história.
JD – Pedir para a imprensa se ater à verdade. Eu deixei a Casa Civil antes do caso de coação política, antes do caso Valdomiro Diniz. Então, não foi por causa do caso. Mas não é que os jornais repetem toda semana, todo mês. Eu saí da articulação política por determinação do Presidente. Fiquei com a responsabilidade da Casa Civil, como expus aqui...
TG – Você não se queixava muito do acesso da imprensa....
JD – Na Casa Civil eu também era responsável, viu Luis Nassif, pela infra-estrutura. Tem uma situação elétrica, uma sala de situação de rodovias, de ferrovias e de portos-grupo tarefas junto com o MEDI, com o Ministério do Transporte. Eu estou com os Ministérios/ Minas e Energia/ nós trabalhamos juntos, porque são projetos prioritários do Governo e o Governo hoje acompanha isso on-line, o projeto, a obra o contrato, como está. Há um acompanhamento de todos os prazos, cronograma, policiamento ambiental, por problemas administrativos, por problemas legais, orçamentários.
[ ]
TO – O senhor se arrepende porque, pelo senhor ou pela Casa Civil?
TG – Ou pelos maus resultados que o governo...
JD – Pelo governo.
MM – Ministro, de fato pouco escapa da Casa Civil, inclusive política internacional.
JD – Não, a Casa Civil não tem nada haver com política internacional.
[ ]
VC - O senhor tem viajado bastante por aí, Hugo Chaves, Condolissa Rice...
JD – Eu, por determinação do Presidente e de comum acordo, e sobre orientação do Itamarati, né, fiz algumas viagens e aí se limita a minha atuação. A Casa Civil participa da CAMEX, certo, que é a Câmara de Comércio Exterior, por isso é que sempre todos os governos participaram e a Câmara de Relações Exteriores e Segurança Nacional. E a minha relação como Itamarati é profunda, porque é evidente que a Casa Civil, tendo o papel que tem, tem uma relação com os principais ministérios de área e tem reuniões de trabalho e sistemáticas com todos os ministérios.
VC – Agora gerou muita polêmica aquela viagem do senhor, rápida pra visitar o Chaves, o presidente Venezuelano, antes da visita da Condolissa Rice no Brasil. O senhor foi lá numa missão de tentar acalmar um pouco o presidente Hugo Chaves?
TO – O quê o senhor disse pra ele?
JD – Não, não foi especificamente pra tratar das relações Venezuela-EUA. Foi para tratar das relações Brasil-Venezuela. Pelas minhas relações com o Presidente Chaves e a pedido do Presidente que e me acompanhou.
VC – E foi estranho assim, logo a visita da Condolissa Rice.
JD – Me acompanha em todas as viagens, o embaixador Américo Fontinelli, que é assessor especial da Casa Civil e indicado pelo Itamarati. Não há nenhuma hipótese da Casa Civil ou de outro ministério substituir o Itamarati. Quando o me indiquem, Ministro Furlan ou Ministro Roberto Rodrigues da Agricultura trata de questões internacionais- comerciais, é porque diz respeito, no meu caso, é uma questão política. Eu estou participando por uma questão, por uma decisão do Presidente, acordada, evidentemente, com os chanceleres, né, e acompanhado pelo Itamarati. Estou apenas prestando serviço.

VC – E a cúpula Árabe, o senhor esteve fora de Brasília, o que o senhor achou da cúpula Árabe? Teve um resultado positivo para o Governo?
JD – Tem, tem resultados...
VC – Porque o senhor não ficou em Brasília naquele dia?
JD – Porque eu tinha agenda no Rio de Janeiro tinha um compromisso com o Ministro Reis Veloso. E eu jamais faltaria a esse compromisso até pra prestar uma homenagem ao Ministro Reis Veloso pelo que ele fez pro Brasil, pelo exemplo que ele é de homem público. Eu fiz questão de ir. Depois eu voltei, o Presidente me convocou para um almoço. Se eu estivesse em Brasília, eu teria participado daqueles eventos que o Itamarati ou que o Presidente me convocasse como os outros Ministros participaram. Não há, não havia nenhum problema de eu participar da cúpula Árabe e considero que foi uma grande vitória para o Brasil, um grande avanço nas relações do mundo Árabe com a América do Sul, terá resultado não apenas comerciais, mas também do ponto de vista político.
VC – O Brasil não perdeu um pouco o controle sobre a cúpula na medida em que ela ficou virando um ato mais anti-Israel?
JD – Não, não teve nenhuma decisão de anti-Israel na cúpula.
VC – Mas a tônica dos discursos foi só essa!
JD – Mas em qualquer assembléia, qualquer conferência é uma coisa pluralista, democrática tem discursos dos mais diferentes tons. As relações do Brasil com Israel são relações cada dia melhores. O Brasil tem uma posição histórica nas nações unidas em defesa do Estado de Israel, da segurança, das fronteiras dos estados de Israel. Então não vejo nenhum/ não há/. As relações de Brasil com Israel só tendem a melhorar e se aprofundar.
TG – Ministro só uma pergunta rápida...
PM – Tereza, só um pouquinho. Última pergunta, Ministro. Nosso tempo já estourou. Tem gente que ainda acredita em uma espécie de 3º turno no governo do PT. Que agora no 2º mandato do Presidente Lula, se ele for eleito, aí sim o PT virá a fazer o seu governo. É isso mesmo?
JD – Não, o PT está fazendo o seu governo. Esse é o governo dentro das condições internacionais, da herança que nós recebemos, da correlação de força política do Brasil, da força que nós temos, da experiência que nós temos, que nós podemos e devemos fazer o Brasil. E ele é um Governo de mudanças, ele é modernizador, reformador no social, sabe. Está fazendo o país crescer, está criando emprego e deu ao Brasil uma presença no mundo que o Brasil nunca teve.
PM – Muito obrigado pela sua entrevista, obrigada nossos entrevistadores. E a você, que está em casa, obrigado pela audiência. Na próxima segunda-feira entrevista com Luís Felipe Escolari, o Felipão, técnico da seleção Portuguesa. Até segunda e uma boa semana.

ENTREVISTA 2

Prefácio midiático

PM- Boa noite. Depois de ser acusado de envolvimento num suposto esquema de corrupção, ele se anunciou como homem-bomba de acusado virou acusador e ascendeu o pavio da maior crise política do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O Roda-Viva entrevista está noite o Deputado Federal Roberto Jefferson do PTB do Rio de Janeiro, o parlamentar que paralisou o governo e o congresso com a denuncia do mensalão.

Biografia do entrevistado

Para entrevistar o Deputado Roberto Jefferson nós convidamos os jornalistas Expedito Filho, Repórter do Jornal Estado de São Paulo;Alexandre Machado, Editor de Política da TV Cultura; Tales Faria, Chefe da Sucursal de Brasília da Revista Isto É; Renata Loprete, Editora da Coluna painel do Jornal Folha de São Paulo; Sérgio Prado, Chefe da Sucursal de Brasília da Gazeta Mercantil e do Jornal do Brasil; Ilimar Franco,repórter de política do Jornal O Globo. Temos também a participação do cartunista Paulo Caruso registrando em seus desenhos os momentos e os flagrantes do programa.

	BLOCO 1: RJ como denunciante do mensalão
1	**PM** – Boa noite, Deputado!
2	**RJ**– Boa noite, Paulo!
3	**PM** – Queria começar com o seguinte: aonde que o senhor pretende chegar com as
4	afirmações que o senhor tem feito, com a sua participação no Conselho de Ética da
5	Câmara dos Deputados, enfim, com as suas últimas atuações na política Brasileira?
6	**RJ**– Penso que já cheguei ao objetivo quando coloquei de público essa história do
7	mensalão que paralisava a casa, gerava tensão entre a minha bancada do PTB e as
8	bancadas do PL e do PP. A comissão de ética está instalada, a CPI instaurada e nós
9	vamos agora à apuração disso. Há, você não tenha dúvida Paulo, um grande
10	esquema de corrupção em estatais e esse esquema de corrupção em estatais tinha um
11	gerente, tá, e esse esquema abasteceu a base aliada do governo e agora nós vamos
12	ter tudo isso decantado, claramente esclarecido a partir da CPI.
13	**PM** – Quem era o gerente?
14	**RJ** – Silvio Pereira. Eu não tenho dúvida que o coordenador disso é o Silvio Pereira,
15	com o conhecimento do ex-ministro.
16	**PM** – Só para esclarecer, o secretário do PT?
17	**RJ** – O secretário Geral do PT. Com o absoluto conhecimento do Deputado José
18	Dirceu.
19	**TF** – Quando o senhor disse que abasteceu a base aliada, o senhor tá dizendo que
20	abasteceu o PL o PP.
21	**RJ** – E nas eleições o PTB.
22	**TF** – E o PTB?
23	**RJ** – Sim. Nas eleições nós recebemos...
24	**TF** – Agora, o senhor, quando contou inicialmente naquele/ quando o senhor foi na
25	tribuna a primeira vez, o senhor disse que o Molina foi no seu gabinete e que o Ney
26	Suassuna insistiu/ o senador Ney Suassuna insistiu que ele fosse lá, o senador era/ é

líder do PMDB no Senado?
RJ – Sim.
TF – O senhor ao mesmo tempo diz que PMDB não, o senhor não tem citado muito o PMDB e tem dito que o PMDB é/ não sabe de nada envolvendo o PMDB, o senhor não tá acenando um acordo com o PMDB para que haja/ para que se livre um pouco das acusações.
RJ – Tales, eu me reporto à primeira conversa que o José Múrcio, líder de meu partido, teve na casa do Valdemar Costa Neto. Era PL, Valdemar Costa Neto, Bispo Rodrigues e Pedro Henrique do PP não havia ninguém do PMDB. Quando nós ouvimos falar desse mensalão nós nunca ouvimos falar de parlamentares do PMDB.
TF – Porque então Ney Suassuna insistiu em que o senhor recebesse o Molina, ele tinha algum interesse nisso, né?
RJ – Penso que não, a impressão que me passou o líder do PMDB no Senado é que esse Molina, comandante Molina, por ser comandante da Marinha, colega de farda no passado do senador Suassuna o envolveu disse 'quero falar com o Roberto Jefferson, o Roberto Jefferson não me recebe' tanto que o pedido do senador Ney Suassuna a mim é o seguinte 'oh Roberto atende aí o meu companheiro de farda o Molina, ele é um homem gentil, educado e quer falar com você'.
TF – Agora, o PMDB dividia com o PTB os cargos no correio, nos correios, não?
RJ – O PMDB dividia com PTB e o PT os cargos no correio.
Sérgio – Deputado, o senhor falou no gerente do mensalão, se tem gerente tem mentor, quem é o mentor?
RJ – Eu não tenho dúvida que é o Zé Dirceu. Isso é uma política pensada. É mais fácil você pagar aluguel para um deputado do quê discutir um projeto político com ele, do quê partilhar poder com um partido que apóia. Era uma coisa assim, eu me recordo bem Sérgio, quando o Martinez estava vivo que ele reclamava a falta de carinho vocês até brincavam 'que é que o Martinez quer carinho do Presidente Lula?'. Havia um cordão de isolamento entorno dele e nos não conseguíamos conversar sobre política.
SP – O senhor era/ o senhor era presidente de um partido da base do governo. Como o senhor não conseguia chegar no Presidente?
RJ – Só consegui chegar ao Presidente pra conversar com ele sobre política, efetivamente, a partir de janeiro desse ano.
SP – E ali o senhor teve certeza da afirmativa que o senhor está fazendo de que era o José Dirceu o mentor?
RJ – Eu conversei várias vezes com o José Dirceu sobre o mensalão, falei com ele várias vezes.
RJ – Deputado! Deputado o seu partido PTB elegeu é na última eleição 27 deputados Federais se não me engano.
RJ – 26.
RL – 26. E tem hoje 47, se não me engano.
RJ – Certo.
RL – É essa/ esse processo de inchaço foi em grande medida estimulado pelo governo, estimulado pela Casa Civil e eu lhe pergunto: Á luz do que se sabe hoje, deputado, por meio inclusive das suas relações a respeito do mensalão, o senhor acha que devemos supor que essa engorda do partido, assim como aconteceu com outros partidos da base, ela se deu simplesmente porque esses deputados resolveram mudar de partido, que não houve algum outro tipo de estimulo, por exemplo, é/ tendo relatado em um noticiário o caso de 3 deputados do PSDB que teriam recebido propostas de cargos de saudar dividas de campanha para integrar no PTB. Minha

pergunta para senhor é a seguinte:...
RJ – no PTB?
RL – No PTB. A minha pergunta para o senhor é a seguinte: O senhor acredita que o mensalão foi a única fórmula de desvirtuar o relacionamento do governo com os partidos da base aliada?
RJ – Não.
RL – Ou que os cargos também serviram para isso?
RJ – Não, não Renata. Os cargos também serviram pra isso.
RL – De que maneira, deputado?
RJ – Quando você atraia um grupo de parlamentares ao partido, a contrapartida era um cargo no governo. O único deputado que entrou diretamente por colocação do José Dirceu foi o deputado Vicente Caccione de São Paulo. Ele era um homem do PSB ligado ao ministro José Dirceu. Os outros chegaram ao partido pela proximidade do PTB com o governo. Nós abrimos o partido, nós fizemos na nossa convenção quando da incorporação com o PSD nós abrimos o partido da seguinte maneira, dissolvemos todos os diretórios regionais e decidimos que só presidiria o diretório regional o deputado federal e fizemos uma mudança no nosso estatuto, qual: todos os deputados federais que engessassem no PTB passavam a compor automaticamente a comissão executiva nacional. Isso permitiu que o deputado que chegasse ao PTB chegasse mandando e na base ele tivesse um partido aberto para que ele pudesse organizar. Além disso, um apoio do governo, trocando estrutura de poder para fortalecer o PTB.
IF – Deputado o senhor disse na entrevista/ na sua primeira entrevista à Folha de São Paulo, que o mensalão existe desde 2003. Diante disso eu queria que o senhor me explicasse o ano de 2004. O que aconteceu em 2004 na Câmara dos Deputados? Durante meses a fio houve uma obstrução, as votações com a participação da base, a lei de falência só foi votada em acordo com a oposição, a lei de biosegurança só foi votada este ano, a reforma tributária atravessou todo o ano passado sem ser votada na Câmara, a comissão de orçamento passou meses sem funcionar, o PT perdeu a votação da emenda da reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado. Eu lhe pergunto: o PT pagava o mensalão pra atrapalhar o governo, é isso?
RJ – O primeiro semestre foi muito sereno no ano passado. Você tá falando do segundo semestre?
IF – Não, o primeiro semestre, a votação da reeleição de maio.
RJ – Mas a reeleição, o próprio o governo trabalhou contra. A reeleição para as mesas da Câmara, o governo trabalhou contra. Você assistiu a uma luta brutal do PT de São Paulo na reeleição pra impedir que o João Paulo, reeleito, viesse mais tarde disputar eleição de governador aqui. Ali foi o próprio governo que dividiu, não é uma dissensão interna do próprio PT.
IF – Sim, mas o restante do ano em que o governo perdeu...
RJ – Ilimar, a coisa começa por dinheiro e prostitui. Era 15, depois 30 e as reivindicações vão se aumentando, a relação fica prostituída, fica promíscua não é uma relação que você é chamado a pensar num projeto de governo, numa medida provisória, uma decisão a ser tomada. Nós sempre éramos instados pelo líder do governo a subir a colina e fuzilar o inimigo, por quê? Não havia, nós não estávamos numa concepção de um projeto de poder, de um projeto de governo. O soldado mercenário cumpri ordens e, às vezes, quer cobrar mais caro pela ordem que executa.
EF – Deputado, o senhor ficou sabendo dessa/ desse mensalão no final de 2003, não é isso?

RJ – Agosto de 2003.
EF – Agosto de 2003. Por que senhor fez as denúncias só agora? Essa denuncia aí.
RJ – Não, denúncia/ não. Eu fiz essa denúncia, várias vezes, pública!
EF – Publicamente...
RJ – A denúncia foi colocada publicamente pelo Jornal do Brasil em setembro depois que eu conversei com o ministro.
EF – Mas por que na época o senhor não confirmou essa denúncia?
RJ – Expedito, foi aberta a comissão de sindicância na câmara às 10 da manhã e fechou 12h. O Miro, deputado Miro Teixeira, na época, deixara a liderança do governo e fez aquela denúncia/ de sair do governo/ e fez aquela denúncia de sair do PDT e foi para o PPS e fez aquela denúncia. Eu tive uma conversa com ele. Ele me chamou para que nós fizéssemos em conjunto aquela denúncia na tribuna e digo 'Miro, quero primeiro conversar com o presidente Lula porque penso que não chegou aí', foi uma cautela que tive com o Presidente, para os seus ministros falei várias vezes, em especial o ministro José Dirceu.
TF – O senhor esteve com o presidente Lula em janeiro, teve uma vez com ele em janeiro. O senhor falou que a partir de janeiro o senhor começou a conversar sobre política com ele. O senhor teve uma audiência em janeiro e outra em março.
RJ – Eu tive em janeiro duas. Uma, dia 5; outra, 6; uma, dia 23. Nessa do dia 23 é que eu abri a conversa firme sobre o mensalão.
TF – Por que o Aldo Rebello só confirma que o senhor falou com ele, com o presidente, em março?
RJ – Na frente dele, Aldo Rebello.
TF – O senhor antes tinha falado?
RJ – Eu e o Walfrido Mares Guia nessa reunião do dia 23.
SP – Deputado! Deputado, do ponto de vista/ a estratégia foi um desastre porque as votações estão paradas como o Ilimar falou e isso tá na pauta da Câmara a gente pode comprovar. O PT alega que todas denúncias que o senhor tem feito, observações a respeito do mensalão, são invenções. Como é que o senhor vai desmontar isso daqui pra frente?
RJ – Vocês estão desmontando. Vocês, eu tenho lido o Estadão, tenho lido a Isto É, tenho lido a Folha, tenho lido o jornal do Brasil, tenho lido O Globo, vocês estão desmontando, vocês estão provando, a imprensa está provando a existência do mensalão e a imprensa, a meu ver, já ouvia fortes rumores do mensalão ano passado. Não tinha alguém destampado a panela pra, com firmeza, tornar público, isso fui eu quem fiz. O Miro fez e recuou, o Jornal do Brasil deu, mas a Câmara pressionou o jornal do Brasil a se licitar com um processo, faz aquela sindicância rápida, força o jornal do Brasil, através de um processo, a se calar e o Miro retira a acusação. E eu não, eu mantive a acusação.
AM – Deputado, a propósito da sua conversa com o presidente Lula, todos nós que vimos diante de tantos fatos novos, né, nós guiamos pelas suas palavras na comissão de ética da Câmara e o senhor fez uma, descreveu a cena da sua conversa com o Presidente Lula, uma cena muito forte em que ele teve um impacto, e teve uma lágrima. Então essa é a idéia que o senhor passou pra toda nação brasileira, no entanto, o Presidente já tinha sido alertado do problema do mensalão pelo governador Marconi Pirillo, certo. Como é que se justifica isso, como é que o senhor realmente sentiu que foi a primeira vez que...
RJ – Você veja, o governador Marconi Pirillo disse que falou isso ao Presidente em maio do ano passado, não é isso, num palanque. Não foi uma conversa profunda, foi uma coisa superficial. O Presidente deve ter entendido mais ou menos o que ele

queria dizer, mas quando eu disse ao presidente o que era o mensalão ele falou: 'Oh deputado, me explica' e eu expliquei como era processado esse mensalão por transferências do Delúbio aos presidentes e lideres de partido da base, aí ele tomou uma facada no peito e eu disse a ele: 'Presidente, ao José Dirceu, eu já informei várias vezes'.

TF – O senhor não acha que ali era o caso dele ter afastado José Dirceu?

RJ – Tales eu não quero fazer esse julgamento. Ele afastou o José Dirceu. Às vezes na política as coisas não são no momento que a gente quer fazer.

PM – Mas entre uma coisa e outra, deputado, houve um episódio que pra mim é importante esclarecer que o seguinte o senhor mencionou no conselho de ética que a publicação que saiu contra o senhor/ o senhor percebeu que havia o dedo do governo na publicação da matéria e o senhor não fez a menção ao mensalão no discurso, se não estou errado, é a transcrição da sua declaração: "porque tentávamos ainda um acordo que impedisse que o país vivesse esse momento de perplexidade que vive agora". Que acordo era esse?

RJ – Que esse mensalão cessasse , Paulo. Você sabe a maior provação que eu passei como presidente do PTB foi segurar alguns companheiros que são suscetíveis à tentação. O Pedro Henrique chegou a abrir uma mala com dinheiro dentro pra oferecer a dois deputados nosso, pra levá-los embora do PTB para o PT. Eu pedi ao Deputado Íris Simões, lá no Paraná, do PTB do Paraná, que dissesse ao Pedro Henrique "se ele cooptar os deputados do PTB dessa forma, eu vou pra tribuna e estourar isso". E aí ele parou, o Luiz levou o recado e o Pedro Henrique recuou.

PM - Quais foram os deputados a que ele...

RJ – Eu prefiro não fazer isso.

AM – Deputado, me permite uma confirmação, seguinte o senhor tem sempre dito que tem uma preocupação de lavar a honra do seu partido e de lavar inclusive a honra de seu nome propriamente. E eu não consigo perceber direito por onde passa a linha da ética em alguns casos como, por exemplo, o senhor confessou ter recebido aqueles quatro milhões pra campanha política, que é uma atitude condenável, que não é uma atitude curricular, digamos assim, não é, inclusive que o senhor não teve nem a papelada pra instruir essa doação. No caso do IRBI**,** o senhor contou que seria feito uma coleta com/ através do IRBI pra campanha eleitoral também...

RJ – Não é através do IRBI.

AM – A pedido do IRBI.

RJ – Isso, presidente do IRBI.

AM – Exatamente, o quê me parece uma...

RJ – Fiz uma promessa ao presidente Martinez na minha frente e a mim que ele conseguiria com 6, com 5/ 6 grupos da confiança dele não é o IRBI, são empresas privadas.

AM – Exatamente, mas a utilização de uma pessoa indicada por um partido pra arrecadar recursos para um partido político me parece no mínimo discutível...

TF – E que um empresário não doa de graça a pedido de uma estatal.

AM – Exatamente... e também

RJ – E é essa a discussão que eu quero fazer Tales.

AM – E é também...

RJ – E é essa discussão que eu quero tratar aqui.

AM – Somente pra terminar, deputado. Também o fato do senhor ter levado pra bancada a discussão do mensalão, me parece uma coisa estranha, porque é uma questão tão fora de propósito que, se levada uma discussão pra bancada é uma questão que pra mim também traz uma dúvida em relação a/ em questão da ética

como é que o senhor esclarece esse tipo de posicionamento?
RJ – Começo pela bancada, Paulo. Esse rumor do mensalão e a existência dele contaminavam a Câmara dos Deputados, companheiros meus de partido/ meus de partido, já falavam sobre isso. Quando eu decidi, quando soube, disse que não aceitava, consultei o líder José Múrcio, ele disse não aceito. Peguei um avião no Rio e fui pra Belo Horizonte juntamente com o ministro Walfrido Mares Guia e disse: "Walfrido, o Delúbio tá repassando um recurso pra fazer mensalão para os partidos da base eu disse que não aceito, conversei com o Múrcio o Múrcio não aceita. Quero te ouvir". Ele falou: "Se o PTB aceitar isso, eu não tenho como olhar nos olhos do presidente Lula". Aí, numa reunião informal nossa da bancada, havia uns 40 deputados federais, saiu o assunto. Eu levantei e disse: "olha, eu sou contra, eu Roberto Jefferson sou contra, o líder é contra, o ministro é contra, mas se é a vontade de vocês o mensalão, vocês podem escolher um outro presidente, porque eu vou sair do partido. Saio da presidência e deixo o partido". E aí a decisão foi unânime no sentido de que o partido não ia receber o mensalão.

BLOCO 2: RJ no Conselho de ética (RJ versus JD)

PM – Pergunta de Fernando Tobalto...
RJ – Deixa só eu acabar de responder o Alexandre?
PM – Pois não!
RJ – Alexandre Machado, ético não é, receber dinheiro por fora, caixa dois pro partido, mas é a regra que contamina todos os partidos no Brasil hoje. Se você me disser e me perguntar "é ético Roberto?" Ético não é.
TF – Mas o dinheiro vem do mesmo lugar, dos empresários interessados na coisa pública.
RJ – E vamos discutir isso aqui. Nós temos que discutir isso aqui. Eu entendo, Tales. Entendo, Expedito, que essa é a grande discussão que a sociedade tem que viver. Me permitam: porque que os partidos políticos disputam a nomeação pras empresas públicas estatais?
EF – É pra se beneficiar dos empresários que...
RJ – Além de você tentar fazer algum trabalho em favor do seu partido, alguma obra ou alguma coisa na prática, é fundamentalmente pra que estes dirigentes de empresas estatais estabeleçam vínculos com os empresários que tenham essas empresas e trabalham junto a essas empresas para poder financiar o partido.
TF – Deputado!
RJ – Isso é a regra do Brasil, hoje. Pois não, Renata.
RL – Se é pra isso que servem os cargos, quais são as jóias da coroa, digamos assim, da administração federal?
RJ – Petrobrás, FURNAS, Eletrobrás, os Fundos de Pensão, a hora que o Brasil parar pra vê o quê está acontecendo em Fundos de pensão, isso é uma outra grande explosão, dinheiro vivo, dinheiro vivo...
EF - Dos operadores destas estatais, desses fundos pra partidos?
RJ – Não, eu sei os que operaram para a cúpula do PT.
EF – Quem são?
RJ – Já falei aqui. Os nomes que operam...
EF – O senhor falou, por exemplo, da relação do senhor com o ministro José Dirceu. Eu estou aqui com uma revista Isto é em que o senhor descreve assim a relação com o ministro José Dirceu, no último encontro com o ministro Zé Dirceu. O ministro

disse: “Essa nossa conversa foi tão boa que poderia ter sido transmitida ao vivo pela televisão” o senhor acrescenta “limpa”...
RJ – Não, essa não foi a última conversa.
EF - Sem toma lá da cá, sem chantagem.
RJ – Isso lá trás.
EF – Isso lá trás, lá trás exatamente, mas era uma relação que o senhor dizia que poderia ser transmitida pela televisão, limpa, sem toma lá da cá, sem chantagem. O quê que mudou?
RJ – Expedito, eu tentei, nessa tentativa de mudança da imagem do PTB, ter com o governo uma negociação de alto nível, sem esse toma lá da cá, de fazer corpo mole no Congresso pra arranjar nomeação no governo, nunca houve isso no PTB. Chantagem, extorsão, ameaça. O quê nós tratamos foi de ocupação de cargos no Congresso, uma conversa limpa nessa época, lá atrás há um ano e meio atrás com o ministro Zé Dirceu...
[ ]
EF – Mas pra quê essa ocupação de cargo? Porque o senhor acabou de dizer...
TF – Que essa ocupação de cargo no governo não é limpa?
RJ – E repito a você isso, Tales. Essa é a discussão que a sociedade brasileira tem que travar e que vocês têm que...
TF – Outra coisa, deputado...
RJ – Vocês tem que abrir porque...
TF – O senhor mesmo disse que pediu 20 milhões ao PT, esse dinheiro vem do mesmo lugar...
RJ – Sim, sem dúvida!
TF – Dos mesmos empresários?
RJ – Sem dúvida.
TF – Então, o quê é mais antiético, é receber à vista 20 milhões ou receber por mês um mensalão, um dinheiro vindo do mesmo lugar?
RJ – Uma coisa é você alugar. Olha aqui, Tales, você anda no fio da navalha. Uma coisa é você alugar sua bancada pra fazer votações na câmara dos deputados outra é um projeto de eleição conjunta. Coligações em São Paulo, coligações em Minas, coligações no Rio de Janeiro, coligações no Paraná, eleição funciona assim. Alugar bancada eu nunca tinha ouvido falar. Eu sou deputado federal desde a época do presidente Figueiredo e eu nunca ouvir dizer que o partido do governo transferisse dinheiro para os partidos da base pra garantir votações no plenário, nunca ouvi.
TF – A propósito deputado...
RJ – Foi a primeira vez que ouvi falar isso.
TF – A propósito...
RJ – O senhor vai dizer que há um limite ético, é claro que tem. Há uma diferença entre essas duas coisas é claro que é. Eu não aluguei o meu partido, eu não fiz do PTB um exército de mercenários e não fiz dos companheiros do PTB proxenetas.
TF – Mas o senhor concorda que todos estão usando o dinheiro público?
RJ – Todo mundo! É o sistema que o Brasil usa, Tales, e nós temos que discutir aqui, essas doações, se você procura um empresário, Expedito/ o doutor Lídio Duarte tentou ajudar o PTB/ mas ninguém quer dar por dentro/ ele voltou a mim e disse: “deputado Roberto Jefferson nenhum empresário quer dar por dentro, só quer dar por fora no caixa 2.
EF – O quê que o senhor iria fazer com estes 20 milhões, se o PT tivesse pagado esses 20 milhões?
RJ – Financiar as candidaturas...

EF – Como, mas de que forma, de que forma?
RJ – Transferindo para os partidos na base, nos estados o financiamento. Prefeito, vereadores...
TF – O senhor disse que guardou os 4 milhões no cofre, né?
RJ – No armário e no cofre, o cofre é pequeno, mas...
TF – O senhor tem ainda alguma dessas notas?
RJ – Não, não.
TF – Então foi tudo distribuído?
RJ – Ou transferido de lá. Tales, eu quero te dizer uma coisa: recebi na pessoa física, como não havia o recibo de doação, não vou prejudicar ninguém, nenhum inocente vai ser prejudicado por isso, assumo tá comigo e é segredo meu. Se amanhã o Genoíno, com quem eu tratei e que me remeteu o recuso, via o senhor Marcos Valério, me der o recibo de doação, retifico a Justiça Eleitoral...
EF – Mas se o PT não admitir fica tudo como está?
RJ – Fica comigo.
EF – O dinheiro foi usado.
RJ – Eu respondo.
EF – Não, porque não existe o dinheiro o Genoíno não admitindo que deu ao senhor.
RJ – Mas tem de público a minha palavra colocada.
PM – Deputado.
RJ – E eu me coloco na condição de ser investigado civil e criminalmente.
PM – A propósito, deputado, eu queria fazer a pergunta de Fernando Tobal, de Goianazes, aqui em São Paulo, que é supervisor de cobranças e quer saber como é que o senhor encara uma provável acareação com o deputado José Dirceu que, aliás, pode acontecer esta semana?
RJ – Sem nenhum problema, sem nenhum problema. Nós vamos ter que passar por isso.
PM – Porque até o momento o senhor apresentou os seus argumentos no Conselho de Ética. Houve uma tímida acareação, não chegou a ser uma acareação, quer dizer houve um ou outro momento e digamos o contraditório não foi estabelecido, isso certamente será feito...
RJ – Eu tive um contraditório com o Valdemar Costa Neto.
PM – Sim. E Sandro Mabel.
RJ – E com Sandro Mabel. A turma do PT fugiu da luta. Ninguém foi lá, o Janelli não apareceu, o Pedro Correa não apareceu. Eu podia enfrentar os que estavam presentes não é isso.
PM – O senhor teria mencionado que gente boa dos correios está dando informações. Eu queria saber que tipo de informações?
RJ – Cópias de contrato, cópias de contrato correio híbrido, então...
PM – O quê que é o correio híbrido, desculpe?
RJ – Então, é um contrato que envolve 4 milhões e 100 milhões de reais, essas coisas a gente já está levando adiante e passando para membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Esse contrato da SKY Máster.
PM – Sim, o que o senhor chama de correio aéreo do...
RJ – Isso é um avião que tem capacidade pra 18 toneladas, voando com 4 toneladas com um contrato super faturado. Desde o princípio do governo Lula, houve um aumento de 300% nesse contrato. Contrato em dólar, com dólar cotado a 3 e hoje está a R$2,45 ele não abaixou. O correio tá pagando acima do valor de mercado no contrato, essas coisas haverão de ser esclarecidas.

AM – Deputado, o Markun voltou à reunião da Comissão de Ética e falou em contraditório e naquela ocasião o deputado Valdemar Costa Neto inquiriu o deputado José Múcio do PTB se em algum momento ele havia conversado sobre o mensalão, e ele disse que não. Mais tarde também houve uma outra ocasião em que a palavra do deputado José Múcio se contrapôs a sua, ele foi porta-voz de uma informação que o senhor teria fitas, que o senhor teria fitas, outras provas.
RJ – Ele disse isso?
AM – Disse pra imprensa. E posteriormente o senhor declarou que não tinha.
PM – Falou-se em 52 fitas.
AM – 52 fitas.
RJ – Ele, José Múcio, disse isso?
AM – Isso. E depois o senhor declarou que não tinha nenhuma fita. Tem alguma/ algum problema nessa, nessas contradições eventuais, porque o deputado José Múcio teria ouvido do deputado Valdemar Costa Neto a conversa sobre mensalão ele disse que não, é isso?
RJ – O deputado José Múcio não afirmou naquele momento ali de Comissão de Ética o que disse a mim.
AM – Ah, sim foi diferente.
RJ – Ele não afirmou o que disse a mim. Eu compreendo, eu o compreendo.
RL – Deputado, antes...
RJ – Não é fácil enfrentar o que eu tô enfrentando. Talvez ele tentasse se preservar.
AM – Perfeito.
RL – Deputado antes dessa crise toda se instalar/ Eu queria que o senhor me dissesse o seguinte: quando o PTB indicava uma pessoa para um cargo, o que o senhor como presidente do partido esperava dessa pessoa, quais eram os critérios que pautavam no relacionamento do PTB com seus indicados no governo?
RJ – Eu sempre disse aos indicados do PTB que respeitassem a linha amarela no chão. Andassem sempre na linha amarela nunca passassem para linha vermelha, tomassem qualquer atitude que pudesse envergonhar a legenda do partido.
RL – Me desculpe insistir deputado...
RJ – E 3 conselhos eu dava: "E quando vocês quiserem qualquer negócio em nome da empresa, primeiro o interesse da Empresa pública,um. Segundo, o interesse da empresa privada que se relaciona com a empresa pública. Terceiro se puder, se puder, uma ajudar do partido. Uma contribuição legal ao partido.
RL – Deixa só eu insistir o senhor não acha que nas suas conversas com o Lídio Duarte a propósito de contribuições pro partido o senhor passou dessa linha amarela?
RJ – Não, não, eu pedi a ele que fizesse contribuições legais, ele tentou e não conseguiu, ele levaria as contribuições com recibo, caixa do partido com doação, absolutamente legal.
SP – Deputado, eu queria voltar a essa questão levantada pelo Expedito e pelo Tales em relação aos negócios envolvendo as empresas estatais. O senhor aponta um esquema de corrupção grande. O senhor tem mais evidências? O senhor tem novas , novas, questões a levantar em relação a isso? Queria que o senhor apontasse mais...
RJ – DENIT...
SP – O quê que acontece?
RJ – Tem que ser investigado, o DENIT.
SP – O que quê acontece no DENIT? Tem uma obra que o senhor sabe...
RJ – Uma corrupção grande, mas precisa ser investigado, o DENIT.
SP – Aponte para nós deputado.

RJ – Eu não sei qual é a obra em si. Mas são os rumores. Nós tínhamos no DENIT o diretor financeiro Dr. Carlos Cota que hoje é o vice-presidente da Caixa Econômica Federal. Algumas vezes eu conversei com ele e disse: "Cota nós estamos em uma situação dificílima nestas eleições, o partido tem nenhuma condição de enfrentar essas eleições em igualdade com os outros partidos. Procura algum empresário da sua relação e pede para nos ajudar". Ele disse: "Meu amigo, eu não consigo, a turma de baixo, em baixo de mim é toda do PT, é toda do Delúbio, quando eu vou, eles já passaram na frente".

SP – O senhor acha que essas licitações que estão em curso agora, tem problema, tão viciadas. O senhor pode apontar mais, especificar mais o que há no DENIT?

RJ – Essa parte técnica eu não sei, Sérgio. Eu não sei, Sérgio, mas elas devem ser investigadas. A parte técnica eu não sei, eu sei como funcionava a coisa. O PT dava a cabeça quando dava a nomeação para o PTB, presidente de uma empresa em baixo toda estrutura sua PT, toda estrutura do Delúbio e do Silvinho Pereira toda estrutura em baixo. Você repare que a própria revista Veja, quando em entrevista com o líder governo Fernando Bezerra, na semana seguinte daquela matéria que fez ele pra fazer o diretor de informática da Caixa tava negociando com o Silvinho Pereira e eu me recordo que no início...

RL – Dos correios, certo, deputado?

RJ – Dos correios, pra diretoria de informática dos correios.

EF – De tecnologia não ...

RJ - Informática e tecnologia e no início do governo era tudo assim, o Silvinho você nomeava a cabeça e em baixo o corpo com toda estrutura pertencia ao PT.

TF – O senhor falou que o Silvinho tinha uma salinha ao lado do gabinete do José Dirceu e senhor sabe/ o senhor chegou a negociar um cargo lá com ele nessa salinha?

RJ - DENIT, Eletrobrás.

TF – Ele tinha uma estrutura que atendesse a ele, tinha uma secretaria, um telefone uma estrutura?

RJ – Sim, ele tinha uma estrutura, funcionava com secretaria, essa estrutura.

TF – Uma estrutura do Palácio a serviço?

RJ – Do secretario geral do partido.

TF – Do PT?

SP – Deputado, tem uma funcionária do Palácio do Planalto que me disse que essa sala não existe.

RJ – Será que o PT, será que eles acham que vão apagar tudo? Essas coisas são inegáveis, o Silvinho despachava todo dia lá. Essas coisas são inegáveis todo mundo viu, será que eles acham que dizendo que não, vão apagar o que todo mundo viu, que a imprensa noticiou, será possível que eles vão partir pra essa linha, tão pueril, tão infantil?

TF – O senhor negociou lá que cargo no DENIT?

RJ – O de diretoria financeira pro Dr. Carlos Cota que hoje é o vice-presidente da Caixa Econômica Federal.

IF – Deputado, na sexta-feira na reunião de diretório nacional do PTB, o senhor afirmou que o ex-ministro José Dirceu comanda o maior esquema de corrupção que o senhor já viu nos últimos anos. Eu lhe pergunto: que outros esquemas de corrupção o senhor viu antes?

RJ – Ah, eu tô velho lá né, né Ilimar. Já passei por tanto governo.

IF- Mas que outros?

RJ – Tanto governo que eu já passei né! Olha é maior que o esquema Collor, a meu

ver, porque é todo concentrado no PT. O PT tem 20% da bancada e 80% do poder não divide. E não há um assunto desses que eu esteja colocando a vocês aqui que eu não tenha conversado com o José Dirceu lá na sala do Presidente. O presidente de fato do PT é o Zé Dirceu, o Genoíno é o vice, tudo que eu fechava lá no prédio da VARIG, onde é a sede do PT em Brasília, tinha que ser homologado pelo Zé Dirceu no gabinete dele na Casa Civil, até o acordo de 20 milhões de reais pra eleição.

PM – Quer dizer então, só pra esclarecer, o senhor está afirmando que este acordo foi feito com o Genoíno e o José Dirceu colaborou?

RJ – Sim, quando houve a crise, quando o PT não cumpriu o acordo, que eu tive aquela crise de setembro, que o Luiz, o deputado Luiz Paulino denunciou à VEJA o acordo com o PT, eu fui ao Zé Dirceu e disse: "Zé está chegando ao ponto máximo de esgarçamento, ao ponto máximo porque eu autorizei a todos a fazerem despesas em nome de um acordo que eu tratei com o PT e você o homologou". Ele disse: "Roberto, metade da Polícia Federal é tucana, meter em cana 62 governos, os empresários não estão podendo internar dinheiro no Brasil, falta recurso pra que nós possamos repassar as campanhas".

TF – Deputado, o senhor acha mesmo que o esquema de corrupção do PC era maior do que o do Delúbio?

RJ – Menor.

TF – Era menor?

RJ – Era menor, mau feito, às claras com o rabo de fora.

EF – Mas que evidências o senhor tem disso? Que o esquema do PC, todo mundo sabia que era um esquema milionário, volumoso, se fez uma festa pra comemorar um bilhão de dólares.

RJ – 1 milhão.

EF – 1 milhão de dólares.

IF – Deputado, é a segunda pergunta que o senhor não responde, hein!

RJ – Qual?

IF – Que outros esquemas de corrupção que o senhor viu antes se esse é o maior?

RJ – Esse eu vi de perto, naquela época acompanhei dentro da CPI do caso Collor, acompanhei de perto.

TF – Esse repasse, por exemplo...

RJ– Mas a notícia hoje é muito mais poderosa.

TF – Esse repasse, por exemplo, o senhor foi aliado do PSDB?

RJ – Hein?

TF – O senhor foi aliado do PSDB?

RJ – Sim, no primeiro governo.

TF – Houve campanha/ repasses do PSDB pro PTB?

RJ – No início do PTB pro PSDB, o primeiro repasse feito pela campanha do presidente Fernando Henrique Cardoso foi o ex-presidente do PTB Zé Eduardo Andrade Vieira.

TF – E depois houve do PSDB?

PM – Mas esse foi um repasse legal?!

RJ – Numa parte, né.

PM - Pelo menos tem uma parte disso aí.

RJ – Tem uma parte que é declarada, tem umas que não são declaradas que é normal.

TF – Ou seja, houve um repasse que não foi declarado?

RJ – Eu queria abrir essa conversa aqui. Essa conversa tem que ser às claras. A legislação leva aos empresários brasileiros que querem ajudar, a mentir. Todos

temem, eu, por exemplo...
TF - Deputado então, por favor, afirme textualmente houve repasse não declarado do PSDB?
RJ– Você tem dúvida disso, Tales Faria?
TF – Eu queria ouvir do senhor.
RJ – Mas eu tô afirmando a você!
TF – Perfeito.
RJ – Não é, tô afirmando isso a você.

BLOCO 3: RJ e a CPI dos Correios

PM- Deputado Roberto Jefferson, eu queria saber a que o senhor atribui o fato do ex-chefe do departamento de compras dos correios Mauricio Marinho ter mencionado especificamente o nome do senhor como suposto beneficiário se foi idéia dele, alguém sugeriu pra ele? Uma invenção?
RJ – Ele é um leviano. Não, não tem nenhuma relação comigo, não foi eu que o indiquei.
PM- Quem indicou?
RJ – Foi o deputado José Machado do PTB de Pernambuco e já corajosamente disse isso na tribuna da Câmara dos Deputados. Ele se valorizava pra pegar 3 mil reais, 4 mil reais.
PM - E o senhor declarou também em várias ocasiões, né, que ia/ deixa eu ver, me perdi aqui/ mas/ah sim/ o senhor dizia o seguinte "percebi nitidamente uma ação articulada da Casa Civil pela ABIN pra colocar no colo do PTB o cadáver da corrupção que reina nos correios". Ao se antecipar essa divulgação dos resultados da investigação pela ABIN o senhor conseguiu tirar o cadáver do colo do PTB?
RJ – É a CPI que vai fazer isso. Ô, Paulo, a CPI vai esclarecer onde estão os problemas do Correio. Nós vamos enfrentar isso. Mas eu queria voltar em um assunto. Queria falar com Tales sobre isso, nós estamos perdendo uma oportunidade aqui de discutir essas nomeações pra estatais e financiamento de campanha. Eu disse lá na CPI, olhando para os deputados e dizendo ao povo "vocês esperam que estes homens aqui reajam com coragem, porque não tem deputado corajoso aqui, todos se acocoram diante da imprensa, primeiro medo da imprensa e se borram todos". Mas eu vim aqui achando que a imprensa iria enfrentar corajosamente esse assunto que todo mundo aqui já ouviu falar em caixa 2 de campanha e, de repente, eu começo a falar aqui e a impressão que tem que é a primeira vez que vocês ouvem falar nisso.
SP – Não, ah/ mas nós estamos perguntando...
RJ – Eu gostaria de abrir esse assunto até pra que a sociedade brasileira, Tales, entendesse como é há séculos no Brasil o financiamento de campanha. Vocês já denunciaram isso várias vezes... E eu estou aqui de peito aberto aqui... Porque eu tenho certeza, eu tenho certeza e quem escreve são vocês, já denunciaram, porque de repente eu me sentir num convento...
SP – Não deputado, por favor, foi exatamente por isso...
RJ – Não, mas nós não sabemos, mas que conversa é essa, estou estranhando vocês.
TF- Agora o senhor é notícia.
[ ]
PM – Sérgio, só um minuto. Há uma regra clara que o deputado conhece muito bem, porque sabe fazer televisão há muito tempo.
RJ – Markun, não faça isso, Markun, não queira me desqualificar fazendo isso.

PM – Não, não estou querendo desqualificar...
RJ – É uma coisa que nós temos que debater, nós temos a chance de dizer isso ao Brasil...
PM – Se o senhor deixar eu terminar, o senhor vai ver onde eu vou chegar...
RJ – E eu entendo que vocês são homens de muito mais coragem que aqueles meus companheiros do Congresso...
PM – Deputado, quando três pessoas falam na televisão ao mesmo tempo, em casa ninguém escuta isso que eu queria dizer.
RJ – Ah, me perdoa.
PM – É uma regra clara que o senhor conhece e que o Sérgio não conhece, o Tales não conhece, o Expedito não conhece. Estão falando os três ao mesmo tempo, então eu pediria um de cada vez, por favor, e vamos abordar, sim, claro, esse assunto sem nenhum problema.
SP – Deputado!
PM – Por favor.
SP – É, por favor, quando o senhor fala que a gente está num convento, a gente não está num convento foi exatamente pra esclarecer que eu lhe pedi, que o Tales e o Expedito pediram mais detalhes do esquema que o senhor aponta. É evidente que não se começou o Brasil ontem nem nesse governo. E então, por favor, quando eu lhe perguntei o senhor citou o DENIT, o senhor citou *en passant* Eletrobrás e Petrobrás então, por favor, o financiamento de campanha que o senhor pode ver irregularidades e corrupção nestes órgãos esclareça, traga mais detalhes o nosso papel é perguntar, nós não temos detalhes...
RJ – Eu acho que eu fui bem claro nisso. A disputa que há entre os partidos pra nomear dirigentes dessas empresas, essa disputa essa luta grande é pra isso, tem um aspecto da obra, "Faz a obra, inaugura aí a obra", faz o discurso, mas os dirigentes indicados pelos partidos funcionam para construir o caixa de todos os partidos, de todos os partidos na base do Congresso Nacional e o que me assustou, eu pensei que com o PT seria diferente.
EF – Por quê?
RJ – Porque ele pregou 25 anos isso/ contra isso, a ética, a moralidade, oh (gestos de rasgar) rasgou a bandeira.
SP – O senhor tá querendo dizer que continuou?...
RJ – Continuou a mesma coisa. Não mudou nada, Sérgio.
RL – O senhor quer dizer deputado que o senhor iniciou o governo Lula achando que o PT arrecadava dinheiro de maneira diferente da de outros partidos? O senhor está dizendo isso?
RJ – Eu achava que/ eu via na televisão o saquinho no meio da rua e as pessoas botando dinheiro. Eu achava isso, que a arrecadação também era feita pelos populares na rua. Hoje eu tenho certeza que não.
TF – Olha, deputado, se o que o senhor está levantando é uma questão/ é uma irregularidade generalizada que vai atingir o senhor mesmo, aqui diz que houve repasse do PSDB pra PTB e vice-versa que não foram declarações e o que...
RJ – Tales, vocês bateram pra rachar na compra de votos da reeleição...
TF – O que o senhor espera da CPI? O senhor acha que vai haver uma grande operação abafa de todos os partidos pra que este assunto não seja discutido?
RJ – Mas, muita coisa virá por pressão de vocês, Tales. Toda CPI termina naquilo que foi a CPI do orçamento: quem é que caça, quem é que tira. Vamos caçar estes vamos deixar estes. Tem sempre um acordo pra ver quem é que vai para a guilhotina dá uma satisfação para a opinião pública e outros se safam.

IF – Quem que o senhor acha que vai para a guilhotina? Além do senhor, naturalmente, que já declarou que sublimou o seu mandato?
RJ – É muito difícil enfrentar essa luta que eu estou enfrentando, ô Ilimar. O PT, parte do governo, de duas/ com 2 bancadas grandes já sai de 250 a 260.É difícil pra mim, eu não tenho muita esperança de manter, vou lutar, vou lutar tudinho, vou de índio: faca no dente e machadinho na mão.
TF – O Zé Dirceu vai pra guilhotina?
RJ – Eu não quero dizer isso, eu não quero dizer isso.
EF – Mas se ele é o mentor de todo esse esquema de corrupção?
RJ – Mas eu não quero dizer isso. Que ele vá pela investigação que a Comissão Parlamentar de Inquérito vai...
TF – Mas o senhor disse que ele é o chefe da quadrilha?
RJ – Mas você acha que eu tenho prazer de ver alguém sendo guilhotinado? Eu acho que vai haver um processo de decantação e isso vocês como um *tour* que vão fazer gerar na CPI, que é uma CPI chapa branca, Alexandre.
TF – Vamos conversar aqui.
RJ – A CPI é chapa branca.
TF – Por exemplo, Janelli, o senhor já denunciou e já começou aparecer um monte de coisas.
EF – Valdemar Costa Neto.
TF – Valdemar Costa Neto também.
SP – Não seria melhor, desculpa Tales, não seria melhor o senhor apontar os que não recebem que aqui...
EF – Por exclusão pode ser mais fácil. É uma questão de método.
SP – O senhor falou pra mim na sexta-feira que eram 100, tem 108 nas duas bancadas então o senhor apontando os que não recebem a gente já tira uma lista, deputado.
RJ – Olha, com certeza eu já digo dois nomes aqui.
TF – Ah!
RJ – Ministro Delfin Neto, Ministro Francisco Dorneles, com certeza. O Edmar Pereira do PL...
TF – Aponte mais alguns que recebam.
RJ – Agora o resto.
TF – Mais alguns que recebam.
RJ – Eu não posso dizer.
TF – Abaixo do Janelli, quem é que tá?
AM – Deputado.
RJ – Abaixo do Janelli?
EF – É, abaixo do Janelli, quem é que tá?
RJ – Dentro do PP?
EF – Dentro do PP.
RJ – Era o Pedro Hering que fazia isso, Pedro Corrêa.
TF – Ah, e aí?
EF – Em resumo os três do PP? Se houve mensalão pra todo partido?
RJ – Tem uma outra estrutura, tem uma estrutura que é o deputado João Pizzolat, ex-presidente da comissão de Minas e Energia. Começou lá, houve um tempo que a distribuição dos recursos eram lá e depois passaram para o gabinete dele, isso eu tenho por ouvir dizer informações dentro da Câmara dos Deputados.
EF – A distribuição de dinheiro era dentro da Comissão?
RJ – Dentro da comissão. Café da manhã/ era feito um café da manhã e os dois

deputados subiam e saiam com um pacotinho.
AM – Deputado, o senhor se tem proposto essa discussão sobre os cargos. Eu, na minha condição de eventuais freirinhas, eu queria dizer que sempre...
RJ – O olhar é angelical, devo dizer .
AM – Mas eu devo dizer que eu sempre...
PM – É quase uma madre superiora.
RJ – Parece um padre.
PM – Madre superiora.
AM – Sempre tive a percepção de que os partidos não tinham nenhum programa específico voltado para diretoria financeira, na outra...
RJ – Claro.
AM – Então isso é claro. Então, eu não entendo bem qual é a discussão que o senhor esperava que eles fossem ter, porque eu acho que tá tudo mesmo de acordo em relação a isso. Mas o que eu gostaria de perguntar ao senhor é o seguinte: essa é uma linha/ essa é uma questão que já está sendo colocada, até porque já se fala na possibilidade de proibição de livre nomeação, de redução de cargos indicados pelo governo. É uma discussão que o país vai fazer, mas tem uma outra coisa que eu queria saber se a imprensa, de alguma forma, está na pista pelo que o senhor/ de tudo o que o senhor sabe? A revista Época indicou um assessor, o deputado Janelli como a pessoa que a operava o esquema do PP e também a imprensa tá investindo bastante na busca de algumas informações com o publicitário mineiro, o Valério, não é isso? Que parece que essa linha de investigação/ parece que tá andando, a imprensa tá indo no caminho que o senhor considera que seja um caminho que vai chegar em algum lugar?
RJ - Eu não dúvida disso.
AM – E esses nomes que surgiram, são nomes que teriam importância grande nesse esquema?
RJ – Eu não tenho dúvida disso. Eu conversei com o Marcos Valério umas duas vezes lá no PTB. Ele fala de dinheiro, como se tivesse falando assim de uma coisa...
AM – Como o senhor disse lá na comissão "como se tivesse caído do céu".
RJ – É como se fosse chuva, que o dinheiro chovesse. Uma coisa assim assustadora eu cheguei com o Delúbio e falei: "Oh Delúbio esse cara que você mandou aqui fala em dinheiro com uma facilidade, uns projetos, um negócio assim". E ele falou assim: "não, é homem da minha confiança, pode acreditar".
IF– O senhor conhecia o Marcos Valério, antes?
RJ – Não, não conhecia.
RL – Deputado, é...
TF – Agora, oh deputado, o Marcos Valério, desculpa,...
RL – Imagina.
TF – O Marcos Valério tem também esquemas com outros partidos?
RJ – Ah, eu tenho certeza que sim.
EF – Com o PSDB?
RJ – Não, isso eu não sei. Eu li isso nas revistas no passado dele. Até empréstimo ex-ministros em duas vezes, na conta. Isso eu vi nas revistas. Não sei, mas atualmente eu sei que ele opera recursos para todos os partidos da base.
RL – Deputado, por falar em dinheiro o senhor me disse no processo todo que o empresário Henrique Brandão, da corretora ASSURE, foi o único de fato que ajudou o PTB.
RJ – A uma entrevista a você?
RL – Exato! O senhor disse que foi ele o único, de fato, que foi quando o senhor

mencionou a questão do Lídio Duarte, das colaborações que acabaram não havendo. Então eu queria saber de que maneira o Henrique Brandão, que está envolvido neste caso aí do IRB, de que maneira ele ajudou o PTB?
RJ – Ele ajudou das duas maneiras, Renata, por dentro e por fora.
PM – Deputado...
RL – O senhor pode ser mais especifico, deputado?
RJ – Tanto por doações, como por fora no caixa 2.
PM – Deputado, eu queria entender o seguinte: o senhor quando menciona o deputado e ex-ministro José Dirceu, o senhor diz que tem absoluta certeza de que ele era o coordenador do esquema, que ele foi/ já declarou isso/ que ele era maior responsável pelo maior esquema de corrupção que o senhor já viu e, quando o senhor menciona Presidente Lula, o senhor diz que ele botou o pé freio e o senhor tem certeza de que depois da atitude do presidente Lula acabou o mensalão. Eu queria entender, as duas coisas me parecem que são baseadas não necessariamente em provas, como o senhor já disse no Conselho de Ética, o senhor não tem.
RJ – Markun, você tem faro, eu tenho faro de 23 anos de mandato, seis mandatos consecutivos. As coisas sempre pararam na Casa Civil. Eu tô dizendo a você que toda conversa/ eu conversava com o Zé Dirceu qualquer/ uma então, eu tenho absoluta certeza, que ele sabe de tudo. Todo acordo feito com o Genoíno e com o Delúbio e com o Silvinho Pereira, o martelo só era batido lá com o José Dirceu. As coisas republicanas e as não republicanas.
AM – Mas quando o senhor disse que o Presidente se chocou com a informação e em seguida as coisas aconteceram mais automaticamente, não está se dizendo que o Presidente mandou parar, mandou apurar os/, ou seja, essa ressalva que o senhor faz, de certa forma, não livra o Presidente?
RJ – Alexandre, sabe o que eu penso?
AM – Hun!
RJ – O Presidente era refém deste esquema, o PT não ganhou a eleição, quem ganhou foi o presidente Lula. Quando o Zé Dirceu faz esse discurso assim meio Hugo Chaves, aquele sargentão da Venezuela, naquela versão macaqueada do Fidel Castro barbeado, que é o Hugo Chaves. O José Dirceu: "querem derrubar o governo!" Quem é que quer derrubar o Presidente Lula? Ele invoca a crise pessoal dele e transfere pro presidente Lula, uma piada. Tô achando isso uma graça do José Dirceu, e acho que o governo vai sair mais forte agora.
TF – Quem é seu candidato pra 2006?
RJ – A ministra Dilma, uma mulher correta, honrada. Ela vai limpar aquilo ali, aquilo vai funcionar tecnicamente.
AM – Hoje o blog do Mobla que ficou famoso/ que tá famoso em todo o Brasil/ ele comenta, / aliás, o Mobla disse que estaria assistindo aqui o nosso programa hoje, / pois anunciou no blog, mas ele comenta que no PT só o presidente Lula queria a ministra Dilma. E depois ele faz uma nota dizendo só o presidente Lula e o deputado Roberto Jefferson. São os dois únicos que queriam a Dilma.
RJ - Mulher correta, Digna, honrada e idealista, vai dar certo.
AM – Vai dar certo?!
TF – Deputado qual é o seu candidato para 2006?
RJ – Vai dar certo. Torço pelo presidente Lula de coração, Tales. E o PTB o meu partido, apesar de se afastar da base, está devolvendo os dois últimos cargos que possuía; BR distribuidora diretora de operações, o Fernando Cunha que também foi negociado do Silvinho Pereira, eu esqueci de nomear isso aqui é o cargo de vice-presidente geral da Caixa Econômica Federal, ficará apenas o ministro Walfrido dos

Mares Guia que foi convidado pelo presidente Lula...
IF– Deputado, o senhor é advogado, o Presidente, ao ser informado, o senhor disse, parou o mensalão. Mas o Presidente não teria que ter mandado apurar essa ilegalidade?...
RJ – E se ele já mandou apurar?
IF – Ele não teria cometido um crime de irresponsabilidade a não ter mandado apurar?
RJ – Creio que não, o crime não é do governo é do partido dele, olha a diferença. E, pelo que eu sei, o Ministério Público e a Polícia Federal já estão apurando esse mensalão, tenho lido isso na imprensa, eu não freqüento o Ministério Público nem a Polícia Federal, mas tenho lido em vocês que fazem a imprensa que já há inquérito.
TF – Depois do...
RJ – Depois não, vamos ver a data da instauração ao inquérito. Eu creio que o presidente mandou fazer antes.
RL – Deputado, aproveitando a pergunta do Ilimar, eu queria fazer a seguinte questão: o senhor tem sido muito enfático em relação ao ex-ministro José Dirceu, o senhor não teme que o senhor/ que isso possa ser interpretado como uma cruzada pessoal sua contra o ex-ministro José Dirceu? Ao mesmo tempo em que o senhor releva tudo que diz respeito ao presidente Lula, quer dizer o senhor dizendo a/ que afirmando/ sustentando que o governo não teve nada haver com isso, que foi o partido, agora se o mensalão existiu, a quem servia o mensalão? Ao PT ou ao governo?
RJ – Ao PT. A essa cúpula do PT que a dominava a estrutura de poder e não queria repartir.
RL – Mas quem...
RJ – É um esquema socialista.
[ ]
RJ – Deixa eu responder à Renata. Renata, eu vejo nitidamente uma estratégia ideológica. Essa burguesia que se vende à gente, paga, aluga e manter a estrutura de poder do partido, claramente foi isso que aconteceu.
TF – E o senhor não acha que pode ter havido um a grande reação da burguesia?
RJ – Essa do PT e do PL que você quer dizer?
TF – É o que o Zé Dirceu tá dizendo, tem forças aí que querem...
RJ - Acabar com o governo do presidente Lula ele saiu dizendo **"**o meu governo". Ele não é o governo, o governo é o presidente Lula, que foi eleito pelo povo. Ele não pode querer confundir a imagem dele, isso é um delírio, com o presidente Lula. Não é governo dele coisa nenhuma, o governo é do presidente Lula. Ele é um funcionário demissível do governo do presidente Lula. "Eu vou pra rua defender o meu governo" que conversa é essa, que governo dele é esse?
TF – Vocês não estão querendo tirar ele pra tutelar o presidente Lula?
RJ – Tales, o presidente Lula é um homem de bem. É um homem honrado, tomara que não chegue nele. É um homem de bem.

BLOCO 4: RJ e sua trajetória política

PM – Eh, exatamente aconteceu esse rompimento entre o PTB que era o partido da base aliada com o governo. Qual foi o fator chave...
RJ – O PTB não rompeu com o governo.
PM – Não?
RJ – Não. O PTB apóia a governabilidade e o presidente. O PTB não rompeu, o

enfrentamento é entre mim e o Zé Dirceu, porque eu o acho desleal, não tem palavra e quis colocar no colo do PTB o cadáver da corrupção que tá ligado a Silvinho Pereira e ao seu Delúbio Soares. O PTB não é perfeito, eu não sou perfeito, tenho erros, tenho virtudes, não tenho erros e virtudes só, não sou canalha, porque o que ele tentou fazer foi que o PTB ficasse com a culpa de toda a corrupção que há no governo, estruturado por ele, não é, que se enterrasse a CPI e se desse um ponto final a essa crise que está havendo hoje.

PM – Eu tenho que perguntar...

RJ – Foi essa a minha reação. Não eu estou te respondendo. Te respondi.

PM – Sim,/ não/ não eu tenho que lhe perguntar sobre outra questão que o senhor já respondeu, mas que eu acho relevante. O senhor assinou e depois voltou atrás, ou voltou atrás e depois assinou a CPI dos correios?

RJ – Sim.

PM – O que fez o senhor mudar de posição? E o senhor se arrependeu disso?

RJ – Foi um grave erro, ter voltado atrás. O presidente Lula me ligou e disse: "Jefferson, essa CPI não é boa. Você não devia ter assinado essa CPI". Eu falei: "Presidente, é minha honra, eu precisei fazer. Na semana seguinte, eu quero precisar bem esses fatos na minha cabeça". O Zé Dirceu esteve na minha casa, à noite. Estávamos reunidos, eu, o Fleury e o Zé Múcio. Chegando embaixo no meu prédio, cinco ministros de estado: Aldo, Zé Dirceu, Ciro Gomes, Paulo Bernardo e o Eduardo, o ministro Eduardo Neto...

PM – Campos.

RJ – É Eduardo Campos, querem subir pra conversar, querem subir, querem subir e eu falei: "Não vou receber. Eu tô percebendo nitidamente na condução do inquérito da Polícia Federal, que todo problema tá sendo jogado no colo do PTB pra tirar a cara do PT e do governo fora, eu não vou receber". No dia seguinte, de manhã eu tava tomando banho, acho umas 10 horas, me ligou o Múcio, antes de eu tomar banho, "Roberto preciso falar com você antes da reunião da executiva". Eu falei: "Ô Múcio, eu vou tomar banho agora, 10h30min você chega aqui". De repente, eu cheguei na sala, quem tá sentado? Zé Dirceu e Aldo Rebello "Ô Roberto, vimos chapelar pra não fazer isso, não conduz o PT pra CPI, a CPI é contra o governo. A CPI vai desestabilizar o governo, vai jogar lama no governo, vai inviabilizar e nós levarmos essa CPI até a eleição, a derrota nossa eleitoral é a derrota nossa política". Eu falei "eu não tenho dúvida. Eu sou escada nessa CPI, ponte, o alvo é você Zé, o alvo é o Silvinho Pereira, o alvo é o Delúbio". E, enquanto nós conversávamos, chegou um boletim da Polícia Federal. Naquele momento, o Maurício Marinho depunha na Polícia Federal, e a Polícia Federal soltou um primeiro boletim que ele desqualificara aquela fita, dizendo que não tinha nenhuma relação comigo. Falei "Zé, aqui, diante disso eu posso chegar agora na reunião da executiva e tirar a minha assinatura e não concitar os meus companheiros a assinar a CPI". Foi eu fazer isso e o noticiário recrudescer na semana seguinte contra mim e contra o meu partido. Eu tentei falar nesta semana, semana inteira, com o Dirceu. Ele fugiu de mim, viajou para a Espanha.

SP – O senhor se sentiu traído?

RJ – Ah sim, me senti traído por ele.

SP – O senhor já mediu o tamanho do embate que tem olho no olho com o Zé Dirceu agora?

RJ – Não.

TF – Semana que vem vocês se encontram.

RJ – Se Deus quiser.

EF – O senhor tem medo do Zé Dirceu, do que ele pode ter contra o senhor?
RJ – Eu tenho um medo único do Zé Dirceu: é um homem sem coração.
TF – Antigamente dizia que o senhor andava armado.
RJ – Andei muito tempo armado.
TF – Não anda mais?
RJ – Não ando mais. Andei muito tempo armado, Tales, você sabe disso, não ando mais.
SP – Deputado, o ministro Zé Dirceu, em relação a isso, ele tem dito pro seus auxiliares que ele pode destruir o senhor.
RJ – Eu vou esperar até quarta-feira. Ele tem a ABIN, usou a ABIN contra mim. Ele usou a Casa Civil contra mim, quer dizer é um homem que tem formação no poder. Que eu tenho...
SP – O senhor atribui a gravação dos correios à Casa Civil?
RJ – Ah, atribuo, atribuo. Atribuo sim, os homens são dali. Atribuo sim.
EF – Deputado, o senhor disse que o esquema do PT é maior até que o esquema do governo Collor. O senhor disse que as negociações de cargos eram feitas no 4° andar. O senhor fala que o mentor de toda essa operação é o ex-chefe do gabinete civil, ministro, portanto número 2 do governo Lula. Minha pergunta é por que, diante de todas essas circunstâncias, o senhor está certo de que o Presidente, nem por inércia, não é responsável por tudo o que está acontecendo?
RJ – O Presidente se dedicou nestes 3 primeiros anos de mandato à política externa. Foi o presidente que mais fez relação internacional pra...
EF – Ele é Presidente, não chanceler, não Ministro das Relações Exteriores, quer dizer que tinha que...
RJ – Mas o Presidente é o relações públicas do país e fez isso com maestria. Se tornou, vivo, o maior líder da América Latina eu não tenho dúvida disso e toda articulação política ficou na mão do Zé Dirceu.
TF – O senhor tá dizendo que o Presidente voltou-se para o exterior, esqueceu a administração do país?
RJ - A relação política com a base o Presidente não fez, quem fez foi o José Dirceu.
TM - O senhor tá isentando o Presidente, o PMDB quando é sabido que o PMDB tava lá nos correios.
EF – Faz parte desse mesmo esquema.
TF – Do grupo dos correios. Tava nos correios, um líder, isentando o...
RJ – Tales...
TF - Só concluir, está isentando o PMDB, isentando o Presidente, o senhor não tá propondo um certo acordão?
EF – Um acordão?
TF - Pra tirar o Zé Dirceu e "vamos nós aqui acertar em torno do Presidente, tutelar ele"?
RJ – Tutelar é complicado, Tales. Acho que o Presidente não se deixa mais tutelar por ninguém. Não se deixa tutelar por ninguém. Ele foi refém deste sistema do PT até agora, não será mais.
TF – Mais o senhor está apontando esse acordo com o PMDB e em torno do Presidente?
RJ – Não, não, o PMDB tem um presidente vertical. Eu tenho pra mim que o presidente do PMDB é um homem honrado, é um homem de bem, foi presidente da Câmara dos Deputados, o Temer, e é um homem que não entrou nesse esquema do mensalão. Você olha Valdemar Costa Neto e Michael Temer, Pedro Corrêa e Michael Temer, é diferente, amigo, é um homem vertical. È um homem de bem,

homem honrado, não entrou nesse jogo. Eu tenho certeza que não entrou nesse jogo. Não tô fazendo isso pra preservar uma base, pra dar uma saída, não é isso. Eu acho que a crise que é circunscrita a um lugar só. O Presidente Lula já cortou o câncer, falta só botar uma quimioterapia agora no PT ou uma radioterapia nestes três pontos que ainda existem lá no PT, Delúbio, Silvinho Pereira e o próprio Genoíno.

TF – Deputado, o senhor vem fazendo denúncias aos poucos. O senhor está guardando alguma coisa pra CPI?

RJ – Não, não. Tudo que eu tenho a dizer tá dito.

TF – Com base no que o senhor vai relatar na CPI, o senhor acredita que o Delúbio ainda sobreviva?

RJ – No PT?

TF – Não. É.

RJ – Não sei. Ele foi mantido, foi prestigiado, não sei.

IF – Deputado, no dia 24 de setembro de 2004 o senhor escreveu um artigo na Folha que o senhor negou completamente a doação de 4 milhões do PT para o PTB. No dia 17 de maio, deste ano, quando o senhor fez o discurso na Câmara, o senhor disse que havia o acordo, mas que ele não se concretizou. No entanto quando o senhor deu a primeira entrevista pra Folha, no 12 de junho, o senhor disse que recebeu 4 milhões. Quando é que o senhor estava falando a verdade nessas três ocasiões?

RJ – Nos duas últimas, com certeza. Na primeira vez, matei no peito para não prejudicar as campanhas, em especial a da Marta aqui em São Paulo. Matei no peito, Ilimar, naquele desgaste todo, com ódio da minha bancada contra mim, ódio de alguns companheiros que paralisaram outras campanhas nos estados. Quando fui ao Plenário e disse que o acordo não se concretizou, não se concretizou, que ele seria concreto se fosse em partes, então não se concretizou. Lá trás eu fiz uma colocação política para não expor a candidatura da Marta, porque, veja bem, como vinha o PSDB aqui em São Paulo, como explorou o PTB, me denunciou no Tribunal Superior Eleitoral, o líder do PSDB foi pra tribuna e denunciou o PTB, o PTB estava sendo usado como alvo para atingir a candidatura da Marta ao Fernando Pimentel, o que fiz eu? Matei todo aquele feito com toda lealdade, despedi e o Genoíno disse que não pro rei quanto mais pros ricos. Liquidei com a fatura, com os desgastes monstruosos, coisa que não foi reconhecida depois.

RL – Deputado, o presidente José Genoíno, presidente do PT, propôs, no último fim de semana, uma reforma que reduz drasticamente o número de cargos que podem ser distribuídos pros partidos. Eu quero saber o que o senhor acha desta proposta?

RJ – Estou de acordo como reforma política, Renata. A que ta lá na Câmara é de mentira.

TF – O senhor não acha que com financiamento público não resolvia?

RJ – É um escândalo financiamento público porque tira dinheiro do pobre pra fazer camiseta, santinho. O pobre não tem remédio, não tem comida e vamos gastar dinheiro público?!

SP – Então qual seria a fórmula que o senhor acha?...

RJ – Legalizar essa doação, a verba tornar transparente e é possível a empresa dar...

SP – Mas não é legalizado, deputado. No TSE não tem o...

[ ]

RJ – Mas sabe, Tales, porque eu acho que tem que passar por um debate, Tales, tem que passar por um debate.

TF – Primeiro se interessa, pra depois contribuir, pra pegar dinheiro público, o senhor mesmo falou isso aí.

RJ – Mas qual é o problema, Tales. De você ter grupos que ora se alternam no poder

com interesses econômicos? É o mundo, eu acho que a imprensa tinha que...
TF – Grupos que ora se alternam retirando dinheiro do estado.
RJ – Sim, o que é democracia – grupos sociais e econômicos que ora se alternam no poder. Hoje no Brasil manda os banqueiros. Ou não é assim?!
TF – Sim, mas...
RJ – Então a coisa tem que ser clara: doou e nem sempre há uma contrapartida. A imprensa tem um hábito, por exemplo, "o Roberto Jefferson recebeu doação da Tauros", toda vez que se falar em bancada da bala, nessa disputa que tem aí de desarmamento das famílias ou não desarmamento, a bancada da bala, o Roberto Jefferson é um homem comprometido, porque recebeu doação da Tauros. Então as empresas se inibem e não querem dar. Em qualquer crise, em qualquer discussão a empresa explora isso como se fosse uma compra antecipada da opinião, Sílvio. E não é. Não é, eu, por exemplo, quantos anos participei de tiro ao alvo,trafico, desquite, fossa olímpica, silhueta metálica, me matou, de coração. Acho que o ser humano tem que ter o direito de ter em casa uma arma pra se defender. Não estou comprometido com a Tauros por isso. É ideológico.
EF – Mas a sua idéia não bate de frente como pensa a Tauros, por exemplo. O senhor...
RJ – É claro que não, tem alinhamentos que você ajuda quem pensa como você.
TF – Essa sua proposta de financiamento empresarial mantém tudo como está...
[ ]
RJ – Se você fizer, se você fizer um incentivo fiscal como é a Lei Rouanet, aliás, tem um artigo do Fernando Rodrigues, que li outro dia na Folha, que bate com essa minha idéia, permitindo que uma parte dessa doação seja descontada no imposto de renda, você vai ter por dentro claramente essas doações empresariais, claramente.
TF – Pior ainda.
RJ – Por quê?
TF – É tirar dinheiro do estado já que vai descontar do imposto pra dar pra estes empresários pra eles comerem a coisa pública.
RJ – Ah é?! É, é, do jeito que vai hoje o financiamento público, vai chegar a uns 3 milhões de reais ou 4 bilhões...
SP – O cálculo é de 700 milhões.
RJ – Hein?
SP – O cálculo é de 700 milhões.
RJ – Tá errado!
SP – Por quê?
RJ - Se é por voto três reais, quantos eleitores há no Brasil? Cento e...
SP - Cinco.
RJ - Multiplica sete reais por voto, é o cálculo. **AM** – E esses nomes que surgiram, são nomes que teriam importância grande nesse esquema?
RJ - Eu não dúvida disso. Vai dar uns / temos 300/ 3 bilhões.
PM - Deputado...
RJ – E aí o que eu vejo: uma doação por dentro, como um incentivo fiscal que as empresas possam dar. Vai ficar em torno de 250/ 300 milhões de reais. É muito mais barato, Sérgio. Como deputado, se a campanha de um partido fica em 60 milhões, somam 10 partidos, vai dar muito mais.
SP - Mas se a reforma política vier, que dez partidos?
RJ - Se você mantiver a cláusula de barreira que ta hoje de 5%. Se nós não fizermos a vergonheira que está por lá na Câmara, ô Sérgio. O que é a cláusula de5¢? Eu explico: só pode sobreviver, a partir da próxima eleição, quem atingir, nos 27

estados, os 5% dos votos. Já tem um nome da reforma política, uma proposta para reduzir a 2%. De 30 partidos, nós vamos ter 60, mantida, hoje, a regra, hoje não passava de seis partidos. Na próxima eleição, acabam as legendas de aluguel.

BLOCO 5: RJ e o PTB

PM – Qual é o futuro do senhor deputado?
RJ – Ô Paulo, eu vivo hoje uma vida assim um pouco amarga, sem espontaneidade. Eu não toco mais a vida de coração, com romance, com intuição. Eu vivo uma vida hoje extremamente racional. É o que eu tô fazendo aqui com vocês. Eu tenho que pensar o dia inteiro, o tempo todo o que disse, como disse, e quando foi, o quê ouvi. Então, a minha vida é uma vida racional. A razão pura nunca é boa pra existência da gente. Perdi o romance do dia-a-dia e vivo essa incerteza de futuro que a televisão acabou de falar. Não vivo um bom momento, não estou feliz pessoalmente.
TF – O senhor acredita que vai ser cassado?
RJ – É muito difícil fugir disso, Tales. É muita luta, PT, PL, PP já tô brigando com a metade, não é fácil.
EF – O senhor não vai renunciar antes pra tentar...
RJ – Não tem como renunciar a partir da comissão de ética, nem penso nisso, sublimei o mandato, vou na luta até o final.
RL – Deputado, eu queria voltar uma vez mais a questão das doações de Campanha de que falamos no bloco anterior. O senhor disse considerar natural que um empresário que doe dinheiro pra uma determinada campanha eleitoral queira ver determinados interesses seus atendidos no governo. Em português claro deputado, um empresário que doa dinheiro pra uma campanha tem direito a que o senhor acha?
RJ – Ô Renata, quando há critérios subjetivos de decisão, porque toda concorrência tem os critérios técnicos, objetivos e depois os subjetivos. Eu entendo se há condição técnica entre os que disputam o critério subjetivo, na hora de decidir tem que pesar a favor daquele que é alinhado com os partidos que estão no governo. Olha o caso da Nova Data nos correios é uma empresa ligada ao PT. Tem técnica, condições técnicas de ganhar a maioria dos contratos que disputam e vem ganhando. E eu não vejo nisso um ato de corrupção. Ela supre, ela tende, não é. Você veja a Nova Data uma empresa ligada aos amigos do governo, ligada ao PT mesmo, ela venceu quase todas as concorrências na área de informática, supriu, atendeu deu qualidade ao serviço, deu. Onde foi o desempate? Foi no critério subjetivo entre ela e uma empresa que no passado financiou candidatos de um partido hostil ao atual partido do governo. Ganha a Nova Data e eu não vejo nisso uma corrupção...
AM - Deputado.
RJ – Com toda sinceridade.
AM – O senhor falou ano passado sobre o fato da CPI ser CPI chapa branca, eu queria que o senhor comentasse um pouco mais. Essa presidência ligada ao PT e o relator podem ter uma influência decisiva no encaminhamento, ou como dizia o doutor Ulisses Guimarães, que na crise a maior autoridade é o fato?
RJ – E ela começou como CPI chapa branca, o relator ligado ao governo e o presidente o homem do governo. Mas esse motor que é a imprensa muda isso eu me recordo na CPI do PC Farias. Na época do presidente Collor, o presidente da CPI era do PFL, era o Benito de Gama. Havia um bloco parlamentar PTB- PFL, nós tínhamos um bloco na Câmara. Eu fui pra CPI, porque o Luiz Eduardo Magalhães me colocou. Me pediu que fosse pra lá, eu sou advogado criminalista, professor de

processo penal, fui pra lá pra ajudar e havia aquele aparato oficial de se tentar segurar as acusações contra o governo naquela época, mas a onda de opinião, a avalanche, não é, foi tão poderosa que mesmo o presidente sendo do PFL ligado ao Antonio Carlos Magalhães, a CPI virou. Então ela começa como chapa branca e termina com as caras pintadas e eu não tenho dúvida disso.

AM – Com os caras pintadas.

RJ – E eu não tenho dúvida disso. Toda CPI é assim.

TF – O senhor critica muito a imprensa e já chamou os jornalistas de chacais mas o senhor aí está admitindo que é a imprensa que ta colocando em cheque a roubalheira das instituições?

RJ – E eu não tenho dúvida disso. A imprensa verbaliza o sentimento da sociedade. Há momentos na imprensa onde a imprensa é extrapola ela faz papeis de investigador, de promotor acusando de juiz julgando e executando a sentença em uma semana. Destrói reputações de anos em uma semana. Eu vi que tentaram fazer isso comigo em três finais de semana consecutivos, mas graças a Deus eu estou conseguindo passar por essa onda.

PM – Deputado, pergunta de Adriano Moitino de Salvador na Bahia: O senhor merece um cheque em branco do presidente Lula?

RJ – São palavras dele, e essa pergunta deve ser transferida ao presidente Lula.

PM – O senhor acha que ainda é possível ter uma relação Cordial com ele?

RJ – Relação Cordial, sim. Sem dúvida e se ele precisar de mim, ele pode contar.

SP – Deputado à propósito do relacionamento com o PT do presidente em julho de 2004 o Sr. disse em numa entrevista publicada em por vários jornais que oferecia o vice ao presidente Lula, de lá pra cá as coisas...

RJ – A política muda.

SP – Mudaram. E agora essa chance já é zero?

RJ – É muito distante. Ficou muito distante essas chances hoje é muito distante praticamente zero, Sérgio.

IF– Deputado porque que o Sr. demonstra tanta irritação quando envolve o Sr. num esquema de arrecadação de fundos eleitorais dos correios e ao mesmo tempo o Sr. admite publicamente que o Sr. participou com matinês e com o ex-presidente do IRBI da montagem do esquema de financiamento de campanha no IRBI?

RJ – Sim.

IF - Qual é a diferença entre os dois?

RJ – Uma coisa é uma conversa de alto nível para uma tentativa de financiamento por dentro com recibo no caixa no partido. Foi essa conversa que eu mantive com o doutor Lídio Duarte outra é um funcionário de quinto escalão no correio pegar 3 mil reais pra si como se fosse pra um partido político. A receber três mil do Marinho eu preferia acertar com o Delúbio um milhão e meio por mês e dividir 30 mil reais para cada companheiro da minha bancada.

IF – Sim deputado, veja bem o senhor acertou um esquema no IRBI.

RJ – Não acertei. Não funcionou.

IF – Bom, porque não funcionou.

RJ – Sim.

IF – Que não foi pago. Mas o Sr. acertou um esquema no IRBI. Qual é a diferença? É só o valor?

RJ – Não, não é só o valor o presidente do IRBI poderia influir cinco empresas cinco a fazer depósitos na conta oficial do PTB, conta recibo, o Marinho não tava fazendo um esquema de dentro do correio pra fazer fraude de licitação em beneficio pessoal há uma diferença muito grande nisso.

EF – Deputado...
RJ - Muito grande, é um acerto muito miúdo, muito pequeno, uma coisa muito reles no chão. Não é assim que se faz.
EF – Deputado.
RJ – há limites que o homem tem que respeitar viu Ilimar.
EF – Deputado, depois de tudo que o senhor falou aqui sobre esse método de financiamento de campanha. A minha pergunta é a seguinte: O senhor se considera um corrupto?
RJ – Não, não sou.
TF – Mas o senhor se considera um sistema corrompido?
RL – Ah, sem dúvida.
TF – O sistema no qual o senhor está?
RJ – Sim e ele acaba impregnando a gente. Não passa Tales Faria um filete de água pura num cano de esgoto. E o sistema que ta aí é um cano de esgoto ou pra mim já sujou e sujou uma bandeira que o Brasil todo tinha como esperança que durante 25 anos verberou, gritou vibrante em favor da ética e da moralidade publica. Se nós não mudarmos esse sistema o próximo governo vai ser igual.
TF – Deputado, eu sei que o senhor vai protestar, mas a sua bancada/ o PTB muito embora é um partido conservador/ os deputados do seu partido são conservadores. É débâcle de um Governo de esquerda beneficia os conservadores em gera, não?
RJ – Você ta abordando um tema que é tão simples de responder. O PTB não mudou, apoiou a política neoliberal do Fernando Henrique e apoiou a política neoliberal do Palloci. O governo tem rosto de esquerda, mas a tocada não é de esquerda ela é bem conservadora. A área econômica é mais ortodoxa, Tales do que foi a área econômica do presidente FHC. Esse governo de esquerda ao qual você se refere não tem projeto político tem projeto de poder. O Pedro Malan quando defendia a globalização fazia por credo. O presidente FHC quando defendia a globalização fazia por credo eu vi no plenário cenas de quase do PT contra a globalização, contra o neoliberalismo que o Brasil vive hoje e o PT aplica na prática hoje ortodoxamente uma política neoliberal do que fez o FHC no passado. Como nós durante oito anos por acreditarmos e sermos mais conservadores apoiamos Fernando Henrique não tivemos nenhum problema de apoiar essa política econômica que está em vigor no Brasil.
TF – Mas no fundo você sente uma certa felicidade de imaginar nos próximos 20 anos é a opinião pública deve se voltar pros conservadores se a esquerda é, não der certo.
RJ – Esse é um exercício de futurologia e nisso sinceramente eu não sou formado.
PM – Deputado, deputado na sua, no seu depoimento na comissão de ética o senhor não mencionou nenhuma vez o ex-presidente Fernando Collor, o citou como escorraçado. Como é que o senhor encara o ex-presidente Collor hoje em dia?
RJ – 103 processos, 103 absolvições. Foi o maior espancamento público que assisti na minha vida. Ajudei a escrever a defesa dele, eu saia da CPI e ia pra casa da Dinda sentava com o Evaristo de Moraes e o Jorge Guilherme pra escrever a defesa do presidente Collor. 103 processos de absolvição por absoluta falta de provas foi um linchamento em público e ele foi cassado por isso. Ninguém resiste à onda de opinião ninguém resiste.
PM – O senhor acha então que não havia nenhuma ligação entre o presidente Collor e o esquema PC Farias?
RJ – É claro que havia. Mas se você levar pro esquema da prova de financiamento de corrupção, você não encontra você vê um sistema monstruoso época das eleições.

A curva ou a arrecadação eleitoral era monstruosa brutal e o aproveitamento depois desses fundos de campanha, tanto que o presidente foi absolvido. E o supremo doido pra condenar o supremo doido pra condenar o Aristide Junqueira doido pra condenar e não conseguiu.

SP – Deputado...

RJ – Não há milagre nisso, não há milagre. Só pode haver condenação quando a prova permite a acusação.

PM – O senhor acha que isso pode acontecer no caso atual? Não haver provas, portanto não haver condenação?

RJ – A condenação política que são as cassações de mandato eu não tenho dúvidas que elas vão acontecer porque elas são cassações da opinião pública depois a prova criminal para prisão para inquérito condução de prisão, condenação acho mais difícil. Acho mais difícil.

SP – A propósito, a propósito deputado...

RJ – Isso funciona por baixo. Oh Paulo isso nunca é as claras.

SP – Deputado á propósito da colocação do Markun, o senhor falou que seria na comissão de ética o senhor falou que era o prenuncio apenas. Com a segurança que o senhor fala, só um ingênuo acredita que o senhor não tem mais revelações a fazer. O quê que o senhor tem mais pra revelar?

RJ – Paulo, as coisas vão surgindo.

SP – Meu nome é Sérgio.

RJ – Sérgio, Sérgio perdão. As coisas vêm surgindo com o tempo até a CPI as coisas viram, vão surgindo. Documentos vêm, nós somos procurados por pessoas...

SP – O senhor tem documentos?

RJ – Não, hoje não. Ainda não.

TF – O senhor antes dizia que não tinha provas, agora o senhor começa a admitir que tem provas.

RJ – O quê prova que recebi já distribui. Esses contratos que tão falando claramente a vocês aqui. Já distribui aos membros da CPI.

PM - Deputado eu queria encerrar o programa com a mesma pergunta que fiz no começo o senhor já respondeu de todo modo depois de 1 hora e meia de entrevista haja algo a mais a acrescentar. Aonde que o senhor acha que chegara com esta cruzada que o senhor vem fazendo?

RJ – Onde eu vou chegar? Eu sou apenas um porta-voz de um sentimento que há hoje no Brasil. O Brasil vai chegar a momentos muito melhores. Entendo que o governo do presidente Lula saíra fortalecido. Haverá reformas políticas eleitorais, creio na redução do numero de senadores de três senadores por estado, foi coisa da ditadura militar vai pra dois, vai haver uma redução enorme das bancadas federais nós vamos cair de 513 para 400 deputados, creio que vai haver o fim desses vices-presidentes da república, vice-governador, vice-prefeito, o povo vai exigir isso, tenho certeza que nós vamos chegar a uma decantação, uma diminuição desse espaço de poder que é hoje. Eu não tenho duvidas disso. Vai dar resultado positivo. Sempre que você vive uma crise como nós estamos vivendo hoje, a sociedade sai ganhando.

PM – Deputado Roberto Jefferson muito obrigado pela sua entrevista. Obrigado aos nossos entrevistadores e a você que está em casa. E nós estaremos aqui na segunda-feira que vem com mais um Roda-Viva. Uma ótima semana e até lá.

ENTREVISTA 3

Prefácio midiático

PM- Boa noite, a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores decide amanhã em São Paulo o futuro da atual cúpula do PT. O partido que virou vidraça ao virar governo está sob o fogo cerrado de denúncias de corrupção que deram origem e agravaram a atual crise política vivida pelo país. No centro do Roda Viva, esta noite, José Genoíno, Presidente Nacional do PT.

Biografia do entrevistado

PM- Para entrevistá-lo nós convidamos Mauro Chaves (**MC**), editorialista do jornal Estado de São Paulo; Sérgio Lírio (**SL**), editor da revista Carta Capital; Merval Pereira (**MP**), colunista do Jornal O Globo; Florência Costa (**FC**), sub-editora da editoria Brasil da revista Isto é; Eliane Catanhede (**EC**), colunista da Folha de São Paulo; Alexandre Machado (**AM**), editor de política da TV Cultura; e Felipe Patoli (**FP**), repórter da revista Veja. Temos também a participação do cartunista Paulo Caruso, registrando os flagrantes do programa. O Roda Viva é transmitido, como vocês sabem, é transmitido ao vivo. Para participar você pode utilizar Para participar você pode usar o telefone que é zero, operadora onze, três, dois, cinco, dois, meia, cinco, vinte e cinco ou fax, três, oito, sete, quatro,três, quatro, cinco, quatro. Pode também usar o endereço na internet que é rodaviva@tvcultura.com.br.

BLOCO 1: JG como avalista de suposto empréstimo do PT

PM – Boa noite, Genoíno!
JG – Boa noite, Paulo Markum!
PM – É, eu conheço pouco da trajetória do senhor e fiz um perfil para Revista Playboy, acho que em 1996 e acompanhei o senhor mais de uma semana que estivemos juntos no guichê do Banco do Brasil, na Câmara dos Deputados, em que o senhor acompanhava cuidadosamente o seu extrato bancário, preocupado com a possibilidade de que alguém depositasse algum dinheiro na sua conta e que isso, de alguma forma, comprometesse o senhor. Eu pergunto: Como é que o senhor assina um documento desses aparentemente sem saber o quê estava assinando?
JG – Em primeiro lugar eu continuo fazendo a mesma coisa, aliás, eu moro no mesmo hotel e que você, na reportagem, falou que era um hotel simples. Estou naquele mesmo apartamento, aliás, mudei de apartamento para ser feito um perfil na Revista, mas é o mesmo hotel. Continuo olhando minhas contas toda semana, continuo com o mesmo patrimônio, que eu sempre tive como Deputado Federal e sobrevivo financeiramente com o salário que recebo do PT. No PT nós temos uma relação coletiva de trabalho na Executiva. Chega a Presidência até por discussão estatutária a assinatura dos contratos financeiros do partido. Vem a instrução, vem a assinatura do responsável e nós assinamos em confiança. A partir do momento que eu assinei, eu sou co-responsável. Sou co-responsável por um contrato de um empréstimo que era necessário para o partido. Num momento em que o partido saía de 2002 com uma bancada pequena, com fundo partidário pequeno, e começava 2003 sem a alteração do fundo partidário e sem a alteração no número de

Deputados e Senadores. Fizemos esse empréstimo, pagamos os juros de 2003, atrasamos no meio do ano de 2004. O avalista/ um dos avalistas desse empréstimo pagou uma parcela dos juros.
PM – É aí que mora o problema!
JG – Pagou uma parcela dos juros. Esta ...
PM – Que avalista era este? ...
JG - Esta relação com avalista não produziu nenhum tipo de influência do PT no governo ao seu favor, nenhum tipo de influência. É claro que isso é uma lição para se levar mais em conta, para se ter mais cuidado, é uma lição que nós tiramos...
MP - Presidente!...
JG - E eu quero prestar contas ao partido, à opinião pública sobre procedimentos inadequados. Não houve crime, não houve influência no governo, e ele foi avalista porque os nossos bens individuais não eram suficientes para...
PM - Mas a gente tá sem avalista de uma casa, presidente, do aluguel de um amigo, eu, por exemplo, se alguém me pedir para ser avalista, eu nem vou ser. Agora eu penso o seguinte: um negócio com este, alguém se dispor a ser avalista, deve ter alguma razão.
MP – E outra coisa, por favor, o senhor disse que garante que não houve nenhuma influência deste aval nas atividades do publicitário no governo. Por que nós devemos acreditar nisso se depois no governo Lula o Marcos Valério teve milhões e milhões de contratos depois desse aval?
JG – Merval, não adianta agora eu colocar a minha palavra diante da sua dúvida, é investigação. Esse empresário que eu não conhecia na época tinha contratos anteriores com o governo. É apenas um contrato que tá nos correios que é novo. Isso vai ser fruto da investigação. Portanto deixe que a investigação fale, nós não fizemos mediação, não fizemos a defesa deste empresário, até porque, quando eu fui avalista e assinei a partir da instrução do secretário de finanças, eu sou co-responsável...
MP – Mas se o senhor sabia que não podia pagar essa dívida se o partido um dia não pudesse pagar. O senhor sabia que o Delúbio não podia pagar, então o senhor não teve nem curiosidade de saber quem era o terceiro avalista?
JG – O partido tinha condições de pagar. O partido tinha orçamento, tem orçamento e tem condições de pagar essa dívida pelo o que ele tem em seu balanço e vamos pagar essa dívida, que está hoje em torno de 2 milhões e 700...
MP – Não pagou.
AM – Genoíno! Deixa eu te perguntar, nesta questão...
JG – Mas nós pagamos, para deixar claro, né Paulo. Nós pagamos os juros dessa dívida em 2003, pagamos em 2004 e houve uma parcela dos juros que atrasou e foi descontado pelo avalista e vamos pagar...
[ ]
MP – A pergunta que o Markum fez, eu queria só/ O senhor...
JG – Vamos pela ordem democrática. Alexandre.
AM – É o seguinte você nos explicou que não leu e assinou em confiança e a gente...
JG – Não, não existe história de não ler, nós recebemos do PT uma instrução das secretarias para assinar. É claro que o contrato estava assinado pelo companheiro Delúbio em confiança que é normal em qualquer secretaria...
AM – Sim tudo bem, mas...
JG - O presidente assina, até porque...
AM – Deixa eu chegar no meu ponto, deixa eu chegar no meu ponto. O meu ponto

é o seguinte: qualquer executivo de qualquer empresa, quando tem algum fato importante e fora da rotina né, costuma chegar ao superior imediato explicar o que está acontecendo. Então um empréstimo deste porte, não é um empréstimo comum é um empréstimo extraordinário na vida de um partido, ou seja, o normal seria que o Delúbio, como tesoureiro chegasse ao presidente do partido e falasse assim: "nós fizemos este empréstimo dessa maneira, quem vai assinar aqui como avalista é o Marcos Valério que é meu amigo que é da agência"...
JG – Que eu não conhecia.
AM – Sim, seria esse o normal, tá certo. Bom passa-se o evento e percebe-se que esse fato, que é um fato que, politicamente, tinha agravantes, já que o Marcos Valério tinha contas no governo, ou seja, facilitava a possibilidade de se perceber uma relação promiscua nessa relação. E você/ o senhor, né...
JG – Pode falar você. Esse negócio de senhor não é muito bom não.
AM – Tá bom, a gente se conhece há muitos anos. Mas então você, ao contar/ ao prestar declarações à sociedade disse que não se sentia traído pelo Delúbio. E essa é uma questão que eu não consigo entender, porque ou bem o Delúbio tinha explicado claramente o que se tratava aquele negócio, que era a sua obrigação a um superior hierárquico e a um amigo e companheiro de partido, não é, ou então ele teve uma atitude que não foi correta com você. Não fica uma coisa estranha de ao mesmo tempo você ter confiado nele e ele não ter tido a relação de confiança necessária?
JG – Em primeiro lugar, Alexandre, não se trata desta questão. Existe uma norma no partido que funciona em todas secretarias e funciona na secretaria de finanças em que o nosso aval diante da assinatura do tesoureiro é decidido basicamente pela confiança que se estabelece. Eu não tinha conhecimento com avalista individual, no caso o senhor Marcos Valério, não conhecia ele não sabia a história dele, nem sabia do contrato, mas assinei...
AM – Mas nem hesitou em saber quem era?
JG - Assinei em confiança no Delúbio. Isso é normal no PT, a partir do momento em que eu assino...
FC – O senhor perdeu a confiança nele?...
JG – A partir do momento que eu assino, eu sou co-responsável como presidente do PT. Eu como presidente do PT...
AM – Sem dúvida.
JG - Sou responsável por todos os atos do PT.
AM – Sem dúvida.
JG – Eu vou de cabeça erguida prestar contas ao meu partido e a sociedade e sem nenhum problema. Seja a CPI...
FC – O senhor perdeu a confiança nele?
JG – Não, não se trata disso. Os procedimentos que nós respeitamos que foram legais, pagamos os juros, atrasamos uma prestação dos juros, temos uma dívida que vamos honrar com o banco...
MP – Ele te deu informação errada quando a Veja...
JG – Não, a informação, vamos deixar claro e eu quero responder todas as questões aqui com a maior transparência. Quando a Revista Veja me ligou, eu estava dentro do avião e aquele diálogo aconteceu. Eu não sabia, porque a quantidade de contratos de assinaturas de um ano atrás...
MP – Que o senhor não sabia é normal, que o Delúbio não soubesse é...
JG – Ele/ a secretaria não me informou. Quando eu vi a informação na Veja, eu, no dia seguinte, em respeito aos leitores da Veja, recebi uma informação equivocada e

corrigi e pedi desculpas...
MP – Não o senhor fez bem, agora ele se portou muito mal nesse episódio. O senhor não acha que ele se portou mal anteriormente, agora, nesse episódio, ele se portou muito mal, muito mal.
FC – O senhor assinaria de novo?
JG – Eu não vou aqui fazer julgamento desse ou daquele dirigente, Florência.
FC – O senhor assinaria de novo algum documento dele?
JG – Veja bem, qual é a lição que a gente tira desse episódio. A lição que eu tiro como Presidente do PT e que o partido tem que tirar é que a esses contratos que nós temos com os bancos, que nós temos com as empresas, campanhas eleitorais, nós temos/ nós temos que ter uma/ um critério, um exame mais detalhado. Essa é a lição que nós aprendemos. Agora não houve crime, não houve influência do PT no governo para contratos empresariais de Marcos Valério e vamos honrar a dívida com o banco, e é isso.
SL – Mas na matéria da Veja, fala de contas de diretores e encontros reservados com Marcos Valério e José Dirceu.
JG – Isso é uma informação de responsabilidade da Revista Veja. Eu sempre encontrei com Marcos Valério na sede do PT. Jamais encontrei com ele na Casa Civil ou com o companheiro José Dirceu.
MC – Eu gostaria de fazer uma pergunta e sair um pouquinho disso. É muito simples, o senhor escreveu no site do PT, né, textualmente o seguinte e começa assim: " o Brasil está sendo assolado por uma onda de denúncias vazias e irresponsáveis". Isso é mais ou menos de acordo com aquela primeira nota do PT. Logo que eclodiu esse escândalo que o senhor disse que o atribuiu a oposição, a pessoas que queriam acabar com a governabilidade etc. Eu perguntaria ao senhor o seguinte: Com tudo o que tem acontecido, com o quê tem agora, não só com a CPI, como a própria Polícia Federal, como agora o COAF que tem descoberto, hoje, por exemplo, que saiu que não eram mais 20 milhões, mas 70 milhões, enfim, com tudo isso, com esses contratos e o senhor disse que o senhor Marcos Aurélio...
FC – Valério.
MC - Valério não foi favorecido, mas tem 150 milhões em contratos com ele e dizem que tem muito mais que dá 500 milhões. Mas muito bem, com tudo isso que tá surgindo eu perguntaria pro senhor o seguinte: O senhor ainda mantém isso, o senhor acha que ainda é oposição querendo tirar governabilidade do Presidente Lula ou senhor acha que é/ é isso tudo é vazio?
JG – Mauro Chaves, nós estamos vivendo uma crise política. Tem uma denúncia feita por um ex-aliado que mistura fatos com fábulas, com invenções, e cria, inclusive, um constrangimento no próprio Congresso Nacional, é só ver o último depoimento a CPI e nessa esteira vêm várias denúncias, vêm várias colocações que faz parte desse vendaval. Agora vamos ser claros, em política não há ingenuidade, quem assistiu o depoimento dele no Conselho de Ética e na CPI, você viu com que parceria, com que compadrio, com que satisfação os setores da oposição buscam projetar na disputa política pra combater principalmente o PT, para combater o governo e precipitar o debate de 2006. Essas denúncias...
[ ]
MC – O presidente da CPI, o Senador, o presidente, o relator...
JG – A oposição tá cumprindo o papel dela. Agora, eu digo né, Mauro: Fiz oposição ao governo FHC, o nosso partido tinha até divergências sobre isso. Durante todo o período do governo de FHC, eu sempre tive diálogo com ele. O PT não fez a oposição radical, raivosa e extremada que está sendo feita por setores da

oposição.
MP – Ah, há setores da oposição?
JG – Eu não estou aqui nomeando esse ou aquele partido. Agora essa disputa existe pra potencializar, pra atacar o PT. Lógico que existe ou o país não tem uma disputa política? É só ver as declarações, as colocações...
MC – Genoíno!
MP – Mas o PT, provado pela história do PT, faria muito mais confusão do que...
MC – Genoíno!
JG – Claro, mas nós estamos vivendo, Merval, um processo de disputa política numa crise de denúncia qual o caminho/ vamos fazer...
MC – A CPI está fazendo, Genoíno? A CPI está sendo conduzida pela oposição?
JG – Espera aí, deixa eu responder a ele, deixa eu responder a ele. Em primeiro lugar, existem denúncias que estão sendo investigadas e com a palavra as investigações e o PT não teme as investigações. O PT quer a verdade e o patrimônio do PT, e a história do PT, e o valor do PT serão honrados em nome da militância dos filiados do PT. E se alguém do PT cometeu um crime ou irregularidade, o PT não vacilará em cortar a própria carne...
MP – Até agora vacilou.
JG – Mas até agora, Merval, qual é a prova concreta? Eu não vou fazer pré-julgamento e nunca fiz dos meus adversários, você sabe disso é só ver a matéria da imprensa...
MC – Sinto muito, quem está conduzindo a CPI não é a oposição, tá certo. Não é a oposição. Tem um presidente que é do PT e tem um relator que é do PMDB, portanto, não é a oposição. Então o que eles têm dito agora, as entrevistas tanto do relator como do presidente, o senhor teria/as coisas estão aparecendo/ o senhor ligou pro Delcídio para impedir, dizendo "o que o senhor fez conosco etc e tal"?...
MP – É verdade isso?
JG – É mentira! Mentira! E eu devia ter sido ouvido. Eu liguei para o Delcídio para saber qual era o cronograma de depoimento do Silvio Pereira na CPI. Liguei pra ele. Não falei sobre...
MP – Não comentou sobre Marcos Valério?
JG – Não comentei com ele sobre o Marcos Valério. Quando eu liguei pra ele eu perguntei qual era o cronograma de depoimento...
MC – Ele inventou isso Deputado, ele inventou?
JG – Bem, não tem declaração do Delcídio, é uma informação...
MC – Ele é um petista?
MP – O senhor ligou para ele para checar com ele se foi dito isso mesmo?
JG – Não, eu liguei pra ele.
MP – Não, não, depois que saiu a noticia o senhor ligou pra ele pra checar se ele comentou isso?
JG – Não, liguei pra ele e disse "Delcídio, essa informação aqui, eu liguei aquele dia pra você sobre o cronograma dos depoimentos para saber qual era o dia que o dirigente do PT ia depor". Foi isso que eu falei. Agora nesse vendaval, nessas especulações têm muitas noticias que se você checar...
MP – Você imagina que ele possa ter se sentido pressionado?
JG – Nada disso, uma prova é que o sigilo/ quebra de sigilos/ os depoimentos...
MC – Ele falou em coação, ele usou o termo coação. Ele disse que no telefonema, falou assim "Genoíno, eu não aceito essa coação".
JG – Ele não falou isso. Ele não falou isso para mim e eu telefonei para ele. E a melhor maneira agora é perguntá-lo sobre isso. O meu telefonema foi sobre o

depoimento que já tinha sido aprovado, os 25 primeiros depoimentos que incluía o companheiro Silvio Pereira.
EC – Deputado, eu estou com a sensação do programa que a gente tá indo com uma velocidade tal que parece a velocidade das denúncias...
JG – E da crise.
EC – E eu acho que antes da gente chegar nesta questão política e chegar nesta questão de PSDB, de como foi o PT ou não, eu gostaria de fazer uma pergunta muito simples: Quem é esse Marcos Valério, que nunca ninguém ouviu falar, nem o senhor que assina com ele um empréstimo de 2 bilhões e 400 e de repente se descobre que ele é uma entidade fantástica, quem é ele?
JG – Sobre quem é o Marcos Valério, ele vai depor na CPI e vai ser investigado e vai se tomar conhecimento. A minha relação com o Marcos Valério...
EC – Eu não perguntei qual é a sua relação, não.
JG – Eu já deixei claro aqui foi a partir do secretário de finanças do partido. Então as investigações é que vão mostrar quem é.
EC – As investigações já estão mostrando que, primeiro, o Roberto Jefferson não inventou um ser, um fantasma, ele inventou um ser de carne e osso que é publicitário que tem essas contas de 400 milhões e que agora, com outras investigações, a gente tá comprovando que o Roberto Jefferson não mentiu, o que ele é/ quem ele era...
JG – Eu vou te dar um exemplo, eu vou te dar um exemplo aqui como é que ele faz a história...
EC – Como é que ele surge na vida do Delúbio, o senhor assina e ninguém sabe quem ele é?
EC – Deixa eu te falar como é que ele faz a história...
EC – Só o Delúbio sabe quem ele é?
JG – O Roberto Jefferson, 1:30 da manhã, ele depõe, dizendo o seguinte: que houve uma reunião com o Marcos Valério e ele me telefonou sobre uma negociação que nunca existiu. Pode dizer a hora, o número do telefone, quebra o sigilo do telefone e nunca, nunca conversei como Roberto Jefferson sobre Marcos Valério nem de relações...
MC – O senhor disse, ele é confiável, pode confiar?
JG – Não, nada disso. Aliás, ele nunca me perguntou sobre o Marcos Valério. Ele nunca me perguntou.
FP – Seguindo a simples pergunta da Eliane, eu queria lhe perguntar só uma coisa: O senhor, quando assinou o documento, o senhor viu que o nome do Marcos Valério estava a 2 cm do seu?
JG – Claro que eu não sabia.
MP – E o senhor não perguntou quem era?
JG – Não, eu não o conhecia...
MP – Mas perguntou quem era?...
JG – E assinei em confiança ao secretário de finanças do PT e a partir daí eu sou co-responsável com a minha assinatura e pelo documento.
SL – Depois que isso estourou, o senhor chegou e perguntou pro Delúbio, afinal porque um publicitário que tem uma conta, tantas contas com estatais é/foi avalista e pagou uma parte destes empréstimos nestes meses? E que explicação o senhor pode nos dar?
JG – É claro, é claro que eu conversei com o Delúbio, discutimos a questão e evidente que é um procedimento que fica/ essa forte lição para o PT. Não praticamos crime, não praticamos ilegalidade e nem fizemos qualquer defesa dos

interesses de Marcos Valério, mas nós temos que ser mais vigilantes, mais criteriosos com esses empréstimos.
FC – Mas, por exemplo, o senhor estranha o fato de a bancada do PT ter discutido durante horas a quebra do sigilo, tentando evitar a quebra do sigilo dele, é uma situação difícil, não é?
JG – Sabe o que é/ Florência, ótima pergunta. Eu participei de duas CPIs, sabe qual é o procedimento que a gente tinha na CPI, presidida por Jarbas Passarinho e depois pelo Benedito de Gama? Quebra de sigilo é a partir do depoimento, você ouve a pessoa, tem o depoimento, tem dúvida, tem contradição, quebra o sigilo e pode chamar 2,3,4 vezes. Esse é o processo.
MC – Qual o interesse que tinha em defender?
MP– Uma coisa técnica/ uma coisa técnica, que não tem a menor importância.
MP – Que interesse que tinha em defender?
JG – Eu não fui lá defender, porque eu não era Deputado. Isso foi uma decisão da bancada, Mauro Chaves...
[ ]
MC – Que interesse que tinha a partir desse critério?
JG – A partir desse critério/ a partir desse critério/ a partir desse critério, por exemplo, o Roberto Jefferson até agora não teve seu sigilo bancário quebrado, a CPI vai decidir, você...
MC – Mas o interesse em se discutir 8 horas, por que isso?
JG – O normal, toda CPI...
MP– O sigilo do Marcos Valério? É demais!
JG – A CPI no Congresso, ela é uma investigação política, tem disputa e é/ evidentemente/ se buscam procedimentos que sejam pra todos...
MC – Mas por que o medo da quebra do sigilo, Deputado?Porque o medo?
JG – O PT não tem esse medo, o PT não tem esse medo e o PT não teme as investigações e o PT...
MC – Mas o comportamento da bancada não foi esse. Mas o comportamento da bancada foi como tivesse medo.
JG – O PT, a bancada estava defendendo um critério para vários/várias/vários depoimentos...
AM – Presidente Genoíno, só uma perguntinha...
FP – O PT está muito fechado sobre essas suas explicações, parece que hoje que eu li nos jornais, na Internet, o Romênio Pereira, que é presidente do partido, disse que não acreditava nas suas justificativas...
MP – Ele está pedindo a saída, aliás, vários deputados hoje foram à tribuna pedir a saída de toda direção do...
[ ]
EC – Não só os deputados, o ministro Berzoíne, do trabalho, também pediu sua saída hoje.
JG – Eu vou falar sobre isso com a maior tranqüilidade. Em primeiro lugar, eu respeito à opinião desses dirigentes, respeito. Quero de maneira muito sincera e franca também destacar a importância de outros dirigentes que defendem a minha permanência na presidência do PT. O cargo de presidente do PT é do diretório nacional.
MP – O senhor vai colocar a disposição?
JG – Nada farei, nada que prejudique o meu partido, pode ter certeza disso, e eu, olho no olho, eu não tenho motivo, depois de 25 anos de PT e 40 anos de militância política, o que tá em jogo aqui não é vida pessoal, eu vou discutir isso

tranqüilamente no diretório nacional.
FC – O senhor quer permanecer no partido como presidente do partido?
JG – Eu sou presidente do partido...
FC – O senhor quer, sinceramente, o senhor quer permanecer?
JG – Eu sou presidente do PT. É um orgulho, é uma honra dirigir o PT, é um orgulho e uma honra dirigir o PT e dirigir o PT num momento grave da história do PT que é enfrentar essa crise. Com a verdade e as investigações, cumprir a agenda de defesa das mudanças do governo Lula, preparar o partido para a realização de seu processo interno de eleição da direção...
MP– O senhor acha que o senhor tem condição de continuar?...
JG -E produzir, produzir internamente uma pactuaçao sobre as condições/ tem que fazer essa avaliação...
MC – Eu até acho admirável. E até dou meus parabéns ao senhor. Eu acho admirável a sua coragem.
JG – Deixa eu responder, antes de agradecer o seu elogio. Deixa eu responder ao Merval, antes de agradecer os elogios. Merval, essa avaliação é minha, eu sempre fui de um projeto coletivo, quando eu fiz greve de fome na cadeia eu era contra e aderi imediatamente, tá certo. De todos os processos que vivi, eu sou de um projeto coletivo.
PM – Genoíno...
MP – O senhor disse uma frase uma vez que "o erro pela causa é perdoado, erro causa própria não é perdoado". O senhor continua com essa idéia?
JG – Olha, o PT não rouba, não roubou, o PT não comprou voto nem apoio de deputado, se houve falhas e erros, nós temos que avaliar com o partido, dar as explicações ao partido, pedir desculpas ao partido e a opinião pública, e continuar defendendo esse grande projeto do PT.
PM – Presidente Genoíno, tem aqui um levantamento feito pela Agência Royters, que é uma agência de notícias respeitada não ó no Brasil, que relaciona os dados entre os saques feitos em dinheiro vivo pelas empresas do Marcos Valério Fernandes de Souza e votações importantes que aconteceram na Câmara e no Senado e os dados são impressionantes, porque em diversas ocasiões esses saques de valores muito consideráveis coincidem com as votações em questão. O senhor acha que isso é mera coincidência?
JG – Markum, eu não tenho a competência, nem o poder de investigar esse tipo de coincidência ou não, até porque as próprias matérias falam de coincidência, de não coincidência pelo que eu li hoje, quem é que vai responder essa questão são as investigações. Com a palavra, as investigações, com a palavra os depoimentos, com a palavra as quebras do sigilo, coma palavra o processo de investigações pra verificar...
[ ]
PM – Mas o senhor não acha que o PT vem agindo na CPI no sentido de desqualificar os acusadores muitos dos quais não precisam ser desqualificados?
JG – Pelo contrário, pelo contrário, o que aconteceu na CPI é que algumas pessoas, como o senhor Marinho, que lá na fita, citando esse ou aquele político, foi badalado, foi cortejado. O PT tem feito perguntas consistentes, sérias e atuado com toda autonomia e, veja bem, o que diziam que ela era CPI do governo. Não é CPI do governo, é CPI do Congresso. E o que ela tá fazendo é com total autonomia e total independência.
PM – Muito embora não se tenha respeitado a paridade de ter um presidente da oposição e um relator do governo ou vice-versa, né?

JG – Isso não altera o caráter, a legitimidade e autonomia da CPI e os fatos estão mostrando que falam mais do que a interpretação.
AM – Genoíno, Genoíno, ainda voltando ao caso do partido, da executiva, amanhã acontecerá a reunião da executiva e hoje o secretário Silvio Pereira entregou o seu cargo. Eu gostaria de ouvir o seu comentário a respeito disso, já que você está defendendo a idéia de que, apesar do engano, foi um engano, que não havia crime, que não havia ilegalidade e que então não havia um problema maior.
JG – Veja bem, Alexandre, em primeiro lugar eu quero destacar a importância dos termos da carta do Silvio Pereira. E ele diz uma frase lá que é um princípio para todos nós: "o PT é maior que as pessoas individualmente". Nós vamos/ a executiva não pode, ela não tem competência para decidir, a executiva prepara a reunião do diretório nacional que nós vamos/ que a executiva vai convocar provavelmente para o fim de semana e aí vai discutir essa questão em toda sua dimensão, em todos os seus aspectos, buscando, como tarefa central, a defesa do PT e o enfrentamento dessa crise e nós não vamos esconder nada. Vamos fazer essa discussão franca olho no olho, eu vou conversar com os dirigentes do PT, eu vou conversar com todos os membros do diretório nacional, estou conversando com todas as correntes do PT, porque nós vamos enfrentar essa crise e o PT já passou por crises também duras, duras, só que não tinha repercussão que agora temos no governo, mas muito duras. Eu quero deixar um exemplo aqui, eu fui acusado de ter matado um bóia-fria em 86 e minha votação caiu de 58 mil para 29 mil e lembrem, e vocês sabem disso, e foi o Tadeu Afonso, que faço questão de registrar aqui, que fez uma página inteira de uma reportagem mostrando que o PT, que os deputados do PT não tinham atirado no bóia-fria. Portanto, essas questões nós vamos resolver. O PT tem energia, tem dirigente, tem militância, tem acúmulo para resolver essa crise...
PM – a comparação...
JG - O que menos vale agora é, pessoal, a avaliação desse ou daquele dirigente.

BLOCO 2: JG sobre o mensalão e caso Furnas

PM – Genoíno, são duas acusações: o Mensalão e FURNAS. Como é que o senhor responde a elas?
JG – O PT nunca conversou, nunca recebeu denúncia de mensalão. A primeira vez que eu vi essa matéria/ que eu vi essa história, foi no jornal do Brasil quando então o presidente da Câmara tomou as providências, portanto, essa invenção tem que ser apurada, talvez tenha uma CPI do mensalão ou a CPI disto ou/ ele vai investigar. Não existe por parte do PT, por parte dos aliados essa história de mensalão.
PM – Isso inclusive o Delúbio?
JG - Não existe, não existe. É uma denúncia genérica, fala das pessoas sem nenhuma prova concreta e cria um constrangimento com os deputados da CPI sobre declaração de prestação de conta que, aliás, o jornal do fim de semana mostrou que os números que ele colocou, parece que o jornal O Globo, não correspondeu com o que ele tinha anunciado pela prestação de contas dos senadores e deputados, portanto, isso não existiu. O PT nunca conversou, nunca discutiu, não tem conhecimento disso. Quanto à denúncia, foi formulada e o jornal do Brasil divulgou, houve providência do presidente da Câmara sobre essa denúncia de FURNAS, veja bem, a própria empresa tá com a comissão de sindicância, os deputados do PTB que ele denuncia disseram no Jornal O Globo que foi o contrário, a conversa. Olha bem, vamos imaginar o diretor de FURNAS, antigo, com a experiência que tem, no primeiro contato com o Deputado, imagine, vai

chegar pra fazer esse tipo de coisa? Isso não existe, portanto o PT nacional, o PT de Minas Gerais não tem qualquer relação financeira com FURNAS e isso vai ser esclarecido na CPI ou na Comissão de Sindicância que FURNAS...
AM – Presidente, nesse episódio todo, parece que têm muitas coisas que não existem, não é? Você disse que este caso não existe. Agora uma empresa publicitária que retira aparentemente 72 milhões de reais, um dinheiro vivo, é algo que não existe em nenhum ramo de atividade no Brasil, não há nada que/ e eu pergunto, eu vou fazer um a pergunta meio torta, mas...
JG – Pode perguntar reto, direto. Eu gosto de direto.
AM – Não, mas eu vou lhe explicar, porque nesse documento que você assinou, o Delúbio não teve o cuidado de lhe contar com quem que ele tava negociando, não é? E o Delúbio e o Marcos Valério já se declararam grandes amigos, grandes amigos, são duas pessoas que vieram do interior, que têm raízes próximas e tudo isso não teria havido possibilidade, então, de que o próprio Delúbio estivesse envolvido com um outro caso e que você não tivesse nenhum conhecimento, nenhuma coisa?
JG – Olha, quando se trata de denúncias e você sabe muito bem disso, como um jornalista e até como pessoa que já trabalhou no governo, nós temos que ter muito cuidado.
AM – Sem dúvida!
JG – Nós temos que ter muito cuidado. Primeiro, não posso responder genericamente nos termos que você coloca. Segundo, sobre o empréstimo eu já deixei claro. Agora essa história no momento de investigação você tem que saber separar joio do trigo, têm denúncias que são formuladas que têm que ser investigadas e com a palavra a investigação...
EC – Mas espera aí, mas espera aí, deputado...
JG – E essa investigação vai esclarecer. Mas eu estou me referindo...
EC – Mas espera aí, só um minutinho! O senhor, desde o início do programa, o senhor tem dito assim "quando for investigado, vamos esperar as investigações", mas eu acho que nessa altura do campeonato já há muita coisa investigada, porque são órgãos do governo, o COAF é do governo, existe gente...
JG – A Polícia Federal é do governo.
EC – Sim a Polícia Federal é do governo.
JG – Que tá investigando.
EC – Então, vamos falar das coisas que já foram investigadas. Por exemplo, o senhor acha que é coincidência o Roberto Jefferson falar "olha, um carequinha alí chamado Marcos Valério e ele têm milhões e paga deputados em nome do PT", logo depois se descobre que realmente esse sujeito tem 400 milhões e que tira/ movimenta 72 milhões em dinheiro vivo e logo após se descobre que este mesmo sujeito/ ele tem/ ele é não só avalista do PT, como ele paga dívidas do PT. O senhor acha que toda essa seqüência de coisas investigadas, essa coisas investigadas...
MC – Não só os contratos né...
JG – Agora me dá um espaço para eu responder.
EC – Mas espera aí deixa eu só fazer a interrogação, a pergunta-interrogação: O senhor acha que tudo isso é uma mera coincidência, essas investigações já comprovadas?
JG – Em primeiro lugar, vamos tratar das investigações. A Polícia Federal tá investigando, no governo Lula foi o maior número de operações, o maior número de prisões, o maior número de demissões 2003, 2004 e 2005, inclusive algumas investigações que o PT soube cortar na própria carne e algumas investigações que

foram estampadas em primeira página de setores da imprensa que pegaram dois petistas como se fosse corrupção de madeira e os dois não tinham nada haver até a Polícia Federal pedir desculpas. O diretor de floresta de Brasília e o chefe do IBAMA do Mato Grosso. Veja bem, qual é a denúncia concreta que atinge esse ou aquele dirigente do PT e quanto prova, enquanto coisa concreta, e isso/ e por isso que eu falo que tem que ter as investigações.

EC – Por isso então que te pergunto, então o senhor acha que tudo isso é uma coincidência?

JG – Não, não. Eu não posso aceitar, eu tô dizendo o...

EC – O que é isso então, quem é esse ser? E que coincidência é?

JG – Eliane, eu estou te falando o seguinte: num processo como esse tem coincidências ou não, tem contradições ou não, quem é que vai resolver o problema é uma investigação. A CPI tem poder de investigação policial, vai ter depoimento vai ter quebra de sigilo, tem exame dos documentos e o PT não teme investigação, e se alguém do PT cometeu erro/ e se aparece/ e se cometeu/ e aparecer nas investigações, o PT vai/ o patrimônio do PT é maior que cada um de nós individualmente é isso que eu estou te colocando. Agora, nós estamos em um processo de investigação, eu não aceito a sua tese de que já tem uma pré-condenação, um pré-julgamento por...

EC – Mas toda vez que a gente fala aqui do Marcos Valério o senhor vai sai sempre com a mesma resposta de sempre: vamos esperar...

[ ]

JG – Eu estou dizendo, Eliane, três coisas, vamos deixar claro aqui pra gente se entender, eu respondo tudo primeiro...

EC – Mas vamos nos entender, o senhor explica primeiro quem é o Marcos Valério?...

JG – Olho no Olho, primeiro, eu disse aqui que, quando assinei o contrato em confiança ao Delúbio, fazia 2 meses que eu tava na presidência do PT e 20 anos afastado da executiva, e segundo lugar, assinei em confiança que é um processo normal do partido, passo a ser co-responsável, como presidente do PT, pelos meus atos. Falei aqui que vi o Marcos Valério algumas vezes em Brasília, sem ter relação de trabalho e de reunião com ele. Esses documentos do COAF, que é um processo que, pela uma informação do próprio COAF, que vem de um período anterior de relações desse empresário que não eram com o PT, eram relações com o governo de Minas, que não era do PT, porque é um processo antigo...

MP – Mas de onde o senhor tirou que o COAF informou que o dinheiro dele vinha de antes?

JG – Não, não estou dizendo que o COAF informou, estou dizendo que o processo que levou a investigação do COAF é um processo antigo...

[ ]

EC – Não, não, não, o fato é que o Roberto Jefferson disse que existe esse carequinha aí que paga os Deputados em dinheiro, 30 mil reais em nome do PT, todo mês e se confirma, por um órgão do governo, que o sujeito realmente pega o dinheiro e vai 31 vezes a Brasília com o dinheiro vivo...

[ ]

JG – Você tem que dar um crédito ao governo...

EC – Não, não, mas eu lhe perguntei objetivamente é uma coincidência, Deputado?

JG – Não, primeiro é um órgão do governo que tá fazendo isso, segundo isso é um processo antigo que estava ocorrendo em Minas Gerais e não foi divulgado, terceiro...

MP – Não, não é um órgão do governo, não tem lá a relação. Foi requisitado...
JG – Claro, até porque você sabe, Merval, até porque foi este governo nosso que aprovou uma lei que a partir de 100 mil reais informe ao Ministério Publico, foi o nosso governo que aprovou isso, você sabia disso...
MC – Genoíno, só me responde uma coisa...
JG – Então, veja bem, esse processo tá correndo e sendo investigado, eu não vou falar aqui/ eu não vou aceitar tese/ porque tem uma tese e isso é normal no processo de investigação, com essa investigação tão ampla/ que você já vai formulando as precondenações e eu não vou entrar nesta questão errada...
EC- Mas são fatos/ fatos...
MC – Deixa eu fazer uma pergunta: Se por acaso o relator da CPI, o co-relator, ele está dizendo, já examinando os contratos, ele está vendo já, parece que é uma pessoa criteriosa, parece que uma pessoa minuciosa...
JG – Do PT, né?
MC – Hein! Não, não, o relator do PMDB
[ ]
JG – Da base de apoio do governo...
EC- Mais ou menos...
JG- Então, a CPI não é bem do Governo.
EC- É da meia base...
MP- Tem lá um problema com o José Dirceu.
EC- É, é...
JG- Então, ela ta falando aí que é da meia base...
MC – Não tudo, bem, não/ tem o presidente petista e tem o relator, que não é bem da base do governo, segundo Eliane Catanhede. Mas, ô Genoíno, mas o importante é o seguinte: ele está fazendo um exame minucioso, ele chegou/ ele está chegando a conclusão, e tem dado entrevistas a respeito disso, que aqueles contratos da/ que atualmente/ 170 milhões/ aqueles contratos, Banco do Brasil, Eletronorte, tem com a Câmara dos Deputados, tem com os correios etc., esses contratos, eles já estão vendo sérios sinais de super-faturamento, não é? E eu pergunto o seguinte: comprovando se ele está dizendo isso, o senhor acha que o PT não tem nada haver com isso?
JG – Em primeiro lugar, eu não vou responder no se, porque tem uma investigação, investigação é investigação...
MC – Mas ele já está dizendo, ele já viu indícios.
JG – Não, é, Mauro Chaves, você sabe como bom jornalista, mas sempre tem que levar em conta que eu, como presidente do PT, não tenho esse tipo de relação de avaliar opinião do relator. Até porque o relator vai aprovar ou não os requerimentos ou relatórios, dependo da maioria, dependendo do consenso da CPI, que a CPI está sendo bem conduzida, portanto isso tem que ser esclarecido nas investigações. Em primeiro lugar, porque a maioria dos contratos já vinha de antes, alias, no nosso governo não rompeu contratos que vieram do governo anterior
MC – A maioria não, sinto muito, a maioria dos contratos em diante, não!
JG – De antes só tem um contrato dos correios que vai ser investigado.
MC – A maioria não!
JG – Foram contratos renovados e isso tudo, Mauro Chaves, a CPI vai investigar.
PM – Tem um tema que nós não estamos abordando que eu considero indispensável...
JG – Então vamos entrar a ele.
PM – Que é o dinheiro, os 20 milhões de reais que o PT daria para o PTB e deu,

segundo o Roberto Jefferson, deu apenas 4 milhões e reiterou isso n vezes, em todas as ocasiões, citou o senhor como sendo o participante desta negociação, a pergunta é...

JG – Vou responder isso bem olho no olho...

MP – É há boatos em Brasília de que ele perdeu 20 milhões...

PM – E que embolsou os 20 milhões.

JG – Olha boatos existem à vontade, até existe boato que é como fumaça e gelo seco que só dura enquanto ta tendo boato.

PM – Mas, Genoíno, raciocina por,que ele diria algo que o incrimina?

JG – Primeiro, o PT fez acordo financeiro de passar dinheiro direto para o PTB. O nosso acordo foi político-eleitoral nas cidades em que o PT era cabeça-de-chapa ou o PTB era cabeça-de-chapa e a gente tinha responsabilidade com as despesas. O PT...

PM – Ele menciona simplesmente detalhes da conversa com o senhor...

JG – O PT, o PT, Paulo Markum...

MC – Mas nesse apoio tem dinheiro também, né?!

JG – O PT, nós fizemos um acordo listando as cidades...

MC – Não ia ter dinheiro nesses acordos?

JG – Nós fizemos um acordo listando as cidades, listando as alianças...

MV– Existe a possibilidade da gente...

JG – O PT não passou dinheiro para o PTB...

MP – Tá, tudo bem não passou o dinheiro, mas...

JG – Eu vou chegar mais aí...

MP – Só uma coisinha...

JG – Como é que o PT fez aliança com os aliados: o PT ajudou em show, em material de propaganda, em TV, tem várias atividades em...

MP – Seria possível que o apoio do PT...

JG – E o PT está com uma dívida de campanha de 20 milhões, quer dizer...

MP – Presidente!

JG - Um , vê, imagine o PT está sendo acusado por tudo isso e nós temos uma dívida de 20 milhões...

MP - Presidente!...

JG – Em alguns estados, nós temos dívidas, que estamos tentando honrar, das campanhas vitoriosas ou derrotadas.

MP – Ô presidente, será possível que essa ajuda que o senhor admite ter dado para o PTB...

JG- Nas campanhas do Estado.

MP - Nas campanhas, que resultassem no total de 4 milhões?

JG – Em primeiro lugar, eu não fiz soma. Em segundo lugar, quando ele fala de planilha é relação das cidades/ em algumas cidades nós apoiamos e é bom deixar claro, nós apoiamos e até criamos divergências internas, como foi o caso de Juiz de Fora que eu apoiei.

PM – Mas aqui ele cita que o dinheiro veio por notas do Banco Rural, Banco do Brasil.

[ ]

JG – Mas, veja bem, aí ele tem que provar, porque quando essa questão apareceu em setembro, numa matéria da Revista Veja, o Roberto Jefferson fez um artigo e disse claro...

FP – E desmentiu...

JG – Ele, agora quem é ele é o de setembro é o de agora, é o de dezembro?

Felipe – Pois é, mais ou menos esse negócio,ontem ele se lembrou será que o senhor não pode, de repente, ser surpreendido pelo Delúbio se lembrando que fez um novo acordo que o senhor não tem o conhecimento?
EC- Pois é, anda todo mundo lembrando, esquecendo ultimamente.
JG – Ficar discutindo hipóteses/ o PT...
[ ]
FP – Veja bem, o senhor também esqueceu...
MC – O senhor também esqueceu também disse que ele não era o Marcos, não era avalista/ e que o senhor esqueceu e depois lembrou.
JG – Não, eu não disse que era avalista, vai com calma, não vem botar coisa na minha boca, sabe.
MC – O senhor disse que não era.
JG – Vamos ser transparentes, não.
MC – O senhor negou.
JG – Mauro Chaves, eu sei o que eu falo, então, deixa eu falar o que eu falei aqui. Eu disse que assinei um contrato em confiança ao Delúbio Soares e não conhecia o Marcos Valério, foi isso que eu falei. E quando eu informei aos leitores da Veja que tinha passado a informação não correta, foi porque eu perguntei no prazo de uma hora e eu fui extremamente atencioso com o jornalista, alías, vocês sabem, me ligam direto, eu atendo direto, disponibilidade total. E às vezes eu pago um preço por essa disponibilidade total...
PM – Genoíno!
JG – O que eu falei, uma hora depois, eu falei, eu perguntei na secretaria "tem este empréstimo, esse aval? Não". Aí eu informei, no dia seguinte, aí, eu ordenei, eu conversei com o Delúbio no sentido de dar a informação e ele mesmo corrigiu, dando informação inverídica, é isso. Veja bem, nós estamos fazendo um processo de levantamento das nossas contas, o que está registrado, o que está documentado/ tá tudo documentado/ tá tudo documentado. E vamos prestar contas à sociedade...
MP – Esse apoio pro PTB, tem dinheiro nisso, custa dinheiro isso, né?
JG – O PT apoiou nas alianças com o PTB, claro, nas campanhas de televisão, de camiseta, de shows...
MC – Vai dinheiro nisso?
JG – Claro, lógico, nós já ajudamos com o dinheiro em Juiz de Fora.
[ ]
JG – Falar em quatro milhões, agora precisa se dizer que passou aí, veja bem, se tem que dizer/o PT não passou dinheiro para o PTB.
SL – Isso era distribuído como? Essa ajuda era como? Era direto para o candidato não passava para a cúpula do partido? Antes negociava?...
JG – Olha, veja bem, como é feito isso aí: a direção nacional repassa nas campanhas eleitorais, considerando que é municipal, para o comitê financeiro das cidades. O comitê financeiro das cidades teve ajuda da direção nacional. Esse comitê financeiro tem uma co-responsabilidade nas coligações, com os partidos de alianças, seja contribuições da direção nacional, seja pela sua capacidade de arrecadação no estado.
SL - Mas não é o Roberto Jefferson que decide pra quem é que você manda esse dinheiro, não é com a cúpula do PTB que se decidia pra onde esse dinheiro ia?...
JG – Nós fizemos um acordo político eleitoral com o PTB. Esse acordo político eleitoral nós tivemos inclusive dificuldades em muitas cidades e ele foi muito sincero e franco quando disse, na época da matéria da Veja, que algumas vezes ao solicitar o dinheiro pra mim eu dizia não tinha nem pro PT.

FC – O Roberto Jefferson já está falando há bastante tempo sobre essa questão do dinheiro. Já não era tempo, então, do PT,/ o senhor falou agora que não sabe exatamente quando deu...
JG – Não, nós sabemos, são as campanhas que nós realizamos...
FC – O valor exato de 4 milhões.
JG – Agora, veja bem, nós estamos/ está nas prestações de conta de cada município, por exemplo, ou sei que Juiz de Fora/ Juiz de Fora, São João do Meriti, Patos de Minas dá em torno de 180 milhões e 180 mil. Veja bem, nós estamos respondendo essas questões/ agora eu estou respondendo no bate-pronto. Eu agradeço, inclusive, essa oportunidade de na televisão poder estar divulgando, porque eu já recebi outras propostas, mas eu preferia a televisão.
AM – Deixa eu perguntar a propósito disso. Você dizia agora há pouco que você atende aos jornalistas, isso é verdade e faz parte da sua história de relacionamento com a sociedade e com os jornalistas, e esse é um momento mais delicado da história do PT e do Governo Lula. E lhe pergunto: o senhor não sente falta da presença do Deputado José Dirceu nessa cruzada, nesse momento, pois ele saiu do governo disse que iria mobilizar a militância do partido, disse que cruzaria o país numa cruzada para defender o partido e desde então ele submergiu, ele desapareceu parece que ele não existe neste noticiário, quando ele era o personagem central da crise da coordenação política do partido.
JG – Em primeiro lugar, foi bom você ter tocado nesse assunto, porque eu quero fazer aqui em nome da presidência do PT, o meu respeito, a minha homenagem, a um grande companheiro que eu conheço antes da fundação do PT, que eu tenho o maior respeito, um companheiro de luta, coragem, e lealdade. O Zé Dirceu saiu do governo, tá exercendo seu mandato na Câmara dos Deputados, vai participar de todas as investigações e ele tá ajudando o PT e ajudando a bancada do PT. Agora veja bem, veja bem, o que se colocava, quando ele saiu, se colocava várias especulações.
AM – Não, ele colocou né? Não, ele disse que ia fazer uma cruzada.
JG – Não, mais ele tá organizando o seu gabinete, ta organizando a sua vida parlamentar, isso tem um tempo e é isso que ele tá fazendo, ele está se preparando para os depoimentos dele, portanto está no seu tratamento normal e eu expresso aqui a minha total confiança no comportamento dele.
AM – O senhor acha que tá ok assim, tá ok assim?
JG – Tá ótimo, tá ótimo, não existe areia em nosso relacionamento, tentam plantar, tentam julgar...
AM – Não, não tô plantando, só to perguntando.
EC – Aliás, deixa eu falar só uma coisa: por falar em areia no relacionamento, no encontro do 12º Fórum da esquerda Latino-Americana foi muito curiosa a reação do Presidente Lula. O senhor tava do lado dele e ele mau lhe cumprimentou. O senhor acabou de falar e, na televisão ficou muito nítido, que o senhor veio cumprimentá-lo e ele fez assim (gesto de recusa feito por Eliane) e eu tava assistindo com amigos e eles comentaram: "Puxa, o Lula demitiu o Genoíno ao vivo".
Todos – (risos)
JG – Primeiro, que o Lula não demite ninguém do PT, porque o PT tem autonomia...
EC – (com gestos de aspas) Demite, Deputado, demite, o senhor entendeu o que eu quis falar.
JG – Eliane, se eu tivesse conversado muito com ele ali, o que vocês iam dizer, a manchete, a cena discutindo a crise com Lula, há um clima de tensão etc e tal.

MP – O senhor conversou antes com ele, antes daquela cena.
JG – Não deu tempo.
MP– Ah então...
PM – Não tem areia?!
EC- Deputado, as pessoas se olham no olho quando cumprimentam, não é? Não é assim?...
[ ]
JG – Aproveita, Eliane, olha, não adianta, não adianta colocar areia no meu relacionamento com o Presidente Lula.
EC – Como é que foi sua conversa com ele anteontem?
JG – A minha relação, primeiro vamos falar da minha relação...
EC – Com ele?
JG – Depois eu respondo a da garota. Eu tenho uma relação de confiança, de admiração de muito respeito pelo...
MC – Você conta tudo pra ele, como o José Dirceu disse que contava?
JG – Tenho essa relação, portanto, já que eu usei a palavra na discussão, nós temos uma relação de confiança e afinidade muito grande e eu lutarei, tudo que for possível para viabilizar o projeto do governo do Presidente Lula. Nós conversamos sobre o Fórum de São Paulo, nós conversamos sobre a agenda do PT, sobre as reuniões, isso eu informei, mas nós não discutimos quem iria sair e quem devia entrar, coisa nenhuma, isso foi especulação, porque nessa hora há um boato, uma especulação. Portanto não tem, não tem, e quero deixar isso claro, não tem problema na relação da presidência do PT ou com o Presidente Lula...
[ ]
MP- O pessoal do Pt é o menos curioso do mundo. Ninguém pergunta nada a ninguém...
EC – Não, nem do Presidente Lula com o José Dirceu?...
JG – Nem com o Presidente Lula com o Presidente do PT.
EC – Também com José Dirceu então tá as mil maravilhas?
JG – Não, nós temos relação de companheiros e de confiança, então, trabalhamos em várias frentes diferentes...
MC – Eu queria saber assim como o José Dirceu conta tudo pro Lula, como ele disse, tudo, o senhor também conta tudo pro Lula?
JG – Olha, o PT é uma instância separada do governo. O PT, Mauro Chaves, tem autonomia nas suas competências e nas suas...
MC – Sim, mas tem uma ligação com o PT, grande.
JG – É, tem assuntos de governo e tem assuntos do PT. E o Presidente é cioso em respeitar a autonomia e a esfera própria do PT. Esse tem sido o nosso relacionamento, portanto, deixar claro aquilo que, muitas vezes, se cobra corretamente que tem que separar sempre o Presidente Lula, sempre um cioso, daqueles assuntos que são do PT/ dele respeitar o PT/ a autonomia do PT.

BLOCO 3: JG, PT e CPI's

PM – Genoíno, a pergunta é de Leonides de Carvalho, que eu acho que vale tanto pra situação de agora quanto pra CPI dos Bingos: Por que o PT tentou de todas as formas blocar/ bloquear a criação dessas CPIs?
JG – Veja bem, as CPIs, em qualquer regime e em qualquer governo, é um instrumento da minoria para investigar o governo. Quando nós somos governo, nós acreditamos e confiamos nas investigações do governo, quando discutida essa

questão no diretório nacional e na bancada, nós adotamos uma posição não fechada em relação à CPI. Nós discutimos com os parlamentares que era necessário acompanhar a evolução dos fatos, acompanhar a divulgação de certas denúncias pra se chegar a uma CPI, alguns companheiros assinaram independente da bancada.
PM – Mas o Eduardo Suplicy, por exemplo, chegou a ser retirado da chapa depois de ter assinado.
JG – Mas aí, veja bem, eu sou da tese, Paulo, que eu prefiro acertar com o coletivo e levar o coletivo a minha posição do que simplesmente agir individualmente. Nós negociamos com o diretório nacional, negociei com o Suplicy com o Xico Alencar pra gente ter uma posição dentro da bancada e iam tratando a CPI de acordo com a evolução, nós não fechamos contra, estavam trabalhando com isso aí, e deixamos claro, no processo do requerimento de CPI, qual é, como precisar o requerimento, como deixar mais claro, portanto foi essa a negociação que nós fizemos com a bancada.
FC – Mas o senhor não reconhece que hoje postura, por exemplo, do Senador Suplicy foi a mais correta? Quer dizer, de pedir a CPI?
JG – Eu digo, Florência, com toda sinceridade, eu digo pra você que não é a mais correta, porque a bancada aprovou que ela poderia chegar e assinar a CPI. Se a gente tem paciência, se a gente quer aceitar com o coletivo, se a gente dialoga com o coletivo, se a gente convence o coletivo, isso é melhor, é mais eficaz, é mais transformador, e foi o que a bancada enxergou.
FC – Mas a opinião pública está tendo uma percepção, há uma percepção de que o PT não está querendo...
JG – Veja bem, com a opinião pública a gente dialoga, a gente discute, a gente explica, a gente debate. Olha, já teve momentos que a opinião pública criticava muito o PT/teve momentos que a opinião pública/ sei que o PT/ nós estamos numa luta política, luta política é assim, o PT aprendeu a navegar contra a maré, o PT aprendeu a vencer vários desafios...
MP - Ô Genoíno, sabe que eu estou com uma sensação aqui, tudo bem que você fala decisões, você fala pra dentro do partido, está fechado no partido, todos vocês, aliás, tão fechados dentro do partido, e só pesam de acordo com os interesses do partido e pela cabeça que vocês tem de 30 anos de luta. Então é o coletivo não pode ter individualismo, não pode. Agora vocês estão controlando o país, o país é que não é o parido mais. É o país, é o Estado Brasileiro, vocês estão pensando no Estado Brasileiro com a cabeça do PT, no partido de vocês?
JG – Não, não, Merval, ótimo, foi boa a tua pergunta. O PT, nos 30 meses de governo, foi o principal partido de sustentação no Governo Lula. E nós pensamos no país pra realizar reformas que estavam emperradas no congresso há 10 – 15 anos. Nós pensamos no país pra ter uma política econômica do primeiro ano, dura, que deu debate, que deu desgastes e eu tenho o resultado dela. Nós pensamos no país, quando não saiu por aí perseguindo adversários, essa onda/ criou-se uma onda contra "o PT tomou conta da máquina do Estado", mito mentiroso...
MC – Vem do nada, é isso?
JG – É, do nada.
MC – Ah é?
JG – Eu vou te dar o número, Mauro Chaves, existem 19 mil cargos comissionados no governo. Quando a gente assumiu, tinha 18 mil no governo FHC, baixamos no primeiro ano para 17 mil, depois subiu pra 18 e agora tem 19 mil. Sabe quantos o governo Lula alterou? 5.314, -27 %.
SP – Não é muito? Pra mim é muito.

JG – Não, e foi a média dos governos anteriores, eu digo cargos comissionados de livre contratação. 5 mil/ mas a idéia/ portanto foi só 5 mil.
MC – E o número de ministérios?
JG – Depois criaram...
MC – E o número de ministérios? Foi de quanto pra quanto?
JG – Olha ministérios, ô...
MC – É!..
JG – Mauro Chaves...
SP – Houve divisão de diretoria nos correios, presidente?...
MC – Foram para 35. Quantos eram?
JG – Tem ministério ali que é secretaria ou divisa do ministério e é correto ter, porque este governo reconhece o papel das mulheres, dos negros, o papel importante dos Direitos Humanos e deu um status, que é importante e isso aparece com um numero grande...
MC – Se isso era correto, Genoíno, por que vão agora reduzir/ O Lula vai reduzir?
JG – Veja bem, o governo, o nosso governo, no primeiro ano, reduziu número de DAS, depois abriu concurso pra recuperar Policia Federal, pra recuperar o IBAMA, pra recuperar o INCRA, e não fizemos loteamento, não fizemos aparelhamento e colocaram outro mito mentiroso contra o PT que vou deixar claro aqui: "nós nomeávamos pra receber o dízimo", que mito! Eu vou te dar o número aqui, que é importante esse número, eu estou com ele aqui no bolso, porque eu sabia que essa questão...
MP– O Supremo proibiu o dízimo, heim?!
JG – Não, eu vou explicar. Primeiro, o PT não desconta nada, o PT não desconta nada na folha de pagamento, a pessoa contribui diretamente.
MC– É contribuição voluntária?
JG – A pessoa contribui diretamente ou autoriza o desconto em banco. Sabe quantas pessoas do executivo, de livre contratação, contribui com o PT, de DAS: 779 dos órgãos vinculados, 182, e do legislativo 469 que é o maior número de cargos comissionados. Mas a idéia, o mito que passou é que nós aparelhamos e não aparelhamos, qual foi o servidor que foi perseguido no governo anterior pelos nossos, os petistas até diziam que tinha muita gente do governo anterior.
MC – O senhor está dizendo que os cargos são todos técnicos é isso?
JG – Não, nós temos dois critérios, nós temos dois critérios...
MC – O PT só colocou técnicos no ministério, não houve contratação política, nem nomeações, mais só técnicas é isso que o senhor está dizendo?!
JG – Eu estou dizendo pra você, eu estou dizendo pra você que, quando os partidos negociaram, que é legitimo da democracia em qualquer país democrático do mundo os partidos fazerem reivindicações, o PT fez e outros partidos fizeram essas indicações, passaram por dois critérios: competência e a vida das pessoas, e muitas pessoas não passaram. Iam duas, três vezes, e não se trocavam, nós tivemos vários problemas. Seja no PT, seja fora do PT, até cheque sem fundo era motivo da pessoa não passar pelo levantamento que se fazia no Tribunal de Contas, nos cartórios etc, portanto não houve aparelhamento.
SL – E o Marinho?
JG – Foi bom você colocar o Marinho, o Marinho foi cargo de carreira, 23 anos não tem nada a ver com o PT, nem foi indicado pelo PT.
FP – Ele dizia que era ligado ao PTB.
JG – Mas veja bem...
[ ]

JG - Aliás, Mauro Chaves, seria uma outra inverdade, que é importante eu dizer claro, aqui, para os trabalhadores do serviço público que são comissionados. Alguns grandes escândalos da República partiram de cargos de carreira, porque tem proteção de estabilidade, de não demissão, de aposentadoria. De onde partiria a CPI de orçamento? José Carlos dos Santos, quem era ele? Funcionário de carreira. Quem era o Marinho? Funcionário de carreira. É claro que nós temos que ter uma política de diminuição dos cargos comissionados para profissionalizar o estado. Isso é uma tarefa fundamental e eu tenho colocado isso, inclusive nos meus artigos que escrevo quinzenalmente no Estado de São Paulo.

MC – O senhor não vai dizer que há um potencial maior de corrupção num funcionário de carreira. Aí eu acho que é bom deixar claro que tem um potencial maior? Aí não vale...

[ ]

EC- O senhor está dizendo que o profissional de carreira é mais passível de corrupção?

JG – Eu não estou dizendo isso. Eu estou falando que se culpa o funcionário comissionado. O problema da corrupção pode acontecer com o comissionado ou com o funcionário de carreira. O problema da corrupção tem que ser combatido como o nosso governo está combatendo. Tá aí o papel do Ministério Público, tá aí o papel Polícia Federal, tá aí o papel da Controladoria Geral da União, tá aí as investigações que correm tranqüilamente...

MC – Mas o senhor não acha que as cotas do partido/ Isso não ajuda a corrupção, as cotas partidárias?

JG – Nós temos que fazer uma mudança, nós temos que fazer uma mudança no sistema político eleitoral, financiamento de campanha, votação ilícita, isso é fundamental.

PM – Quem diz isso é o Roberto Jefferson.

JG – Não, não.

PM – Disse sim, disse aqui no Roda Viva.

JG – Aliás, quando essa matéria foi discutida no Congresso um dos opositores...

MP – O PT, era o PTB era o PL, PP e o PT foi contra porque...

JG – Isso foi bom você colocar, Merval.

MP - Porque pra ajudar o partido da base aliada.

JG – Você sabe o que eu fiz como presidente do PT? Você sabe o que eu fiz como presidente do PT? Na eleição para presidência da Câmara dos Deputados que o PT perdeu, eu procurei a direção do PSDB, procurei a direção do PFL e propus um acordo: "vamos respeitar a proporcionalidade, elegendo um candidato do PT e vamos fazer uma agenda de consenso pontual: ponto 1-votar a reforma política, independente da resistência dos partidos da base aliada; 2 -rodízios nas relatorias, de medida provisória etc e etc; 3 – Vamos estabelecer um processo 'negocial' dentro da Câmara".Fiz essa proposta conversamos vários dias e recebemos um não, recebemos um não.

EC – Mas espera aí, quando o Luiz Eduardo Magalhães, do PFL, foi candidato à Presidência da Câmara, você concorreu contra ele; quando sei lá, o Inocêncio foi candidato, você concorreu contra ele; quando o Aécio foi presidente; o PT também não apoiou...

JG – Sabe qual é a diferença; Eliane...

EC - O PT também não apoiou, por que eles teriam que apoiar você?

JG – Mas sabe qual é a diferença, Eliane? A diferença que você, como jornalista brasileira **,**sabe muito bem, eu era candidato do PT e paguei o preço em pela mesa,

o PT não aceitava candidato avulso, eu era candidato do PT; o Aleluia, era legitimo ser candidato do PFL. E eu era candidato do PT e negociei, e conversei muito com o Luiz Eduardo, aliás, é uma pessoa que eu continuo...

[ ]

PM – Mas parte dos deputados do PT...

EC – Mas espera aí, se não podia ter acordo naquela época porque tem que ter acordo a favor do PT agora?

JG – Agora, não era, veja bem, / não estou dizendo que eu propus um acordo, como eu fiz, Eliane, como eu estou propondo aos partidos um acordo e toda reforma política. Vamos votar para entrar em vigor em 2006 prazo de filiação por fidelidade, fidelidade por prazo de filiação muda o regimento das casas para que o tamanho das bancadas seque as urnas...

JG – Genoíno!...

JG – E votar a federação de partido, votar para 2008 o financiamento público de votações lícitas. Nós só vamos mudar o sistema político brasileiro quando tiver financiamento público e votação lícita.

PM – O PT...

JG – Não é financiamento privado e incentivo fiscal, não.

PM – Sei, o PT estabeleceu uma regra na relação com o Congresso que foi: facilitar de diversas maneiras o crescimento de partidos da base aliada e manter o núcleo do PT relativamente coeso e íntegro, eu digo relativamente, porque houve as lições que são aí discutíveis.

JG – Ao PT, não.

PM – Acho que teve até governador.

[ ]

JG – Na bancada, pode citar na bancada, na bancada, e nós tiramos, olha, Markum, vamos dar nome aos bois.

PM– Agora deixa eu só terminar a pergunta...

JG – Eu respondo tudo se der nome aos bois.

PM – Quando no início do governo Lula, o senhor deu uma entrevista para Patrícia Vital e Conrrado Cossalete, no Estado de São Paulo, cujo o título até era "Lênin fez concessões a multinacionais" e, lá pelas tantas, esses dois perguntaram "Como é que se sentiria o deputado José Genoíno no Congresso, tendo como aliado Roberto Jefferson que foi da tropa de choque de Fernando Collor" e o senhor declarou o seguinte entre aspas " Eu estaria muito feliz como estou na presidência do PT para defender o governo em relação a essas pessoas. Você sabe que desde a minha experiência parlamentar eu não era criticado porque eu me dava bem com todo mundo. O deputado Roberto Jefferson apoiou o Lula no segundo turno, apóia e vota com o governo, está sendo bom para o PT e para o governo Lula". Eu pergunto: Não foi uma tática errada essa de se apoiar em partidos que não tinham nenhuma ligação com as idéias do PT?...

JG – Paulo!...

PM - E que veio dar aonde deu?!

JG – Paulo, o povo brasileiro quando votou no presidente Lula, não votou na maioria da Câmara e na maioria do Senado...

PM – O PT chegou a 20% na maioria**.**

JG – Diziam que o governo Lula não se ameniza, porque o PT não tinha capacidade de fazer alianças. Nós construímos aliança com os partidos que apoiaram o Lula no segundo turno, inclusive o PTB. Ampliamos essa aliança do PMDB e nós devíamos ter incluído o PMDB, desde aquela época do governo, porque nós tínhamos um

programa que era a estabilidade para o país crescer, melhorar emprego e renda, respeitando os termos da carta aos brasileiros; viabilizar os programas sociais e nós viabilizamos o bolsa-família com 7 bilhões de famílias, aumentamos a renda média para 75 mil;recuperar o papel público das Estatais e dos bancos público,s o BNDES é banco de fomento o Banco do Brasil, Caixa econômica Federal os bancos regionais; e votar as reformas pendentes no Congresso, que temos que votar a reforma da previdência, a reforma do judiciário e agora é preciso votar a reforma tributária. Estas alianças foram importantes para o governo ter maioria, não é só pra aprovar que o governo quer e também pra impedir de se aprovar coisas contra o governo e a esquerda já fez aliança inclusive na guerra, o Vietnã tava em plena guerra e fazia aliança pontual com quem tava matando, a China fez aliança...

PM – O Stalin fez aliança para não atacar?

JG – Nós temos que ter objetivo, nós temos que ter objetivos. Eu negociei, eu usei também um lema que está nessa entrevista, eu negocio com qualquer pessoa, mas eu sei qual é o lado da mesa e em qual é a cadeira que me sento, portanto o mal não é das alianças. Agora, nós temos que definir, mudando o sistema político partidário, fazer alianças com critérios, fazer alianças mais precisas, é só isso. O PT é um aprendizado permanente. O PT muda, o Brasil e o Brasil ajuda a mudar o PT.

EC- Deputado, e essa negociação?

MC – Faz parte esse troca-troca?

JG – Não o PT. Isso é sua avaliação.

MC – De aliciar deputados de outros...

JG – O PT não aliciou ninguém.

MC- Ah, ninguém?

JG- Ninguém.

MC – As mudanças do número de bancadas...

JG – Você é bem peremptório em seu julgamento. Eh, você solta uma e ...

EC- Você aprendeu isso no PT, heim, Mauro Chaves...

JG- Não, não, se você quiser eu falo...

[ ]

MC – Genoíno, veja bem houve um aumento de bancadas, houve um aumento numérico de bancadas, uma coisa escandalosa. Só que não era os partidos, não, que chegaram para engrossar o PT, era a base aliada do PT....

JG- Deixa eu responder agora...

MC- O PT não teve nenhuma participação nisso?

JG – Mauro Chaves, o PT está com a mesma bancada que saiu da eleição.

MC – Sim, isso sim.

JG– Segundo, alguns partidos cresceram as suas bancadas que dentro deste sistema político e eleitoral tem acontecido, por exemplo, quando o PSDB ganhou a eleição tinha 54 deputados, quando terminou o primeiro mandato tava com 100. Esse sistema que produz isso, que são deputados que vão apoiar o governo, são deputados que solicitam espaços do governo, esse tipo de coisa não houve, o PT não participou de troca-troca de partido.

PM – Nem o governo. Nem o governo do presidente Lula nem a Casa Civil?

JG – Nem o governo. O PT não participou, se os partidos/ se os partidos negociaram com esses parlamentares para terem espaço no governo isso é legítimo na democracia.

BLOCO 4: JG e seu futuro político

PM – As eleições estão mantidas e o senhor continua sendo candidato para a reeleição?
JG – A melhor coisa para o PT é realizar com sua base, com seus filiados uma eleição direta. Para ouvir, para dialogar, para dar todas prestações de conta, todas as explicações, dialogar politicamente sobre essa rica experiência do PT de 2 anos e meio de governo Lula. Uma experiência vitoriosa, do que estamos fazendo com os programas sociais, do que estamos fazendo com a economia, que é assunto polêmico pro PT, do que estamos fazendo com a política de alianças, que é assunto polêmico pro PT, do que estamos fazendo com a política externa deste país...
PM – Que não é tão polêmica. Dentro PT que não é tão polêmica.
JG – Não, mais isso aí é sempre...
[ ]
JG - É tem uns setores reacionários que são contra, né. Aí temos que fazer esse debate, fazer essa discussão. O PT não teme o debate, não teme a discussão, é a melhor coisa pro PT fazer essa eleição direta, nós vamos fazer essa eleição direta.
EC – Eu tenho uma pergunta que ficou do outro bloco, deputado, será que você pode virar pra cá um pouquinho.
JG – Claro, com todo respeito.
EC – É que o senhor falou assim por alto e ficou meio no ar que "até o Vietnã negociava com quem tava matando". Eu queria saber o que é possível o Márcio Tomáz Bastos, o Palloci, próprio Presidente Lula estarem conversando neste momento com a oposição especialmente com o PSDB?
JG – Em primeiro lugar, eu acho que deve haver negociação pontual em torno de agenda de votações com uma reforma tributária, com uma reforma política que é fundamental. Se nós não votarmos na reforma política pra entrar em vigor em 2006, nós não vamos construir instituições sólidas. Para isso, então, eu acho que tem que haver diálogo com a oposição. Diálogo com a oposição não é adesão, diálogo com a oposição não é governo conjunto. A oposição e o PSDB, legitimamente, estão disputando contra nós, tem outro projeto, tem outros nomes, tem outros candidatos, quer precipitar o debate sucessório de 2006. Uma prova disso, que o próprio ex-presidente FHC falou: "vamos fazer uma grande negociação desde que 2006 o presidente Lula diga que não é candidato". Mas não estamos colocando em 2006 nada.
MC – O quê o senhor diz disso que falou FHC?
JG – Olha, isso é uma confissão de que o problema com o PSDB é 2006. Porque vamos fazer uma negociação pontual sem colocar 2006.
EC– Táe o quê...
JG – Mas não é 2006, praticar, nem 2005 pra se renovar.
EC – Mas entorno do que se pode conversar?
JG – Oh, pode-se conversar, por exemplo, sobre a reforma tributária, que é um bom tema, pode-se conversar sobre a regulamentação das agências que é um bom tema, pode-se...
EC – Deputado espera aí, os telespectadores vão ficar confusos, porque a gente tem uma crise, uma crise grave está pra chegar no Palácio do Planalto. O chefe da Casa Civil caiu. O senhor acha que está no momento da oposição e o Presidente discutirem reforma tributária?
JG – Veja bem, o país...

[ ]

EC – Vamos falar serio, o Lula falou que é possível negociar em termos de crise de estabilidade política, institucionalidade?

JG – Eliane, deixa eu falar, o país está funcionando, a política econômica está demonstrando que, mesmo com essa crise política, ela não foi afetada, estão aí os indicadores, estão aí os números. Há os resultados, são positivos, daí os programas sociais. O país tem uma agenda ao lado do enfrentamento da crise política como enfrentar a crise política? Vamos fazer uma investigação eficaz, sem fazer uma guerra, sem fazer uma queda de braço, até porque, quando uma investigação tem uma queda de braço, ela não é eficaz. Isso pode-se conversar, portanto o diálogo com a oposição sempre é um procedimento democrático.

FC– Mas o rumo das investigações que o PT ta fazendo, não é perigoso, então?...

[ ]

JG – Em primeiro, o PT não está ampliando o leque de investigação, não tá. Aliás, porque em qualquer investigação a ampliação não depende dessa ou daquela decisão, a ampliação depende da ligação dos fatos. Portanto o PT/qual é a tarefa do PT nesse terreno aí? É participar das investigações, é apoiar as investigações que, na verdade toda, é a maior aliada do PT. Então, esse processo que o país tá vivendo tem que ter pontes, você ter pontes com a oposição é importante ter; pontes não é acordo do governo, não é acordo eleitoral é você ter /uma das coisas que tem faltado no Congresso Nacional são pontes de diálogos. Eu participei de muitos momentos do Congresso Nacional em que tinham pontes e eu faço sempre essa homenagem ao Luiz Eduardo que, mesmo naquele período do Collor, tinha ponte com ele, tinha ponte com outros deputados. Então isso é possível, não significa coalizão, não significa entrar no governo. O PSDB tem um projeto contra o nosso. Nós temos um projeto contra o deles. Isso é da democracia, isso é da disputa por interesse.

SL – E se a ponte for essa idéia do déficit nominal zero que, basicamente, irá desvincular receita de saúde, de educação, se a ponte do PT, se a agenda for essa?

JG – Em primeiro lugar, sim, essa agenda, isso é o nosso governo, é democrático e discutir todas as sugestões e todas as possibilidades...

AM – Genoíno , Genoíno !...

JG – Está em discussão, o governo não tem/ você não pode discutir "sim eu sou contra a desvinculação da votação orçamentária pra saúde". Eu acho que uma das grandes medidas é o SUS, é a política de saúde pública. Uma das grandes medidas do governo é o FUNDEB. Foi o correto. O governo tem feito um esforço muito grande pra garantir a negociação com os movimentos sociais que, no caso o MST e da CONTAG, /nós temos que o governo tem que mediar uma política de estabilidade com crescimento e ao mesmo tempo doar atendimento da agenda social do país.

AM – Genoíno, o deputado Fernando Gabeira tem sido bastante crítico em relação à atuação do PT. Ele publicou hoje, no jornal O Globo, um artigo em que ele diz que, assim como no período da ditadura o exercício político era cerceado pela repressão, hoje o exercício político é cerceado pelo dinheiro, pelo excesso de dinheiro, pelo excesso de dinheiro que estaria comprando a posição dos deputados. Então, ele diz nesse artigo que não adianta o deputado se esmerar nos argumentos, e discutir, e debater, e trazer argumentos novos que isso, durante a discussão flui naturalmente, quando chega a hora da votação, há um jogo de cartas marcadas, esse, aliás, é o titulo desse artigo, de Fernando Gabeira, porque os deputados estão vendidos e tão com uma posição pré-determinada por suborno. Você poderia fazer

um comentário sobre esse artigo?
FC – Só um adendo, neste minutinho, o deputado Roberto Jefferson, quando falou na CPI ,me impressionou muito porque ele falou "todos somos iguais nas/ diante da CPI" e ninguém falou nada, ninguém retrucou ou/ inclusive os deputados do PT...
JG – É foi preciso, foi preciso e, justiça seja feita, há uma matéria do jornal O Globo, de domingo, revelando na prestação de contas dos deputados e senadores que não era aquilo que ele falou na CPI...
AM – Que tinha alguns deles/ não tinham todos, alguns?...
JG – Isso, falou isso aí. Nós temos aí, sobre esse tema de financiamento de campanha, nós temos que votar a reforma política, nós podemos voltar depois. Eu vou voltar no Gabeira . Olha, Alexandre, eu digo pra você que é com um sentimento de tristeza, de muita tristeza, muita tristeza mesmo, que eu ouvi alguns comentários do Gabeira, muitos, muita tristeza. O Gabeira nos conhece, o Gabeira conhece o José Dirceu, o Gabeira conhece minha vida, o Gabeira sabe quem que nós somos, que não é de agora, é de antes do PT, e o Gabeira sabe que em muitos momentos nós demos a cara pra defendê-lo. Ele, no mínimo, devia dialogar conosco no mínimo, devia mediar, há um poço de ressentimento, de raiva e ele quer obcecadamente...
PM – Mas não tem certa justificativa na hora em que ele discursa...
JG - Eu fico triste, tô desabafando.
FC – Ele ficou uma hora esperando.
JG – Uma hora não.
FC – Quando ele saiu da Casa Civil...
JG – Ele ficou, Florência, ele ficou meia hora e veio cobrar de mim. Eu/ ele ficou uma hora e veio cobrar de mim, disse "Gabeira, eu fiquei 30 anos esperando"...
FC – Mas não é só ele que está cobrando, tem muitas pessoas que estão cobrando. Se fosse só o Gabeira, mas há uma infinidade de...
JG – Sabe o que eu disse pra ele quando ele disse que saiu do governo do PT porque ficou uma hora esperando? Disse "Gabeira, eu fiquei 30 anos esperando chegar no poder, eu fiquei 5 anos na cadeia esperando pra chegar na casa. Eu fiz uma greve de fome na casa de detenção pra ser transferido pro Carandiru, porque que sair do PT, fazer aquela declaração por causa de uma hora?".
MP – Por causa de uma hora? O senhor sabe que não foi, ele teve divergência éticas com o governo do PT. Ele disse...
JG – Então ele devia dizer, o Gabeira, com toda sua historia, devia dizer "eu tenho divergências"...
MP – Mas ele disse claramente.
JG – Então ele não pode sair, Merval, vamos ser claros, Merval, a pessoa não pode sair atirando dessa maneira.
EC – Mas deixa eu lhe perguntar...
JG - Ele está no papel dele, eu tô apenas desabafando, eu tô apenas desabafando, porque ele conhece as pessoas.
EC – Só uma pergunta: esse sentimento de tristeza, o senhor estende também para Cristóvão Buarque, Eduardo Suplicy, Heloisa Helena e aqueles 14 que votaram a favor da CPI?
JG – Não, eu acho que são governos que se manifestam livremente, é um direito de manifestar. Sobre a senadora Heloisa Helena, eu prefiro não comentar, eu prefiro não comentar.
EC – Não é tristeza, é raiva?
JG – Não, eu prefiro não comentar, porque ela sabe, em seu coração, ela sabe, na

sua alma, o que significa uma acusação infundada e como o PT foi forte pra defendê-la.

PM – Genoíno, nosso tempo está acabando e eu tenho uma última pergunta que eu acho que é obrigatória e é relativa às acusações do Coronel Luiz Paulo Macedo Carvalho, que foi/ que participou aí da repressão e disse que chegou a propor que fosse publicado um livro branco, dando a história oficial e disse que basta conversar com os oficiais da brigada pára-quedista que o ouviram pedir que você não fosse evacuado da área com medo de morrer, no caso da guerrilha que teria aberto o bico como se fala no jargão da informação. São as mesmas acusações recentemente repetidas num evento lá no Congresso Nacional com a participação do deputado Jair Bolsonaro...

JG – E depois, e depois usada pelo...

PM – Roberto Jefferson.

JG – Deputado...

PM – Exatamente.

JG – Olha Markum, eu vou ser muito claro e franco. Essas pessoas não sabem o que é pau-de-arara, cadeira do dragão, choque elétrico, afogamento e você não poder nem gritar, porque os teus gritos não são ouvidos, porque as paredes estão com isopor. Aqui eu tô falando, eu tô gritando, eu tô dialogando, que coisa boa é a democracia! As pessoas não sabem disso. As pessoas não sabem que eu fiquei um ano incomunicável, que eu fiquei 5 anos preso, e as pessoas que dizem isso, que não é a opinião de outros militares, é só vê o livro, o documentário da Thais e do Heumano, documentos, relatos, quando a minha prisão, quando eu tive a prisão quebrada, aí comunicada, eu pedi exame de corpo de delito e a justiça militar me negou. A guerrilha durou 2 anos, eu fui preso de manhã, à noite eu ia encontrar com os meus companheiros. Esses companheiros ficaram 2 anos lá. A tortura é um processo dramático em que você separa o corpo e a mente, você fica tentando, entre o corpo e a mente, mediar isso eu posso falar, não prejudica, você não revela teus pontos fracos, porque senão aumenta esse processo que eu vivi. Portanto, eu acho que isso é uma baixaria anti-humana, porque quer legitimar a tortura e eu cumpri pena de 5 anos e nenhuma informação forneci nesse crime de tortura que prejudicasse a guerrilha. Todo mundo/ e eu quero falar agora com os ex-presos políticos, os que sobreviveram, porque os heróis morreram, os ex-presos políticos, tem um aqui, tem outro, tem dois aí, você quando é interrogado, você tem duas opções, Markum, você tem duas opções, alguns são heróis, porque chegaram lá e disseram. Não falei meu nome, eu conheci alguns heróis que morreram e esses são heróis e eu não sou herói. Outros ficam ganhando tempo, ficam administrando, administrar a vida na tortura, isso é um processo dilacerante que, lamentavelmente, num momento como esse, vim colocar, mexe muito comigo e eu quero dizer pra você que é duro viver, é duro viver o que eu vi, é duro segurar a barra pesada que eu segurei, é duro passar pela OBAM pelo DOICOTE, ficar incomunicável, é duro minha advogada poder se comunicar comigo, porque chamou vários presos. E vir agora esse tipo de irresponsabilidade, e tem espaço pra divulgar isso, e não me dão espaço pra eu divulgar essas coisas Paulo Markum, me desculpa a emoção, mas não dá pra agüentar isso calado, não dá, eu sei que foi amarfanhado, eu sei o que é queimadura tá aqui as queimaduras que até hoje tem marca. E eu, até hoje, tenho um problema de pesadelo e pressão alta, exatamente, por causa da tortura e aí vir jogar e misturar com a investigação de CPI, isso é uma baixaria inaceitável da boca desses militares que não representam o conjunto das forças armadas e, principalmente, da boca desse deputado, desculpe.

1200 1201 1202	**PM** – Obrigado por sua entrevista, Genoíno. Obrigada os nossos entrevistadores. Nós ficamos por aqui e voltamos na segunda-feira com mais um roda viva. Uma ótima semana e ate lá.